PLANO PLURIANUAL 2012 – 2015

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

PLANO PLURIANUAL 2012 – 2015

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Fortaleza, 2016

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Gabinete do Governador	José Élcio Batista
Gabinete Vice-Governadora	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Casa Civil	Alexandre Lacerda Landim
Casa Militar	Cel. Francisco Túlio Studart de Castro Filho
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	Francisco Osmar Diógenes Baquit
Secretaria das Cidades	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara
Secretaria da Educação	Antonio Idilvan de Lima Alencar
Secretaria Especial de Política sobre Drogas	Aline Bezerra Oliveira Lima
Secretaria do Esporte	José Jeová Souto Mota
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infraestrutura	André Macedo Facó
Secretaria da Justiça e Cidadania	Hélio das Chagas Leitão Neto
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria de Relações Institucionais	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Delci Carlos Teixeira
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretário Adjunto	Carlos Eduardo Pires Sobreira
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Aldizio Alves Vieira Filho
Assessoria Jurídica	Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Naiana Corrêa Lima Peixoto
	Raimundo Avilton Meneses Júnior
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiana da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda
	Katia Burgos Monteiro
	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria do Gespública	
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	André Theophilo Lima
Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	Ênio Azevedo Fontenele
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Lúcia Siebra
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO – SEPLAG

Supervisão Geral
Naiana Corrêa Lima Peixoto
Raimundo Avilton Meneses Júnior

Coordenação Técnica
Raimundo Avilton Meneses Júnior

Orientação Técnica
Dominique Cunha Marques Gomes
Lara Maria Silva Costa

Elaboração e assessoramento Seplag
Cristiane Lorenzetti Colares
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração Técnica Seplag
Fátima Coelho Benevides Falcão
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Renata Pontes Viana

Elaboração Ipece
Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Jimmy Lima de Oliveira
Nicolino Trompieri Neto
Raquel da Silva Sales
Witalo de Lima Paiva

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Adeline de Araujo Lobão da Silva (Secitece)
Adriana Silva Gonçalves (Cagece)
Adriana Xavier de Santiago (Cidades)
Afonso Gonçalves Carvalho Neto (Nutec)
Aila Pequeno Holanda Porto (ESP)
Aldizio Alves Vieira Filho (Seplag)
Aline Alves de Oliveira (Urca)
Aline Lima de Paula Miranda (Sejus)
Aline Linhares Holanda (Secitece)
Aluizio Souza Freitas Cap BM (CBMCE)
Amanda Viana de Macedo Parente (Casa Civil)
Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha (Funcap)
Ana Josicleide Maia (Urca)
Ana Livia Andrade de Araújo (DAE)
Ana Lúcia Aragão Alves (Setur)
Ana Roberta Duarte Piancó (Urca)
Anastácia da Silva Santos (CGE)
Andrea de Holanda Lucena (Sesporte)
Andreia Parente Gomes (Funcap)
Anita Ludimila Leda Batista Rolim (Sesa)
Anna Maria Cavalcante Carneiro (Secitece)
Antenor Costa Filho (SPD)
Antônio Eldair do Cunha (Cohab)
Antonio Marcos Alves Sousa - Asp BM (CBMCE)
Antônio Paula de Menezes (Sesa)
Antônio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)
Antônio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)
Ari Célio Reges Mendes (SPD)
Aricles Fernandes de Queiroz (Idace)
Aurilene Pereira Moura Moreira (Uece)
Cibelle Teixeira de Oliveira (Urca)
Cristiane Mendonça Crija (Funcap)
Danielle Silva Pinto (Arce)
Danilo Barbosa Gomes (CEE)
Denilson Albano Portácio (Seduc)
Denilson Fieldes (Cogerh)
Denise Andrade Araújo (CGE)
Elisabete Maria Cruz Romão (Semace)
Eufrauzina Hortência Pedrosa Carlos (Sesa)
Eveline Russo Sacramento Ferreira (Funceme)
Fernando Antônio Alves dos Santos (Uece)
Fernando Antonio de Pádua Aragão Sales (Sesa)
Francisca Betanha Quinto Barro (Polícia Civil)
Francisca Celia Lima Coutinho (Idace)
Francisca Luzitelma S. Caracas (Issec)
Francisco Bérgson Parente Fernandes (Ematerce)
Francisco Leopoldo Moreira Filho (Nutec)
Francisco Ricardo Vieira Catarina TC (PMCE)
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho (SSPDS)
Gecilda Correa Nunes (Ematerce)
Guido Colares Filho (SDA)
Heloisa de Aquino Câmara (SRH)
Heloisa de Aquino Câmara (SRH)
Hermano Abreu Rodrigues (Sesporte)
Igor Pimentel Gomes Fernandes Vieira (UVA)
Ismênia Márcia Linhares Justino (Gabgov)
Itamar Teixeira Bezerra (Ematerce)
Jessé de Moura Filho (Detran)
João Ferreira de Almeida Júnior (Secult)
João Washington de Meneses (Sesa)
Jorge Pinto Filho (SDA)
José Carlos Machado de Brito (Seinfra)
José Eleri de Sousa (SSPDS)
José Evandro de Goes Batista Júnior (Adece)
José Flávio Guedes (Secitece)
José Maurício Mendes Giffoni (Semace)
José Praxedes Costa (Seapa)
José Teófilo Braga (Cohab)
José Walfrido Mororó Monteiro (ZPE Ceará)
Karine Machado Campos Fontenele (SRH)
Leiliane Silva de Aguiar (UVA)
Loyanne Teixeira Alexandre Alves (Ceasa)
Luce Karine Soares Balreira (Sohidra)
Lúcia Maria Bertini (Sejus)
Lúcia Maria Gonçalves Siebra (EGP)
Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro (Gabgov)
Luciana Albuquerque Guimarães (Metrofor)
Luciana Santos Lustosa da Costa (Pefoce)
Lyliana Maria Ferreira Gomes (Pefoce)
Luiz Carlos Fernandes (Polícia Civil)
Luiz Silveira Gomes TC (PMCE)
Luiza de Marilac Barros Rocha (Sesa)
Marcelo Correia Lima da Rocha (SDE)
Marcos Antônio Silva Saraiva (Sefaz)
Marcos Manuel de Almeida Júnior (Adece)
Maria de Jesus Sousa Cavalcante (Sesa)
Maria de Marilac Coelho Rocha (ESP)
Maria Denise Alves Eugênio (SRH)
Maria Dias Cavalcante (Sema)
Maria Esther Frota Cristino - Lily Frota (Ideci)
Maria Hebe Camurça Citó (EGP)
Maria Jussara Laroca Figueiredo dos Santos (CGD)
Maria Nayde de Magalhães (Funceme)
Maria Nilce Quinderé Cals (Cegás)
Marilce Stenia Ribeiro Macedo (CEE)
Marina de Castro Gino (Sesporte)
Nátia de Matos Nunes (SDE)
Nelci Gadêlha de Almeida (Sema)
Nubia Maria Rodrigues Feitosa (Funcap)
Oleda Maria Castro Araújo (Sesa)
Paula Cristina da Cunha (SRH)
Paula Cristina da Cunha (SRH)
Paulo Henrique Holanda Pascoal (Seinfra)
Paulo Henrique Parente Neiva Santos (DAE)
Priscilla Nathaxa Gomes de Oliveira Moura (SDA)
Raimundo Alves Braga Bastos (Semace)
Raquel Luna Vasconcelos (CGD)
Ricardo Alan Kardec Loiola (Idace)
Ricardo Leite Soares (Etice)
Rômulo Braga Gomes (Semace)
Rosa Meire Alves Guimarães (UVA)
Sandra Maria Braga Libanio de Vasconcelos (STDS)
Sandra Maria Costa Barbosa (Uece)
Sandra Maria Ferreira de Morais (STDS)
Sandra Maria Olimpio Machado (Sefaz)
Sandra Vírginia Austregésilo Guedes (Seplag)
Sara Maria Spinosa Juvêncio (Idace)
Sebastião Lopes Araújo (STDS)
Sheila Darling Gondim Gonçalves (Seinfra)
Silviane Torres da Costa (Cidades)
Sônia Maria Câmara Sisnando Saraiva (Sefaz)
Taciane Vizzotto Nogueira (Pefoce)
Tercia Maria Pinheiro Martins (Cagece)
Thiago Costa Silva (Uece)
Tuíro Camboim Morais (Seduc)
Vera Lucia Teixeira Salgado (Nutec)
Verônica Sousa dos Santos (ESP)
Vilani Pinheiro Falcão (Cohab)
Vivian Maria Mora Macedo (Idace)
Wedja de Souza Barros (Pefoce)
Zirlânea da Silva Gonçalves (Sejus)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 15

I. AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO E EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

II. AVALIAÇÃO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

III. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO PLURIANUAL NOS ANOS DE 2012 A 2015

IV. AVALIAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS E PROGRAMAS

IV.1. Eixo 1 – Sociedade Justa e Solidária

Áreas Temáticas

Educação Básica

Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional

Saúde

Desenvolvimento Social e Trabalho

Cultura

Esporte e Lazer

Segurança Pública

Justiça e Cidadania

Acesso à Justiça

IV.2. Eixo 2 - Economia para uma Vida Melhor

Áreas Temáticas

Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária

Aquicultura e Pesca

Turismo

Recursos Hídricos

Infraestrutura e Logística

Desenvolvimento Urbano e Integração Regional

Meio Ambiente

IV.3. Eixo 3 - Governo Participativo, Ético e Competente

Áreas Temáticas

Planejamento e Gestão

Gestão Fiscal

Controladoria e Ouvidoria

Governo e Sociedade

Correição e Disciplina

APRESENTAÇÃO

O documento que ora se apresenta cumpre o dispositivo da Lei nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012, que versa sobre o Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará para o período 2012-2015. Em seu artigo 12, a Lei cria o compromisso do poder executivo estadual enviar o relatório de avaliação do PPA relativo ao quadriênio 2012-2015 à Assembleia Legislativa até o dia 30 de junho do ano em curso.

O relatório de avaliação, segundo o referido artigo, deve consistir: da avaliação do desempenho das áreas temáticas, correspondentes às áreas finalísticas de governo, com base nos resultados e indicadores setoriais; da avaliação do comportamento e evolução das variáveis que fundamentaram a elaboração do Plano; da avaliação dos principais programas temáticos setoriais, considerando o cumprimento das metas e iniciativas que contribuíram para o alcance dos objetivos e dos resultados qualitativos alcançados; do demonstrativo da execução física e financeira acumulada do quadriênio, de forma regionalizada, por Eixo de Governo, Área Temática e Programas.

Elaborado segundo a metodologia adotada pelo Governo Federal, com a introdução de mudanças significativas, em relação aos últimos planos, o PPA 2012-2015, com fundamento no preceito constitucional que o instituiu, assumiu, na sua formulação como instrumento de planejamento caráter estratégico, com atributos que favorecem a sua gestão e implementação.

Com efeito, o Estado do Ceará foi uma das poucas unidades da federação que tomou o desafio de aplicar a nova metodologia, reconhecendo o seu avanço, por se aproximar do que preceitua as constituições Federal e Estadual, nas quais o Plano Plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública, além da estrutura proposta possibilitar uma melhor comunicação à sociedade e a incorporação da sua participação.

A aplicação da metodologia requereu sua adequação à realidade do planejamento do Estado, sem, no entanto, comprometer o alinhamento dos programas estaduais com o nível federal. Nesse aspecto, destaca-se a adoção de programas temáticos e, dentre esses, os multissetoriais, relativos a temas transversais, como Juventude, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Igualdade Étnico-Racial, Equidade de Gênero e Direitos Humanos, integrantes do PPA da União e incorporados pelo PPA estadual.

No primeiro ano de vigência do PPA 2012-2015, foi percebida a necessidade de sua revisão, com o objetivo de assegurar maior integração entre as categorias de planejamento utilizadas no Plano (programa/objetivo, meta e iniciativa) com os elementos contidos nas estruturas programáticas das leis orçamentárias anuais (programa/ação). O PPA foi revisado pela Lei 15.266, de 26 de dezembro de 2012, passando a vigorar com nova programação na forma dos anexos apresentados, contendo Áreas Temáticas e Programas (por Eixo, Área Temática e Macrorregião de Planejamento), origem e aplicação dos recursos e iniciativas valoradas. A avaliação, portanto, objeto deste documento, refere-se ao PPA revisado.

Os programas finalísticos, de que trata esta avaliação, são definidos como programas temáticos os quais correspondem a um determinado tema das políticas públicas, configuradas como áreas temáticas, podendo ser um eixo ou linha de ação da respectiva política, que articula objetos afins, metas e iniciativas, tanto no âmbito setorial quanto multissetorial.

Para cumprir a previsão legal, o presente documento traz, inicialmente, uma avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas abordadas na Mensagem do Governo (volume I) do PPA 2012-2015, no capítulo relativo ao desempenho da economia cearense. O capítulo seguinte – Avaliação dos Eixos da Política de Governo – trata dos resultados estratégicos de Governo esperados por Eixo, com a análise do comportamento dos respectivos indicadores no período 2010-2015. No terceiro capítulo é apresentada a Avaliação da Execução Orçamentária do PPA no período 2012-2015. Por fim, compõe o quarto capítulo a Avaliação das Áreas Temáticas, enfocando o alcance dos resultados estratégicos setoriais e uma análise do desempenho dos respectivos indicadores, além da Avaliação dos Programas de cada área sob a ótica da realização das principais metas do período 2012-2015. Integram ainda este relatório três anexos com demonstrativos financeiros e um anexo com a programação e execução física de metas regionalizadas dos principais programas.

Avaliação do Comportamento e Evolução das Variáveis Macroeconômicas

DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL

1. Desempenho Econômico no Período Recente

Nesta seção serão apresentados os indicadores que refletem o comportamento da economia do Ceará para os anos de 2012 a 2015. Serão apresentados indicadores relacionados ao Produto Interno Bruto e aos setores da Agropecuária, Serviços e Indústria, bem como os que retratam o comportamento do comércio exterior e do mercado de trabalho.

1.1 O Produto Interno Bruto (PIB)

O Brasil vem sofrendo uma crise macroeconômica desde o final de 2014 por conta do forte desequilíbrio fiscal. A crise afetou fortemente a economia nacional com uma queda de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 1), repercutindo por todos os Estados da Federação. No Estado do Ceará não foi diferente, pois em 2015 o PIB cearense registrou uma queda de 3,48%, sendo influenciada principalmente pela queda do consumo das famílias, dada pelo aumento do desemprego, no qual ocasionou uma retração da massa salarial. Soma-se a isso uma forte pressão inflacionária, alto nível da taxa de juros, redução do nível de crédito e o baixo nível de confiança dos empresários que repercutiu na queda dos investimentos privados.

Enquanto que a economia brasileira já vinha sofrendo os efeitos da crise em 2014, no qual ocasionou em praticamente em um crescimento nulo (0,1%), a economia cearense obteve um ótimo ritmo de crescimento (4,36%), com destaques para o setor de Serviços, com crescimento de 3,59%, puxado pelas atividades de Transportes (7,98%), Alojamento e Alimentação (6,9%), Intermediação Financeira (6,25%) e Comércio (3,83%). O desempenho positivo no setor de Serviços foi em grande parte favorecido pela realização da Copa do Mundo, movimentando fortemente a estação de férias no meio do ano de 2014.

Tabela 1 – Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado (VA) por atividades - Ceará e Brasil – 2012-2015

	Ceará				Brasil			
Setores e Atividades	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Agropecuária	**-20,11**	**2,61**	**65,07**	**-24,93**	**-2,3**	**7,0**	**2,1**	**1,8**
Indústria	2,63	5,62	-1,87	-4,63	-0,8	1,3	-0,9	-6,2
Extrativa Mineral	-4,42	25,39	-11,78	-9,27	-1,1	-2,8	8,6	4,9
Transformação	-1,5	4,71	-3,25	-9,74	-2,5	1,9	-3,9	-9,7
Construção Civil	4,72	3,12	-2,55	0,37	1,4	1,9	-0,9	-7,6
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	8,79	7,75	2,99	0,21	3,6	2,9	-2,6	-1,4
Serviços	**5,81**	**2,89**	**3,59**	**-2,4**	**1,7**	**2,0**	**0,4**	**-2,7**
Comércio	7,95	2,5	3,83	-2,54	1,0	2,5	-1,2	-8,9
Alojamento e Alimentação	6,65	3,21	6,9	0,64	…	…	.....	.....
Transportes	7,99	4,28	7,98	-5,51	0,5	2,9	2,1	-6,5
Intermediação Financeira	4,38	4,39	6,25	-7,73	0,5	1,7	0,4	0,2
Administração Pública	1,38	1,82	1,29	1,02	2,8	2,1	-0,1	0,0
Outros Serviços	10,13	3,49	4,77	2,18	1,8	0,6	0,4	-2,8
Valor Adicionado	**3,64**	**3,48**	**4,42**	**-3,67**	**0,8**	**2,1**	**0,1**	**-3,3**
PIB	**3,65**	**3,44**	**4,36**	**-3,48**	**0,9**	**2,3**	**0,1**	**-3,8**

Fonte: IPECE e IBGE.

Notas: São dados referentes a base de 2002 e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos da base de 2010; taxa de crescimento em comparação com o ano anterior.

1.2 O Setor Agropecuário

O ano de 2015 foi um dos piores nos últimos anos para o setor agropecuário cearense, dado o prolongamento da estiagem e os fatores causados por esses quatro anos de chuvas abaixo da média, causando danos às condições do solo, incluindo perda de umidade e de cobertura vegetal, além da drástica redução das reservas hídricas.

Por conta do prolongado período de seca, os produtores cearenses mostraram-se mais temerosos para realizar o plantio das culturas de milho, feijão e arroz, indicando uma redução das áreas plantadas e consequentemente redução na quantidade produzida. Vale ressaltar que a quantidade de grãos produzidos no Ceará em 2015 foi a menor dos últimos 20 (vinte) anos.

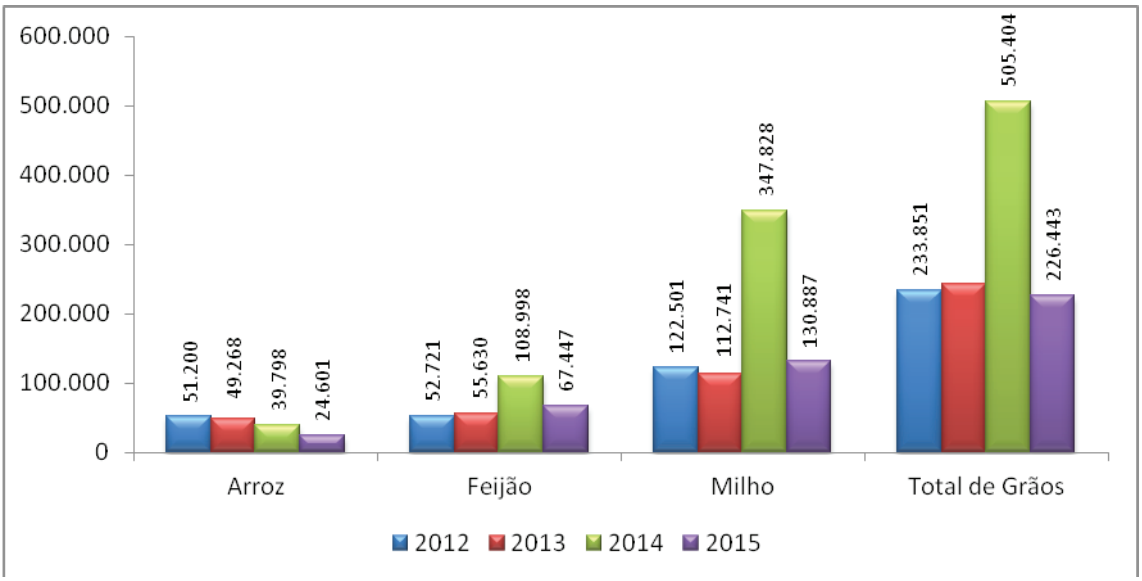
As estimativas para as principais lavouras cearenses, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE[1], indicaram uma redução na produção de milho, feijão, arroz e mandioca, sendo essas as culturas de maior importância econômica do setor agropecuário do Ceará. A estimativa para a produção de arroz de 2015 no estado do Ceará previu uma queda de 38,19%. A expectativa para a produção de feijão e milho indicou redução de 38,12% e 62,37%, respectivamente.

Embora o ano de 2014 também tenha sido um ano de poucas chuvas, nota-se que esse ano foi melhor que o ano de 2015, essa diferença na produção agrícola cearense consiste na forma de distribuição espacial e temporal das chuvas. No ano de 2015 as chuvas iniciaram-se tardiamente para a produção e sua distribuição ocorreu de forma muito irregular, centrando-se basicamente no Litoral Norte, Litoral do Pecém e Litoral de Fortaleza, que são regiões com menores representatividades da produção de grão no Estado do Ceará, explicando assim a baixa posição da safra desse ano. Já em 2014, a distribuição das chuvas ocorreram em maior quantidade nas regiões mais produtoras de grãos, como o Cariri, Sertão Central e Inhamuns e Jaguaribana, além de terem sido melhores distribuídas temporalmente.

Quanto à produção dos anos de 2012 e 2013, observou-se que tiveram valores próximos ao registrado em 2015, mostrando um resultado pouco favorável dessas culturas agrícolas, com baixa produtividade.

1 As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começa o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

Gráfico 1 - Produção obtida e estimativa de Grãos no Ceará - 2014-2015*



Fonte: IBGE. Nota: (*) O valor de 2015 corresponde à estimativa.

Quanto à produção de frutas, também indicou grandes reduções no ano de 2015, visto que os produtores reduziram as áreas de plantio, diante da redução de liberação de água para os perímetros irrigados que foi reduzida em 2015, com menor vazão e menor tempo de liberalização de água, o que comprometeu a produção de culturas irrigadas do Ceará.

Sendo assim, ressalta-se a queda de produção de melão, que foi estimada em -49,87% em 2015, comparado ao ano de 2014. A produção de melancia e banana também indica drásticas reduções, com variações de -56,56% e -14,94%, respectivamente. Vale ressaltar que essas três culturas citadas são as frutas frescas mais exportadas pelo Ceará. O melão ocupava a primeira posição na produção de frutas frescas, mas diante da redução passou a ocupar o terceiro lugar.

Com relação às demais frutas, à exceção de castanha de caju, que indicou crescimento de 1,77%, todas as demais culturas de fruticultura apontam queda na produção de 2015, comparada à safra de 2014. Destaca-se a produção de abacaxi, que reduziu -74,78%, mamão (-49,87%), maracujá (-35,37%) e coco-da-baía (-23,31%).

Algumas das fruticulturas mais resistentes à seca conseguiram ter produção mais elevada nos anos anteriores, porém com a degradação do solo, muitas dessas culturas tiveram produtividades menores em 2015.

Tabela 2 – Produção (em toneladas) obtida e estimativa de Frutas no Ceará 2012-2015 (*)

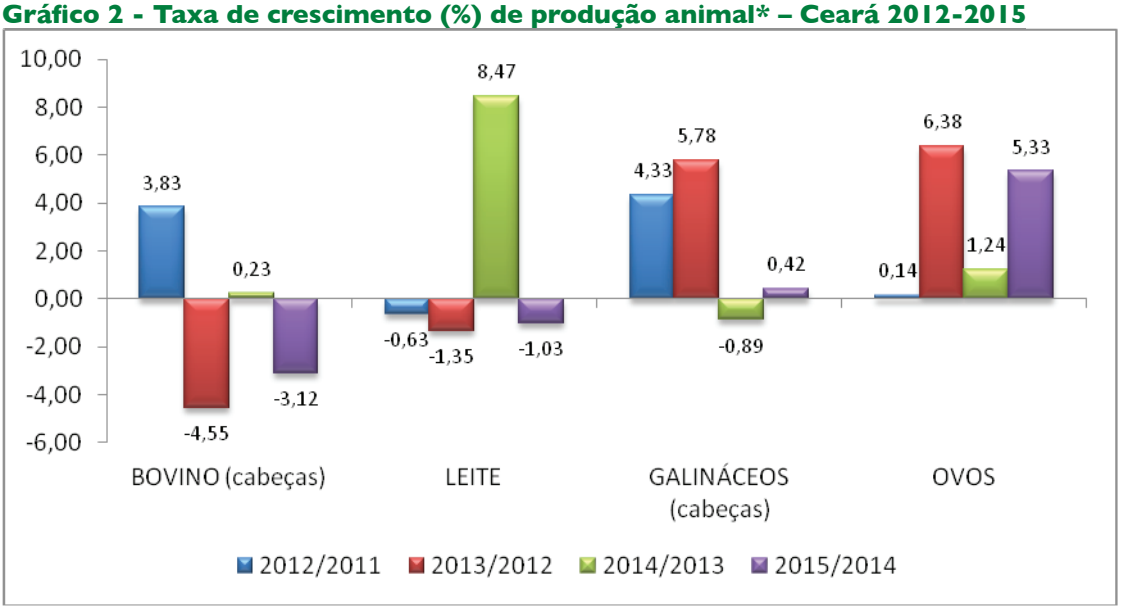
Produção de Frutas	Produção 2012	Produção 2013	Produção 2014	Estimativa 2015	Variação (%) 15/14
Banana	415.763	375.531	452.541	384.929	-14,94
Goiaba	12.569	13.984	18.936	14.005	-26,04
Laranja	13.847	13.556	12.684	9.909	-21,88
Mamão	86.414	118.372	98.773	94.487	-4,34
Manga	43.138	46.632	49.305	45.259	-8,21
Maracujá	179.243	213.902	144.024	93.079	-35,37
Melancia	75.442	68.895	82.424	35.805	-56,56
Melão	219.309	212.362	222.391	111.487	-49,87
Castanha de caju	38.574	53.112	51.211	52.118	1,77
Coco-da-baía **	272.060	206.071	246.959	189.398	-23,31

Fonte: IBGE. Notas: (*) O valor de 2015 corresponde a estimativa. (**) Produção em mil frutos.

Com relação à produção pecuária, destaca-se a produção de ovos, que indicou crescimento de 5,33%, comparado com o ano de 2014 e a atividade de galináceos que, à exceção de 2013, registrou crescimento nos demais anos. O aumento do consumo de carne de aves e ovos da região Nordeste, observada nos últimos anos, vem estimulando o crescimento desse segmento na própria região, com destaque para o Ceará que vem aproveitando esse momento para garantir uma participação significativa desse mercado.

O Ceará, no ano de 2013, registrou crescimento na produção de leite, recuperando os fracos desempenhos dos anos de 2012 e 2013. Esse aumento atribui-se à criação de vacas em áreas irrigadas, sistema que vem dando certo ao se tornar menos dependente das chuvas e por não utilizar um grande volume de água. Além de outras técnicas como o armazenamento da palma forrageira que é utilizada como ração. Mas vale ressaltar que o quadro climático vem afetando a produção dessa atividade, quando em 2015, apresentou queda de 1,03%, comparado ao ano de 2014. Quanto à produção de bovino, as estimativas indicaram uma tendência de queda nos ultimos três anos.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento (%) de produção animal* – Ceará 2012-2015



Fonte: IBGE/IPECE * 2015/2014 é estimativa com base na Pesquisa de ABATE.

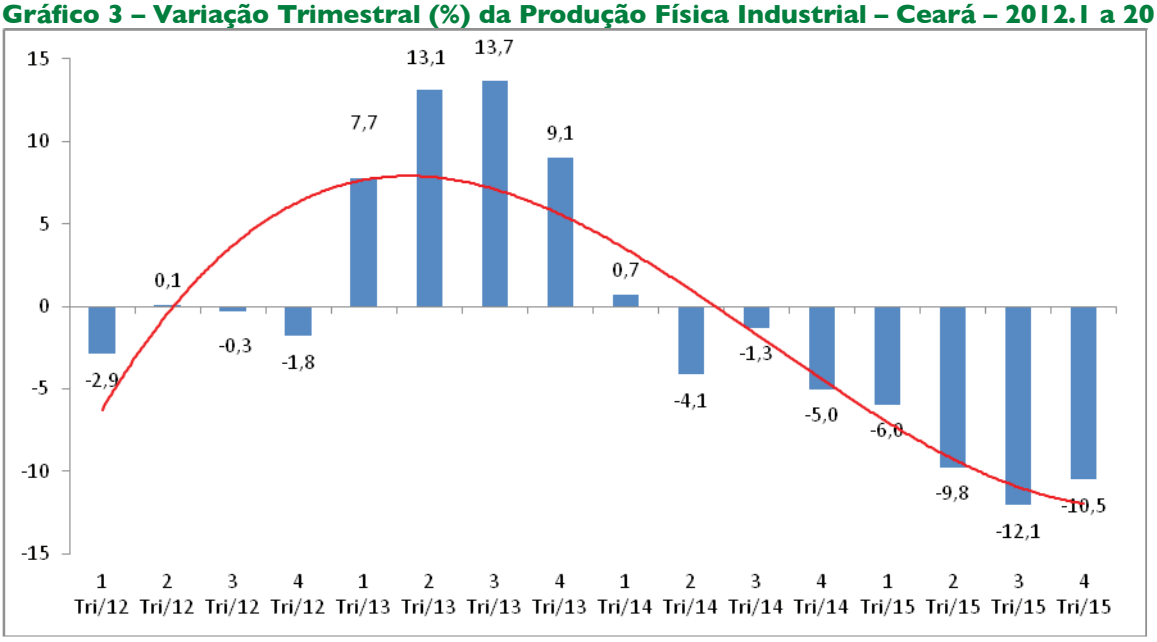
1.3 O Setor Industrial

A Indústria cearense tem no segmento de Transformação sua principal atividade, respondendo por 50,8% do valor adicionado industrial total do Estado. Por sua relevância, a indústria de transformação tem papel importante no comportamento de todo setor industrial e da economia cearense[2]. Esta seção faz um resumo do desempenho da atividade nos anos recentes.

Os anos de 2014 e 2015 mostram uma forte mudança no desempenho para a indústria de transformação cearense. Os resultados observados revertem o crescimento de 2013 e chegam a superar o desempenho ruim de 2012. De fato, desde o início de 2014, a atividade vem registrando trimestres seguidos com taxas negativas na produção. No último quarto de 2015, a atividade industrial amargou uma redução de 10,5% na comparação com o mesmo período de 2014, segunda pior taxa dos últimos anos.

O resultado para o quarto trimestre do ano constitui-se no sétimo período de queda seguida na produção da indústria cearense quando se faz a comparação trimestral. Neste contexto de reduções seguidas na produção, os números de 2015 são ainda mais expressivos, uma vez que as fortes quedas da atividade se dão sobre uma base de comparação já deprimida. O Gráfico 3, a seguir, mostra as taxas trimestrais.

Gráfico 3 – Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2012.1 a 2015.4



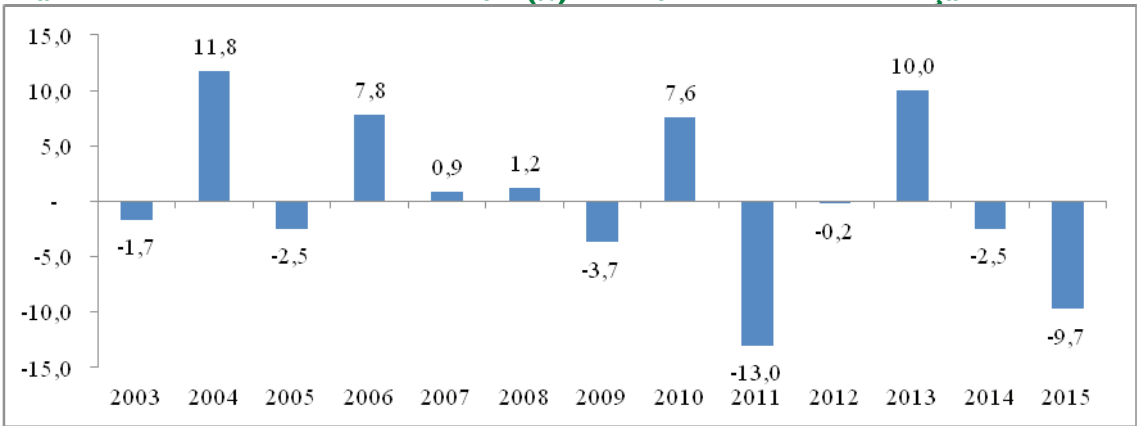
Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração IPECE.
Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. ( ) Linha de Tendência.

Como consequência dos resultados trimestrais, o ano de 2015 chega ao final confirmando um quadro grave de redução na produção industrial em todas as comparações com o ano anterior. Tal quadro, na verdade, já vem sendo construído desde 2014, mês após mês, e evidencia um processo persistente de deterioração da atividade manufatureira no Ceará. O ano de 2015 encerra-se, assim, com uma redução de 9,7% na produção industrial do Estado.

Ao se observar os anos anteriores tem-se uma evidência adicional da gravidade dos números de 2015. Nesta comparação, o último ano, 2015, foi o segundo pior para a indústria desde o início da atual série de dados, em 2002. Apenas em 2011 se alcançou resultado pior: queda de 13,0%. O Gráfico 4 abaixo mostra o comportamento nos últimos anos.

2 Além da indústria de transformação, o setor da indústria é composto pela extrativa mineral, pela construção civil e pelos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água e esgoto).

Gráfico 4 – Taxas de Crescimento Anual (%) da Indústria de Transformação – 2003 a 2015 – Ceará



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração própria. Cálculo a partir do índice acumulado no ano para o mês de dezembro de cada ano (base igual ao período do ano anterior). Taxas de crescimento com relação ao ano anterior.

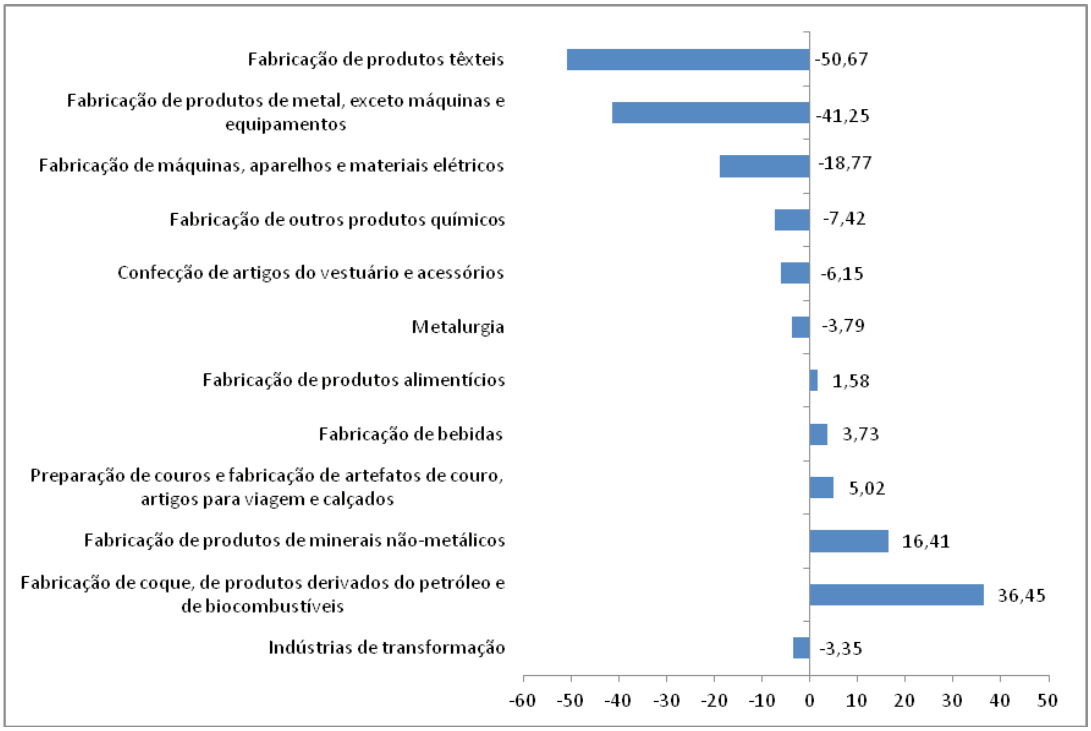
A realidade cearense é também comum às demais unidades da federação. O ambiente de menor dinamismo e retração na indústria ocorre na maior parte dos estados brasileiros, independente do perfil de sua industria ou do nível de competitividade apresentada por esta. Entre as quatorze unidades com levantamento, apenas duas delas acumularam resultados positivos em 2015. Entre aquelas que apresentaram redução, destaque para os principais parques industriais do país, como Amazonas (-17,7%), Rio Grande do Sul (-11,8%), Rio de Janeiro (-11,2%) e São Paulo (-11,0%). Por outro lado, com resultados positivos, as indústrias de Mato Grosso (4,7%) e Espírito Santo (1,7%). A indústria nacional encolheu em 9,9%, enquanto a manufatura no Nordeste encolheu relativamente menos, 2,7% em 2015.

Os resultados para o segmento de transformação refletem os desempenhos dos setores que a compõem. Nos últimos trimestres, a produção tem caminhado persistentemente em terreno negativo e confirma um ambiente de forte retração da atividade manufatureira no Ceará. Os resultados negativos em 2015 surgem de uma combinação perversa para atividade industrial: a existência de problemas estruturais de competitividade agravados por complicações conjunturais, que incluem uma crise econômica alimentada pelo desarranjo nas finanças públicas da União e dos Estados, e uma crise política diante da incapacidade de governar do poder executivo federal.

De fato, no ano de 2015, segmentos importantes da indústria local registraram resultados negativos na maior parte dos trimestres. No ano, todos acumularam redução frente a 2014, destacando-se com queda na produção os setores de Couro e calçados (-10,6%), Têxtil (-33,3%), Alimentos (-6,60%) e Confecções (-7,70%), na comparação com ano anterior.

O Gráfico 5, a seguir, apresenta a taxa de crescimento acumulada das atividades entre 2012 a 2015. No acumulado do período, a indústria de transformação apresentou uma redução de 3,35%, com destaque para as quedas registradas por segmentos tradicionais da indústria cearense, como têxtil e confecção. É importante destacar que os resultados são bastante influenciados pelo desempenho ruim dos últimos anos do período observado.

Gráfico 5 - Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Atividades Industriais – 2012 a 2015 – Ceará



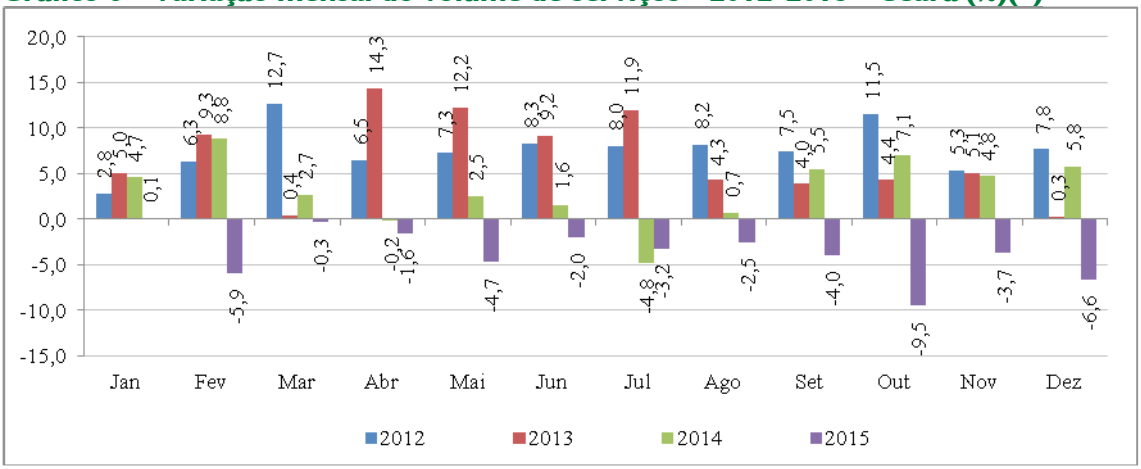
Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE. Cálculo a partir do índice acumulado no ano para o mês de dezembro de cada ano (base igual período do ano anterior)

1.4 O Setor de Serviços

A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país. Essa pesquisa investiga o volume de vendas dos serviços gerados nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

Analisando a PMS mensalmente para os anos de 2012 e 2015 (Gráfico 6), é possível notar que nos anos de 2012 e 2013, este importante setor da economia cearense havia registrado taxas significativas de crescimento real, já retirado o efeito da variação dos preços. Contudo, a partir de 2014, verifica-se certa desaceleração no ritmo de crescimento real desse setor, quando desde fevereiro de 2015 passou a registrar quedas reais mensais sucessivas, cujo maior valor foi observado em outubro de 2015 (9,5%).

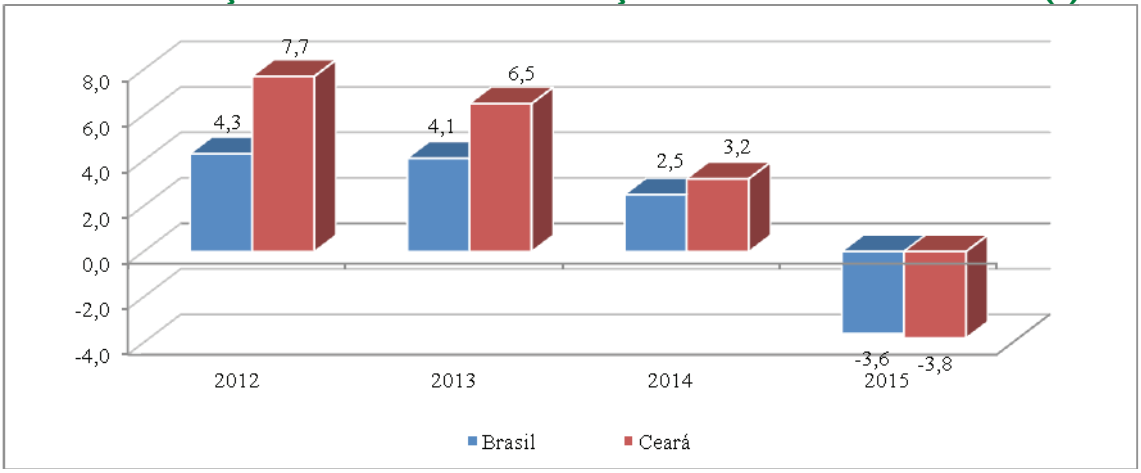
Gráfico 6 – Variação mensal do volume de serviços - 2012-2015 - Ceará (%)(*)



Fonte: PMS (IBGE). Elaboração: IPECE.
(*) Taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

Analisando-se os resultados anuais do volume de vendas dos serviços para os últimos quatro anos (Gráfico 7), observa-se que o Ceará apresentou, em 2012, o maior crescimento real da série igual a 7,7%, novamente descontado o efeito da variação dos preços, tendo superado de longe o resultado nacional de 4,3%. Contudo, é notório o comportamento de retração do ritmo de crescimento desse setor ao longo dos últimos anos, tendo apontado desempenho superior ao nacional até 2014. Já em 2015, a queda registrada no volume de vendas dos serviços cearenses foi superior à queda registrada pelo país, revelando que os efeitos da crise nacional, que afetaram sobremaneira o nível de emprego e a massa de salários, alcançou agora também o setor de serviços.

Gráfico 7 – Variação anual do volume de serviços - 2012-2015 - Brasil e Ceará(*)



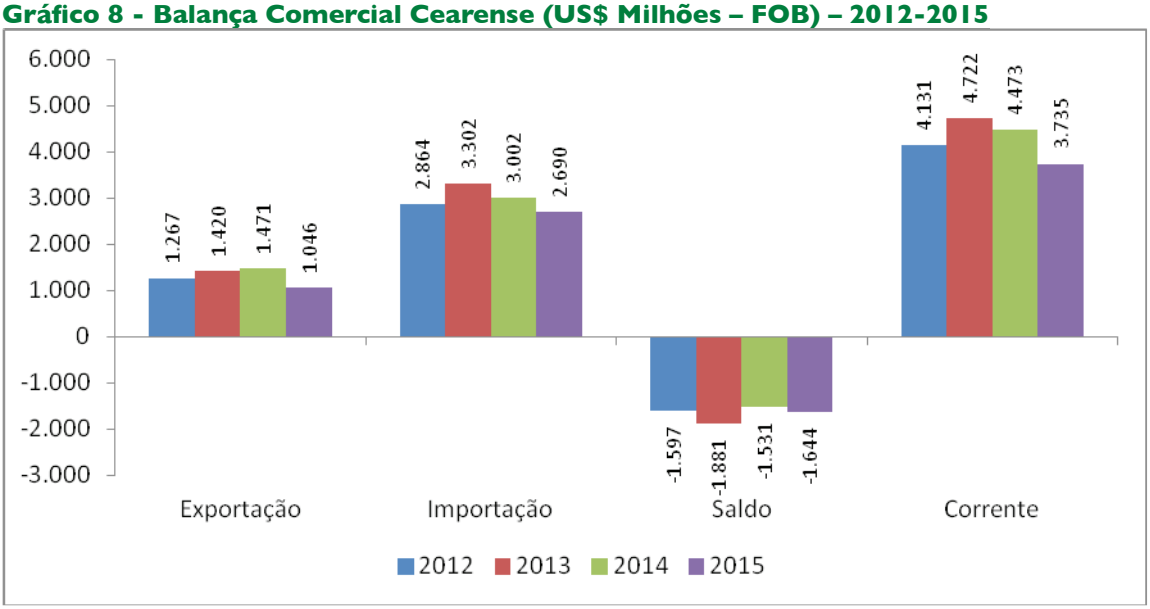
Fonte: PMS (IBGE). Elaboração: IPECE.
(*) Taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.5 O Comércio Exterior

As exportações do Ceará no acumulado do ano de 2015 alcançaram um montante de US$ 1,05 bilhão, apresentando uma queda de 28,91% em relação ao ano de 2014. As importações somaram o valor de US$ 2,69 bilhões, apresentando uma queda de 10,41% comparada ao ano anterior. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit de US$ 1,64 bilhão em 2015, mantendo a trajetória de saldo negativo dos últimos anos. Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará encerrou o ano de 2015 com o valor de US$ 3,74 bilhões, com retração de 16,49% frente ao ano de 2014.

No panorama nacional, o Ceará classificou-se como o décimo sexto estado exportador do Brasil, apresentando uma participação de 0,64% do total nacional em 2015. O Estado sobe para a décima quarta colocação com relação às importações nacionais, participando com 1,21% do total. No cenário das exportações nordestinas, ficou em quinto lugar, sendo superado pelos estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Já com relação às importações, ficou em terceiro lugar a nível regional, ficando atrás da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Gráfico 8 - Balança Comercial Cearense (US$ Milhões – FOB) – 2012-2015



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

A pauta de exportação cearense no ano de 2015 manteve-se liderada pelas vendas de Calçados e partes, que representou 27,11% do total exportado pelo Estado, totalizando o valor de US$ 283,5 milhões. Porém, houve uma queda na exportação desse setor (-11,37%), quando comparado ao ano de 2014.

Couros e peles ficaram em segundo lugar com a quantia exportada de US$ 162 milhões, apresentando uma queda das vendas de 25,76% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principais produtos.

Frutas ocuparam o terceiro lugar gerando uma receita de aproximadamente US$ 119 milhões e uma participação de 11,4% do total da pauta de vendas nesse ano de 2015. Esse grupo registrou aumento das exportações de 3,95%, comparada ao mesmo período do ano anterior.

Destaca-se ainda o crescimento do valor exportado de Preparações alimentares diversas (10,49%), Têxteis (32,58%) e Máquinas, equipamentos, aparelhos e material elétrico (25,01%).

Tabela 3 – Principais produtos exportados – Ceará - 2012-2015 (US$ FOB)

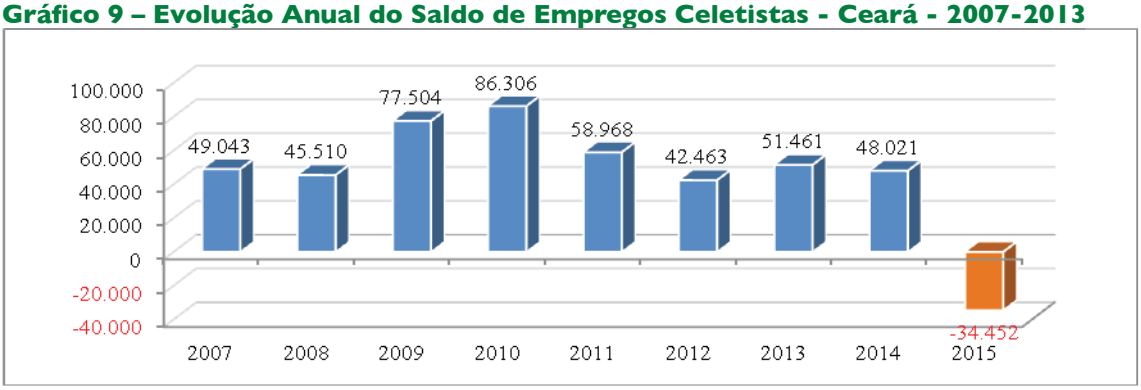
Principais Produtos	2012	2013	2014	2015	Var. (%) 15/14
Calçados e suas partes	338.648.951	325.169.051	319.925.435	283.541.093	-11,37
Couros e Peles	206.179.451	194.282.131	218.256.259	162.030.478	-25,76
Frutas (exceto castanha de caju)	72.854.456	57.658.969	114.404.662	118.927.151	3,95
Castanha de caju	148.584.169	109.804.086	89.699.379	85.098.437	-5,13
Preparações alimentares diversas	71.206.649	70.819.663	60.962.895	67.356.200	10,49
Ceras vegetais	66.842.620	53.029.585	66.835.136	64.615.241	-3,32
Têxteis	108.382.003	117.037.818	35.080.022	46.510.591	32,58
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	28.437.119	50.788.800	33.708.678	42.140.754	25,01
Lagostas	29.037.413	42.070.296	42.206.635	39.337.617	-6,8
Combustíveis Minerais	18.759.585	247.687.803	354.187.777	23.143.342	-93,47
Demais Produtos	178.030.094	152.115.813	135.844.891	113.084.178	-16,75
Ceará	**1.266.962.510**	**1.420.464.015**	**1.471.111.769**	**1.045.785.082**	**-28,91**

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE

1.6 O Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Empregados (CAGED), divulgados mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é possível observar que o ano de 2010 registrou a maior geração de novos postos de trabalho com carteira assinada na economia cearense. Todavia, o saldo de novos postos de trabalho foi positivo até 2014. Em 2015, ocorreu uma nítida deterioração na capacidade de geração de novos postos de trabalho na economia cearense quando se observou uma destruição de 34.452 postos de trabalho celetistas, resultado esse da soma das declarações dentro e fora do prazo enviados ao Ministério.

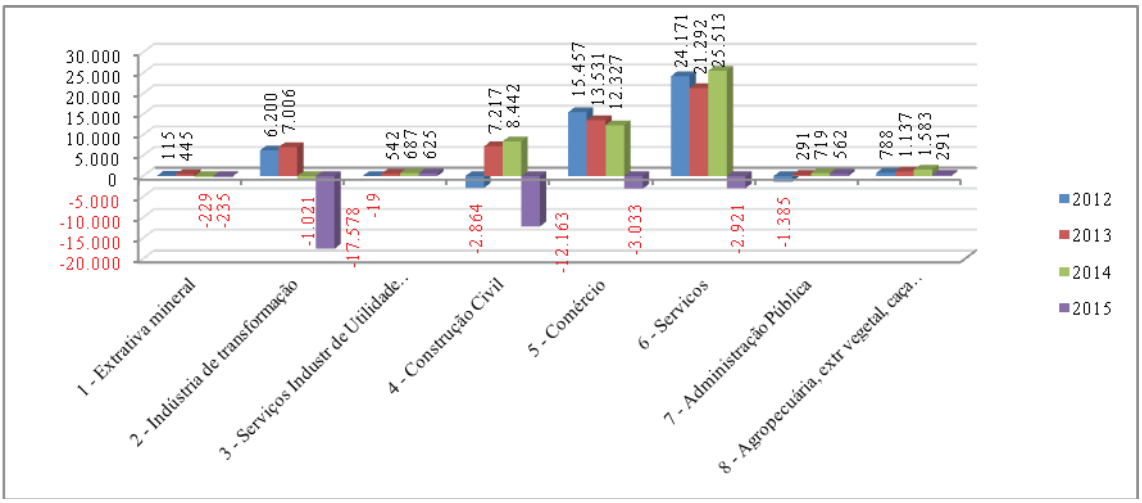
Gráfico 9 – Evolução Anual do Saldo de Empregos Celetistas - Ceará - 2007-2013



Fonte: CAGED-MTE. Elaboração: IPECE.

Na análise por setores é possível observar que a grande maioria contribuiu favoravelmente em anos anteriores com a criação de novas vagas no mercado de trabalho em especial nos dois primeiros anos da série. Contudo, em 2015, à exceção de Serviços industriais de utilidade pública (+625 vagas); Administração pública (+562 vagas); e Agropecuária (+291 vagas), todos os outros cinco setores analisados registraram fechamento de vagas: Indústria de transformação (-17.578 vagas); Construção civil (-12.163 vagas); Comércio (-3.033 vagas); Serviços (-2.921 vagas) e Extrativa mineral (-235 vagas). Nota-se que a Indústria de transformação foi o grande responsável pela destruição de postos de trabalho com carteira assinada na economia cearense, tendo repetido saldo negativo já observado no ano de 2014, o mesmo tendo ocorrido com a indústria extrativa mineral.

Gráfico 10 – Evolução anual do saldo de empregos celetistas por setores - Ceará - 2012-2015



Fonte: CAGED-MTE. Elaboração: IPECE.

2. Desenvolvimento Social no Período Recente

Nesta seção serão apresentados os indicadores que refletem a melhoria do bem-estar nas dimensões da renda, educação, saúde, e condições de domicílios. Todos os indicadores analisados procuram refletir a qualidade de vida da população e proporcionam informações relevantes para a orientação de políticas públicas no Estado do Ceará.

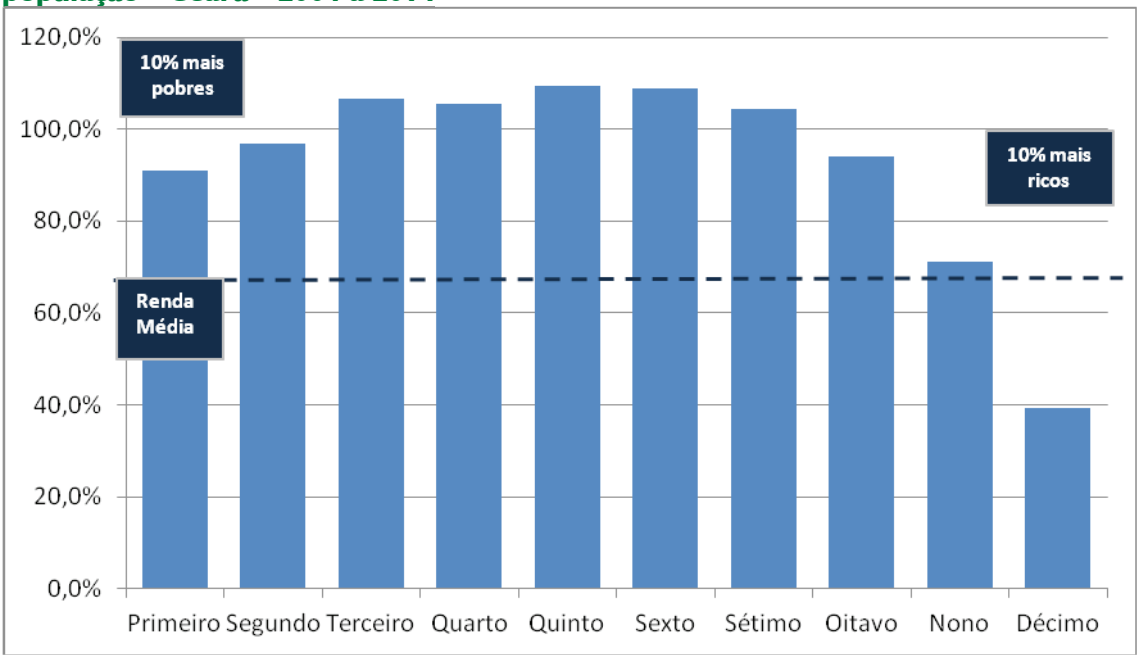
As informações utilizadas para a construção dos indicadores de renda, educação e condições de domicílio são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, enquanto as de saúde são oriundas da Síntese de indicadores Sociais do IBGE.

2.1 Renda

A renda domiciliar per capita média da população cearense cresceu 6% de 2013 para 2014. Considerando o período de 2004 a 2014, a renda média do Ceará cresceu 67,7% enquanto a brasileira apresentou o crescimento de 56,7% e a do Nordeste, 71,8%. A renda domiciliar per capita cearense que era de R$ 369,4 em 2004, passou para R$ 619,3 em 2014.

Analisando o crescimento da renda por estratos da população, percebe-se que o crescimento foi maior para a população mais pobre. A renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres cresceu mais que o dobro da renda dos 10% mais ricos.

Gráfico 11 – Taxa acumulada de crescimento (%) da renda domiciliar per capita por décimos da população – Ceará – 2004 a 2014



Fonte: Pnad. Elaboração IPECE.

Considerando apenas a renda do trabalho das pessoas com 15 anos ou mais de idade ocupadas, o crescimento foi de 56,1% entre 2004 e 2014. A renda média do trabalhador cearense passou de R$ 713 em 2004 para R$ 1.113 em 2014.

Destaca-se a redução do diferencial de rendimento entre homens e mulheres. Em 2004, as mulheres recebiam em média 24,9% a menos que os homens, essa diferença caiu para 21,3% em 2014.

2.2 Pobreza e Desigualdade

O crescimento da renda dos mais pobres, acima da média, contribui para a redução da desigualdade. O índice de Gini da renda domiciliar per capita, que mede o grau de concentração de renda, era de 0,575, em 2004, caiu para 0,503 em 2014.

O crescimento da renda aliado à redução da desigualdade impactou numa considerável redução do número de pessoas

em condição de pobreza (< ½ s. m.3) e extrema pobreza (< R$ 77,00 per capita). Entre 2004 e 2014, o Ceará reduziu em 21,1% o percentual de pobres e 64% a proporção de extremamente pobres.

Considerando o nível educacional da população, as maiores reduções na proporção de pobres ocorreram nos grupos sem instrução e com ensino fundamental incompleto. No Ceará, entre as pessoas sem instrução a redução da pobreza foi de 31,4% entre 2004 e 2014. Já entre as pessoas com ensino fundamental incompleto foi de 20,3%.

2.3 Educação

Um dos principais indicadores educacionais é a taxa de analfabetismo definida como o percentual das pessoas com 15 anos ou mais de idade que são incapazes de ler ou escrever um bilhete simples. No Ceará, 21,6% das pessoas com 15 anos ou mais eram consideradas analfabetas em 2004, reduzindo-se para 16,3% em 2014.

Os maiores percentuais de analfabetos se concentram nas faixas etárias mais elevadas, principalmente, a partir dos cinquenta anos, o que torna mais difícil uma redução mais acelerada deste indicador. Dessa forma, a maneira mais eficaz para combater essa realidade é interromper o processo de analfabetismo no segmento jovem da população.

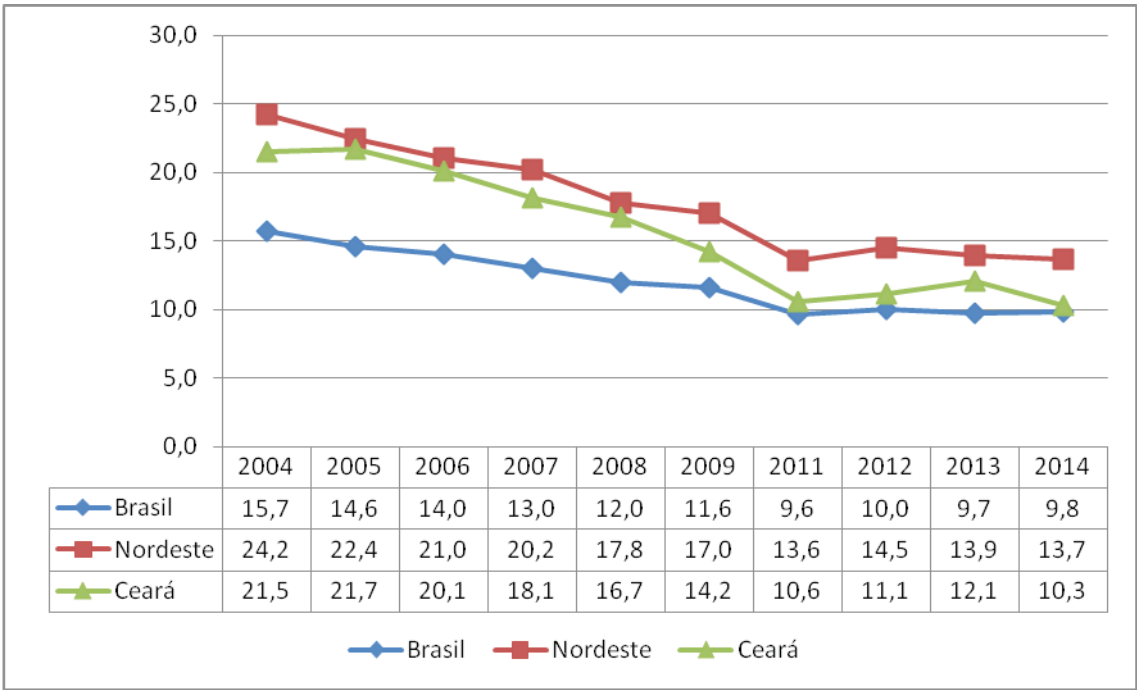
Considerando este cenário, atualmente políticas públicas educacionais que buscam melhorar a taxa de alfabetização escolar da população são estratégias cada vez mais eficazes. O Ceará foi pioneiro nessa iniciativa. Em 2007, foi criado o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC como uma política de melhoria da educação básica e combate ao analfabetismo nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Em 2013, o Programa serviu de referência para a implantação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, com abrangência para outros estados brasileiros.

A principal meta do PAIC é alfabetizar todos os alunos até o 2° ano do Ensino Fundamental. Entre 2004 e 2014, o Ceará reduziu em 52,1% a taxa de analfabetismo das crianças de 6 a 14 anos de idade. Em 2004, 21,5% das crianças nessa faixa etária eram analfabetas, enquanto em 2014 esse percentual caiu para 10,3%.

3 Considerando o salário mínimo nominal de cada ano.

Gráfico 12 – Taxa de Analfabetismo da População de 6 a 14 anos de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2004 a 2014



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	15,7	14,6	14,0	13,0	12,0	11,6	9,6	10,0	9,7	9,8
Nordeste	24,2	22,4	21,0	20,2	17,8	17,0	13,6	14,5	13,9	13,7
Ceará	21,5	21,7	20,1	18,1	16,7	14,2	10,6	11,1	12,1	10,3

Fonte: PNAD/IBGE.
Nota: Microdados reponderados da PNAD 2001-2012 com Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação - Revisão 2013, por sexo e idade.

Outro indicador representativo da evolução educacional é o percentual de analfabetos funcionais, que considera todas as pessoas com 15 anos ou mais e que possuem menos de 4 anos de estudo e que, portanto, detêm poucos conhecimentos formais, impondo um limite para a elevação dos seus níveis de produtividade. Em 2004, 35,8% dos adultos cearenses eram analfabetos funcionais, enquanto em 2014 esse percentual passa a ser de 26,4%.

Outra forma de observar o quadro geral da educação é por meio da análise da composição educacional em termos de diferentes níveis de ensino – fundamental, médio e superior. No ensino fundamental consideram-se as pessoas de 15 anos ou mais e no caso dos ensinos médio e superior, as pessoas de 25 anos ou mais.

A proporção de pessoas de 15 anos ou mais com ensino fundamental completo no Ceará cresceu assim como as proporções de adultos com 25 anos ou mais com ensino médio e superior. Isso refletiu no indicador de escolaridade média da população cearense que apresentou mudança de 5,0 para 6,4 anos de estudos em 2004 e 2014.

2.4 Saúde

Na área da saúde devem ser destacados avanços consideráveis nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à saúde da criança, mas também problemas que, apesar dos esforços governamentais, ainda não foram transpostos, havendo a necessidade da continuidade do monitoramento e avaliação de suas causas e soluções.

Um dos indicadores importantes na área de saúde é o da Razão da Mortalidade Materna que representa o número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Esse indicador estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos.

Observando-se a evolução do indicador Razão da Mortalidade Materna, identifica-se uma tendência de aumento entre os anos de 2007 e 2014 o qual passou de 71,70 para 88,60 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos, respectivamente. Apesar dessa tendência no período destacado, deve ser mencionado que entre 2012 e 2013 registrou-se uma redução, dado que nesse primeiro ano a razão foi de 90,90 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos.

Dentre os avanços na área da saúde, pode ser destacada a redução da mortalidade infantil no Estado do Ceará, cuja taxa passou de 28,9 em 2004 para 15,8 óbitos por mil nascidos vivos em 2014, representando uma redução de 16,5% nesse período. A taxa de mortalidade infantil expressa o nível de exposição das crianças às doenças no primeiro ano de vida. Formalmente, este indicador representa o número de óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos.

A mortalidade infantil no Ceará segue a mesma tendência do contexto nacional de redução progressiva. Essa condição de redução da taxa de mortalidade infantil no Estado do Ceará foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer da população cearense. No período entre 2004 e 2014, as pessoas nascidas no Ceará aumentaram sua expectativa de vida em aproximadamente 3,3 anos. Essa diferença foi bem parecida à observada para o Nordeste e no Brasil de 3,5 anos simultaneamente.

2.5 Condições de domicílios

Nesta subseção serão analisados indicadores que retratam a evolução das condições dos domicílios no que diz respeito ao acesso a serviços públicos essenciais. Estes indicadores evidenciam, portanto, a evolução da qualidade de vida da população e também são importantes para se avaliar o nível de inclusão social.

Primeiramente, considera-se a porcentagem de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, quando a água do domicílio provém da rede geral de distribuição que, em princípio, oferece água tratada. O Ceará apresentou uma redução neste indicador, passando de 74,3% dos domicílios com abastecimento em 2004 para 78,6% em 2014.

Outro indicador relevante para se caracterizar a condição dos domicílios é a porcentagem de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto. Entre 2004 e 2014, a taxa de cobertura de esgotamento sanitário aumentou. Apesar do avanço observado, o indicador ainda se encontra em um nível relativamente baixo em comparação com a média brasileira. Em 2004, a porcentagem de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto era de 39,0% e passou para 44,8% em 2014.

Complementando a análise das condições dos domicílios, é importante abordar a porcentagem de domicílios com coleta adequada de lixo, que é um indicador relevante, para avaliar a qualidade de vida da população. Percebe-se que este indicador permaneceu estável ao longo dos últimos anos.

Por fim, considerando o atendimento dos domicílios com energia elétrica, evidencia-se que os percentuais de cobertura são bastante elevados e muito próximos da universalização.

Avaliação dos Eixos da Política de Governo

RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO

Com foco no desenvolvimento estadual, as diretrizes estratégicas de Governo refletem o desafio maior de superar as desigualdades sociais e econômicas, o que, necessariamente, implica reduzir de forma drástica as condições de extrema pobreza em que vive a população e as disparidades entre a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF e o interior do Estado.

Para superar esses desafios, o Governo vem atuando na lógica da Gestão Pública por Resultados – GPR e focando suas ações com o intuito de promover uma efetiva mudança nas áreas econômica, social, ambiental e de gestão. Para tanto, o Governo do Estado organizou suas ações em três eixos estruturadores: Sociedade Justa e Solidária; Economia para uma Vida Melhor; e Governo Participativo, Ético e Competente, os quais se desdobram em resultados estratégicos a serem alcançados.

Dessa forma, os resultados estratégicos de governo expressam os grandes compromissos da gestão com a sociedade e, portanto, são sistematicamente monitorados a partir de seus respectivos indicadores. A análise da evolução dos indicadores, visando aferir os avanços e evidenciar os desafios que ainda persistem para o governo estadual é de relevante importância para a tomada de decisões estratégicas, constituindo-se também como instrumento de transparência à atuação de governo.

Sociedade Justa e Solidária

No Eixo Sociedade Justa e Solidária, estão consolidados resultados estratégicos voltados ao alcance de novos patamares na prestação do atendimento dos setores sociais, para melhoria das condições de vida, trabalho e garantia de direitos à população cearense. Para avaliar as melhorias efetivas das políticas governamentais integrantes desse Eixo, foram definidos cinco resultados estratégicos de governo: Educação Básica Ampliada e com Qualidade; Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado; População com Acesso à Saúde Descentralizada e com Qualidade; População mais Segura e com Garantia de Direitos; e Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social.

O PPA 2012-2015 destaca a Educação como base do projeto de desenvolvimento do Estado, como política capaz de assegurar oportunidades mais igualitárias na promoção do desenvolvimento pessoal, social e econômico.

Após contabilizar avanços na primeira gestão, resultantes do trabalho de forma compartilhada com os municípios, com foco nos resultados da aprendizagem na idade certa para o período 2012-2015, as diretrizes na área da educação continuam a se voltar: para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio comprometido com as premissas de desenvolvimento pessoal, preparação para o mundo do trabalho; à valorização dos profissionais da Educação para aperfeiçoamento do seu desempenho e qualidade do ensino; à ampliação e melhoria da rede escolar; à gestão educacional que promova a autonomia da escola com efetiva participação da sociedade.

Assim, a implementação das diretrizes propostas é avaliada pelo resultado de governo Educação Básica Ampliada e com Qualidade aferido pelos indicadores: Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Estado do Ceará nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da Rede Estadual do Ensino Médio; Taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos e mais de idade; Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio; e Escolaridade Média das Pessoas de quinze anos e mais de idade.

Tabela 4 – Resultados e evolução de indicadores - 2007-2015 - Eixo Sociedade Justa e Solidária

Resultados/Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Educação básica ampliada e com qualidade									
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1)	3,8	-	4,4	-	4,9	-	5,2	-	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries finais do Ensino Fundamental (1)	3,5	-	3,9	-	4,2	-	4,4	-	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio (1)	3,1	-	3,4	-	3,4	-	3,3	-	-
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%) * (2)	19,0	18,9	18,4	-	16,5	16,3	16,7	16,3	-
Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (%) (3)	57,3	50,4	51,9	47,8	49,0	49,4	48,0	57,3	-
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade * (2) (5)	6,3	6,4	6,5	-	6,7	6,8	7,0	7,0	-
Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado									
Pessoas graduadas pelo Sistema Estadual de Ensino Superior	2.837	3.196	4.176	5.312	3.970	3.535	3.954	4.026	3.462
Pessoas concluintes nos cursos Técnicos (nível médio)	225	230	186	155	129	315	169	133	385
Pessoas concluintes nos cursos de Extensão Tecnológica	31.787	26.700	28.816	33.492	17.174	24.036	22.428	13.844	14.231
População com acesso à saúde descentralizada e com qualidade									
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	16,1	15,7	15,5	13,1	13,6	12,7	13,8	12,3	12,2
Razão da mortalidade materna (4)	71,9	71,4	75,1	80,7	67,7	90,6	82,5	61,2	52,4
Taxa de internação por diarreia em menores de 5 anos (por mil crianças)	15,6	13,7	13,2	15,9	11,9	10,8	11,2	9,8	5,6
Percentual de transferências de pacientes reguladas pela CRESUS (6)	44,0	50,4	50,9	51,0	56,8	66,0	73,0	68,0	57,0
População urbana beneficiada com rede de abastecimento de água (%) (7)	96,9	97,0	97,3	97,6	97,7	97,8	98,0	98,0	94,1
População urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário (%) (7)	34,2	35,1	35,9	37,2	37,1	37,8	38,6	38,7	39,9
População mais segura e com garantia de direitos									
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil hab.	22,2	22,5	25,8	32,0	31,3	41,4	48,0	48,6	44,1
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (0 a 16 anos de idade)	25,5	31,0	42,6	43,3	48,6	52,1	56,9	46,7	46,5
Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social									
Taxa de ocupação de jovens de 15 a 24 anos (%) * (2)	51,7	51,8	52,8	-	45,6	47,1	42,7	43,5	-
Percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos 4 anos de estudo * (2)	91,9	92,0	92,7	-	94,1	94,9	95,3	96,0	-
Percentual de jovens de15 a 24 anos que não estudam e não trabalham * (2)	21,4	20,0	19,6	-	21,5	20,4	24,6	23,0	-

Fontes: SEDUC/SECITECE/SESA/SCIDADES/SSPDS

Nota$_1$: Indicadores com série histórica ajustada por alteração de ponderações dos microdados da PNAD com base na Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, por sexo e idade realizada em 2013

Nota$_2$: Dados assinalados com (-) não estão disponíveis

(1) O Índice de Desenvolvimento Educação Básica – IDEB considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho; realizado em anos ímpares;

(2) Não são apresentados dados para o ano de 2010 para os indicadores desse Resultado Estratégico por ser ano de Censo e, portanto, não ser comparável com a série histórica da PNAD;

(3) Percentual da população de 15 a17 anos que está matriculada no nível médio de ensino;

(4) Dados sujeitos a retificação;

(5) Número médio de anos de estudo das pessoas de quinze anos ou mais;

(6) Central de Regulação do SUS do Estado do Ceará – CRESUS;

(7) Consideradas as populações beneficiadas pela CAGECE, cujo cálculo é baseado na população coberta e populações beneficiadas por SAAEs e Prefeituras Municipais.

Com relação ao resultado Educação Básica Ampliada e com Qualidade, o foco da ação de governo está centrado na ampliação do acesso à educação com qualidade, por ser o mecanismo que propicia maior igualdade e mobilidade social, partindo-se do princípio de que o ensino de qualidade possibilita o acesso a melhores condições de emprego e renda à população. Os resultados do trabalho que vem sendo realizado mostram desempenho positivo em alguns dos principais indicadores do setor, tais como: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Estado do Ceará nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; Taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos e mais de idade e Escolaridade Média das Pessoas de quinze anos e mais de idade.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em 2007, considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar, abrangendo as taxas de aprovação, reprovação e abandono, e as médias de desempenho dos alunos. Um dos principais destaques a mencionar é que o Estado do Ceará vem obtendo bons resultados na Educação Fundamental, representados, em especial, pela conquista da 6ª posição, no IDEB das séries finais desse nível de ensino. No período 2007-2013 o Ceará não só melhorou seus indicadores como superou as metas estabelecidas em todas as etapas da educação básica – anos iniciais e finais do ensino fundamental. Quanto ao IDEB do ensino médio da rede estadual, em 2011, o índice alcançado foi superior à meta de 3,2 , no entanto, em 2013, não atingiu a meta prevista de 3,5. Cumpre ressaltar que ainda não é possível avaliar os resultados de 2015, uma vez que os dados do IDEB referentes a esse ano só serão divulgados no segundo semestre de 2016.

A Taxa de Analfabetismo, um dos principais indicadores na área de educação, expressa o percentual das pessoas com quinze anos e mais de idade que não sabem ler ou escrever minimamente uma simples mensagem. Essa taxa vem caindo gradualmente nos últimos anos no Estado, apresentando uma variação negativa de 14,2% no período 2007-2014. Em 2013 evidencia-se um leve aumento do percentual, passando de 16,3% em 2012 para 16,7%, no entanto, a série histórica em análise se encerra com a taxa de 16,3%(2014), a menor do período. Contudo, não se deve deixar de ressaltar que a taxa estadual ainda representa quase o dobro da brasileira (8,3%). Os investimentos da União em convênios celebrados diretamente com os municípios, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado - PBA tem contribuído para a melhoria desse indicador.

A Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio, percentual de estudantes de quinze a dezessete anos (idade certa) que se encontram matriculados nesse nível de ensino, em relação à população escolarizável dessa mesma faixa etária, vinha apresentando um declínio. Em relação ao período 2007-2013, o decréscimo foi de 19%, o que se pode atribuir à alta reprovação, ao abandono e a outras causas sociais, a exemplo de gravidez na adolescência. É importante observar, no entanto, a tendência de reversão do comportamento do indicador, a partir de 2010, que chega a 2014 com 57,3%, recuperando a posição que registrava no início do período.

A melhoria do quadro da educação no Estado pode ser observada pela Escolaridade Média (anos de estudo) das Pessoas de quinze anos ou mais, que evoluiu de 6,3 anos em 2007 para 7 anos em 2014. Considerando que a alteração nesse indicador se dá a longo prazo, pode-se dizer que o Ceará vem apresentando resultados satisfatórios, refletindo o conjunto de todos os esforços governamentais e dos investimentos realizados no setor, que começam a produzir mudanças estruturais no perfil educacional do Estado. Saliente-se, no entanto, a importância de se intensificarem as medidas de políticas, uma vez que o Estado ainda se encontra distante da média brasileira de 8,1 anos de estudo.

No que se refere ao resultado Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado, cujo objetivo é melhorar a formação da população para inserção no mercado de trabalho e o aproveitamento do potencial socioeconômico e cultural das regiões do Estado, a oferta de educação profissional do Governo dá-se, principalmente, mediante a rede de unidades do Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, que dispõe três Faculdades

Tecnológicas – FATEC, quatro Centros Vocacionais Técnicos e uma Rede de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos.

A despeito das ações de Governo serem direcionadas à expansão da oferta de cursos profissionalizantes, o indicador concluinte nos cursos de extensão tecnológica apresenta uma variação negativa no período 2012-2015 de 40,79%. Dentre os fatores que podem explicar essa variação está a alta evasão devido às condições sociais e econômicas dos alunos e ao desgaste natural da Rede CVT, motivado por fragilidades associadas tanto ao capital humano como às estruturas físico-laboratoriais.

Já no que se refere ao indicador Número de concluintes nos cursos técnicos observa-se uma variação positiva de 71%, passando de 225 em 2007 para 385 em 2015.

No âmbito do resultado População com acesso à Saúde Descentralizada e com Qualidade, merece destaque a Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos, que vem caindo nos últimos anos no Estado e apresentou uma redução de aproximadamente 11,6% entre 2013 e 2015. Apesar desse comportamento, o Ceará ainda possui uma taxa de 12,2 óbitos por mil nascidos vivos. A redução das doenças diarreicas, respiratórias agudas e causas perinatais influenciaram diretamente na retração desse indicador.

A Razão da Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos representa o número de óbitos de mulheres durante a gestação, ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração da gravidez, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, ou por medidas a ela relacionadas, porém não devido a causas acidentais ou incidentais, em relação a 100 mil nascidos vivos. Este indicador, mesmo apresentando uma tendência decrescente no Estado, em 2012, registrou um pico de 90,6 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos em 2012, decrescendo porém, para 52,4 no ano de 2015, razão que ainda é considerada alarmante se comparada à recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, que considera como aceitável a razão de mortalidade materna de até 20 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

A Taxa de Internação por Diarreia em menores de cinco anos é um indicador com tendência decrescente no Estado, tendo apresentado redução de 64% entre 2007 e 2015, passando de 15,6 para 5,6 internações por mil habitantes menores de cinco anos. É importante observar que o pico registrado em 2010 deveu-se ao ajuste dos dados populacionais, em virtude da realização do Censo pelo IBGE, no mesmo ano, uma vez que os números absolutos de crianças internadas apresentaram comportamento decrescente.

O percentual de Transferências de Pacientes Reguladas pela CRESUS mostra melhoria significativa do sistema de saúde no Estado, se considerada a evolução registrada de 64% entre 2007 e o ano de 2013, quando 73% dos pacientes foram transferidos sob controle da Central de Regulação, atingindo seu pico. Esse desempenho mostra que o trabalho contínuo de sensibilização de gestores municipais e diretores dos hospitais, por meio das Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES, deve ser fortalecido.

Dois importantes indicadores na área de saneamento são condicionantes do nível de saúde no Estado. A cobertura da rede de abastecimento de água para a população urbana apresentou uma evolução até o ano de 2014, quando registrou um valor de 98%. A partir do ano de 2015 adotou-se nova metodologia de cálculo do indicador, visando maior precisão e confiabilidade dos dados, ficando o percentual em 94,1%. Ratifica-se que isto não representa um decréscimo na população coberta pela rede. Quanto à cobertura da rede de esgotamento sanitário, observa-se que houve melhoria nos índices, embora ainda se situe, no ano de 2015, abaixo de 40%.

A área de segurança tem se mostrado a mais vulnerável do Estado. Os dois indicadores acompanhados para avaliar o alcance do resultado referente à População mais Segura e com Garantia de Direitos, Taxa de Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes e Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (zero a dezessete anos de idade), praticamente dobraram no período 2007-2015, entretanto o primeiro indicador apresenta perspectiva de reversão desse comportamento, considerando o último ano da série. Mesmo com os esforços

empreendidos pelo Sistema de Segurança Pública, ainda apresentam, em 2015, taxas muito altas de 44,1 de homicídios por 100 mil habitantes e de 46,5 por cem mil crianças e adolescentes.

O consumo e a comercialização de drogas estão fortemente relacionados à alta taxa de homicídios dolosos, uma vez que induz ao aumento da criminalidade entre membros de gangues rivais e usuários de drogas em dívida com os traficantes. O comércio ilegal de armas também figura nesse cenário como elemento facilitador da prática desse crime, a despeito do número crescente de apreensões.

Já a violência sexual contra crianças e adolescentes, fruto das desigualdades sociais, bem como da violência interpessoal ou intradomiciliar, cometida pela família ou responsáveis, que por sua vez, é motivada pela desagregação e desestruturação dos valores humanos, manifesta-se nas diferentes camadas sociais. A evolução crescente desta taxa indica a necessidade de intensificar as ações voltadas para a garantia do direito à educação, à saúde, à proteção de adolescentes e jovens, bem como ao enfrentamento dos problemas causados pelo turismo sexual, que avançam com maior intensidade nas áreas litorâneas.

Os indicadores relativos ao resultado estratégico "Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social" evidenciam uma situação preocupante. Enquanto o percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos quatro anos de estudo apresentou melhora contínua na série analisada, chegando ao patamar de 96% (2014), os indicadores relativos à ocupação e ao percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham se encontram em níveis críticos. O percentual de jovens ocupados teve uma elevação entre 2013 e 2014, situando-se em 43,5%, no entanto, em nível ainda distante do registrado em 2007 (51,7%). Comportamento semelhante se observa em relação aos jovens que não estudam e não trabalham, que apesar de ter se reduzido entre 2013 e 2014, ainda não recuperou a proporção que registrava em 2007 (21,4%), mostrando o desafio que representa a criação de oportunidades para que o jovem não permaneça na ociosidade. Desta forma, conclui-se que o alcance desse resultado requer do Governo avançar com políticas intersetoriais buscando conjugar crescimento econômico com educação, ciência, tecnologia e inovação com foco no ingresso do jovem no mercado de trabalho.

Economia para uma Vida Melhor

O Governo estadual conferiu ao eixo de política voltado para a economia o objetivo de promover o crescimento econômico com reflexos em indicadores sociais, aliado à proteção ambiental e à modernização da infraestrutura para o desenvolvimento. Assim, a promoção da "Economia para uma vida melhor" orienta a ação de Governo na direção de cinco resultados estratégicos: Crescimento Econômico com Competitividade; Aumento da Sustentabilidade Ambiental; Redução das Desigualdades Interregionais; Sociedade com Renda maior e mais bem Distribuída; e Infraestrutura Estratégica Ampliada.

Tabela 5 – Resultados e evolução de indicadores - 2007–2015 - Eixo Economia para uma Vida Melhor

Resultados/ Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Crescimento econômico com competitividade									
PIB (Valor corrente a preços de mercado – R$ milhão)	50.331	60.099	65.704	79.332	89.659	96.814	108.796	120.817 (1)	129.055 (1)
PIB *per capita* (R$)	6.149	7.112	7.686	9.390	10.510	11.250	12.393	13.662 (1)	14.493 (1)
Taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior (%)	3,34	8,49	0,0	7,96	3,77	1,60	4,99	4,36 (1)	-3,48
Saldo de empregos formais (novos postos) (2)	49.043	45.510	77.504	86.306	58.968	42.463	51.461	48.021	-34.452
Valor das Exportações (US$ FOB Milhão)	1.148,36	1.274,94	1.080,20	1.269,50	1.403,30	1.266,97	1.420,46	1.471,11	1.046,78
Aumento da sustentabilidade ambiental									
Percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs	22,0	22,1	22,1	22,1	22,1	22,1	22,1	22,1	22,1
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	95,0	96,2	94,4	94,4	96,3	91,4	92,7	88,9	88,8
População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	5,9	6,1	6,4	6,4	6,9	6,1	7,2	6,3	6,7
Redução das desigualdades interregionais									
Razão PIB Interior/ RMF (3)	0,536	0,560	0,531	0,530	0,560	0,523	0,522	-	-
Razão de empregos formais interior/ RMF (3)	0,510	0,472	0,482	0,449	0,453	0,435	0,467	0,456	-
Índice de interiorização do turismo (%)	64,8	65,3	62,3	64,6	66,1	68,3	69,1	71,5	-

Resultados/ Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sociedade com renda maior e mais bem distribuída (4)									
Renda domiciliar *per capita* (em sal. min.) (5)	0,77	0,85	0,83	-	0,85	0,86	0,81	0,86	-
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. *per capita*) (5)	52,7	50,9	51,5	-	49,4	46,7	46,9	43,7	-
Percentual de extremamente pobres (< R$ 70,00 *per capita*) (5) (6)	14,2	9,3	10,8	-	10,2	8,5	8,3	6,3	-
Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* (%) (5)	0,548	0,538	0,544	-	0,537	0,524	0,513	0,503	-
Renda domiciliar *per capita* da zona rural (em Sal. Min.) (5)	0,41	0,46	0,43	-	0,44	0,45	0,47	0,47	-
Infraestrutura estratégica ampliada									
Movimentação de cargas no Terminal do Pecém (mil t/ ano)	2.739,9	1.448,4	1.925,8	2.413,0	3.027,2	4.045,8	6.327,28	8.274,7	7.011,4
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (milhão m^3)	2.864	2.896	2.896	2.896	3.063	3.063	3.147	3.164	3.164

Fontes: IPECE/CONPAM/SEINFRA/SETUR/SRH

Nota: Dados assinalados com (-) não estão disponíveis.

(1) Previsão sujeita a retificação;

(2) Fonte: CAGED - série histórica modificada em função do registro de informações fora do prazo;

(3) Foi considerado Interior, o total do Estado menos o valor da RMF;

(4) Não são apresentados dados para o ano de 2010 para os indicadores deste Resultado Estratégico por ser ano de Censo e, portanto, não ser comparável com a série histórica da PNAD;

(5) Série ajustada por alteração de ponderações dos microdados da PNAD com base na Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, por sexo e idade realizada em 2013;

(6) Em valores Reais de 2010.

O alcance do resultado "Crescimento Econômico com Competitividade" é avaliado no Estado a partir de vários indicadores, entre eles o PIB a preços de mercado, que exprime o valor adicionado dos bens e serviços produzidos nos setores agropecuário, industrial e de serviços, incluindo-se os impostos líquidos de subsídios.

Em 2014, quando a economia nacional sofria os efeitos da crise econômica com crescimento praticamente nulo, a economia cearense exibiu um crescimento de 4,36%. Já em 2015, fortemente afetado pela crise econômica brasileira, o comportamento observado do PIB estadual foi de queda de 3,48%, influenciada principalmente pela retração do consumo das famílias, em função do aumento do desemprego e da decorrente redução da massa salarial, somada a uma forte pressão inflacionária, alto nível da taxa de juros, redução do nível de crédito e queda dos investimentos privados. Esses dados resultaram em um valor corrente a preços de mercado do PIB cearense de R$ 120,8 bilhões em 2014, e, em 2015, de R$ 129 bilhões. Com tais posições, a riqueza média gerada no Estado por habitante, o PIB per capita, situou-se em R$ 13.662,00 e R$ 14.493,00 nos dois últimos anos.

Fortemente relacionados com o produto da economia, os indicadores de emprego e comércio exterior refletiram o comportamento negativo verificado em 2015. É importante ressaltar que, considerando-se a série histórica 2007 a

2013, observa-se forte oscilação do saldo de empregos formais. Em 2009 e 2010, registraram-se os maiores números de criação de novos postos de trabalho seguidos de um nítido movimento de desaceleração desse indicador. O desempenho da economia cearense no ano de 2013 permitiu uma recuperação do mercado de trabalho, em relação a 2012, com um crescimento de 19,5%.

Numa análise sintética do período evidencia-se que o saldo de novos postos de trabalho foi positivo até 2014. Em 2015 ocorreu uma nítida deterioração na capacidade de geração de emprego na economia cearense com a destruição de 34.452 postos de trabalho celetistas. A Indústria de transformação foi o principal setor responsável pela eliminação de postos de trabalho com carteira assinada, reproduzindo o comportamento já observado no ano de 2014, fato que também ocorreu com a indústria extrativa mineral.

As exportações cearenses em 2015 registraram um valor de US$ 1,05 bilhão, apresentando uma queda de 28,9% em relação ao ano de 2014. No contexto das exportações nordestinas, o Estado foi superado pela Bahia, Maranhão, Pernambuco e Alagoas, assumindo, assim, a quinta posição. Esse desempenho levou o saldo da balança comercial cearense a manter sua trajetória negativa dos últimos anos. Ressalte-se ainda que 2015 figura como o ano de valor mais baixo desse indicador desde 2007, voltando ao nível ainda abaixo do registrado em 2009, ano de crescimento nulo do PIB estadual.

A política voltada para assegurar uma economia para uma vida melhor foca indicadores de qualidade do meio ambiente no Estado para avaliação do resultado "Aumento da sustentabilidade ambiental". O percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs, que compreendem áreas protegidas, criadas pelo poder público federal (IBAMA), estadual (SEMACE) e municipal, manteve-se praticamente estável de 2012 a 2015. Embora, ao longo do período, esse percentual não tenha mostrado avanço, vale salientar a realização de estudos para a criação de UCs na região do Sertão Central e Inhamuns, inseridas no bioma Caatinga.

Com relação ao indicador de população urbana da RMF, beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, observa-se que o percentual de pessoas beneficiadas permaneceu praticamente estável nos últimos anos do período, 89%, representando uma queda em relação aos anos anteriores. O comportamento dessa taxa pode ser explicado tanto pela perda do status de aterros sanitários para lixões, que passaram a operar inadequadamente por falta de uma gestão adequada e pelo alto custo de manutenção do equipamento e suas unidades correlatas, como em razão da inclusão de novos municípios sem aterros sanitários na composição da RMF.

Quanto ao indicador que reflete a população residente nas áreas urbanas dos municípios do interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, em 2015 observa-se uma pequena evolução em relação a 2014, passando de 6,3% para os atuais 6,7%. Essa evolução se deu, não em função da construção de novos empreendimentos, mas pelo uso compartilhado de aterros já existentes por municípios vizinhos. O Governo do Estado tem investido na reestruturação dos consórcios, elaboração de projetos de centrais de tratamento de resíduos e ecopontos para serem implementados nos municípios. Além disso, é importante destacar a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, instrumento de planejamento fundamental para o desenvolvimento do setor. As ações de destinação adequada dos resíduos sólidos provocam reflexos positivos na preservação do meio ambiente e para a saúde da população, evitando a disseminação de doenças transmitidas por vetores relacionados à água, tais como a dengue, zika e chikungunya.

O objetivo do Governo de interiorizar o desenvolvimento, com a desconcentração espacial das políticas setoriais tem como foco a "Redução das Desigualdades Interregionais". Dentre outras ações, o fortalecimento da infraestrutura estratégica, em consonância com a política de Turismo - baseada na criação de equipamentos turísticos, articulada à interiorização da atividade a partir de iniciativas como a construção de centros de eventos (Iguatu e Crato), a duplicação e requalificação de rodovias, além do saneamento e melhorias urbanas à beira-mar em localidades do litoral cearense tem trazido, em consequência, o contínuo aumento de turistas que visitam o interior do Estado. Tal fato se constata pelo índice de interiorização do turismo, correspondente ao percentual de turistas que estiveram em Fortaleza, como destino, e se deslocaram para o interior, que passou de 68,3% em 2012 para 72,0% em 2015.

Tais estratégias somadas às ações governamentais de atração industrial, com estímulo à implantação de empreendimentos no interior do Estado, não conseguiram contrabalançar o efeito da concentração das atividades econômicas na RMF, estimulada por iniciativas como o Complexo Industrial Portuário do Pecém, que tem absorvido recursos crescentes, públicos e privados, além dos investimentos na cidade de Fortaleza e nos municípios mais dinâmicos da região. Em decorrência, não se observa a mudança esperada nos indicadores que medem a relação da economia Interior/RMF. O maior dinamismo da economia da RMF resultou na retração do indicador Razão do PIB Interior/PIB RMF que era 0,560 em 2007, para 0,522 em 2013. Por sua vez, o indicador que representa a quantidade de emprego formal existente no Interior para cada emprego na RMF apresentou igualmente redução, passando de 0,510 em 2007 para 0,456 em 2014, mostrando a acentuação da desigualdade entre a região da capital e o interior que caracteriza o Ceará.

Alinhado ao objetivo estratégico nacional, o Governo elegeu como resultado "Sociedade com Renda Maior e Melhor Distribuída", tendo em vista orientar as políticas governamentais para promover a melhor distribuição dos frutos do contínuo crescimento econômico estadual, visando reduzir a população em situação de pobreza. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Governo atuou satisfatoriamente na direção desse resultado. Os indicadores mostraram um comportamento positivo, comparando-se o último ano da série em análise a 2007. Assim, no período, 2007-2014, a renda domiciliar per capita, indicador que afere a renda média das pessoas no Estado, evoluiu de 0,77 para 0,86 salário mínimo. A percentagem de pobres do Ceará (pessoas com renda abaixo de meio salário mínimo) reduziu-se de forma significativa entre 2007-2014, situando-se em 43,7% em 2013, enquanto, em 2007, superava 52%. Seguindo essa trajetória, porém, de forma mais acentuada, o percentual de pessoas extremamente pobres, correspondente a quem aufere renda inferior a R$ 70,00 per capita, refletiu a proposta das políticas sociais de reduzir drasticamente a pobreza nesse segmento, apresentando uma retração significativa, ao sair de 14,2% em 2007 para 6,3% em 2014. Por sua vez, a renda domiciliar per capita na zona rural em salário mínimo, mesmo apresentando uma tendência de crescimento, no período 2007-2014, chegou apenas a pouco mais da metade do valor da renda domiciliar per capita estadual, 0,47 salário mínimo, evidenciando a necessidade de intensificar as estratégias para elevar a renda no campo. Tomando-se ainda como base o Índice de Gini da renda domiciliar per capita, observa-se, nos últimos anos, uma redução da desigualdade de renda no Estado do Ceará. Esse indicador retrata o nível de concentração da renda, com valores que variam no intervalo de zero (máxima igualdade) a um (máxima desigualdade). Apesar das oscilações, o índice cearense decresceu, inclusive aproximando-se do nacional, registrando, no último ano do período 2007-2014, a menor desigualdade verificada 0,503, após cair de forma continuada a partir de 2011. Em síntese, se de um lado, os valores dos indicadores do resultado em foco mostram grandes desafios para alcançar níveis satisfatórios, de outra forma, constatam a efetividade das ações implementadas na redução da pobreza e desigualdade de renda.

Para assegurar as bases requeridas para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, o governo definiu, como resultado a ser perseguido, a "Ampliação da infraestrutura estratégica" apoiada na melhoria da logística do setor de transportes e no aumento da capacidade de acumulação hídrica. Como projetos estratégicos para esse resultado, figuram a ampliação do Porto do Pecém, integrado à implantação da Refinaria e Siderúrgica e à Zona de Processamento de Exportação – ZPE, e o fortalecimento da infraestrutura hídrica.

No que se refere à movimentação de cargas no Terminal Portuário do Pecém, em 2014, chegou a 8,3 milhões de toneladas, cerca do triplo do resultado alcançado em 2007, decorrente, em parte, do aumento da capacidade operacional do Porto assegurada pela construção do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT e instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de granéis sólidos. No ano de 2015, refletindo a crise econômica, a movimentação reduziu-se tendo a quantidade de carga registrado 7 milhões de toneladas.

No que se refere à Acumulação Hídrica, o Estado atualmente possui uma capacidade de 3,16 bilhões de m³, considerando apenas os açudes estaduais. O incremento foi de 101 milhões de m³ de água com a conclusão de seis barragens no período de 2012 a 2015, contribuindo significativamente com a evolução deste indicador. Estima-se que 800.000 pessoas sejam beneficiadas direta e indiretamente com água para consumo humano e animal, irrigação e lazer, bem como a perenização dos vales dos rios correspondentes.

Governo Participativo, Ético e Competente

O Governo estadual no PPA 2012-2015 propôs políticas setoriais e temáticas de promoção da intersetorialidade, redução das desigualdades sociais e regionais o que exigiu, sob a ótica da gestão, a adoção de instrumentos e práticas modernas de planejamento e gestão fiscal, visando democratizar a formulação e acompanhamento das políticas públicas, conferir transparência às informações e realizar, com competência, o serviço prestado à população.

Com esse propósito, o Governo espera gerar, no contexto desse eixo, os resultados: Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas; Gestão pública qualificada e ágil; Aumento da capacidade de investimento do Estado e Eficiência nos gastos públicos.

Tabela 6 – Resultados e evolução de indicadores - 2007 - 2015 - Eixo Governo Participativo, Ético e Competente

Resultados/ Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas									
Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Tesouro)	77,3	76,3	70,4	83,4	84,5	87,3	88,5	96,7	91,1
Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%)	-	-	-	-	95,0	92,3	89,2	91,4	89,1
Gestão pública qualificada e ágil									
Pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania (1)	465.665	483.274	538.474	980.182	977.867	1.027.859	1.006.868	748.294	1.297.903
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min.) (2)	17,6	16,6	13,3	14,4	14,5	13,6	12,5	13,6	13,0
Aumento da capacidade de investimento do Estado									
Investimento / Receita corrente líquida (%)	8,9	13,4	23,3	32,4	23,6	17,0	16,7	24,1	15,8
Resultado primário (R$ milhões) (3)	1.134,0	1.380,2	1.164,6	877,2	1.881,4	621,1	746,2	455,3	460,8
Nível de endividamento (dívida corrente líquida/receita corrente líquida) (proporção)	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	0,29	0,31	0,61
Eficiência nos gastos públicos									
Outras despesas correntes/receita corrente líquida (%)	34,9	33,6	36,8	39,0	36,6	32,1	33,1	35,9	33,6
Gastos correntes finalísticos / Despesa Total (%)	29,7	20,9	18,9	19,5	19,3	18,0	17,6	18,0	17,9

Fontes: SEPLAG/CGE/SEJUS/SSPDS/SEFAZ

(1) De 2007 a 2009 o indicador se refere aos atendimentos nas casas do cidadão, nos caminhões da Cidadania, nas casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania; a partir de 2010 passou a incorporar os atendimentos prestados ao cidadão pela SSPDS (emissão de documentos de identidade) e pela STDS (carteiras de trabalho).

(2) Dados preliminares sujeitos à retificação.

(3) Os valores do resultado primário foram atualizados segundo conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF de 04/05/2000.

Cumprindo o compromisso de aperfeiçoar os processos de relacionamento com os meios de comunicação, o diálogo com representações da sociedade e as relações com os poderes constituídos, o Governo buscava o resultado estratégico "Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas". A posição ascendente do indicador Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Fonte Tesouro) vem demonstrando desempenho satisfatório, o que pode ser atribuído a melhor sintonia entre o projeto de Governo e o que a sociedade elegeu como prioridade, por meio do Plano Plurianual – PPA, elaborado de forma participativa em oficinas nas oito macrorregiões do Ceará. O total de recursos autorizados por Lei para aplicação vem sendo executado em patamares crescentes passando dos 77,3% em 2007 para 91,1% em 2015.

O canal de acesso ao Governo tem seu desempenho avaliado pelo indicador "Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%)", de responsabilidade da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE. Embora esse indicador, só a partir de 2011, venha sendo aferido, revelou um resultado satisfatório do Governo nas respostas às manifestações da população respondidas no prazo definido legalmente, por meio de uma comunicação com qualidade voltada para esclarecer o cidadão. Embora o indicador tenha mostrado um pequeno declínio, a média de 91% ao longo do período do PPA denota uma atuação tempestiva da CGE, por meio do Sistema de Ouvidoria – SOU, no atendimento às demandas.

O resultado voltado à qualidade da gestão pública é avaliado pelo Governo por meio de indicadores que traduzem os fortes anseios da população: pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania e tempo médio de resposta ao atendimento de ocorrências policiais na RMF, desde o recebimento pelo Centro Integrado de Operações Policiais – CIOPS até a chegada da polícia no local da ocorrência.

O indicador "Pessoas beneficiadas com atendimento em cidadania" refere-se aos serviços prestados pelas unidades de atendimento – Casas do Cidadão (Fortaleza) e Caminhões do Cidadão (que circularam no Estado), realizando a emissão de diversos documentos, além da atuação do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Cearense de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Centro de Referência e Apoio à Vitima de Violência, Comissão Especial de Anistia, Programa de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas e Escritório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. A partir de 2010, o indicador passou a incorporar os atendimentos prestados ao cidadão pela SSPDS (emissão de documentos de identidade) e pela STDS (emissão de carteiras de trabalho). Conforme se observa na série histórica, esse indicador demonstra que houve um significativo aumento do atendimento ao cearense na garantia dos direitos de cidadania.

O indicador Tempo médio de resposta ao atendimento de ocorrências policiais na RMF (min), registrou avanço com o decréscimo de 17,6 minutos (2007) para 13,0 minutos (2015), o que se deve à intensificação do policiamento ostensivo realizado, em especial, pela Polícia Militar, com a distribuição do aparato policial, observando os locais que figuram nas estatísticas com os maiores índices de criminalidade.

No período 2007-2015, o aumento da capacidade de investimentos do Estado se confirmou em virtude de uma política fiscal responsável. O esforço do Governo para aumentar a arrecadação própria (a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional e da política de desoneração da tributação de diversos produtos selecionados) mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação atrelada à implementação de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em

exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, permitiu que o Governo estadual se capacitasse para manter seu programa vigoroso de investimentos públicos.

Desta forma, a relação Investimento/Receita Corrente Líquida (%) encontra-se em um nível bastante satisfatório, se observados os dados do período 2007 a 2015, com destaque para o ano de 2010, quando atingiu a marca de 32,4%. Em 2015, apesar de indicativos desfavoráveis como queda real de receitas e concentração no curto prazo de amortizações da dívida, o Estado do Ceará ainda ocupa uma posição de destaque nesse indicador quando comparado aos outros entes federados.

O Resultado Primário, outro importante indicador na aferição da capacidade de investimento do Estado, expressa a diferença entre a receita líquida não financeira (Receita Total deduzidos juros, operações de crédito e transferências constitucionais e legais a Municípios) e as despesas não financeiras (Despesa Total menos despesas com juros, encargos e amortização da dívida). Esse indicador é calculado de acordo com a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, retirando do cálculo as despesas com os investimentos considerados estruturantes pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Resultado Primário alcançou, em especial, no período 2007-2013, patamares expressivos, destacando-se o ano de 2011 (R$ 1.881,40).

O Nível de Endividamento, indicador igualmente importante na aferição da capacidade de investimento do Estado, expressa a proporção da Dívida Consolidada Líquida – DCL em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, indicando, assim, quanto da RCL é necessário para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo (deduzidas as disponibilidades de caixa) ou está comprometido com ele, cujo limite, pode chegar a duas vezes a RCL, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. O indicador que em 2007 (0,38) já mostrava uma situação bastante confortável do Estado, até 2013 alcançou níveis mais baixos, revelando assim a larga margem de que o Estado dispunha, nesse período, para a contratação de financiamentos visando a realização de novos investimentos. A partir de 2014, observa-se aumento do nível de endividamento, chegando em 2015 ao nível 0,61.

Com o objetivo de assegurar os recursos necessários para o alcance das metas planejadas, o Governo tem promovido uma gestão fiscal e orçamentária orientada para a eficiência nos gastos públicos. Nesse aspecto, o Governo monitora os indicadores estratégicos relativos às despesas correntes da administração estadual e racionaliza os gastos, visando assegurar maior capacidade de investimento ao Estado. A tendência da relação Outras despesas correntes/receita corrente líquida, conforme o comportamento nos anos da série em análise tem-se mantida praticamente constante. Os gastos correntes finalísticos referem-se às despesas orçamentárias com os bens e serviços que atendem diretamente à população estadual, como o funcionamento das escolas, universidades, equipamentos da área da saúde, segurança, justiça, para citar os mais expressivos, integram, portanto, as Outras despesas correntes.

O indicador Gastos Correntes Finalísticos em relação à Despesa Total caiu drasticamente em relação ao ano de 2007, quando apresentou 29,7%, embora os valores absolutos mostrem uma expansão desses gastos com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos na área da saúde, educação, segurança e justiça, turismo, entre outras, significando que outros grupos de despesas tiveram maior crescimento.

Avaliação da Execução Orçamentária do Plano Plurianual 2012 - 2015

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO PLURIANUAL 2012 - 2015

O Governo definiu sua programação pautada em três grandes eixos de política, que estruturaram a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor e Governo Participativo, Ético e Competente.

Para cada eixo, o Plano Plurianual - PPA 2012-2015 possui "Áreas Temáticas", que correspondem às áreas de atuação das Secretarias e dos temas aglutinadores de seus Programas, estando esses classificados em Temáticos Setoriais, Serviços ao Estado e de Gestão e Manutenção.

O eixo Sociedade Justa e Solidária é estruturado a partir das seguintes áreas temáticas: Educação Básica; Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional; Saúde; Desenvolvimento Social e Trabalho; Cultura; Esporte e Lazer; Segurança Pública; Justiça e Cidadania e Acesso à Justiça.

O eixo Economia para uma Vida Melhor efetiva-se pela participação das seguintes áreas temáticas: Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; Aquicultura e Pesca; Recursos Hídricos; Infraestrutura e Logística; Turismo; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Meio Ambiente; e Copa 2014.

Por sua vez, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente é composto pelas seguintes áreas temáticas: Planejamento e Gestão, Gestão Fiscal, Controladoria e Ouvidoria, Correição e Disciplina, Governo e Sociedade, Judiciário, Legislativo e Controle Externo, Essencial à Justiça, Encargos Gerais do Estado e Reserva de Contingência.

Para a consecução dos objetivos dos programas dessas áreas temáticas, no tocante à execução das ações do Executivo Estadual, a despesa total empenhada no período, considerando o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas controladas pelo Estado, alcançou o montante de R$ 74,87 bilhões, o que representa 81,06% da despesa programada no PPA (Lei + Créditos).

A seguir será apresentada a programação e execução orçamentária sob os seguintes enfoques:

- Por tipo de orçamento;
- Por fonte de recursos;
- Por grupo de natureza de despesa;
- Por tipo de programa;
- Por eixo e área temática;
- Por poder.

1. Por tipo de Orçamento

O orçamento público é um documento legal que contém a estimativa de arrecadação das receitas para o exercício seguinte e a autorização para a realização de despesas do Governo. Possui três peças em sua composição: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.

O orçamento fiscal compreende os Poderes Estaduais, Ministério Público, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público, nas despesas relacionadas à proteção dos direitos à saúde, previdência e assistência social. Finalmente, o orçamento de investimento é o orçamento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Juntos, os orçamentos fiscal e da seguridade social concentraram 98,19% de todo o orçamento programado (lei + créditos) para os exercícios 2012 a 2015. O orçamento de investimento ficou com menos de 2% dos recursos para o mesmo período. Porém, pelas características de independência destes órgãos, sua execução (empenho) não é apurada pelos sistemas de acompanhamento da execução orçamentária do Estado. Por esse motivo, visualiza-se a totalidade dos recursos empenhados apenas no item do orçamento fiscal/seguridade social.

Tabela 7 – Programação e Execução Orçamentária por Tipo de Orçamento – Acumuladas no PPA 2012-2015 - Ceará (R$ 1,00)

Tipo de Orçamento	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Fiscal/Seguridade Social	81.475.247.607,83	90.697.666.015,22	74.868.093.118,47	100,00	91,89	82,55
Investimentos das empresas controladas pelo Estado.	1.666.873.550,98	1.667.121.986,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**83.142.121.158,81**	**92.364.788.002,20**	**74.868.093.118,47**	**100,00**	**90,05**	**81,06**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

2. Por Fonte de Recursos

A execução orçamentária com base nos grupos de fontes mostra que o Tesouro foi o grupo que concentrou o maior volume de recursos empenhados no período: 84,12% contra 15,88% de outras fontes. Comparativamente, isso significa que para cada R$ 1,00 utilizado no orçamento estadual, R$ 0,84 foram provenientes principalmente da arrecadação tributária da administração e de transferência constitucional e R$ 0,16 de empréstimos, convênios, recursos arrecadados por empresas ou autarquias e demais fontes que compreendem: contribuição parlamentar, depósitos judiciais e cota-parte da contribuição do salário-educação.

A coluna dos valores empenhados em relação ao programado (lei + créditos) da tabela 8 também evidencia o nível de execução destes grupos. Na fonte Tesouro, a execução chegou a 93,99%, ao passo que em Outras Fontes ficou abaixo de 50%. Essa discrepância entre os níveis de execução dos grupos deve-se ao fato de o primeiro executar preponderantemente despesas do tipo correntes (pessoal, custeio finalístico e de manutenção, juros da dívida), enquanto as despesas do grupo Outras Fontes depende do repasse concreto de recursos voluntários de outros entes, especialmente do Governo Federal, e da contratação efetiva de empréstimos.

Tabela 8 – Programação e Execução Orçamentária por Fonte de Recursos – Acumuladas no PPA 2012-2015 - Ceará (R$ 1,00)

Fonte	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	**62.011.245.216,53**	**67.002.434.203,21**	**62.976.000.717,16**	**84,12**	**101,56**	**93,99**
Recursos ordinários	32.248.050.192,85	35.894.783.816,80	34.264.942.148,75	45,77	106,25	95,46
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	17.221.670.459,49	17.357.002.251,47	16.818.077.711,25	22,46	97,66	96,90
Recursos provenientes do FUNDEB	4.688.879.466,00	4.371.903.010,59	3.425.343.770,26	4,58	73,05	78,35
Recursos provenientes da contribuição patronal	3.094.768.219,00	3.234.095.523,36	3.081.485.112,46	4,12	99,57	95,28
Recursos provenientes da contribuição social	1.911.677.619,00	2.175.092.096,23	2.021.965.762,46	2,70	105,77	92,96
Recursos provenientes do FECOP	1.539.266.259,86	2.068.357.837,97	1.728.012.843,87	2,31	112,26	83,55
Complementação da União aos recursos do FUNDEB	947.331.623,00	1.318.212.695,69	1.235.167.203,95	1,65	130,38	93,70
Indenização pela extração do petróleo, xisto e gás	143.937.884,00	158.414.032,49	134.147.791,80	0,18	93,20	84,68
Cota-parte da CIDE	103.902.830,33	138.719.295,84	87.926.362,30	0,12	84,62	63,38
Recursos provenientes de depósitos judiciais	-	120.000.000,00	107.549.960,64	0,14	-	89,62
Medida compensatória ambiental	76.816.662,00	76.816.662,00	26.910.102,67	0,04	35,03	35,03
Recursos provenientes do FIT	15.600.000,00	61.212.066,54	38.769.980,32	0,05	248,53	63,34
Compensação ambiental	19.290.000,00	26.720.632,99	5.371.703,01	0,01	27,85	20,10
Alienação de bens	54.001,00	1.104.281,24	330.263,42	0,00	611,59	29,91
Outras fontes	**20.818.099.184,95**	**25.049.577.041,66**	**11.892.092.401,31**	**15,88**	**57,12**	**47,47**

Fonte	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Operações de crédito	8.970.055.323,08	11.631.747.515,73	4.707.426.302,18	6,29	52,48	40,47
Convênios	6.560.897.924,17	7.484.088.713,25	2.671.051.893,79	3,57	40,71	35,69
Recursos diretamente arrecadados	2.411.654.755,53	2.589.665.573,52	1.873.758.847,63	2,50	77,70	72,35
Demais fontes	2.875.491.182,17	3.344.075.239,16	2.639.855.357,71	3,52	91,80	78,94
Especiais	**312.776.757,33**	**312.776.757,33**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos provenientes do aumento de capital do Tesouro	312.776.757,33	312.776.757,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**83.142.121.158,81**	**92.364.788.002,20**	**74.868.093.118,47**	**100,00**	**90,05**	**81,06**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

Ao se analisar a execução orçamentária das Operações de Crédito no período 2012/2015 (tabela 9), destaca-se a participação dos recursos provenientes do BID e do BNDES (incluindo as linhas PROINVESTE e Estados), contemplando as fontes 59, 45, 53 e 47, cuja soma representa 68,09% do total empenhado.

Dentre as ações financiadas por essa fonte estão as obras de ampliação e aquisições para o Terminal Portuário do Pecém, reforma e ampliação do estádio Castelão, obras das linhas sul e leste do Metrô de Fortaleza, aquisição de Veículos Leve sobre Trilhos (VLTs), restauração e pavimentação de rodovias estaduais e a aquisição de equipamentos para o Hospital Regional Norte de Sobral.

Tabela 9 – Programação e Execução Orçamentária da Fonte Operações de Crédito - Acumuladas no PPA 2012-2015 - Ceará (R$ 1,00)

Operações de Crédito	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação (D) %	(C/A) %	(C/B) %
59 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	2.375.776.939,27	2.455.329.393,07	982.920.099,85	20,88	41,37	40,03
45 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	2.317.733.455,24	2.343.693.993,17	955.853.043,98	20,31	41,24	40,78
53 - Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	787.865.473,48	1.185.259.613,33	852.857.095,90	18,12	108,25	71,96
47 - Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	417.255.665,09	1.097.090.355,30	413.528.500,72	8,78	99,11	37,69
56 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/CEF	628.073.997,99	844.275.434,01	141.903.977,65	3,01	22,59	16,81
69 - Operações de Crédito Externas - PforR	213.497.213,00	649.098.585,61	297.522.781,89	6,32	139,36	45,84
67 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	300.070.620,00	458.910.620,00	142.488.214,31	3,03	47,48	31,05
58 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	398.528.422,61	444.676.986,54	186.856.639,42	3,97	46,89	42,02
71 - Operações de Crédito Internas - Outras Fontes	346.852.802,71	346.852.802,71	-	0,00	-	-
65 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	279.404.379,37	289.122.395,30	127.920.856,60	2,72	45,78	44,24
68 - Operações de Crédito Internas – PROINVESTE Refinanciamento	-	250.677.416,67	250.677.416,44	5,33	-	100,00
40 - Operações de Crédito Não Condicionadas	173.018.501,47	248.779.411,30	90.730.720,48	1,93	52,44	36,47
63 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/EX-IM	213.100.000,00	213.100.000,00	-	0,00	-	-
43 - Operações de Crédito Internas – BNDES/PEF	200.000.000,00	202.830.169,66	37.139.265,35	0,79	18,57	18,31
37 - Operações de Crédito Internas – CPAC MCMV – CEF	15.000.000,00	112.195.487,64	93.278.869,55	1,98	621,86	83,14
48 - Operações de Crédito Externas - Tesouro	102.001.434,80	104.586.489,80	3.765.688,25	0,08	3,69	3,60

Operações de Crédito	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação (D) %	(C/A) %	(C/B) %
72 - Operações de Crédito Externas - Outras Fontes	98.879.343,28	98.879.343,28	-	0,00	-	-
39 - Operações de Crédito Internas - CPAC MCMV - BB	15.000.000,00	87.609.737,92	67.977.837,92	1,44	453,19	77,59
54 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/BB	10.000,00	68.253.400,00	-	0,00	-	-
38 - Operações de Crédito Internas - CPAC Maranguapinho	25.000.000,00	65.000.000,00	48.525.995,71	1,03	194,10	74,66
57 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/KFW	33.624.701,69	33.624.701,69	9.327.317,39	0,20	27,74	27,74
64 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	29.362.373,08	30.669.178,73	3.007.843,62	0,06	10,24	9,81
55 - Operações de Crédito Internas Tesouro/BNB	-	1.232.000,00	1.144.137,15	0,02	-	92,87
Total	**8.970.055.323,08**	**11.631.747.515,73**	**4.707.426.302,18**	**100,00**	**52,48**	**40,47**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

Considerando a execução orçamentária dos convênios no período 2012/2015, destaca-se a participação da União no valor total empenhado. A quase totalidade da execução dos convênios é relativa aos recursos advindos da União (99,27%), com destinações diversas, destacando-se as obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), a implantação do Centro de Formação Olímpica (CFO), a construção de cisternas e de quintais produtivos e a aquisição e distribuição diária de leite para famílias.

Tabela 10 – Programação e Execução Orçamentária da Fonte Convênios - Acumuladas no PPA 2012-2015 - Ceará (R$ 1,00)

Convênios	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
82 - Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	5.063.089.725,00	5.882.612.785,18	2.297.037.577,62	86,00	45,37	39,05
83 - Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	1.471.925.483,62	1.553.810.372,67	354.509.475,50	13,27	24,08	22,82
90 - Convênios com Órgãos Federais - Programa PADH	4.220.400,14	16.250.089,16	10.630.859,93	0,40	251,89	65,42
89 - Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	7.767.132,17	11.791.117,78	3.602.335,94	0,13	46,38	30,55
80 - Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	9.830.022,58	9.870.022,58	555.548,48	0,02	5,65	5,63
88 - Convênios com Órgãos Privados - Administração Direta	1.730.000,00	4.737.541,84	1.874.250,78	0,07	108,34	39,56
86 - Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta	1.400.000,00	3.410.857,86	1.973.154,71	0,07	140,94	57,85
87 - Convênios com Órgãos Municipais - Administração Indireta	460.000,00	889.642,48	482.692,39	0,02	104,93	54,26
81 - Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Indireta	475.160,66	716.283,70	385.998,44	0,01	81,24	53,89
Total	**6.562.322.924,17**	**7.484.994.033,65**	**2.671.287.357,25**	**100,00**	**40,71**	**35,69**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

3. Por Grupo de Natureza de Despesa

A execução por Grupo de Natureza da Despesa - GND no período 2012/2015 apresenta destaque nos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, o que se explica pela previsibilidade

e recorrência dessas despesas no funcionamento do Estado. O grupo Investimentos, por outro lado, apresenta um desempenho inferior, explicado, em parte, por envolver um cronograma de desembolso de recursos menos previsível dada a complexidade das fases para execução da despesa, como licitação, prazos legais etc, que demandam mais tempo de realização do que as despesas correntes. Destaca-se também a amortização da dívida realizada pelo Estado no período, resultando em uma execução de 97,40% do valor programado.

Tabela 11 – Programação e Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa - Acumuladas no PPA 2012-2015 - Ceará (R$ 1,00)

Grupo de Despesa	Programado (Lei + Cred.) (A)	Empenhado (B)	Participação Empenhado (C) %	(B/A) %
Pessoal e Encargos Sociais	32.682.355.808,87	31.737.968.851,15	42,39	97,11
Outras Despesas Correntes	31.637.772.272,89	28.216.787.576,06	37,69	89,19
Investimentos	23.081.343.285,95	10.192.822.695,86	13,61	44,16
Amortização da Dívida	2.566.738.336,30	2.499.881.800,15	3,34	97,40
Juros e Encargos da Dívida	1.231.661.400,18	1.205.798.905,88	1,61	97,90
Inversões Financeiras	1.143.447.428,36	1.014.833.289,37	1,36	88,75
Reserva de Contingência	21.469.469,65	0,00	0,00	0,00
Total	**92.364.788.002,20**	**74.868.093.118,47**	**100,00**	**81,06**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

Em termos absolutos, o grupo Investimentos apresentou no período 2012/2015 valor empenhado superior a R$ 10 bilhões, sendo constituído basicamente de recursos de convênios e operações de crédito. Esses recursos foram destinados, principalmente, às obras e supervisão do Programa Viário de Integração e Logística Ceará IV (ampliação e renovação da malha rodoviária para integração dos polos de desenvolvimento), construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), ampliação do Porto do Pecém, implantação, conservação e manutenção de rodovias, obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba/Mucuripe, e expansão e melhoria das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Tabela 12 – Principais Despesas Empenhadas no Grupo Investimento – Acumuladas no PPA 2012-2015 – Ceará (R$ 1,00)

Ação	Empenhado
Ceará IV - Comp. II - Obras e Supervisão	714.140.308,01
Execução e Supervisão do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - 1ª ETAPA	572.219.413,23
Ampliação do Porto - 2ª Etapa - Comp. II - Obras	516.497.314,81
Pavimentação (Implantação) de Rodovias	500.928.207,13
VLT Parangaba/Mucuripe - Comp I - Obras	374.898.224,79
Conservação e Manutenção de Rodovias	350.876.445,06
Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional	344.290.463,03
Castelão - Comp I - Reforma e Modernização da Arena Castelão.	293.185.601,72
Implantação do Centro de Formação Olímpica	289.667.218,42
Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Ensino Médio	246.258.146,25
Construção e/ou Implantação de Cisternas	213.273.214,22
Correia Transportadora - 2ª Etapa - Comp. III - Transportadores Tubulares de Correia	211.452.664,49
Implantação de Obras Urbanas Oriundas de Demandas Municipais	191.023.143,63
Recuperação e Ampliação do Sistema Metro-Ferroviário	183.042.072,42
Implantação e Operação do Trem Metropolitano de Fortaleza - Linha Leste	166.600.323,67
CPAC - Programa Minha Casa, Minha Vida	164.938.174,94
Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	151.824.069,20
Total	**5.486.195.804,89**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

4. Por Tipo de Programa

Na execução por tipo de programa observa-se a predominância (53,73%) do tipo "Gestão e Manutenção" e que é responsável pelas despesas com a manutenção dos órgãos, com o pagamento de pessoal, do serviço da dívida e das transferências aos municípios. Neste tipo de programa, estão contidas as despesas de pessoal, tanto de caráter administrativo, quanto de caráter finalístico, ou seja, o pagamento das despesas com servidores que prestam serviços diretamente à sociedade, os quais contribuem diretamente para a oferta dos serviços contemplados nos programas finalísticos.

Já o tipo "Temático Setorial", programa de caráter finalístico, responde por quase 45% dos recursos empenhados, correspondendo aos investimentos e custeio dos serviços prestados à população cearense pelo Poder Executivo. Por sua vez, os programas do tipo "Serviço ao Estado" representam as despesas efetuadas pelos Outros Poderes, que não o Executivo, e que se destinam a prestar serviços à sociedade.

Tabela 13 – Programação e Execução Orçamentária por Tipo de Programa – Acumuladas no PPA 2012-2015 – Ceará (R$ 1,00)

Tipo de Programa	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Temático Setorial	42.548.230.918,97	49.577.993.305,73	33.663.477.642,25	44,96	79,12	67,90
Gestão e Manutenção	39.407.764.935,06	41.554.431.671,68	40.223.094.384,23	53,73	102,07	96,80
Serviços ao Estado	1.186.125.304,78	1.232.363.024,79	981.521.091,99	1,31	82,75	79,65
Total	**83.142.121.158,81**	**92.364.788.002,20**	**74.868.093.118,47**	**100,00**	**90,05**	**81,06**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

5. Por Eixo e Área Temática

Quando se analisa a execução por eixo e área temática no período 2012/2015, constata-se uma maior participação do eixo "Governo Participativo, Ético e Competente" com 46,16% do total empenhado. Essa participação é consequência direta das áreas temáticas "Encargos Gerais do Estado" e "Planejamento e Gestão". Esta engloba as despesas com a previdência social e aquela congrega, dentre outras despesas, as transferências aos municípios, as quais foram impactadas pelo excesso de arrecadação de tributos (ICMS e IPVA) no período 2012/2015, refletindo-se, consequentemente, em um volume maior transferido.

A análise das áreas temáticas finalísticas evidencia que os recursos foram destinados prioritariamente para as áreas da Saúde, Educação Básica, Segurança e Infraestrutura e Logística, refletindo a política adotada pelo Governo do Estado de promover o desenvolvimento social e proporcionar melhores condições de vida e cidadania para a população cearense. Essas áreas respondem por mais de 39% dos recursos empenhados no período. Considerando apenas as áreas temáticas finalísticas dos eixos 1 e 2, esse percentual chega a 74%.

Tabela 14 – Programação e Execução Orçamentária por eixo e área temática – Acumuladas no PPA 2012-2015 – Ceará (R$ 1,00)

Descrição	Programado (Lei) (A)	Programado(Lei+ Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Sociedade Justa e Solidária	**29.661.211.204,03**	**33.229.692.962,37**	**28.602.281.505,65**	**38,20**	**96,43**	**90,13**
Saúde	9.610.120.388,44	10.979.601.453,52	9.702.312.113,91	12,96%	102,92	91,71
Educação Básica	9.339.010.275,70	10.216.305.166,06	8.522.362.418,53	11,38%	99,83	90,13
Segurança Pública	5.473.129.062,30	6.110.861.382,39	5.845.056.164,04	7,81%	104,21	96,77
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	2.371.664.866,23	2.491.315.470,17	1.839.253.023,68	2,46%	72,92	73,41
Justiça e Cidadania	1.031.791.582,66	1.211.372.998,50	964.147.006,20	1,29%	91,52	80,80
Desenvolvimento Social e Trabalho	849.363.370,02	844.963.638,39	691.891.517,64	0,92%	80,65	82,16
Esporte e Lazer	333.866.704,30	621.615.950,97	410.275.621,93	0,55%	130,91	53,85

Descrição	Programado (Lei) (A)	Programado(Lei+ Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Cultura	267.029.933,38	347.993.724,35	258.928.553,60	0,35%	106,04	77,86
Acesso à Justiça	385.235.021,00	405.663.178,02	368.055.086,12	0,49%	91,36	87,48
Economia para uma Vida Melhor	**19.138.809.835,29**	**21.721.601.269,78**	**10.957.116.093,36**	**14,64**	**57,25**	**50,44**
Infraestrutura e Logística	8.588.705.587,40	10.020.800.716,75	5.210.428.712,04	6,96%	99,83	90,13
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	2.629.727.101,41	3.142.284.297,78	1.174.881.288,48	1,57%	130,91	53,85
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	2.218.107.597,31	2.686.712.272,00	1.776.859.411,31	2,37%	102,92	91,71
Recursos Hídricos	2.743.209.385,60	2.539.707.530,33	1.033.774.225,68	1,38%	72,92	73,41
Turismo	1.324.527.555,11	1.547.364.336,10	661.273.853,53	0,88%	80,65	82,16
Desenvolvimento Econômico	717.086.911,27	839.589.948,48	508.124.143,00	0,68%	91,52	80,80
Copa 2014	470.015.783,35	484.562.482,20	374.537.222,01	0,50%	91,36	87,48
Meio Ambiente	327.341.631,30	344.048.774,90	185.504.402,75	0,25%	106,04	77,86
Aquicultura e Pesca	120.088.282,54	116.530.911,24	31.732.834,56	0,04%	104,21	96,77
Governo Participativo, Ético e Competente	**34.342.100.119,49**	**37.413.493.770,05**	**35.308.695.519,46**	**46,16**	**102,81**	**94,37**
Planejamento e Gestão	9.455.179.975,65	10.897.987.205,37	10.167.318.194,72	13,58	107,53	93,30
Judiciário	3.239.042.522,50	3.545.574.899,77	3.313.934.090,88	4,43	102,31	93,47
Gestão Fiscal	2.450.686.440,16	2.486.378.249,82	2.275.172.184,63	3,04	92,84	91,51
Legislativo e Controle Externo	1.856.042.298,12	1.989.114.317,87	1.925.031.685,93	2,57	103,72	96,78
Governo e Sociedade	1.656.823.429,59	1.763.860.329,28	1.503.849.137,33	2,01	90,77	85,26
Essencial à Justiça	980.766.634,00	1.073.073.782,85	1.015.404.901,15	1,36	103,53	94,63
Controladoria e Ouvidoria	45.178.923,80	57.042.589,50	49.660.791,70	0,07	109,92	87,06
Correição e Disciplina	34.306.898,00	32.579.037,23	29.760.940,59	0,04	86,75	91,35
Encargos Gerais do Estado	14.429.835.224,17	15.514.225.013,71	15.028.563.592,53	20,07	104,15	96,87
Reserva de Contingência	194.237.773,50	53.658.344,65	-	0,00	0,00	0,00
Total	**83.142.121.158,81**	**92.364.788.002,20**	**74.868.093.118,47**	**100,00**	**90,05**	**81,06**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

6. Por poder

Conforme apresentado na tabela abaixo, observa-se a predominância das despesas do Poder Executivo, com 91,37% do total empenhado. Por outro lado, quando se compara a execução com o programado para o período (Lei + Créditos), os poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público apresentam execuções acima de 93%, superior, portanto, à execução do Poder Executivo, que foi de quase 80%.

Essa diferença pode ser explicada pelo fato de o Poder Executivo ser responsável pelos grandes investimentos realizados à sociedade, os quais, como explicado anteriormente, apresentam maior complexidade nas fases de execução.

Tabela 15 – Programação e Execução Orçamentária por Poder – Acumuladas no PPA 2012-2015 – Ceará (R$ 1,00)

Poder	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Executivo	76.839.649.908,19	85.520.757.940,75	68.408.308.075,86	91,37%	89,03	79,99
Judiciário	3.239.042.522,50	3.545.574.899,77	3.313.934.090,88	4,43%	102,31	93,47
Legislativo	1.857.795.587,12	1.990.543.606,87	1.925.031.685,93	2,57%	103,62	96,71
Ministério Público	980.766.634,00	1.073.073.782,85	1.015.404.901,15	1,36%	103,53	94,63
Defensoria Pública	224.866.507,00	234.837.771,96	205.414.364,65	0,27%	91,35	87,47
Total	**83.142.121.158,81**	**92.364.788.002,20**	**74.868.093.118,47**	**100,00**	**90,74**	**81,66**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

Avaliação das Áreas Temáticas e Programas

EIXO I
Sociedade Justa e Solidária

EIXO I
Sociedade Justa e Solidária

Educação Básica

Avaliação da Área Temática

Os programas e projetos voltados para a implementação da política na área educacional ocupam lugar de destaque na agenda governamental, entendendo que os processos educativos são essenciais e precisam acompanhar os avanços e transformações econômicas, tecnológicas e sociais, sintonizados à diversidade de situações geográficas e socioeconômicas da população, no sentido de propiciar a todos os indivíduos o exercício da cidadania, o desenvolvimento individual e social, sua inserção no mundo do trabalho, bem como uma melhor distribuição de renda.

A educação básica enfrenta, portanto, um duplo desafio: de um lado, assegurar a escolarização de qualidade para todos; de outro, dar consistência às práticas pedagógicas, buscando interlocução com a dinâmica das transformações, ampliação dos diversos campos do conhecimento e a reconfiguração dos saberes.

Nessa perspectiva, o Governo do Estado do Ceará vem implementando a política pública referente à área temática Educação Básica, inserida no eixo governamental Sociedade justa e solidária, por meio da Secretaria da Educação - SEDUC, com a parceria do Conselho Estadual de Educação - CEE, realizando ações especialmente voltadas para a expansão e qualificação do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, priorizando a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, com foco na expansão da rede física e oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas.

Outro foco da ação governamental tem sido o fortalecimento do regime de colaboração com os municípios por meio do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC, voltada para a aprendizagem da leitura e da escrita pelos alunos do 2º ano do ensino fundamental, que a partir de 2011 foi expandido para os alunos até o 5º ano do ensino fundamental, recebendo a denominação de PAIC+. Ressalte-se o sucesso desse programa a nível nacional, constituindo-se modelo a ser adotado pelo governo federal, que em 2012 estabeleceu a criação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.

No âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional tem-se 113 escolas em pleno funcionamento, ofertando 53 cursos técnicos, beneficiando 44.766 alunos em todas as regiões do Estado, que terão a oportunidade de se inserir no processo produtivo do Estado, colaborando com a produção de riquezas e melhoria da qualidade de vida, ampliando conhecimentos, bem como a compreensão da realidade, e construindo novos horizontes de oportunidades de trabalho.

A atuação da SEDUC abrange ainda outras modalidades de ensino, tais como: Educação do Campo com organização do tempo escolar por semestre e em tempo integral, inclusão de novos componentes na parte diversificada do currículo e ampliação da carga horária da Base Nacional Comum direcionada a identificação e proximidade da escola à comunidade; Educação Especial para atendimento especializado aos alunos com deficiências audiovisuais, visuais, mental e física capacitando e apoiando os profissionais dessa área; Educação de Jovens e Adultos que atende alunos de faixas etárias diferenciadas, com metodologia de ensino diferenciada, formação dos professores, oferta de livros e materiais didáticos e acompanhamento no sentido de proporcionar maior qualificação da escolarização ofertada.

Compreendendo a importância da educação para o desenvolvimento individual e social dos cidadãos a gestão governamental nos últimos anos estabeleceu como meta para o setor da Educação o alcance de resultados que podem ser evidenciados pelos seguintes indicadores:

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Educação Básica

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Apoio à Universalização do acesso à educação infantil (crianças de 4 e 5 anos)							
1.1. Taxa de atendimento das crianças de 4 e 5 anos	%	88,70	97,60	89,91	85,60	95,7	*
2. Elevação do nível da alfabetização de crianças na idade certa e da aprendizagem dos alunos do 5º ano do ensino fundamental (Regime de Colaboração)							
2.1. Nota média de proficiência de alfabetização das crianças do 2º ano (7 anos) da rede pública no SPAECE ALFA	Média	7,98	8,80	7,60	8,30	8,7	*
2.2. Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizadas	%	70,70	91,20	91,30	81,50	84,6	*
2.3. Média de avaliação de desempenho em língua portuguesa do 5º ano do ensino fundamental (SPAECE)	Média	175,40	189,50	200,40	200,80	207,0	*
2.4. Média de avaliação de desempenho em matemática do 5º ano do ensino fundamental (SPAECE)	Média	189,30	206,80	209,60	210,50	219,0	*
3. Universalização do acesso ao ensino médio (jovens de 15 a 17 anos)							
3.1. Taxa de escolarização bruta do ensino médio	%	78,20	77,80	76,00	74,89	72,52	*
3.2. Taxa de escolarização líquida do ensino médio	%	47,80	52,2	53,4	53,3	57,3	*
4. Melhoria da qualidade da educação básica em todos os níveis de ensino							
4.1. Taxa de aprovação (5º ano do ensino fundamental)	%	84,50	87,60	88,50	90,40	93,6	*
4.2. Taxa de aprovação (9º ano do ensino fundamental)	%	86,90	84,40	85,36	84,90	92,6	*
4.3. Taxa de aprovação (3º ano do ensino médio)	%	86,90	86,10	88,00	89,30	89,9	*
4.4. Taxa de abandono (5º ano do ensino fundamental)	%	3,80	4,20	3,80	2,20	1,0	*
4.5. Taxa de abandono (9º ano do ensino fundamental)	%	6,20	7,30	6,50	6,10	3,4	*

Fonte: SEDUC/COAVE
* Dados ainda não disponibilizados

O atendimento às crianças na faixa etária de 4 e 5 anos teve um leve acréscimo de 8,9% entre os anos de 2010 e 2011, seguido de um declínio de 7,69 em 2012 e de 4,31 em 2013, para, após a realização das intervenções pedagógicas necessárias junto aos municípios, retomar o crescimento com 10,1% de acréscimo em 2014. Isso leva a crer que o acompanhamento em conjunto com os investimentos voltados para essa faixa refletiram nesse atendimento, desde a construção dos novos Centros de Educação Infantil com uma especial atenção dos municípios a essa parcela da população estudantil. Nessa perspectiva, as metas projetadas para o Estado são de universalização do atendimento até 2016, em alinhamento com as metas e estratégias propostas pelo novo Plano Nacional de Educação.

O Sistema Permanente de Avaliação de Desempenho da Educação Básica do Ceará - SPAECE, caracterizado como avaliação externa em larga escala, avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Habilidades de Leitura, Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos, mensurando suas habilidades e competências cognitivas.

Os resultados do SPAECE Alfa, alcançados ao longo dos anos de 2010 a 2014, foram crescentes, o que possibilita a inferência de que o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC tem contribuído de modo satisfatório na base do ensino, influenciando positivamente na continuidade da vida acadêmica do aluno. Percebe-se pela estabilidade desses resultados que as políticas públicas desenvolvidas para as crianças de até 7 anos têm surtido os efeitos desejados por garantirem a esse público a alfabetização no tempo adequado. Dessa forma, tem-se por meio da mensuração e monitoramento desses indicadores dados concretos para realizar a intervenção pedagógica e de gestão necessária para continuar investindo em uma educação de qualidade. No 5º do Ensino Fundamental a média de avaliação em Língua Portuguesa também apresenta um crescimento contínuo. Importante destacar a importância de investimentos mais focados em políticas de leitura e escrita, como por exemplo, a inserção dessa população nas ações da Bienal do Livro, nas Olimpíadas de Língua Portuguesa e em outros investimentos voltados para o estímulo e a prática da leitura. Dessa forma, em 2014 obteve-se um aumento considerável de 6,2 por cento no nível de desempenho em Língua Portuguesa.

Em Matemática o desempenho dos alunos do 5° ano apresentou um crescimento de 9,4 entre os anos de 2012 a 2014, o que permite concluir que atualmente esses alunos têm um melhor domínio nos processos lógicos matemáticos.

Ao analisar as taxas referentes à universalização do acesso ao ensino médio (jovens de 15 a 17 anos), é possível observar que a taxa de escolarização bruta, que compreende o percentual da matrícula total em determinado nível de ensino em relação à população na faixa etária teoricamente adequada para frequentar esse nível de ensino, apresenta uma queda de 3,48 entre 2012 e 2013, o que evidencia que os investimentos voltados para inserir o aluno na escolarização na idade certa tem dado resultados positivos. Isso pode ser comprovado ao avaliar a escolarização líquida do Ensino Médio que expressa o número de jovens que se encontra nesse nível de ensino na faixa etária considerada adequada, e verificar um acréscimo de 4,0 entre os anos de 2013 e 2014. Esse aumento pode ser creditado a uma política em desenvolvimento no Estado do Ceará voltada para fazer valer o direito de escolarização na idade certa, e fundada numa concepção pedagógica que tem como eixo a articulação entre ciência, conhecimento, cultura e trabalho, na perspectiva de propiciar uma escola propedêutica e de formação profissional.

Quanto ao resultado "Melhoria da qualidade da educação básica em todos os níveis de ensino", é importante tecer considerações sobre seus três indicadores setoriais. A taxa de aprovação no 5° ano do Ensino Fundamental tem um aumento constante entre 2010 e 2014, crescendo 5,1 apenas entre os anos de 2012 e 2014. No 9° ano do Ensino Fundamental verifica-se uma leve queda de 0,46 de 2012 para 2013 e uma retomada de crescimento de 7,7 em 2014, que comprova o efeito positivo dos investimentos e intervenções pedagógicas realizadas. No 3° ano do Ensino Médio também se observa um leve crescimento ao longo dos anos, com as variações: de 1,3 de 2012 para 2013 e 0,6 para 2014. Ao analisar a taxa de abandono que indica a porcentagem dos alunos matriculados na séries, no início do ano, que, no final do ano não consta nem como aprovado nem como reprovado; têm-se resultados que comprovam que esse índice tem diminuído constantemente. Registra-se uma queda de 2,8 entre 2012 e 2014 no 5° ano do Ensino Fundamental, enquanto no 9° ano dessa mesma modalidade, também se observa uma queda de 3,1 entre 2012 e 2014. Isso revela que as ações voltadas para permanência do aluno na escola têm continuamente apresentado resultados satisfatórios.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa objetiva expandir a oferta de ensino médio articulado à educação profissional para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos e sua capacitação profissional e tecnológica para ingresso no mercado de trabalho, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	384.270.578,04	315.637.439,60	82,14
2013	296.961.710,74	243.317.578,11	81,94
2014	447.076.087,74	338.623.955,71	75,74
2015	340.049.250,82	278.428.445,49	81,88
Total	**1.468.357.627,34**	**1.176.007.418,91**	**80,09**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP.	5.035	5.599	5.035	5.517	5.151	4.682	4.968	3.869	19.667
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulada aos setores produtivos.	32.739	31.593	38.313	37.110	35.934	41.056	40.794	44.692	44.692

Fonte: SEDUC

Avaliação do Programa

O Estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional pela grande capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Em seis anos, o número de escolas saltou de 25 para 106 e a oferta de cursos técnicos foi ampliada de 4 para 53, nas mais variadas áreas de atuação. Hoje, 112 municípios cearenses têm escolas de educação profissional.

Para o desenvolvimento da política de Educação Profissional no Estado, a Secretaria da Educação (SEDUC) conta com o apoio do Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado. Somados os investimentos dos governos federal e estadual, já foram aplicados mais de 1 bilhão de reais na implantação e desenvolvimento das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) no Ceará.

O projeto de educação profissional do Estado é mais uma iniciativa que visa ampliar a política de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto os 20% restantes se destinam a estudantes de escolas privadas. De 2012 a 2015 alcançaram-se 80,09 % de execução dos recursos disponibilizados para esse programa.

Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará, de 2008 a 2015.

Ano	Escolas em Funcionamento (Nº)	Municípios (Nº)	Cursos(N°)	Matrícula Inicial (1ª, 2ª , 3ª séries)
2008	25	20	4	4.181
2009	51	39	13	11.279
2010	59	42	18	17.342
2011	77	57	43	23.753
2012	92	71	51	31.593
2013	97	74	51	37.110
2014	106	112	53	41.792
2015	113	112	53	44.692

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional/Sistema de Gestão Escolar – Data-base Censo Escolar.

PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

O Programa tem como objetivo fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios, contribuindo para a alfabetização das crianças e elevação do nível de aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, como estratégia para melhoria da educação pública e apoiar os municípios no processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) e na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 3 anos.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	100.329.102,21	75.741.207,87	75,49
2013	97.704.171,00	63.543.403,42	65,04
2014	67.494.744,29	53.149.263,74	78,75
2015	43.389.447,37	20.428.413,12	47,08
Total	**308.917.464,87**	**212.862.288,15**	**68,91**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Alfabetizar a cada ano, no nível desejável, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	237.082	79.279	88.306	81.149	88.306	88.135	88.306	6.4912	313.475
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos no final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com proficiência de, no mínimo, 225 em linguagem, comprovada através da avaliação do SPAECE.	20.733	37.213	39.286	37.997	20.733	42.515	43.432	*	117.725
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental nas escolas públicas.	427.533	363.351	363.351	367.920	427.533	367.290	384.779	*	367.920
Implantar 161 Centros de Educação Infantil - CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	18	6	31	3	31	2	58	25	36

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas para melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.	184	184	184	184	184	184	184	184	184
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos, no final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com proficiência de, no mínimo, 250 em matemática, comprovada através da avaliação do SPAECE.	16.815	25.911	28.502	25.075	16.815	31.304	30.340	*	82

Fonte: SEDUC/COAVE
*Dados ainda não disponibilizados.

Avaliação do Programa

O PAIC teve sua origem a partir dos resultados do Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar, instituído na Assembleia Legislativa e foi transformado em política pública prioritária do Governo do Estado em 2007. Desde então, os municípios passaram a contar com apoio técnico e financeiro para a gestão municipal, avaliação, formação de professores, aquisição de material didático e de apoio pedagógico. A meta é alfabetizar todas as crianças de 6 a 7 anos de idade. O programa está focado em cinco eixos fundamentais: educação infantil, gestão pedagógica da alfabetização, formação do leitor, gestão municipal de educação e avaliação externa. É um programa de cooperação entre Governo do Estado e municípios cearenses com a finalidade de apoiar os municípios para alfabetizar os alunos da rede pública de ensino até o final do segundo ano do ensino fundamental. O programa possui os seguintes parceiros: UNICEF, APRECE, UNDIME-CE, APDMCE, SECULT e Fórum de Educação Infantil do Ceará.

Percebe-se que o investimento pedagógico e de infraestrutura focado nas seguintes ações: Apoio aos Municípios no Desenvolvimento do PAIC, realização do Prêmio Escola Nota 10, Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais, Apoio aos Municípios no Desenvolvimento e Gestão das Políticas e Ações dos Centros de Educação Infantil CEI contribuíram de forma satisfatória para o alcance dos resultados apresentados nas metas prioritárias. Percebe-se também que na meta referente à implantação dos CEI, sobretudo na ação de Construção dos Centros de Educação Infantil – CEI - foi a que apresentou menor execução física.

O PAIC foi destaque nacional, enquanto programa de alfabetização em 2014, servindo de exemplo para a criação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O Programa executou 68,91% dos recursos disponíveis nos anos de 2012-2015.

PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa objetiva desenvolver projetos e ações pedagógicos que buscam elevar o desempenho acadêmico dos estudantes da educação básica da rede pública estadual, dotando as unidades escolares de condições básicas de funcionamento e consolidando modelos de gestão participativa, valorizando, para tanto, os profissionais da educação. Assim, observa-se que por meio da execução das metas definidas para esse objetivo muitos esforços ainda precisam ser empenhados para que se alcance um índice satisfatório de maior execução.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.280.347.020,13	369.739.046,18	28,88
2013	529.361.103,14	464.035.584,54	87,66
2014	528.157.402,71	428.846.016,04	81,20
2015	484.320.635,19	383.679.237,52	79,22
Total	**2.822.186.161,17**	**1.646.299.884,28**	**58,33**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Elevar, até 2015, a taxa de alfabetização da população cearense com 15 anos e mais para 93%.	86	84	87	83,3	86	83,7	1	**	83,7
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual que obtiverem o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.	100	100	100	100	100	* 0	100	0*	50(1)
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos da Educação Básica com desempenho adequado na disciplina de língua portuguesa.	7.755	131.506	144.656	7,1[1]	8.530	9,4[1]	149.435	**	
Elevar para 70% a taxa de escolarização líquida do ensino médio.	57	49	70	49	52	57,3	10	**	57,3
Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos e pedagógicos para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.	665	690	690	688	688	674	688	584	690
Universalizar, até 2015, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.	100	85	100	86	90	83,5	100	**	83,5
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	665	690	690	688	688	691	688	706	706

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	143.895	110.105	143.895	106.277	143.895	112.991	143.895	105.796	146.895
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	665	690	690	688	665	691	688	708	708
Realizar, anualmente, o Censo Escolar da educação no Ceará.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Realizar, anualmente, 02 avaliações censitárias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.	2	2	2	2	2	2	2	2	8
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos da Educação Básica com desempenho adequado na disciplina de matemática.	5.307	35.763	39.339	7,9(2)	5.307	8,1(2)	41.431	**	-

Fonte: SEDUC
* Os alunos obtiveram o nível adequado de língua portuguesa e matemática e os prêmios estão sendo adquiridos para entrega aos alunos.
** Dados ainda não disponibilizados.
1- O processo para aquisição do prêmio está em andamento. Por isso, 50 % da ação realizada referem-se aos anos de 2012 e 2013.
2- No nível adequado da 3° Série do Ensino Médio. Os dados estão em percentuais porque as avaliações foram amostrais. COAVE/SEDUC.

Avaliação do Programa

Um número cada vez maior de educadores, formuladores de políticas, gestores e especialistas em avaliação converge para a necessidade de se estabelecer padrão e critérios para monitorar o sistema de ensino no Brasil. No Ceará, experiências satisfatórias de melhoria no desempenho de redes educacionais começam a ser registradas e publicizadas, apontando a relevância do uso de indicadores para monitoramento permanente e aferição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados. Essas informações também são utilizadas para traçar um panorama da educação básica no estado e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação. Os resultados apresentados revelam sinais que devem ser observados e mensurados pois apontam aspectos que qualificam algo. Dessa forma, pode-se acompanhar as metas prioritárias e avaliar a excelência ou não da execução de um programa. Assim, definem-se as ações estratégicas que concretizam as intervenções necessárias para as devidas correções e ajustes.

No PPA 2012-2015 observa-se que nas iniciativas referentes à Elaboração, aquisição e impressão de materiais pedagógicos e realização de eventos; Construção, ampliação e adequação dos espaços escolares, aquisição de equipamentos, laboratórios e acervos para as escolas estaduais; Apoio aos municípios na oferta de transporte escolar; Manutenção e funcionamento das escolas estaduais são as que mais contribuíram satisfatoriamente para o alcance de resultados mais positivos, já a iniciativa Ampliação da oferta de bolsas de estágio e monitoria , apoio a projetos de iniciação científica e aquisição de equipamentos para premiação dos alunos foi a que apresentou menor execução devido a problemas de logística.

O programa teve uma baixa execução em 2012 de 28,88, mas cresceu 50,34 entre 2012 e 2015 alcançando ainda 58,78% de execução.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional

Avaliação da Área Temática

O Governo do Estado, no tocante ao desenvolvimento tecnológico, à ciência e à inovação - vetores de disseminação de oportunidades, aproveitamento das potencialidades humanas e naturais e meio de transformação econômica e social, traçou diretrizes e ações que se coadunam com as prioridades estratégicas estabelecidas pelo Governo Federal e que estão incorporadas nas diretrizes de governo no âmbito de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I para o desenvolvimento estadual.

O Ceará apresenta muitas carências de recursos naturais, mas tem em compensação a possibilidade de ampliar competências já identificadas e desenvolver novas áreas de atuação reconhecidamente estratégicas na sociedade do conhecimento, permitindo ao Estado superar os desafios da pobreza. Para isso, no entanto, tem que superar alguns desafios básicos, como a necessidade de prover educação de qualidade, sobretudo no ensino público, e de expandir o conhecimento técnico-científico a todas as regiões do Estado, harmonizando as oportunidades e criando condições para uma melhor distribuição do desenvolvimento econômico e social.

Para tanto, é preciso interiorizar ações, o que efetivamente vem ocorrendo com a realização, diretamente pelo Estado ou com seu decisivo apoio, de importantes empreendimentos estratégicos para a qualificação profissional e educação superior, tais como: ampliação e melhoria da infraestrutura física e de equipamentos das universidades estaduais, incentivos concedidos aos docentes dessas instituições para a sua qualificação, elevando a participação de mestres e doutores nos seus quadros. Quanto aos estudantes, esses, são contemplados com ações de assistência estudantil e atividades de extensão, que contribuem para a melhora de seu desempenho e para a redução da evasão e da repetência.

É importante ressaltar nesta seara o Programa de Bolsas de Produtividade e Estímulo à Interiorização (BPI) em uma parceria da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para atração e fixação de pesquisadores doutores no interior do Estado, assim como a realização de obras de infraestrutura em apoio a esse programa, de modo a permitir a ampliação das oportunidades de promoção da pesquisa e da pós-graduação de qualidade.

Ressalte-se, ainda, a concepção de empreendimentos concluídos e implantados durante o período avaliado, tais como: O Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense – CTTC, situado no Município de Caucaia; o Centro de Educação a Distância – CED, em Sobral, transferido para a Secretaria da Educação (SEDUC), através da Lei 15.627/2014; a implantação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileiro- UNILAB, no município de Redenção; Implementação do Programa Universidade do Trabalho Digital – UTD, oferecendo formação, atualização e desenvolvimento profissional gratuito para jovens e adultos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, em níveis básicos e avançados; desapropriação de imóvel para a ampliação da Universidade Federal na região do Cariri - UFCA; implantação dos Campi multi-institucionais de Itapipoca e de Iguatu e ainda, o reconhecimento das Faculdades Tecnológicas (FATEC) no Cariri e no Sertão Central.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Expansão da educação profissional							
1.1. Número de Concluintes nos Cursos de Extensão Tecnológica (nível básico)	Nº	33.492	16.845	14.106	22.359	13.976	14.231
1.2. Número de Concluintes nos Cursos Técnicos	Nº	155	129	315	169	133	157
1.3. Número de Tecnólogos Diplomados	Nº	135	113	163	153	77	149
2. Expansão e melhoria da qualidade da educação superior							
2.1. Número de Graduados	Nº	5.312	3.970	3.535	3.954	4.026	3.482

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.2. Número de Pós-Graduados	Nº	1.059	1.076	2.397	2.291	2.305	1.611
2.3. Índice de Qualificação do Corpo Docente	%	3,30	3,24	3,15	3,19	3,77	3,48
2.4. Taxa de Sucesso na Graduação	%	47	49	45,4	48,06	-	-
2.5. Número de Pessoas Atendidas com Projetos de Extensão Universitária	Nº	152.192	164.447	212.356	306.011	265.752	375.255
2.6. Produção acadêmica publicada	Nº	4.145	5.080	3.652	5.845	6.788	6.574
3. Elevação da competitividade das empresas pela inovação tecnológica							
3.1. Número de Empresas em Processo de Graduação (nas incubadoras)	Nº	08	06	10	09	11	13
3.2. Número de Depósitos de Patentes Apoiados	Nº	07	10	1	2	24	38
3.4. Número de Empresas Atendidas com Inovação	Nº	348	392	416	306	285	248
3.5. Número de Serviços Tecnológicos Realizados	Nº	48.416	43.656	35.336	50.448	66.115	48.792
4. Disponibilização de informações sobre meio ambiente e previsão dos fenômenos climáticos							
4.1. Número de Consultas sobre Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Tempo e Clima	Nº	162.292	237.766	259.959	291.154	230.508	135.723

Fonte: SECITECE

Em relação aos indicadores que contribuem para o Resultado "Expansão da educação profissional", tem-se que no indicador "Número de Concluintes nos Cursos de Extensão Tecnológica", o fato que contribuiu para a redução no quantitativo de treinandos em 2012 foi a exigência do mercado de trabalho de qualificação profissional, com cursos diferenciados quanto à tipologia de formação e cargas horárias mais elevadas, readequando-os para cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, que preencham essas exigências. Ressaltando ainda a entrada da UTD a partir de 2012, que já ministrava cursos com tais características. Nos anos subsequentes, dentre os fatores que contribuíram para a variação ora positiva, ora negativa, pode-se destacar o desgaste na infraestrutura física e laboratorial da rede CVT. A partir de 2015, após melhorias na infraestrutura dos CVTs, o alcance das metas foi restabelecido.

No indicador "Número de Concluintes nos Cursos Técnicos", as variações identificadas justificam-se pelos estágios supervisionados que vão sendo concluídos à medida da disponibilidade de vagas nas empresas ou instituições credenciadas. A mensuração dos resultados dá-se pela soma dos seis anos (de 2010 a 2015), apresentando assim, um resultado alcançado de 88% tendo como base os alunos matriculados, por meio de Contrato de Gestão. Por sua vez, o indicador "Número de Tecnólogos Diplomados", tomando por base o mesmo período, apresenta um resultado alcançado de 79%, tendo como base os alunos matriculados por meio de Contrato de Gestão.

Analisando o resultado "Expansão e melhoria da qualidade da educação superior" no indicador "Número de Graduados" é observado um decréscimo em torno de 34,45% de 2010 a 2015, passando de 5.312 em 2010, para 3.482 em 2015, justificado pela gradativa conclusão do projeto de capacitação de recursos humanos para a melhoria do ensino fundamental e médio e pelas paralisações das universidades, ocasionadas pela greve de professores, que contribuiu para a alteração do calendário acadêmico, impossibilitando a graduação de significativa parcela de estudantes nos períodos desejados.

O indicador "Número de Pós-graduados" apresentou evolução positiva de 52,12% no período 2010-2015, passando de 1.059 pós-graduados em 2010, para 1.611 em 2015. Tal resultado deu-se pelas ações desenvolvidas pelas Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação, como a oferta de novos cursos de mestrado e doutorado, melhoria na infraestrutura física e laboratorial de vários cursos stricto sensu, apoio técnico na elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa, oferta de bolsas pelas instituições de fomento à pesquisa, e ainda, pelo aumento da demanda da sociedade por maior nível de escolarização. Observa-se, ainda, que apesar do crescimento de 2010 a 2014, em 2015 apresentou leve variação negativa, justificada pelo período de greve enfrentado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais.

O indicador "Índice de Qualificação do Corpo Docente" apresentou poucas alterações percentuais no período analisado, com destaque para os resultados de 2014 e 2015, justificado pela realização de políticas institucionais, como a Campanha Nacional de qualificação do corpo docente das IES e o incentivo salarial por titulação – gerando um benefício pessoal e institucional.

O indicador "Número de Pessoas Atendidas com Projetos de Extensão Universitária" vem apresentando evolução positiva ao longo da série histórica, passando de 152.192 pessoas beneficiadas em 2010, para 349.712 em 2015, aumento em torno de 130%. Contribuíram para esse desempenho as Universidades Públicas Estaduais, através do desenvolvimento de projetos sociais que estimulam a vivência social, política e profissional do corpo docente, discente e funcionários.

Igualmente, o indicador "Número de Publicações Acadêmicas" obteve um desempenho positivo, com 6.574 publicações em 2015, representando um acréscimo de 58,60% em relação ao ano de 2010. Esse resultado se deve à continuidade das ações como o fortalecimento dos programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa cadastrados na plataforma CNPq, à obtenção de recursos financeiros pelos pesquisadores, através de editais, ao aumento do número de professores doutores com bolsa de produtividade do CNPq, à oferta de novos cursos de mestrado e doutorado, à melhoria da infraestrutura física e de equipamentos de pesquisa, implantação de programas de intercâmbio, convênios de cooperação para professores e estudantes entre IES nacionais e internacionais para mobilidade de pesquisadores, além de uma política institucional de incentivo à publicação.

Em virtude da greve de professores enfrentada pelas IES estaduais em 2014 e 2015, o indicador "Taxa de sucesso na Graduação" não pôde ser avaliado. Os resultados que permitem sua mensuração estão previstos para meados de 2016.

Considerando o resultado "Elevação da competitividade das empresas pela inovação tecnológica", verifica-se que o indicador "Número de Empresas Atendidas com Inovação" apresentou variação positiva em torno de 19% de 2010 a 2012, reflexo de ações como: Programa de Apoio à Pesquisa a Micro e Pequenas Empresas – PAPPE, Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX, Sistema Brasileiro de Tecnologia - SIBRATEC, o apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT e as ações voltadas à inovação tecnológica com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT, direcionadas às pequenas, médias e grandes empresas. A partir de 2013, motivado por atrasos na regularização de bolsas de Transferência Tecnológica para o projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEX e no processo licitatório referente ao Projeto do Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC, houve um decréscimo em torno de 40,38% (2012-2015) no número de empresas atendidas.

O indicador "Número de Serviços Tecnológicos Realizados" apresentou em 2015 variação positiva de 36,56% quando comparado ao ano base, 2010. Nos anos intermediários, 2011 a 2014, o seu desempenho médio é justificado sobretudo pela aplicação de recursos do Governo do Estado na melhoria da infraestrutura física e na aquisição de novos equipamentos para os laboratórios, pela forma de contagem dos serviços que foi reavaliada no intuito de evitar duplicidade e ainda pela retração na demanda, em função do cenário econômico desfavorável e do aumento da oferta de outras empresas que praticam os mesmos serviços.

Em relação ao indicador " Número de Depósitos de Patentes Apoiados", este vem apresentando nos últimos anos, 2014 e 2015, crescimento significativo, motivado principalmente pelo aumento da divulgação dos serviços prestados pela REDENIT/Ce ao seu público-alvo.

O indicador "Número de Empresas em Processo de Graduação nas Incubadoras" sinaliza a existência atual de 13 empresas incubadas: nove (9) na INCUBAUECE e quatro (4) no PARTEC/NUTEC, nas áreas de química e combustível, alimentos e química, agronegócio, energia elétrica e biotecnologia.

Por fim, considerando o Resultado "Disponibilização de informações sobre meio ambiente e previsão dos fenômenos climáticos", o indicador "Número de consultas sobre meio ambiente, recursos hídricos, tempo e clima" demonstra que em 2015 o número de consultas ao site atingiu a marca de 135.723, um decréscimo de quase 20% em relação ao ano

de 2010. No entanto, outras formas de atendimento foram disponibilizadas para a população (twitter, Facebook, TVs, Rádio, via telefone celular - plataformas Android e Mac etc), contribuindo para um número maior de acessos nos anos intermediários.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 068 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

O programa objetiva apoiar e fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação superior no Estado do Ceará, visando contribuir para a democratização do acesso à universidade e a interiorização de sua atuação, possibilitando uma participação efetiva no processo de desenvolvimento socioeconômico-cultural do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	84.184.190,80	61.994.059,99	73,64
2013	118.138.859,27	68.673.842,01	58,13
2014	105.754.020,27	92.033.867,30	87,03
2015	104.239.516,36	75.135.994,89	72,08
Total	**412.316.586,70**	**297.837.764,19**	**72,24**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Ampliar em 5% ao ano o número de alunos matriculados nos cursos de graduação da URCA, aumentando de 9.173 para 11.150 o nº de matrículas no período 2012-2015. URCA	9.632	9.443	7.467	9.997	10.114	8.864	11.150	8.094	36.398
Aumentar em 5% ao ano o número de matrículas nos cursos de graduação da UVA.	10.378	10.753	10.897	10.738	638 (*)	10.732	571(*)	11.229	43.452
Implantar novos programas de Mestrado e Doutorado, elevando de 64 para 130 o número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação stricto sensu na URCA.	64	159	130	100	130	251	0	251	761
Ampliar em 10% o número de mestres e doutores formados, ou seja, de 1.445 para 1.590, no período de 4 (quatro) anos. FUNCAP	1.445	1.730	1.450	1.800	1.432	1.505	1.590	1.611	6.649
Aumentar em 10% ao ano a produção acadêmica na URCA.	358	601	355	601	394	1.290	434	585	3.077
Aumentar em 10% ao ano, elevando de 37.741 para 55.256, o número de pessoas atendidas com as ações de extensão da URCA	41.515	73.556	33.851	107.899	37236	129.403	40.960	203.713	514.571

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Aumentar de 34 para 200 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu na UVA.	72	67	62	66	76	108	76	90	331
Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da UECE.	18.900	17.837	13.394	18.138	12.912	16.072	21.800	15.524	67.571
Aumentar em 5% ao ano o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu na UECE	1554	1.589	1547	1.468	1.680	1.557	1545	1.640	6.254
Aumentar em 10% ao ano a produção acadêmica da UVA.	1404	0	1544	1.610	311 (*)	1.092	52 (*)	1.232	3.934
Aumentar em 5% ao ano a produção científica na UECE.	3.884	3.928	3.384	4.120	231	4.406	217	4.757	17.211
Aumentar em 5% ao ano o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.	89.100	93.701	83.273	151.781	98.000	106.858	115.830	138.814	491.154
Aumentar em 5% ao ano o número de pessoas atendidas com ações de extensão da UVA.	37.634	40.242	42.254	46.331	1.900	28.752	2.009	32728	148.053

Fonte: SECITECE.
(*) Informado apenas o resultado (aumento) ocorrido no ano, sem acumulação, diferente dos anos 2012 e 2013, em que os números informados apresentam-se acumulados ano a ano.

Avaliação do Programa

O programa em análise contribui com o resultado setorial "Expansão e melhoria da qualidade da educação superior", apoiando e fortalecendo todos os aspectos relacionados à qualidade da educação superior no Estado do Ceará, tomando como base os objetivos contemplados no Plano. Essa contribuição se materializa nas metas diretamente relacionadas aos indicadores de resultado, desenvolvidos para avaliá-lo.

Na ampliação do acesso ao ensino superior, destacamos as ações previstas e realizadas pelas três Universidades Estaduais, UECE, URCA e UVA, no período de 2012-2015, o que contribuiu para o desenvolvimento do ensino superior, elevando a qualidade e a oferta, refletindo nos seguintes dados: aumento no número de pessoas atendidas nos cursos de graduação no período de 2012-2015, beneficiando 147.421 mil graduandos; aumento no número de pessoas atendidas nas ações de extensão, totalizando 1.153.788; aumento na produção acadêmica/científica, tendo sido elaborados 24.222 projetos.

Na Concessão de Bolsas de Mestrado e Doutorado, o Estado do Ceará, por meio da Fundação Cearense de Amparo à pesquisa FUNCAP/SECITECE, concedeu e ampliou as bolsas, intitulando novos mestres e doutores para as Universidades Estaduais, totalizando 6.649 formações, contribuindo para o alcance da meta oficial do Plano Nacional de Educação – PNE de "elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores".

Na modernização e construção das estruturas físicas, destacamos: modernização e recuperação de infraestrutura física das instituições públicas estaduais de ensino superior, como a implantação do Centro de Educação à Distância – CED, em Sobral; a reforma do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Redenção para o funcionamento da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileiro - UNILAB; implantação de uma nova Universidade Federal na região do Cariri - UFCA; a construção de 1 (um) Ginásio Poliesportivo na URCA e 1 (um) Complexo Poliesportivo na UECE;

construção dos Restaurantes Universitários da URCA e UECE; melhoria na acessibilidade nos campi das IES; construção e aparelhamento da residência universitária no campus universitário da URCA e do Centro de Ciências da Saúde no campus do Derby na UVA; reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para as unidades do interior, mobiliário e acervo bibliográfico para as bibliotecas centrais e setoriais, possibilitando condições adequadas ao bom desempenho das atividades dos docentes e discentes; ampliação da infraestrutura da pesquisa e da geração de conhecimento, concessão de bolsas de mestrado e doutorado, além da prestação de serviços à comunidade, através dos programas e projetos de extensão universitária.

Os resultados do programa refletem o compromisso do governo com a população cearense no sentido de formar recursos humanos nos níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, tornando-os aptos a contribuir e participar do desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os recursos previstos para o programa, no período 2012-2015, foram de R$ 412.316.586,70 (quatrocentos e doze milhões, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta centavos) apresentando um nível de realização de 297.837.764,19 (duzentos e noventa e sete milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos), 72,24%, representando um desempenho financeiro satisfatório para o período analisado.

PROGRAMA 069 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O programa objetiva fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação profissional no Estado do Ceará, no sentido de contribuir para a qualificação, atualização e desenvolvimento profissional de jovens e adultos, atendendo as demandas existentes nas diversas regiões do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	37.949.544,63	32.944.528,68	86,81
2013	38.553.224,68	23.583.334,79	61,17
2014	37.851.888,42	26.108.171,57	68,97
2015	32.139.885,92	20.302.020,30	63,17
TOTAL	**146.494.543,65**	**102.938.055,34**	**70,27**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Capacitar 39.496 pessoas ao ano para atender as demandas do mercado de trabalho.	0	14.106	39.496	22.359	39.496	13.976	61.128	14.231	64.672
Ampliar em 30% o número atual de bolsas para estudantes do ensino fundamental, médio e educação profissional.	350	122	250	398	0	0	200	0	520

Fonte: SECITECE

Avaliação do Programa

O programa contribui com o Resultado Setorial "Expansão da Educação Profissional" a partir da efetivação das metas relacionados aos indicadores de resultado. Dentre as principais realizações, pode-se destacar a implantação da Universidade do Trabalho Digital – UTD, com 7.833 pessoas capacitadas nos cursos de formação básica e avançada na área de TIC, a manutenção do Contrato de Gestão firmado entre a SECITECE e o Instituto CENTEC, principal parceiro no Programa de Educação Profissional, capacitando 56.839 pessoas nos cursos de formação inicial e continuada, que totalizou 64.672. Registramos ainda 1.429 diplomados nos níveis técnicos e tecnológicos, totalizando 66.151 pessoas capacitadas para o mercado de trabalho.

Salientamos que o Estado do Ceará, ao final dos seis anos (2010 a 2015), entregou para o mercado de trabalho 1.058 técnicos de: Agricultura, Agroindústria, Eletroeletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Cozinha, Meio Ambiente, Metalurgia e Materiais, nas regiões do Cariri, Sertão Central e Grande Fortaleza e 790 (setecentos e noventa) tecnólogos de: alimentos, saneamento ambiental, irrigação e drenagem, eletromecânica e agronegócio, nas regiões do Cariri e Sertão Central.

Destacamos ainda, os investimentos que impactaram para o alcance das metas, como: revitalização de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT/CENTEC, distribuídos nas 14 macrorregiões. Outro investimento para alavancar a formação de profissionais nas áreas da Eletromecânica, Petroquímica, Refinaria, Construção Civil e TI no município de São Gonçalo do Amarante, contribuindo para atender a demanda do Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP, foi a implantação do Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense – CTTC, com início das atividades previsto para 2016, sob a gestão do IFCE.

Os recursos previstos para o programa, no período 2012-2015, foram de R$146.494.543,65 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos) apresentando um nível de realização de 70,27%, representando um desempenho financeiro satisfatório para o período analisado.

PROGRAMA 070 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O programa objetiva promover, apoiar, fomentar e fortalecer ações integradas voltadas para a Ciência, Tecnologia & Inovação – CT&I, de modo a contribuir para a realização de atividades de pesquisa em áreas estratégicas do Estado; para o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas micro e pequenas empresas, visando assegurar competitividade; para a disseminação da cultura da Inovação e Propriedade Intelectual; para a consolidação da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica; para a ampliação da oferta de oportunidades de formação em TI, em atendimento às demandas do mercado de trabalho; para a popularização e o ensino de ciências e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	206.761.626,91	52.076.457,32	25,19
2013	145.153.287,21	104.563.688,78	72,04
2014	215.520.422,44	188.683.661,54	87,55
2015	259.539.985,32	30.380.163,05	11,71
Total	**826.975.321,88**	**375.703.970,69**	**45,43**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Assistir 1.104 micro e pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica através do Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEX e da Rede de Extensão Tecnológica (SIBRATEC-CE) NUTEC	340	308	398	193	400	228	230	95	824
Formar 15 micro e pequenas empresas de base tecnológica em incubadoras associadas a instituições tecnológicas. NUTEC	5	14	5	5	3	6	2	4	29
Ampliar para 128.217 o número de serviços tecnológicos prestados, com aumento de 5% ao ano. NUTEC	38.736	35.336	37.103	50.448	141.731	66.115	0 (*)	48.792	200.691
Aumentar em 40% o número de doutores pesquisadores atuantes nas Instituições Públicas de Educação Superior do Estado do Ceará. FUNCAP	105	276	260	324	49	258	80	34	892
Apoiar 426 projetos de pesquisa, inovação e modernização de infraestrutura voltada para a Pesquisa Científica e a Inovação Tecnológica do Estado. FUNCAP	226	171	70	147	649 (**)	19	65	350	687
Aumentar em 40% o número de micro e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica no Estado do Ceará. FUNCAP	80	58	80	58	61	59	25	62	237
Ampliar em 40% o número de projetos de pesquisa de inovação social apoiados. FUNCAP	83	136	20	152	31	95	9	95	478
Elaborar e disponibilizar 06 estudos nas áreas de clima, água e meio ambiente. FUNCEME	3	2	2	6	3	3	2	2	6 (***)

Fonte: SECITECE
(*) A meta real seria de 55.620, pois se trata de serviços contínuos do NUTEC. (**) A meta real seria de 64, e não 649. Em ambos os casos, houve erro quando do preenchimento das metas.
(***) Os números foram revisados, pois havia duplicidade, tendo a FUNCEME entregue seis estudos durante o período, sendo quatro no ano de 2014 e dois no ano de 2015.

Avaliação do Programa

O programa contribui com o Resultado Setorial "Elevação da competitividade das empresas pela inovação tecnológica", através da concretização de suas metas, relacionadas aos indicadores desenvolvidos para avaliá-lo, nos quais foram investidos R$ 375,70 milhões, com foco, principalmente, na inovação tecnológica, pesquisa, popularização da ciência, serviços e investimentos na infraestrutura laboratorial, relacionadas: ao apoio às micro e pequenas empresas, nos diversos

segmentos da atividade econômica, com fomento à pesquisa e inovação; à ampliação de serviços tecnológicos prestados; ao aumento de doutores pesquisadores nas IES Públicas do Estado; à graduação de empresas de base tecnológica em incubadoras; aos projetos de pesquisa, inovação e modernização de infraestrutura; e à elaboração de estudos nas áreas de clima, água e meio ambiente.

Na Inovação Tecnológica, as ações que contribuíram para o atingimento das metas de assistir micro e pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica e de formar micro e pequenas empresas de base tecnológica em incubadoras associadas a instituições tecnológicas, foram: as assistências às micro e pequenas empresas, promovendo o aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade, incluindo as empresas do interior do Estado, através dos Projetos e Programas: Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEX, Sistema Brasileiro de Tecnologia - SIBRATEC, e Programa TECNOVA/C e Subvenção Econômica à Inovação. Nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e do Agronegócio, o destaque é para os Projetos – Agentes Digitais e INTERCAJU - Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu, Aracatiaçu e Maciço de Baturité, ambos proporcionando, a médio prazo, acesso a informações tecnológicas, gerenciais e ambientais, aumento dos postos de trabalho e da geração de renda. A meta relativa a essas ações teve realização de 74,64% em relação ao programado para o período. Destacamos outras ações de que impactaram para o alcance dos resultados, como o Projeto de Popularização da Ciência, que objetivou a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que nos últimos anos vem ocupando o quarto lugar em quantidade de atividades cadastradas no país e o primeiro no Nordeste, e ainda, os projetos Ceará Faz Ciência e Ciência Itinerante, ambos promovidos pelo Governo do Estado através da SECITECE.

Em relação a Investimentos e Serviços, entre as ações que contribuíram para o atingimento das metas de ampliação do número de serviços tecnológicos prestados e de elaboração e disponibilização de seis estudos nas áreas de clima, água e meio ambiente pela FUNCEME, destacam-se o projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará (PROMOTEC) financiando a aquisição de equipamentos com elevado conteúdo tecnológico para áreas estratégicas como educação, segurança pública, meio ambiente e saúde. O Programa financiou ainda, projetos voltados à modernização de Incubadoras e de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, disseminando a cultura da inovação e a propriedade intelectual, à modernização de laboratórios, contribuindo para a realização de Serviços Tecnológicos prestados pelo NUTEC e a elaboração e disponibilização de 6 estudos nas áreas de clima, água e meio ambiente pela FUNCEME.

Na Pesquisa, as ações que contribuíram para que o Programa cumprisse as metas relativas ao aumento do número de doutores pesquisadores atuantes nas Instituições Públicas de Educação Superior do Estado do Ceará, apoio a projetos de pesquisa, inovação e modernização de infraestrutura voltada para a Pesquisa Científica e a Inovação Tecnológica do Estado, aumento do número de micro e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica e ampliação do número de projetos de pesquisa de inovação social apoiados, foram o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresa Subvenção/Integração – PAPPE. Quanto às Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação, ressalta-se o financiamento de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – PRONEX, Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização, Fomento à Pesquisa Científica em parceria com CNPq e o Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em Saúde – PPSUS, executados pela FUNCAP.

O Programa apresentou percentual de execução financeira de 45,43%. Dos recursos programados, no valor de R$ 826.975.321,88, foram realizados R$ 375.703.970,69. Em relação ao baixo percentual de execução, pode-se mencionar a operação de crédito junto ao MLW para financiamento das ações do programa. Para essa operação estavam programados para 2015, R$ 186.194.024,40, aprovados somente em maio de 2016, podendo-se, ainda, citar os editais (FUNCAP) para execução do Programa de Apoio de Excelência (PRONEX) e do Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM) que estavam previstos para serem lançados em 2014, e que por não haver desembolso no período, foram reprogramados para o ano de 2016. Salientamos que o Programa, mesmo com a execução orçamentária de 45,43%, atingiu suas metas ao final do período.

PROGRAMA 079 – MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa visa realizar o monitoramento hidrometeorológico do Estado do Ceará e geoambiental do Estado do Ceará e do Nordeste brasileiro, visando subsidiar não só a previsão de tempo e clima, como a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	5.895.777,46	4.808.998,24	81,57
2013	3.017.620,55	2.813.433,11	93,23
2014	3.218.690,28	3.065.105,37	95,23
2015	3.536.583,41	3.000.863,50	84,85
Total	**15.668.671,70**	**13.688.400,22**	**87,36**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Gerar e disponibilizar 1 relatório diário das chuvas e 1 boletim diário de monitoramento meteorológico a partir das estações automáticas e imagens de satélite.	730	730	730	730	730	730	730	730	2.920
Gerar e disponibilizar 2 boletins diários de monitoramento dos sistemas meteorológicos a partir da Rede de Radares.	730	730	730	730	730	730	730	730	2.920
Gerar e disponibilizar 6 mapas temáticos para o Estado do Ceará e Nordeste brasileiro.	2	5	4	5	2	2	6	2	6(*)
Emitir 2 boletins de previsão diária de tempo para o Ceará e 1 boletim climático mensal para o Estado do Ceará e para o Nordeste.	742	742	742	742	742	742	742	742	2.968

Fonte: SECITECE

(*) Os números foram revisados, pois havia duplicidade, tendo a FUNCEME entregue seis mapas durante o período, sendo três no ano de 2013, um no ano de 2014 e dois no ano de 2015.

Avaliação do Programa

O programa contribui para o Resultado Setorial "Disponibilização de informações sobre meio ambiente e previsão dos fenômenos climáticos", viabilizando a prevenção e mitigação dos efeitos da estiagem que, desde o ano de 2012, vem provocando impactos sociais e econômicos consideráveis no Estado do Ceará. São estudos e projetos de pesquisa, realizados pela FUNCEME, nas áreas de meteorologia e recursos hídricos e ambientais, inclusive no contexto das mudanças climáticas para melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Foram investidos R$ 13,69 milhões, o que corresponde a 87,36% dos recursos programados para o período 2012-2015, que viabilizou o atingimento das metas ao final dos quatro anos.

Destacamos como resultados as seguintes ações: geração e disponibilização dos relatórios diários das chuvas, boletins diários de monitoramento meteorológico das estações automáticas e imagens de satélite do monitoramento dos sistemas meteorológicos a partir da Rede de Radares, Geração e disponibilização de 6 mapas temáticos para o Estado do Ceará e Nordeste brasileiro, resultando na ampliação e manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico (composta por radares meteorológicos, plataformas automáticas de coleta de dados, pluviômetros automáticos e

convencionais, disdrômetros e sistemas de recepção de satélites meteorológicos); a operacionalização e consolidação do sistema de previsão de clima; e, aliado a isso, os estudos e projetos relacionados aos zoneamentos econômico-ecológico de áreas degradadas susceptíveis à desertificação e agroecológicos, levantamento de solos, sistemas de prevenção de queimadas e à recuperação de áreas degradadas resultaram na ampliação do conhecimento sobre a realidade cearense e, consequentemente, na disponibilidade de elementos essenciais à elaboração de políticas públicas.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Saúde

Avaliação da Área Temática

No biênio 2014 - 2015, a política de Saúde Pública do Ceará desenvolveu-se em conformidade com as diretrizes do Decreto Federal 7.508/2011, harmonizada aos compromissos e resultados pactuados e expressos no Contrato Organizativo de Ações Públicas - COAP, fortalecendo principalmente o aspecto da descentralização da saúde, com foco na resolutividade regional.

O compromisso para atenção especializada confirmou-se mediante cumprimento de repasse - auxílio financeiro de custeio, decorrente da política de requalificação dos Hospitais Polo, garantindo melhoria na atenção de nível secundário de âmbito regional no modelo de organização da atenção à saúde.

A estruturação de redes de atenção à saúde, através da organização de ações articuladas em níveis de complexidade crescente, possibilitou o acesso regulado a serviços de saúde especializados, na integralidade da assistência no tocante às áreas: materno infantil, psicossocial, urgência e emergência e pessoa com deficiência. O desenvolvimento das funções da rede, através de hospitais regionais, policlínicas, CEO's e UPA's, contribuiu para a expansão da oferta de serviços e, consequentemente, o acesso da população aos serviços de saúde.

As consultas médicas especializadas e exames complexos nas policlínicas regionais realizados em 2015 totalizaram 983.355 atendimentos, resultado do aprimoramento e incremento dos serviços. Só tomografias computadorizadas, foram realizadas 24.620 em 11 policlínicas que ofertam esse tipo de exame, lembrando que, antes das policlínicas, tomografias não eram realizadas na rede pública do interior do Estado.

Na Assistência Hospitalar, houve incremento com a realização de 1.314,063 (milhão) de atendimentos no Hospital Regional do Cariri (HRC - 612.043) e do Hospital Regional Norte (HRN - 701.420). Em meio ao número de consultas, internações, cirurgias e exames, chama atenção a significativa quantidade de ressonâncias magnéticas, no total de 9.263 exames, sendo 4.933 ressonâncias no HRN e 4.330 no HRC. Importante lembrar que este exame anteriormente só era ofertado na rede pública no Hospital Geral de Fortaleza - HGF.

Na rede de urgência e emergência da capital e no interior, destaca-se o atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em 128 municípios e nas Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24 horas.

Dentre outros resultados, destaca-se no Ceará realização crescente de transplantes e a redução da mortalidade infantil. Ressalta-se que a realização de ações para Atenção à Saúde, Vigilância em Saúde, Promoção e Proteção, Gestão do Trabalho, Educação em Saúde e Ciências e Tecnologia contribuíram sobremaneira para que os programas atingissem, através de suas metas, os melhores resultados possíveis.

Nesse contexto, cita-se a reestruturação do projeto de fortalecimento da clínica traumatológica dos Hospitais Polo para habilitação dos Centros de Trauma no Estado, a avaliação de desempenho dos Hospitais Polo, Estratégicos e de Pequeno Porte, a cooperação técnica e financeira do Estado junto aos municípios, e a realização de eventos na área de Educação em Saúde para formação e capacitação de profissionais, gestores, lideranças, conselheiros de saúde e representantes de saúde civil.

Quanto à proteção à saúde individual e coletiva, destaca-se dentre várias ações a elaboração de Planos de Contingência de Dengue, Chikungunya e Zica, a implantação de projeto de ecoepidemiológia de maior instância, a realização de campanhas de multivacinação, a realização de eventos de capacitação e formação de profissionais atuantes na função de Vigilância em Saúde.

No tocante ao fortalecimento da gestão, controle social e desenvolvimento institucional, destaca-se a 7ª Conferência Estadual de Saúde, qualificação da rede de ouvidorias, realização de eventos de informação e capacitação para Conselheiros de Saúde, Gestores, Profissionais e Lideranças, programas de residência médica e capacitações em diversas

áreas específicas de saúde.

Reconhece-se aqui a importante função da Escola de Saúde Pública na qualificação da força de trabalho para o SUS e, ainda, a cooperação técnica da SESA juntos às Secretarias Municipais de Saúde (SMS) quanto às responsabilidades de planejamento, no sentido de colaborar com entes municipais na operacionalização dos instrumentos de planejamento e gestão do SUS.

No tocante aos indicadores dos resultados setoriais, observa-se uma tendência de declínio na mortalidade infantil (menor de 1 ano), bem como mortalidade infantil neonatal, bem como um pequeno incremento quanto à cobertura de consulta médica especializada e de procedimentos odontológicos especializados, e o declínio nas internações sensíveis à atenção básica.

Observa-se, também, uma pequena redução quanto à incidência de tuberculose, prevalência de hanseníase, contrapondo-se à tendência crescente da taxa de internação por diabetes mellitus e por AVC.

Quanto à transferência de pacientes regulados, observa-se que ocorreu uma redução no percentual de transferência de pacientes regulados pela Central de Regulação do SUS do Estado do Ceará (CRESUS) no decorrer do período em análise, havendo, por sua vez, um incremento de 33,16% entre 2014 e 2015 no indicador relativo ao percentual de municípios com instrumentos de planejamento do SUS aprovados pelos respectivos conselhos.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Saúde

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Acesso da população às ações e serviços de saúde com qualidade							
1.1. Razão da Mortalidade materna	Óbito/100 mil nv	80,7	67,7	90,9	82,5	61,2	61,2
1.2.Taxa de Mortalidade Infantil (menor de 1 ano)	Óbito/mil nv	13,1	13,6	12,7	13,8	12,3	12,2
1.3. Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal (menor de 28 dias)	Óbito/mil nv	9,4	9,4	9,04	9,07	8,4	8,6
1.4. Percentual de internações sensíveis à atenção básica	%	27,0	26,4	19,0	20,1	18,8	18,2
1.5. Cobertura de consulta médica especializada	Consultas / habitantes	0,27	0,29	0,3	0,3	0,32	0,33
1.6. Cobertura de procedimentos odontológicos especializados	Proced/ habitantes	0,33	0,93	0,12	0,12	0,15	0,17
1.7. Incidência de dengue clássica e hemorrágica	Casos novos por 100 mil habit.	19,0	10,0	19,8	41,9	18	9,2
2. Proteção à saúde individual e coletiva							
2.1. Incidência de tuberculose	Casos/100 mil hab	42,8	42,9	39,9	39,8	38,5	38,4
2.2. Prevalência de hanseníase	Casos/10 mil hab	4,6	5,2	5,2	5,8	6,1	3,18
2.3. Incidência de sífilis congênita	Casos/mil hab	5,8	7,9	8,6	9	9,7	10,1
2.4. Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações	Internações/10 mil hab	6,8	6,7	5,9	5,9	4,6	5,0
2.5. Taxa de internação por AVC (de 30 a 59 anos)	Internações/ 10 mil hab	7,9	7,9	7,6	8,3	7,5	7,6
3. Fortalecimento da gestão do controle social e institucional do SUS							
3.1. Percentual de Transferência de Pacientes Regulados pela CRESUS	%	51	51,1	66	73	68	57
3.2. Percentual de Municípios com Plano de Saúde e Relatório Anual de Gestão aprovados pelos Conselhos Municipais de Saúde.	%	*	99,46	94,03	82,61	57,6	90,76
3.3. Percentual de Municípios com Política de Gestão Estratégica e Participativa Implantada e em Desenvolvimento.	%	68	68	100	100	100	100

Fonte: SESA
* Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS - SargSUS implantado e em vigência a partir de 2011

Avaliação de Programas

PROGRAMA 030 - GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O programa objetiva aprimorar as políticas de planejamento, controle social, gestão do trabalho e educação em saúde, descentralização e regionalização, ouvidoria, regulação, avaliação, auditoria e controle, com vistas ao fortalecimento do SUS.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	98.769.258,11	79.016.314,16	80,00
2013	140.644.654,79	115.195.386,99	81,91
2014	176.383.287,41	150.514.480,10	85,33
2015	170.758.197,83	151.691.145,24	88,83
Total	**586.555.398,14**	**496.417.326,49**	**84,63**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar o sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	21	21	21	21	21	21	21	21	21
Garantir repasse financeiro para manutenção de Consórcios Públicos em Saúde nas 22 Regiões de Saúde.	0	20	21	21	22	21	22	21	21
Capacitar 210 docentes em abordagens educacionais inovadoras - ESP.	0	0	154	39	70	360	200	105	504
Implantar e estruturar o Sistema Estadual Rede Escola do SUS.	0	3	2	0	3	0	3	0	3
Implementar a Política Estadual de Educação Permanente em Saúde.	0	1	1	1	8	8	8	8	8
Capacitar 7.611 trabalhadores do SUS e a comunidade - ESP.	2.537	5.814	8.438	4.274	2.537	6.821	2.537	5.825	22.734
Publicar 14 volumes de periódicos científicos da ESP.	2	1	3	3	3	0	2	3	7
Realizar 03 eventos científicos.	0	1	2	1	0	0	3	0	2
Qualificar 100% da Rede de Ouvidorias da SESA.	7	21	14	21	8	21	8	21	21
Apoiar a implantação e fortalecimento das ouvidorias do SUS em 70% dos municípios cearenses com mais de 100 mil habitantes.	4	8	3	8	6	6	3	3	8
Realizar 143 eventos para conselheiros e lideranças no âmbito Estadual, Macro e Microrregional e Municipal.	39	105	39	83	10	140	33	86	414

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implementar o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde.	1	1	1	1	3	3	3	2	2
Capacitar 2.541 Trabalhadores do SUS e a comunidade - ESP/CE.	756	368	674	582	5.216	2.568	515	406	3.924
Capacitar 651 docentes em Abordagens Educacionais Inovadoras.	155	130	0	0	0	0	0	0	130
Produzir e distribuir 31.000 exemplares de materiais de divulgação institucional.	7.750	5.334	7.750	6.811	6.811	6.965	6.811	6.650	25.760

Fonte: SESA

Avaliação do Programa

Ressalta-se a valiosa contribuição deste programa, através de iniciativas e ações realizadas, principalmente no tocante a melhoria para a formação e capacitação da força de trabalho, totalizando em 22.734 pessoas capacitadas no tocante a temas finalísticos quanto à questão da atenção, bem como para a Gestão.

Contribuiu para o fortalecimento do controle social do SUS a realização de oficinas para conselheiros de saúde, fóruns regionais de conselheiros de saúde, e a 7ª Conferência Estadual de Saúde, apontando propostas importantes para a Política Estadual de Saúde Pública. Por sua vez, foi fundamental para o fortalecimento do modelo de gestão a constituição de 21 consórcios públicos em saúde para a gestão de 19 policlínicas e de 18 CEOS no sentido de garantir a atenção secundária no âmbito regional de saúde.

Cita-se, ainda, a implementação das demandas constantes no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde para a realização das capacitações em conformidade com o Planejamento para Educação em Saúde.

Por fim, destaca-se a qualificação da rede de ouvidorias, que teve importante valor para fortalecer a relação entre a sociedade e a gestão e controle social do SUS.

PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O programa objetiva a organização das ações e serviços de saúde em rede, visando a integralidade da atenção à saúde.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.527.806.839,01	1.232.853.098,51	80,69
2013	1.812.253.589,75	1.462.119.612,19	80,68
2014	2.110.155.267,40	1.913.192.137,97	90,67
2015	2.012.658.423,06	1.834.231.539,87	91,13
Total	**7.462.874.119,22**	**6.442.396.388,54**	**86,33**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Fortalecer Atenção Primária em 184 municípios, através do Fundo Estadual de combate à pobreza - FECOP.	184	32	184	64	184	184	184	184	184
Atingir 100% da cobertura no atendimento do SAMU 192.	184	41	184	120	184	184	184	184	184
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada aos 184 municípios.	184	184	184	184	184	184	184	184	184
Apoiar financeiramente 42 unidades próprias da SESA para garantia de atendimento nos níveis de atenção à saúde de média e alta complexidade.	42	42	42	42	42	42	42	42	42
Implantar e implementar a Política Estadual de Assistência Farmacêutica nas 22 microrregiões do Estado.	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Garantir padrão de atendimento de qualidade: Acreditação/ Certificação para 32 Unidades de Saúde do Estado.	32	5	32	15	8	8	32	9	37
Estruturar três redes temáticas: Rede Cegonha, Urgências e Psicossocial em 22 regiões de saúde.	0	0	3	3	39	3	45	184	184
Apoiar 100% dos municípios na organização e qualificação das ações de Saúde Mental	184	112	184	107	184	184	184	184	184
Implantar um Sistema de Informação gerencial padronizado para todos os CEO´s, Policlínicas e Hospitais Terciários com implantação progressiva visando a efetivação em 100% até 2015.	24	30	30	30	16	0	16	15	75
Implantar e manter 36 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.	23	7	29	13	36	1	36	2	23
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	184	184	184	184	184	184	142	184	184
Implantar 10 Centros de Especialidades Odontológicas.	10	5	10	9	0	0	0	0	9(*)

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Monitorar 33 Hospitais Polo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	112	107	112	107	112	121	118	123	123
Implantar/ Implementar ações de prevenção à cegueira do RN em maternidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS em 138 municípios.	184	41	79	41	138	41	138	41	41
Apoiar a organização dos serviços de Atenção à Saúde do Homem em 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes.	8	7	8	8	8	8	9	9	9
Estruturar a rede de atenção especializada - nível secundário e terciário.	23	25	23	25	23	23	18	18	25
Expandir a capacidade de internação hospitalar em 134.082 internações até 2015, a partir do acréscimo de 700 leitos.	15.635	0	39.484	0	39.481	689	39.482	15.066	15.755
Implantar 44 unidades de emergência nos hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.	12	6	12	6	10	6	21	10	28
Configurar o desenho das Redes de Urgência, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	22	22	22	22	22	22	22	22	22

Fonte: SESA

(*) Em 2013 foi registrada a realização acumulada (2012 e 2013)

Avaliação do Programa

O programa abrange relevantes atividades voltadas para o desenvolvimento da atenção secundária, média e alta complexidade, ofertada no Sistema Único de Saúde do Estado, contemplando, também, a parceria do Estado para o fortalecimento da atenção primária e a responsabilidade dos entes federados municipais.

Destaca-se a viabilidade que este programa proporcionou para a expansão e melhoria da rede de atenção à saúde pública no estado. Nesse quadriênio, a implantação de Policlínicas, Centros de Especialidades de Odontologia, Hospitais Regionais e Unidades de Pronto Atendimento foram de grande importância para aumentar a capacidade de oferta do Estado.

Ainda neste quadriênio, o programa contou com a implantação de redes de atenção no modelo de atenção à saúde dando uma recondução de fluxo e melhoria de acesso.

Portanto neste programa, concentra-se o maior volume de gasto principalmente por possibilitar a melhoria para a atenção à saúde pública do Estado nos níveis primário, secundário e terciário, percebendo-se, nele, a função finalística da saúde pública.

Destaca-se entre suas metas a estruturação das redes de atenção, o apoio financeiro às unidades ambulatoriais e hospitalares da rede SESA para os serviços nos níveis de média e alta complexidade de saúde, o monitoramento para os 33 hospitais polo, 15 hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte. Ressalta-se, ainda, a implantação de UPAS e CEO's, a cobertura do SAMU, a garantia de abastecimento dos fármacos padronizados, a Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Assistência Farmacêutica e a parceria do Estado junto aos 184 municípios através do Fundo Estadual

de Combate à Pobreza (FECOP) para o fortalecimento da Atenção Primária.

Importante também mencionar os compromissos na regulação das unidades de referência nos hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.

PROGRAMA 065 - PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE

O Programa objetiva a observação e análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva. A vigilância tem como componentes as áreas de Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	59.738.832,35	43.438.585,02	72,71
2013	61.788.260,89	52.800.160,46	85,45
2014	66.011.227,97	53.716.673,09	81,38
2015	69.523.159,96	54.898.489,13	78,96
Total	**257.061.481,17**	**204.853.907,70**	**79,69**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implementar o Sistema de Prevenção e Controle de Infecção em 7 hospitais da Rede SESA.	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Garantir a cobertura vacinal nas 22 microrregiões de saúde, alcançando 90% de vacinas BCG e rotavírus e 95% das demais vacinas do calendário básico de vacina.	9	22	13	22	22	22	22	22	22
Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 Municípios do Estado.	10	85	86	184	29	29	29	184	184
Implementar o Sistema de Vigilância Sanitária nos 184 Municípios.	184	184	184	184	184	184	184	184	184
Implementar as ações de prevenção e controle das zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial - DTV nas 22 microregiões de Saúde.	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Implementar o Sistema de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis - DTs e das Doenças e Agravos Não Transmissíveis - DANTs nos 184 Municípios.	184	184	184	184	184	184	184	184	184
Implementar as ações de prevenção e controle das DST/AIDS e sífilis congênita nos 184 Municípios.	184	184	184	184	184	184	184	184	184

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Ampliar para os 184 municípios a notificação e investigação dos acidentes de trabalho fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes.	71	16	37	16	40	40	40	40	72
Estruturar e manter os Laboratórios Central e Regionais de Saúde Pública e o Serviço de Verificação de Óbitos - SVO.	7	7	8	8	8	8	8	8	8
Qualificar 5.000 profissionais da área de Vigilância em Saúde.	1.500	7.002	3.500	8.360	1.500	1.169	2.000	1.378	17.909

Fonte: SESA

Avaliação do Programa

Este programa destaca-se, principalmente, por garantir a cobertura vacinal, fortalecer ações de vigilância sanitária, controle de zoonoses, vigilância epidemiológica , saúde do trabalhador e meio ambiente e também doenças sexualmente transmissíveis.

Na lógica de uma política preventiva para a saúde pública, esse programa desenvolveu suas ações com o intuito de controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população.

Quanto ao desempenho das metas, verificamos que este programa apresenta uma relação positiva, considerando o planejado ao realizado. Vemos, portanto, que a cobertura vacinal se manteve nas 22 regiões de saúde, o controle de infecção em sete hospitais da rede SESA através do Sistema implantado, refletindo a importância da implementação dos sistemas de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica. Observa-se, ainda, através das metas, o controle das zoonoses e doenças de transmissão vetorial nas 22 regiões de saúde, ações no controle das DST´s e sífilis congênita, perpassando os 184 municípios.

Destaca-se, também, a importante função dos Laboratórios Regionais e Central de Saúde Pública e do Serviço de Verificação de Óbitos – SVO para a questão da Vigilância à Saúde, além das ações de capacitação para qualificação de profissionais atuantes na área Vigilância à Saúde.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Desenvolvimento Social e Trabalho

Avaliação da Área Temática

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS tem como missão contribuir para elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, coordenando e executando as políticas do Trabalho, Assistência Social e desenvolvendo ações de Segurança Alimentar e Nutricional, em que preconiza atender às demandas da sociedade, relativas aos serviços ofertados através dos objetivos, metas e iniciativas organizadas nos Programas: Assistência Social; Trabalho, Emprego e Renda; Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da Juventude; Equidade de Gênero; e Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.

A atuação da STDS tem como estratégia a articulação de esforços junto aos gestores estaduais, municipais, organizações não governamentais e poder judiciário, entre outros, objetivando disponibilizar serviços para a população, atendendo suas necessidades e determinações legais relativas às políticas sob sua responsabilidade.

Nessa perspectiva, a Política de Geração de Trabalho, Emprego e Renda é implementada de modo a contribuir para a ampliação das oportunidades de geração de ocupação, trabalho e renda, por meio do desenvolvimento de ações de educação social e profissional, a exemplo de projetos como: Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade; Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude; Inclusão Produtiva de Famílias Cadastradas no CadÚnico; Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária e Desenvolvimento do Empreendedorismo.

Quanto ao artesanato cearense, que representa uma atividade econômica inclusiva, com vocação produtiva natural e forte potencial de geração de ocupação, trabalho e renda, destaca-se, no período de 2012 a 2015, a comercialização de 421.476 mil peças artesanais, com volume de vendas da ordem de R$ 8.9 milhões.

No âmbito da Política de Assistência Social, a superação da extrema pobreza, o enfrentamento às desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida das famílias, especialmente aquelas mais vulnerabilizadas, constitui-se o foco dessa política.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, organizado por níveis de complexidade em Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, adota um modelo de gestão descentralizado e participativo, o que pressupõe gestão compartilhada, cofinanciamento da Política pelas três esferas de governo e definição das competências técnicas da política pela União, Estados e Municípios, conforme Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.

A gestão do SUAS dá-se principalmente no assessoramento e capacitação dos municípios de forma sistemática e continuada: na estruturação e reestruturação do órgão gestor e suas competências; no cumprimento dos requisitos referentes ao nível de gestão básica ou plena, de adesão ao SUAS; política de recursos humanos; identificação, organização e funcionamento da rede socioassistencial; implantação das Unidades de Referência da Assistência Social – Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

As ações de PSB são destinadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, através dos CRAS, distribuídos nos 184 municípios, sendo que 159 são cofinanciados pelo Estado. Destacam-se ainda, as ações de cofinanciamento, em 162 municípios, dos Benefícios Eventuais que financiam despesas relativas ao pagamento de auxílio-natalidade e funeral.

A PSE tem suas ações voltadas às crianças, adolescentes, famílias e indivíduos com direitos violados, mediante serviços de média e alta complexidade. Tais serviços são prestados pelos CREAS, unidades de atendimento especializadas, de abrangência municipal ou regional; Centros Educacionais de Medidas Socioeducativas e Unidades de Acolhimento que ofertam serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violência, maus-tratos e outras formas de violação de direitos. No Estado do Ceará, foi implantado ao longo do período em análise um total de 116 CREAS, dos quais 114 são municipais, cofinanciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e dois são regionais, um localizado em Fortaleza e o outro em Missão Velha.

Ainda com relação à PSE, foram inauguradas no período de 2012 a 2015, quatro Unidades de Atendimento aos Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, sendo duas em Fortaleza: Unidade de Semiliberdade Mártir Francisca e Centro Socioeducativo Canindezinho, e duas no interior do Estado - Unidade de Internação Provisória de Sobral e Juazeiro do Norte. Também destacam-se a construção de duas Unidades de Privação de Liberdade, uma no município de Sobral, e outra em Juazeiro do Norte com inaugurações em 2016. Além desses serviços, conta-se, ainda, com o apoio de diversas entidades da sociedade civil, que recebem recursos a título de subvenções sociais, e desenvolvem ações como: serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, voltados às crianças, adolescentes, pessoas com deficiência – PcD e idosos.

Nessa política, merece destaque o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II, que fortalece a política da assistência social ampliando a rede de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Foram implantados e inaugurados, no período 2012 a 2015, 90 equipamentos sociais, beneficiando 52 municípios, com capacidade de atendimento para 42.540 pessoas: crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A política pública Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, com base nos princípios e diretrizes nacionais e fundamentada no Art. 6° da Constituição Federal e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, exerce suas ações organizadas em três eixos de atuação: apoio à produção, comercialização e consumo. A STDS participa desse esforço, implementando o SISAN, mediante apoio na construção dos marcos regulatórios municipais, na formação de agentes locais de SAN e no desenvolvimento de capacitações junto às famílias atendidas em equipamentos públicos de SAN, contribuindo para assegurar o direito humano a alimentação adequada - DHAA. No período de 2012 a 2014, a ação desenvolvida no Restaurante Popular "Mesa do Povo", disponibilizou refeições de baixo custo, tendo ofertado 923.884 refeições. A partir de julho de 2014, este serviço passou a ser oferecido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Desenvolvimento Social e Trabalho

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional							
1.1. Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social	%	101,4	106,20	107,8	102,4	101,4	107,2
1.2. Número de pessoas beneficiadas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional	N°	363.821	371.508	368.338	368.387	187.159	4.358
1.3. Número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos	N°	72.143	81.298	77.780	82.996	57.783	55.428
1.4. Número de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social	N°	143.551	153.383	163.848	174.388	183.423	193.458
1.5. Percentual de unidades de medidas socioeducativas em conformidade com o SINASE	%	-	50	50	50	50	50
1.6. Percentual de municípios com SUAS implantado	%	-	100	100	100	100	100
2. Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda							
2.1. Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados	N°	30.052	35.567	24.942	20.889	27.372	22.129
2.2. Número de ocupações geradas com empreendimentos econômicos apoiados	N°	19.577	17.285	21.412	15.732	8.795	8.607
2.3. Número de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR	N°	91.616	78.446	81.416	82.909	83.341	64.406

Fonte: STDS

Analisando o resultado setorial "População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional", destacam-se:

No indicador "Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social", observa-se uma redução da cobertura do Programa Bolsa Família no Ceará, financiado pelo Governo Federal, o qual registrou, no período 2012-2015, variação percentual de 0,6%, com redução de famílias com renda ampliada devido ao processo anual de atualização, auditoria e revisões cadastrais. Em 2012 foram atendidas 1.096.168 famílias, ao passo que em 2015 foram 1.090.582.

O acesso à Assistência Social pode ser constatado pelo monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, quando foi identificada a realização de ações em 383 CRAS, unidade de referência de atendimento às famílias em seus municípios.

Quanto ao indicador "Número de pessoas beneficiadas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional", vale ressaltar que a política é implementada mediante a execução de projetos na área de produção de alimentos, com capacitações, e com oferta das refeições, sendo que este último mensura o resultado setorial do indicador.

No período de 2012 e 2015 foram beneficiadas 368.338 em 2012 e 4.358 pessoas em 2015. Observa-se um decréscimo imenso deste indicador decorrente da transferência do Projeto Restaurante Mesa do Povo para a Prefeitura Municipal de Fortaleza em julho de 2014.

O indicador "Número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos" é medido por meio dos serviços prestados a pessoas em situação de risco com direitos sociais e humanos violados, em situação de rua, de trabalho infantil, adolescentes que cometeram ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas, nas unidades de atendimento e prestação de serviços. Esses serviços são realizados nos 116 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS em 105 municípios do Estado do Ceará.

Analisando esse indicador, observa-se que no período houve decréscimo de 28,74% no número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos atendidas, passando de 77.780 para 55.428 pessoas, podendo significar menor ocorrência dessas situações, uma vez que houve ampliação dos serviços em função do número de equipamentos em funcionamento.

O PROARES II vem contribuindo para ampliação e melhoria da rede de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e risco social, com a implantação de 90 equipamentos sociais, que são: Centros de Educação Infantil –CEIs, Polos de Convivência, Quadras Poliesportivas e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com cobertura em 52 municípios, com capacidade de atendimento para 42.540 pessoas. Este trabalho reflete diretamente no indicador "Número de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social", cujo somatório do atendimento do público-alvo do PROARES II apresenta um incremento de 18,07% passando de 163.848, em 2012 para e 193.458 beneficiários em 2015.

Analisando o indicador "Percentual de unidades de medidas socioeducativas em conformidade com o SINASE", percebe-se que 50% das unidades de medidas socioeducativas atendem às exigências do SINASE. A adaptação e implantação de novas unidades estaduais de atendimento, tendo como referência o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento a Medidas Socioeducativas) assegura um atendimento qualificado, uma vez que tem por fundamento a prestação de um serviço de qualidade. Destaca-se o redimensionamento do sistema socioeducativo, atualmente com 16 unidades, com capacidade média de atendimento mensal a 854 adolescentes, o qual ainda tem grandes desafios a serem enfrentados quanto à efetiva inserção sociofamiliar e comunitária dos adolescentes atendidos.

Analisando o indicador "Percentual de municípios com SUAS implantado", concluímos que os 184 municípios do Estado do Ceará receberam assessoramento e capacitação de forma sistemática e continuada, assegurando a implantação do SUAS em 100% dos municípios.

Passando a analisar o resultado setorial "Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda", com referência ao indicador "Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados", observa-se uma redução de 11,28% no número de ocupações geradas no período, com 24.942 ocupações geradas/mantidas e apoiadas em 2012, contra 22.129 do ano de 2015, devendo-se levar em conta o contexto político-econômico do país.

No que se refere à empregabilidade, a STDS vem desenvolvendo ações intersetoriais visando à qualificação social e profissional de trabalhadores cearenses, bem como estratégias que possibilitem a inserção daqueles no mercado de trabalho. Nessa esfera de atuação, destacam-se parcerias com o Sistema Nacional de Emprego - SINE e com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

No âmbito do empreendedorismo, analisando o Indicador "Número de ocupações geradas com empreendimentos econômicos apoiados", este sofreu uma queda de 59,80%, passando de 21.412 em 2012 para 8.607 em 2015. A redução deve-se ao fato de que nos anos de 2012 e 2013 estavam em execução 2 projetos "Eu Empreendedor(a)" e o "Empreendendo na Comunidade" que não foram renovados nos anos subsequentes, aliando-se a isso a desaceleração da economia, que impacta no resultado desse indicador.

O indicador "Número de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR" mede o grau de relevância do sistema de intermediação de profissionais da rede de unidades de atendimento do SINE-CE em relação ao total de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, com base nos dados informados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/CAGED. Observa-se que no comportamento do índice no decorrer do período ocorreram oscilações, evidenciando-se a maior em 2015. A redução observada foi de 26,41% quanto ao número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), que passou de 81.416 em 2012 para 64.406 em 2015 em função da conjuntura econômica do país e do Ceará.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 049-TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O programa objetiva coordenar, executar e monitorar atividades referentes ao processo de atendimento ao trabalhador em todo território cearense, através das ações de orientação e intermediação para emprego, qualificação social e profissional, atendimento do seguro-desemprego, fomento ao artesanato, empreendedorismo e economia solidária, acesso ao crédito e a produção de informações sobre o mercado de trabalho, em consonância com as diretrizes do Programa SINE, do MTE.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	66.465.039,00	53.320.710,48	80,22
2013	63.022.363,94	52.670.341,00	83,57
2014	66.518.000,62	56.830.228,88	85,44
2015	68.935.896,64	44.991.498,94	65,27
Total	**264.941.300,20**	**207.812.779,30**	**78,44**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Cadastrar 20.866 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos	5.500	4.906	5.065	5.336	4.000	9.507	5.630	3.466	23.215
Qualificar 7.195 artesãos.	1.750	1.750	1.452	9261	2.540	6.518	1.524	6.732	24.261
Apoiar 250 entidades artesanais e grupos produtivos.	57	85	85	157	114	205	75	197	644
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores.	6.653	6.691	6.527	5.509	3.013	5.872	6.968	5.631	23.703
Habilitar 720.000 trabalhadores ao benefício de Seguro-Desemprego.	178.244	187.762	177.412	203.134	178.244	231.967	178.244	220.463	843.326
Realizar 238 ações de qualificação em Economia Solidária.	51	0	65	65	59	71	25	54	190
Realizar 9.000 operações de microcrédito	2.250	2.250	2.250	9.200	3.000	2.509	3.750	2.455	16.414
Capacitar 10.000 microem-preendedores.	2.724	4.590	1.803	22.558	2.700	2.455	2.773	4.937	34.540
Qualificar 1.800 jovens em atividades empreendedoras.	450	436	455	431	1.350	616	450	631	2.114

Fonte: STDS

Avaliação do Programa

No âmbito do desenvolvimento do artesanato, as principais ações desenvolvidas no quadriênio foram o cadastro de 23.215 artesões de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos, superando a meta prevista de 20.866 artesãos, em 11,25%. Em relação à qualificação, foram capacitados 24.261 artesãos, resultado superior ao programado em 237,19%. Por último destacam-se 644 entidades artesanais e grupos produtivos apoiados, que apresentaram realização de 157,60% acima da meta prevista para o período.

Quanto às atividades relativas ao atendimento ao trabalhador, foram habilitados 843.326 trabalhadores ao benefício de Seguro-Desemprego, com realização positiva, superando em 17,13% a meta programada. Com relação a qualificar e requalificar trabalhadores, a meta não foi atingida, pois foram qualificados e requalificados menos trabalhadores do que a meta prevista em um percentual de 9,78%, resultado ocasionado pelo atraso e redução de recursos oriundos do Governo Federal.

Quanto à meta referente à Economia Solidária, foram realizadas nos quatro anos 190 ações de qualificação social e profissional para empreendedores solidários, além da promoção de eventos com vistas ao escoamento, distribuição e consumo de produtos e serviços, e organizadas as demandas sociais.

Os resultados alcançados com o empreendedorismo foram positivos, apresentando um desempenho acima das expectativas iniciais estipuladas para o período nas seguintes metas: realização de operações de microcrédito, capacitação de microempreendedores e. qualificação de jovens em atividades empreendedoras.

Com base na análise dos dados, pode-se afirmar que o Programa Trabalho, Emprego e Renda teve um desempenho satisfatório no quadriênio 2012-2015. Em termos orçamentários, apresentou uma execução acima de 70%, em consonância com o bom desempenho físico de suas principais metas.

PROGRAMA 050 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

O programa objetiva implementar ações de vigilância socioassistencial, a defesa de direitos e a proteção social, em conformidade com o que determina a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que é "prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em riscos e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade que as famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana", por meio de ações socioassistenciais em forma de benefícios, serviços, programas, projetos e metas prioritárias realizadas.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	91.175.324,46	65.202.433,97	71,51
2013	82.779.977,44	65.786.802,75	79,47
2014	86.066.137,88	67.437.172,31	78,36
2015	76.194.265,99	64.400.453,36	84,52
Total	**336.215.705,77**	**262.826.862,39**	**78,17**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Assegurar 100% das ações de monitoramento da Proteção Social Básica	0	100	100	100	100	100	100	100	100
Atender 3.100 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil.	1.100	1.365	545	545	24	565	13	100	2.575
Ofertar 40 vagas para adolescentes em conflito com a lei em unidade de internação provisória e 40 vagas para adolescentes em unidade de semiliberdade.	80	0	80	40	80	40	80	0	80
Capacitar 4.960 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados.	1.646	1.234	2.781	2.232	945	205	386	416	4.565
Avaliar e monitorar o Programa PROARES II.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Garantir a plena execução do PROARES II.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	184	184	184	184	184	184	184	184	184
Assegurar o cofinanciamento dos benefícios eventuais nos 184 municípios.	93	67	151	151	33	162	184	162	162
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS.	123	103	148	148	35	159	184	159	159
Atender 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	106.500	33.509	41.014	41.000	18.315	55.200	23.603	135.650	265.359
Atender 4.000 pessoas nas bibliotecas públicas construídas no âmbito do PROARES.	3.200	0	1.500	1500	0	0	3.200	0	1.500

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	9.600	4.500	14.930	10.540	17.900	6.050	9.250	5.000	24.050
Beneficiar 10.500 famílias cadastradas no CADÚNICO.	2.625	3.076	3.500	3416	2.052	0	2.323	0	6.492
Desenvolver Plano de Capacitação para a Área de Gestão do SUAS.	1	0	0	0	8	8	8	8	8
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	24.963	40.098	8.657	25725	8.654	10.384	8.654	11.611	87.818
Atender 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas.	25	113	25	97	25	89	25	58	113
Financiar 21 entidades sociais que trabalham com crianças e adolescentes.	21	21	21	21	11	0	30	9	21
Subsidiar 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional a crianças, adolescentes, idosos e atividades socioeducativas para pessoas com deficiências.	32	27	32	32	20	24	32	24	32
Construir, reformar e equipar 2 unidades de serviço de acolhimento da Proteção Social Especial.	0	0	2	0	0	0	2	0	0

Fonte: STDS

Avaliação do Programa

As metas relacionadas à Proteção Social Básica, no quadriênio de 2012-2015, apresentaram avanço satisfatório como se pode observar: no cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que ampliou o cofinanciamento de 103 para 159 municípios; no atendimento de famílias por meio do PAIF e do Estação Família, que estendeu de 33.509 para 135.650; ao cofinanciamento de benefícios eventuais, que expandiu de 67 para 162 municípios; além de prestar assessoramento técnico a 184 municípios e de assegurar 100% das ações de monitoramento Proteção Social Básica.

No âmbito da Política de Assistência Social, a meta sob a responsabilidade da Gestão do SUAS da STDS indica resultado satisfatório, tendo sido elaborado um Plano de Capacitação para Área de Gestão do SUAS para as oito Macrorregiões do Estado.

Com relação às metas da Proteção Social Especial, é importante considerar que a demanda pelos serviços dessa área tem crescido em virtude do aumento dos problemas sociais, sobretudo aqueles ligados ao uso das drogas, destacando-se o atendimento de 87.818 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) municipais e regionais, e o atendimento de 113 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas, que corresponde a 13% do total programado para o período de 2012 a 2015.

No que se refere à meta de construir, reformar e equipar duas unidades de serviço de acolhimento da Proteção Social Especial, não foi atingido o programado pois as obras das duas Unidades de Acolhimento (Abrigo do Idoso e Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC) passaram por atrasos, mas estão em fase final de conclusão.

Quanto às atividades de inclusão social e produtiva de famílias cearenses, foram cadastradas no CadÚnico 6.492 famílias no período de 2012 a 2013. O projeto finalizou a execução das ações em 2013 por determinação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Outra importante realização foi a garantia da plena execução e, também, da avaliação e monitoramento do PROARES II.

Com base na análise dos dados, pode-se afirmar que o Programa Assistência Social teve um desempenho satisfatório no quadriênio 2012-2015. Em termos orçamentários, apresentou uma execução acima de 70%, em consonância com o bom desempenho físico de suas principais metas.

PROGRAMA 051 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O programa objetiva desenvolver ações, programas e projetos, voltados à difusão da segurança alimentar e nutricional, como direito fundamental do ser humano, apresentando os seus resultados conforme orçamento, metas prioritárias e ações realizadas a seguir.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	2.842.941,73	1.822.675,29	64,11
2013	2.280.262,31	1.879.438,69	82,42
2014	1.443.864,09	1.036.831,86	71,81
2015	520.156,81	356.070,00	68,45
Total	**7.087.224,94**	**5.095.015,84**	**71,89**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar em 92 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	21	23	23	21	23	21	0	21	21 (*)
Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 97 ações de capacitação.	49	50	16	83	16	120	0	85	338
Fornecer 1.478.400 refeições para público em situação de insegurança alimentar e nutricional no Restaurante Popular Mesa do Povo.	369.900	347.625	376.925	342.142	369.900	161.100	0	-	850.867

Fonte: STDS

(*) 100 % dos municípios foram assessorados, sendo que 119 já elaboraram parte dos marcos regulatórios e 21 já aderiram ao SISAN. Ressalta-se que foi definido com o CONSEA – CE que os mesmos municípios de 2012 seriam os mesmos assessorados até 2015, na perspectiva de fortalecer o SISAN. Ou seja, não deveria haver ampliação para novos, em face de não ocorrer a adesão sem a qualificação devida.

Durante o quadriênio 2012-2015, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolveu ações que alcançaram resultado satisfatório, tanto com relação a implantação dos mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, que atendeu 100% dos municípios, com assessoramento, quanto à meta de instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, que desenvolveu 338 ações de capacitação, superando as 97 programadas para todo o período. Isso se deve ao aumento da demanda e parcerias com os municípios no que se refere a recursos.

Quanto ao Restaurante Popular Mesa do Povo teve suas ações assumidas pela Prefeitura de Fortaleza a partir de julho de 2014. Assim, suas metas programadas e realizadas foram reduzidas pela metade naquele ano, não sendo mais de responsabilidade do Estado em 2015.

Com base na análise dos dados, pode-se afirmar que o Programa Assistência Social teve um desempenho positivo no quadriênio 2012-2015. Em termos orçamentários, apresentou uma execução acima de 70%, em consonância com o bom desempenho físico de suas principais metas.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Cultura

Avaliação da Área Temática

O Estado do Ceará implementa sua política pública cultural por meio da Secretaria da Cultura –SECULT, que a conduz em consonância com a política cultural desenvolvida pela União e norteada pelo Plano e Sistema Nacional de Cultura, que materializa a articulação, organização e integração da administração federal, distrital, estaduais e municipais, e também abrange os demais atores sociais e culturais da sociedade brasileira, agindo mutuamente com eles.

No período 2012-2015, a linha de atuação da SECULT esteve voltada para a dinamização das principais ações permanentes para a consecução dos objetivos e metas propostos no plano plurianual. Priorizaram-se os incentivos financeiros à pesquisa em arte e cultura, o apoio à criação, à expansão e ao fortalecimento das estruturas da sociedade civil para a criação, produção e difusão cultural e artística, a análise e o julgamento de projetos culturais.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Cultura

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Ampliação do acesso aos bens e serviços culturais							
1.1. Pessoas com acesso a bens e serviços culturais	Nº	6.704.107	2.244.211	2.343.903	1.368.900	1.517.465	1.711.362
1.2. Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais disponibilizados	%	33,70	72,83	72,83	72,83	72,83	72,83
2. Expansão da economia da cultura							
2.1. Pessoas assistidas com ações de formação cultural	Nº	38.789	15.689	11.107	15.526	21.848	15.826
2.2. Profissionais da cultura apoiados	Nº	3.934	15.579	15.659	12.104	10.684	11.735
2.3. Entidades da cultura apoiadas	Nº	681	686	610	590	599	565

Fonte: SECULT

No espaço de tempo compreendido entre os anos de 2014-2015, o indicador "Pessoas com acesso a bens e serviços culturais" vem em uma crescente evolução de 1.517.465 em 2014 para 1.711.362 em 2015, devido aos investimentos realizados na manutenção das ações contínuas nos equipamentos culturais. Como exemplo, temos os eventos culturais realizados, que passaram de 2.057 em 2014 para 2.240 em 2015, destacando-se os realizados no Centro Dragão do Mar, e a implantação de três novos equipamentos: Biblioteca Pública "Espaço Estação", o Birô Ceará Criativo e o Cineteatro São Luiz. Isso contribuiu diretamente para o número de equipamentos culturais disponibilizados, que passou de 210 em 2014 para 213 em 2015, cujas atividades foram retomadas com intensa frequência de público e grande repercussão local, estadual e nacional. Ressaltamos que não houve variação no desempenho do indicador setorial "Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais disponibilizados", visto que os novos equipamentos foram instalados em municípios onde já existem outros equipamentos culturais.

O indicador "Pessoas Assistidas em ações de formação cultural" apresentou involução de 27,56%, baixando de 21.848 para 15.826. O decréscimo decorre em virtude de mudança na metodologia de aferição, com a implementação de listas de frequência, o que possibilita um controle mais apurado e exato desse indicador. Boa parte desses números está relacionada aos investimentos e manutenção das ações de formação da Escola Porto Iracema das Artes e da Escola de Artes e Oficio Thomas Pompeu Sobrinho. Já o Indicador "Profissionais da cultura apoiados" evidenciou evolução da ordem de 9,84%, tendo alterado seu indicador de 10.684 em 2014 para 11.735 em 2015. Isso se deu pelas inaugurações de novos equipamentos, ampliação dos eventos culturais e projetos apoiados.

No mesmo período, o indicador "Entidades da cultura apoiadas", alterou de 599 em 2014 para 565 em 2015, demonstrando um decréscimo de 5,63%. Esta queda se deu pelo lançamento dos Editais Ceará de Incentivo às Artes e Ceará de Cinema e Vídeo, ainda em 2015, cujo resultado só saiu em 2016. Somando-se os projetos apoiados através desses editais, o número de entidades apoiadas ultrapassa o do ano anterior.

Conforme demonstrado pelos indicadores acima mencionados, a SECULT tem ampliado suas ações no período. Os recursos públicos foram investidos de acordo com as diretrizes da política cultural do Estado, de forma a contemplar as mais variadas áreas culturais, em todas as regiões cearenses. A democratização das oportunidades de acesso a recursos, eventos, ações e programas esteve sempre presente orientando o trabalho da Secretaria. As informações das ações culturais executadas (editais, festivais, dentre inúmeras outras) estão mencionadas em nossos programas e se estendem por intervenção dos diversos equipamentos culturais. Cabe destaque às ações culturais e suas potencialidades, desempenhadas pelos Sistemas Estaduais da Cultura do Ceará, que abrangem os Museus, Teatros, Bibliotecas, Arquivos Públicos e as Bandas de Música.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 006 - MEMÓRIA CULTURAL

O programa objetiva modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar os patrimônios material e imaterial.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.989.620,00	1.159.581,42	58,28
2013	10.756.267,25	2.715.599,99	25,25
2014	26.536.376,08	18.739.639,07	70,62
2015	6.512.634,00	3.238.990,14	49,73
Total	**45.794.897,33**	**25.853.810,62**	**56,46**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos.	7	10	3	4	4	0	2	1	15
Recuperar 12 prédios históricos nas macrorregiões do Estado.	3	4	2	4	4	0	1	0	8
Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015. *	60	58	60	58	60	57	60	53	58
Reconhecer e apoiar 08 projetos de 08 Grupos Tradicionais Populares, sendo 02 projetos por ano.	2	0	2	2	2	2	2	0	4
Realizar 20 cursos de capacitação na área de museus.	5	0	5	5	5	0	5	3	8

Fonte: SECULT
* Mestres da Cultura auxílio financeiro vitalício. Assim, a meta não é acumulativa, por tratar das mesmas pessoas todos os anos.

Avaliação do Programa

Apesar do baixo desempenho financeiro de 56,46% entre os anos de 2012 a 2015, o desempenho físico de três das cinco metas do programa foi satisfatório. São elas: "Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos", com execução de 93,75%, "Recuperar 12 prédios históricos nas macrorregiões do Estado", com 66,67%, e "Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015", com 96,67%. As metas referentes ao reconhecimento e apoio a projetos de Grupos Tradicionais Populares e de realização de cursos de capacitação na área de museus tiveram execução de 50% e 40%, respectivamente. Abaixo, seguem as informações dos projetos que contribuíram para esses desempenhos.

Relativamente à meta "Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos", em 2012 teve início a implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Ceará – SEDARQ, pelo que foram capacitadas 10 pessoas da equipe Técnica do Arquivo Publico do Ceará – APEC e concessão de 12 bolsas para pessoas denominadas "Agentes da Memória" com a função de auxiliar o trabalho de realização de Diagnóstico do Patrimônio Documental dos Municípios do Estado, bem como assessorar as Secretarias da Administração Direta do Estado, no sentido da elaboração das suas respectivas Tabelas de Temporalidade de Atividades Finalísticas – TTDA. Nos anos de 2012 a 2015 foram realizados 15 assessoramentos e diagnósticos em órgão da administração direta e indireta - CGE, SDA, SETUR, Secretaria das Cidades e SECULT, e ainda a organização, tratamento e higienização de quatro acervos do Arquivo Público do Ceará bem como a digitalização de 108.656 documentos históricos para futuras consultas públicas.

Para atender a meta "Recuperar 12 prédios históricos nas macrorregiões do Estado" foram totalizadas oito reformas, atingindo assim um percentual de 66,67%. Em 2012 foram realizadas as seguintes reformas: recuperação da coberta do Arquivo Intermediário; Reforma do prédio do São Luiz e a Universidade do Trabalho Digital – UTD; reforma e adaptação do Teatro José de Alencar (acessibilidade), e ainda a restauração da Igreja Nossa Senhora do Desterro em parceira com a Prefeitura Municipal de IPU. Em 2013 e 2014 foram feitas Reforma e Modernização do Memorial Cego Aderaldo, Theatro José de Alencar, Cinema do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e a Integração do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura à Biblioteca Governador Menezes Pimentel.

No período de análise, por meio da meta "Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015", foram reconhecidos 58 Mestres da Cultura (96,67% da meta programada). Refere-se à instituição de Registro do "Tesouros Vivos da Cultura" no âmbito da Administração Pública Estadual do Ceará, mais conhecido como Mestres da Cultura, que recebem auxílios financeiros por tempo vitalício. Da mesma forma, por meio da meta "Reconhecer e apoiar 8 projetos de 8 Grupos Tradicionais Populares" reconheceram-se no período dois grupos Tradicionais Populares, atingindo assim 50% da meta prevista.

Para atender a meta "Realizar 20 cursos de capacitação na área de museus", a SECULT, por meio do Museu do Ceará, coordenou a criação e o funcionamento do Sistema Estadual de Museus, com base na atual Política Nacional de Museus, ampliando assim as referidas atividades que atualmente desenvolve, a fim de contribuir também para a qualificação dos profissionais dos espaços museológicos do Ceará. Assim, Museu do Ceará, em 2013, durante o IV Fórum Estadual de Museus, realizou cinco capacitações. Ainda em 2013, passou de 96 para 112 Museus assessorados e monitorados por meio do Sistema Estadual de Museus, e em 2015 foram realizados três cursos, capacitando 56 pessoas dos 112 Museus, contabilizando um total de oito cursos, atingindo apenas 40% da meta. A referida meta não foi atendida na sua totalidade devido a diversos problemas existentes na execução do projeto com o Convênio do Instituto de Brasileiro de Museus – IBRAM.

PROGRAMA 007 – INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ

O programa objetiva democratizar o acesso aos recursos, produtos e serviços da arte e cultura, favorecendo o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	58.928.869,46	39.879.090,03	67,67
2013	69.363.434,29	51.991.150,12	74,95
2014	61.648.568,35	50.326.141,76	81,63
2015	62.719.027,00	47.703.936,81	76,06
Total	**252.659.899,10**	**189.900.318,72**	**75,16**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Elaborar e implantar a Lei do Plano Estadual da Cultura.	1	0	0	1	1	0	0	0	1
Apoiar as 14 Conferências Regionais nas macrorregiões administrativas.	14	0	14	14	0	0	0	0	14
Realizar a Conferência Estadual de Cultura em Fortaleza.	1	0	1	1	0	0	1	0	1
Realizar e apoiar 32 ações culturais regionais.	8	8	8	8	8	4	8	5	25
Lançar 32 editais de incentivo às artes no Estado do Ceará previstos pela Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura - SIEC (8 ao ano) para todo o Estado.	8	7	9	6	8	7	8	7	27
Conceder 04 Prêmios Alberto Nepomuceno de Música e 04 Prêmios Chico Albuquerque de Fotografia para todo o Estado por meio de seleção pública.	2	10	2	0	2	13	2	0	23
Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos segmentos culturais.	75	54	93	53	75	26	75	0	133

Fonte: SECULT

Avaliação do Programa

Com intuito de realizar e desenvolver ações no sentido de adequar a lei à realidade atual e, objetivando atender as reivindicações dos fóruns de linguagem e das classes artísticas, foram realizados, em 2013, 14 Fóruns Regionais com a participação de representantes dos 184 municípios. Também em 2013, foi realizada a III Conferência Estadual de Cultura com o tema "Uma Política de Estado para a Cultura", a qual contou com encontro de delegados para discutir as políticas públicas do Estado do Ceará. Participaram representantes de 136 municípios, e um público de 800 pessoas. Ainda em 2013, foi realizada a III Conferência Nacional da Cultura em Brasília, com a participação de dirigentes da SECULT e 60 membros da delegação cultural do Estado. Como essas três metas têm ações interligadas, e todas foram realizadas e finalizadas em 2013, com a revisão e elaboração do Plano Estadual da Cultura - PEC, pode-se contabilizar 100% de execução, embora a aprovação do Plano Estadual da Cultura - PEC pela Assembleia Legislativa tenha ocorrido só em 2016.

Na meta "Realizar e apoiar 32 ações culturais regionais", atingiu-se um resultado de 78,13% com a realização de 25 eventos. No período de 2012 a 2015, podemos destacar três eventos estruturantes como o "Festival de Música na Ibiapaba", que realizou cerca de 142 capacitações para 2.400 pessoas; o "Encontro Mestres do Mundo", que se realiza anualmente na região do Cariri e conta com a parceria dos municipios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Nova Olinda. Neste evento é realizada a Feira Regional de Artesanato, com rodadas de negócios, conversas com os Mestres, seminários e apresentações artísticas e culturais; e o Festival dos Inhamuns - Circo, Bonecos e Artes de Rua, que realiza anulamente cerca de 60 espetáculos, além de oficinas e residências. O projeto transporta ao sertão cearense a riqueza das manifestações de arte popular e de rua, com apresentações de palhaços, artes circenses, bonecos, teatro e arte de rua. Em 2015, por meio de emenda paralamentar e com apoio da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, foi realizada a "IV Mostra Itinerante de Cinema do Ceará", promovendo um total de 60 sessões gratuitas de cinema em 30 municípios, ao longo de dois meses de circulação. Um caminhão percorreu as estradas do interior cearense com o objetivo de democratizar o acesso à cultura por meio de conteúdo audiovisual. A Mostra contou com um público de aproximadamente 30 mil pessoas e realizou 30 cursos, capacitando aproximadamente 620 pessoas.

A meta "Lançar 32 editais de incentivo às artes no Estado do Ceará" atingiu 84,37% no período de 2012 a 2015 com os lançamentos dos editais previstos na Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura – SIEC. São eles: Carnaval do

Ceará; Ceará da Paixão; Ceará Junino; Natal de Luz; Ceará de Incentivo às Artes; Ceará de Cinema e Vídeo e Mecenas do Ceará (extra orçamentário). O realizado foi menor que a meta programada devido ao não lançamento de alguns editais: Edital do Patrimônio, em 2013, e os editais de Cinema e Vídeo e o Incentivo às Artes, em 2012 e 2013.

A meta "Conceder 4 Prêmios Alberto Nepomuceno de Música e 4 Prêmios Chico Albuquerque de Fotografia para todo o Estado por meio de seleção pública" é executada através de categorias no Edital de Incentivo às Artes, e atingiu 287,5% devido ao fato de que em 2012 foram pagos 10 prêmios do Edital de Incentivo às Artes. Nos anos de 2012 e 2013 não houve lançamento do edital. Em 2014 foram contemplados 13 Prêmios, contribuindo, assim, para o resultado da meta no período.

PROGRAMA 008 – INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO

O programa objetiva implantar e modernizar as bibliotecas municipais que compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará, em uma política de promoção do livro, da leitura e da biblioteca na sociedade, por meio de estratégias diversas.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	3.040.407,00	2.241.268,07	73,72
2013	1.700.575,03	526.584,84	30,97
2014	2.478.429,80	2.276.396,35	91,85
2015	4.935.463,00	4.626.426,85	93,74
Total	**12.154.874,83**	**9.670.676,11**	**79,56**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Adquirir 776.000 mil livros.	194.000	80.000	194.000	0	200.000	0	189.500	0	80.000
Realizar a X e XI Bienais Internacionais do Livro e da Leitura.	1	1	0	0	1	1	0	0	02
Realizar 440 oficinas e atividades socioeducativas para 2.400 pessoas nas 2 bienais internacionais.	220	25	0	0	220	0	0	0	25
Realizar 64 cursos de Formação na área de Biblioteca, capacitando 1.552 profissionais de Bibliotecas Públicas.	16	2	16	30	16	0	16	0	32
Participar de 04 eventos nacionais e 02 eventos internacionais.	2	3	1	1	2	1	1	1	6

Fonte: SECULT

Avaliação do Programa

Das cinco metas abrangidas por este programa, apenas duas foram consideradas satisfatórias. Na meta "Adquirir 776.000 mil livros", contabiliza-se a aquisição de 80 mil livros, atingindo 10.29%. Este resultado deve-se ao baixo investimento na política de aquisição de livros, bem como as descontinuidades dos convênios com a Biblioteca Nacional e MINC.

Já a meta "Realizar a X e XI Bienais Internacionais do Livro e da Leitura" teve um desempenho de 100% devido às

execuções nos anos de 2012 e 2014, quando foram realizadas as Bienais no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza. Em 2012, registraram-se cerca de 8,5 milhões em negócios diretos e indiretos e em 2014 cerca de 7,8 milhões, gerando aproximadamente 9.200 postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos, nas duas edições, e ainda foi realizado o programa de Visitação Escolar que levou à Bienal do Livro um público superior a 80 mil alunos de escolas públicas municipais e estaduais a cada edição.

Na meta "Realizar 440 oficinas e atividades socioeducativas para 2.400 pessoas nas 2 bienais internacionais", houve a realização de apenas 25 atividades socioeducativas, nas quais foram capacitadas 5.000 pessoas.

A meta "Realizar 64 cursos de Formação na área de Biblioteca, capacitando 1.552 profissionais de Bibliotecas Públicas" ofertou, no período de 2012 e 2013, 32 capacitações para 1.170 pessoas entre jovens e adultos através do Sistema Estadual de Biblioteca, coordenada pela Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. O não atendimento da meta na sua totalidade se deu pelas dificuldades encontradas na devolução de recursos de convênios de receita com o Ministério da Cultura.

O desempenho da meta "Participar de 4 eventos nacionais e 2 eventos internacionais" registrou 100% de execução. Destaca-se a realização da Feira Mundial da Palavra de Cabo Verde, com exibição de vídeos, palestras, contações de histórias, lançamentos de livros, saraus, oficinas e promoção de grupos de trabalho, entre universidades brasileiras e cabo-verdianas. Essas ações ressaltaram as semelhanças entre os estados de expressão portuguesa, sobretudo, no âmbito da literatura, ciências sociais e humanas.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Esporte e Lazer

Avaliação da Área Temática

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que consideram o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

Direito social garantido pela Constituição Brasileira, o esporte funciona, cada vez mais, como um importante instrumento de reversão do quadro de vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação integral dos indivíduos. Dessa forma, a Política Nacional do Esporte retrata o papel fundamental que a área do Esporte e Lazer desempenha no âmbito social, sobretudo na promoção da inclusão.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

Relacionado a isso, é necessário ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Neste tema estratégico de Esporte e Lazer, apesar dos avanços que foram obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado e devem ser encarados de forma direta e planejada.

Nesse contexto o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Esporte, assumiu grandes responsabilidades, no intuito de assegurar as conquistas e a continuidade do desenvolvimento do esporte e do lazer no Ceará. Esse ambiente desafiador se materializa nas propostas contidas no Plano Plurianual 2012-2015, em que foram definidos os futuros rumos das políticas de esporte e lazer a serem consubstanciados no quadriênio do Plano.

A evolução dos resultados e indicadores setoriais que refletem as prioridades no desenvolvimento das políticas relacionadas a este tema pode ser observada a partir dos dados a seguir:

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Esporte e Lazer

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Ampliação da população com acesso a esporte e lazer							
1.1. Público em eventos de esporte e lazer	Nº	1.891.415	877.680	884.643	917.421	1.287.395	1.914.603
1.2. Pessoas desenvolvendo atividades esportivas e de lazer em núcleos de esporte	Nº	51.600	8.381	47.600	47.600	47.600	39.576
2. Desenvolvimento do esporte escolar e de rendimento							
2.1. Crianças e adolescentes beneficiados com ações e projetos esportivos	Nº	68.825	71.402	79.337	55.730	48.300	10.025
2.2. Atletas e paratletas de rendimento apoiado	Nº	659	535	505	504	338	109
3. Democratização do acesso à prática do esporte e lazer							
3.1. Pessoas beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer	Nº	1.065.033	1.079.570	1.179.370	1.062.508	1.377.215	1.881.243
3.2. Municípios beneficiados com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer	Nº	184	147	184	184	184	184

Fonte: SESPORTE

A execução de importantes projetos e a realização de uma pluralidade de ações esportivas tiveram como consequência um incremento positivo nas quantidades dos indicadores "Pessoas beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer" e "Público em eventos de esporte e lazer". De 2010 a 2015, 7.644.939 pessoas foram beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer, tendo havido um acréscimo superior a 36% no ano de 2015 em relação a 2014. Neste mesmo período 7.773.157 pessoas participaram de eventos de esporte e lazer no estado, com uma variação positiva de 2015 em relação a 2014 de mais de 48%.

O alcance desse público foi decorrente principalmente da realização de importantes projetos e eventos no âmbito do Programa Esporte – Educação, Participação e Lazer, dentre os quais podem ser citados: Esporte na Minha Cidade, em Fortaleza e Interior, Jogos Escolares, Jogos Abertos do Interior, Copa de Futebol Amador, Jogos dos Povos indígenas, Jogos Universitários, Campeonatos Mundiais, Maratonas, eventos realizados na Arena Castelão, Projeto Viva Mais, Projeto Lazer e Ação no Cocó.

O indicador "Pessoas desenvolvendo atividades esportivas e de lazer em núcleos de esporte" tem sua evolução influenciada principalmente pela execução do Programa Segundo Tempo, Projeto Viva + e Mão Amiga, durante o tempo em que os mesmos estiveram operantes. Com a descontinuidade dos programas Mão Amiga e Segundo Tempo, por conta da demora na renovação da parceria com o Governo Federal, houve uma redução da quantidade de 2015 em relação à de 2014.

O resultado setorial "Desenvolvimento do esporte escolar e de rendimento" foi influenciado principalmente pela execução do Programa 092 – Ceará no Esporte de Rendimento. No âmbito desse programa de governo é desenvolvido o Programa Bolsa Atleta de Alto Rendimento, que tem apoiado os atletas e paratletas de alto rendimento através da concessão de bolsas, assegurando uma renda fixa àqueles que apresentam bom desempenho em provas nacionais e internacionais, na perspectiva de oferecer ao esportista a tranquilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento. No período de 2012 a 2015, o Governo do Estado estimulou o bom desempenho de atletas em jogos e competições. Em relação especificamente a 2015, apesar da quantidade de ações desenvolvidas, devido às mudanças ocorridas nos modelos operacionais, os quais foram adotados com o fim de abranger os mais diversos públicos, de crianças a idosos, sem a diferenciação das idades/escolaridade na apuração, só puderam ser extraídos os quantitativos de "Crianças e Adolescentes beneficiados com ações e projetos esportivos" nas ações Jogos Escolares do Ceará e Jogos Escolares da Juventude.

O resultado "Democratização do acesso à prática do esporte e lazer" é materializado pela inclusão social promovida pelos projetos sociais esportivos desenvolvidos, que atendem desde a criança até o idoso, oferecendo-lhes atividades diferenciadas e integradas, que abrangem todas as manifestações esportivas, mantendo sempre como preceitos fundamentais a "cidadania", a "diversidade" e a "inclusão social". O indicador "Pessoas beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer" tem seu desenvolvimento principalmente no âmbito dos programas Esporte - Educação, Participação e Lazer, Ceará no Esporte de Rendimento e Infraestrutura Esportiva e de Lazer, a partir de ações e projetos sociais esportivos como Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), Bolsa-Esporte, Programa Segundo Tempo, Capacitação e Incentivo para Profissionais de Educação Física e Árbitros, Esporte na Escola nos Fins de Semana, Mão Amiga e Viva +, Jogos Paraolímpicos e da Felizidade, Jogos Abertos do Interior, Projetos Ceará Aventura e Circuito das Águas, Eventos Esportivos Locais. Regionais e Nacionais, Copa de Futebol Amador, Olimpíadas Escolares e Jogos dos Servidores Públicos.

Assim, a democratização do acesso à prática do esporte e lazer realizada e evidenciada pelo número de pessoas beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer, no período de 2010 a 2015.

No tocante ao indicador "Municípios beneficiados com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer", a SESPORTE conseguiu executar o desafio que se impôs de propiciar a todos os municípios do Estado a possibilidade de acesso a ações relativas ao esporte e lazer. Destacou-se na contribuição para este indicador a ação Jogos Escolares.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 071 - ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER

O programa objetiva fortalecer e ampliar a prática esportiva educacional e de lazer, suprindo a carência de políticas públicas e sociais que atendam as necessidades e demandas da população por atividades esportivas e de lazer e educacional.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	35.276.267,53	23.033.409,42	65,29
2013	25.752.301,65	12.599.839,31	48,93
2014	36.497.842,22	18.351.243,33	50,28
2015	15.806.256,22	11.283.095,34	71,38
Total	**113.332.667,62**	**65.267.587,40**	**57,59**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado.	500	466	500	466	500	466	0	0	1.398
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600	46.600	46.600	46.600	46.600	46.600	0	0	139.800
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	3.000	1.737	3.000	1.767	3.000	1767	1.767	0	5.271
Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	1.000	0	1.000		1.000	959	0	0	959
Implantar e monitorar 150 núcleos em todo o Estado.	45	75	25	33	90	14	50	100	222
Atender 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer.	1.520	3.950	1.310	2.318	2.185	0	700	84.801	91.069
Promover 800 eventos esportivos e de lazer.	220	44	195	0	310	1	80	2.680	2.725
Realizar cursos de formação de técnicos e gestores nas diversas modalidades desportivas e paradesportivas, capacitando 5.000 profissionais - FUNDEJ.	1.000	1.920	1.050	0	1.920	1920	1.920	0	3.840
Atender 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer, no âmbito do FUNDEJ.	1.520	356	1.250	0	415	1.000	145	0	1.356

Fonte: SESPORTE

Avaliação do Programa

Por meio deste Programa foram desenvolvidas diversas ações voltadas para atividades esportivas e de lazer, procurando ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte educacional, recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Algumas metas não foram realizadas em algum ano, por não terem tido ações dos projetos vinculados, como por exemplo, o projeto Capacitação e Incentivo ao Desporto – FUNDEJ, que teve como objetivo incentivar a qualificação de profissionais e dirigentes do esporte e lazer com base científica, oferecendo cursos de reciclagem e formação e

contribuindo para a realização de eventos esportivos promovidos pelas entidades organizadas do esporte cearense. Este projeto só teve realizações em 2012 e 2014 por conta dos recursos aportados.

Dentre as importantes ações realizadas para o atingimento dos resultados das metas no período em análise, destacam-se:

A realização do Programa Segundo Tempo, com a implantação e manutenção de 466 núcleos esportivos nos 184 municípios do estado, gerando emprego e renda para 959 profissionais envolvidos, que contribuiu sobremaneira para os resultados das metas "Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado", "Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos", e "Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer", durante os anos em que esteve ativo.

A concessão de mais de 1.700 bolsas para atletas nas categorias estudantes, nacional e internacional, por meio dos Programas Bolsa Esporte e Bolsa Alto Rendimento, assegurando renda fixa a crianças, adolescentes e jovens atletas de talento, a tranquilidade para o treinamento e a dedicação aos aperfeiçoamento esportivo contínuo, foi decisiva nos resultados alcançados na meta "Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes".

A implementação do Projeto Esporte na Minha Cidade, versões Fortaleza e Interior, propiciando o atendimento a mais de 60.000 pessoas com serviços, equipamentos, material esportivo, capacitação e incentivo ao desporto, foi destaque para realização das metas "Atender 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer" e "Promover 800 eventos esportivos e de lazer", juntamente com o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), citado a seguir.

O Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) tem como objetivo democratizar o esporte recreativo e o lazer no estado do Ceará para que os participantes sejam protagonistas na condição de cidadãos integrados à sociedade. Foram atendidos pelo programa 78.000 participantes entre crianças, adolescentes, pessoas com deficiências, idosos, adultos e jovens, nos 2.600 eventos realizados nos 100 núcleos implantados no estado. Contribuíram para esta realização 718 profissionais que trabalharam em oficinas esportivo-recreativas, culturais, sociais, de leitura, com filmes, atividades lúdicas com brinquedoteca, bem como eventos de natureza diversificada, possibilitando a valorização da cultura local. Como forma de potencializar a atuação do PELC, a SESPORTE também realizou reformas nas Vilas Olímpicas do Canindezinho, Conjunto Ceará, Genibaú e Messejana, proporcionando a mais de 14.000 alunos o acesso a estes importantes equipamentos. Afora a contribuição à meta citada no parágrafo anterior, o PELC também contribuiu decisivamente para os resultados da meta "Implantar e monitorar 150 núcleos em todo o Estado".

A realização do Projeto Esporte e Lazer no Cocó disponibilizou para a população das mais diversas idades serviços, equipamentos, material esportivo e capacitação para o desenvolvimento de práticas esportivas, de lazer e de recreação, as quais contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento humano e a inclusão social.

PROGRAMA 092 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O programa objetiva apoiar atletas por meio da Bolsa Atleta de Alto Rendimento e também por meio da concessão de passagens aéreas, contribuindo diretamente para os bons resultados do Ceará nos jogos e competições realizadas no cenário nacional e internacional.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	2.124.000,00	2.011.680,75	94,71
2013	1.602.752,70	852.283,31	53,18
2014	848.000,00	611.231,74	72,08
2015	2.838.000,00	1.904.942,86	67,12
Total	**7.412.752,70**	**5.380.138,66**	**72,58**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	200	0	200	0	400	0	200	12	12
Promover 60 eventos esportivos de aventura e natureza.	15	6	15	5	22	0	15	0	11
Conceder 400 bolsas para atletas com resultados expressivos nos rankings nacional e internacional.	100	50	100	50	50	50	50	0	150
Apoiar e incentivar 450 atletas de alto rendimento - FUNDEJ.	200	321	250	286	350	229	350	0	836

Fonte: SESPORTE

Avaliação do Programa

O Ceará é um Estado que pratica grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas. No entanto, nosso estado apresenta grande disparidade nos resultados de seus atletas nos cenários nacional e internacional. Há algumas modalidades em que são ranqueados entre as primeiras colocações, mas na maioria das outras modalidades estão situados entre os resultados intermediários e os baixos resultados.

Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do Ceará no exterior é influenciada pelo desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como podemos registrar que este desempenho contribui diretamente para o reconhecimento dos atletas cearenses. Assim sendo, o Programa Ceará no Rendimento apoiou diversos atletas por meio da Bolsa-Atleta de Alto Rendimento, por meio da concessão de passagens aéreas e através da realização de eventos de esportes de rendimento, tais como: o Circuito das Águas, o Ceará Aventura, o Circuito Cearense de Surf, o Circuito Mundial de Vôlei de Praia, o Circuito Mundial de Kitesurf, o Circuito Mundial de Windsurf, o Ceará World Cup Skate Board, o Campeonato Brasileiro de Supercross, a Copa Sobral de Bicicross e o Circuito Cearense de Skate, contribuindo desta forma, diretamente para os bons resultados do Ceará nos jogos e competições realizadas no cenário nacional e internacional.

No entanto, em vista de uma mudança de prioridades estabelecida, por conta dos cenários apresentados nos anos que se seguiram, houve um direcionamento de foco para as metas "Conceder 400 bolsas para atletas com resultados expressivos nos ranking nacional e internacional", a qual, embora tenha registrado um desempenho de 37,50%, representa uma importante atuação em relação aos atletas atendidos. Em 2015, este incentivo a atletas de alto rendimento através de bolsas não teve continuidade por conta da falta de recursos. Ainda assim, a meta "Apoiar e incentivar 450 atletas de alto rendimento" teve desempenho de 185,77%, e também foi essencial para os atletas que por ela foram beneficiados.

PROGRAMA 093 – INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER

O programa objetiva democratizar o acesso às práticas esportivas por meio de atividades de esporte e lazer, com ações de implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e lazer em todo o Estado do Ceará.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	9.182.932,27	8.422.300,35	91,72
2013	151.933.341,95	70.503.801,55	46,40
2014	239.032.737,65	182.106.020,63	76,18
2015	78.632.836,75	58.055.509,89	73,83
Total	**478.781.848,62**	**319.087.632,42**	**66,65**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil hab.	25	12	9	11	14	8	7	4	35
Construir 1 Centro de Excelência Esportiva em Fortaleza para preparação dos talentos esportivos cearenses.	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Construir e manter 14 vilas olímpicas.	14	5	14	5	5	4	5	5	5

Fonte: SESPORTE

Avaliação do Programa

No âmbito desse programa foram realizados investimentos que se destinaram à ampliação da infraestrutura esportiva por meio da formalização de contratos e convênios, para o estabelecimento de parcerias com governos municipais na construção e reforma de cobertas de quadras em escolas estaduais, reforma e adaptações de ginásios poliesportivos, quadras esportivas, estádios e campos de futebol, pistas de atletismo e de skate, vilas olímpicas, piscinas etc.

O resultado do desempenho dessas metas é materializado pela inclusão social confirmado nos projetos sociais esportivos em desenvolvimento na SESPORTE, que atendem desde a criança até o idoso, oferecendo-lhes atividades diferenciadas e integradas, que abrangem todas as manifestações esportivas, mantendo sempre como preceitos fundamentais a "cidadania", a "diversidade" e a "inclusão social". Essa política possibilita o desenvolvimento de ações e projetos sociais esportivos com a construção de equipamentos esportivos e de lazer conforme os acima explicitados.

Destaca-se neste programa o início e o desenvolvimento da construção do Centro de Formação Olímpica (CFO), importante equipamento que vai formar com a Arena Castelão o maior complexo esportivo do Brasil com aproximadamente 313.000 m², contando com o maior ginásio esportivo/multiuso do Brasil (climatizado e único com arquibancada retrátil) e que contribuirá de forma grandiosa para o desporto educacional, pois despertará e estimulará os estudantes à prática esportiva, para o desporto participativo, para que a comunidade faça do equipamento uma área de lazer de qualidade e prática saudável, e para o desporto de alto rendimento, voltado à prática de esporte competitivo, em especial para atletas nordestinos. Este equipamento deverá ser inaugurado por completo ainda no ano de 2016.

Em relação à meta "Construir e manter 14 Vilas Olímpicas", por decisão de governo, concentrou-se o foco em apenas cinco. A manutenção e reforma dessas Vilas Olímpicas (Genibaú, Messejana, Canindezinho, Conjunto Ceará e São Benedito) possibilitou o fomento às práticas esportivas através do incremento do acesso à população a estas práticas nestes importantes equipamentos. A execução de projetos de construção, reforma e/ou ampliação de equipamentos esportivos vinculados a convênios e ao Programa de Cooperação Federativa também possibilitaram a democratização do acesso às práticas esportivas e de lazer.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Segurança Pública

Avaliação da Área Temática

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social orienta suas atividades em premissas organizacionais voltadas à busca constante de uma segurança pública moderna, eficiente e propulsora de resultados, pautada sempre em posturas que relevem o respeito aos direitos humanos e, por conseguinte, a promoção da cidadania do povo cearense, a preservação e a manutenção da ordem pública no seio social. O Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, composto por esta Secretaria e suas vinculadas: Polícias Civil e Militar do Estado do Ceará, Corpo de Bombeiros Militar, Perícia Forense do Estado do Ceará e a Academia Estadual de Segurança Pública, cada uma dentro de suas missões legalmente estabelecidas, contribuíram sobremaneira para o excelente desempenho da Segurança Pública, demonstrado principalmente por meio dos resultados alcançados no ano de 2015, fruto do árduo trabalho desempenhado por todos os seus colaboradores.

Vale ressaltar os resultados do Programa Em Defesa da Vida, que foram expressivos no ano de execução - 2014, não permitindo o avanço dos Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI no mesmo percentual dos anos anteriores, e, em 2015, com a sua continuidade, alicerçado no tripé, formado por gestão integrada por resultados; formação qualificada dos seus quadros de pessoal; e a disciplina, ultrapassou as expectativas em virtude da diminuição dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) em 9,5%, em números absolutos, resultando na diminuição de 10,1% na Taxa de CVLI, considerando o mesmo período de 2014. Conforme base de dados da Assessoria de Estatística da SSPDS, o último registro de queda no número de homicídios no Estado, remonta ao ano de 2004, quando houve uma queda de 0,1 pontos percentuais. Conforme estabelecido no Programa, a meta era a diminuição anual de 6% dos CVLI's e os esforços envidados pelos órgãos responsáveis pela Segurança Pública no Estado, garantiram uma diminuição ainda maior que a meta estabelecida, o que se permite a constatação de que as ações de combate à criminalidade tiveram efetividade.

Destacam-se várias ações desencadeadas pela Segurança Pública que permitiram o alcance de tais resultados no período em análise:

- Nomeação de 2.600 novos profissionais de segurança pública sendo 1.962 soldados da Polícia Militar - PMCE, 252 soldados do Corpo de Bombeiros – CBMCE, 386 policiais civis e formação de 126 profissionais da Perícia Forense – PEFOCE, que já se encontram aptos para nomeação;

- Modernização da Estrutura Física e do Parque Tecnológico da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança – CIOPS e implantação do Centro Integrado de Comando e Controle Regional- CICCR – CE;

- Realização de operações integradas envolvendo os órgãos da SSPDS, das Secretarias Estaduais, Municipais e Instituições Federais, tais como, o IBAMA e as Polícias Federal e Rodoviária Federal, ressaltando-se o êxito das ações Coordenadas pela SSPDS, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e a Reunião dos BRICS, no período de junho a agosto de 2014;

- Capacitação de 10.621 profissionais de segurança pública;

- Aquisição de equipamentos para reaparelhamento das unidades da PEFOCE;

- Implantação de duas Células da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas – CIOPAER, uma no Sertão de Sobral, localizada no município de Sobral e uma no Cariri, localizada no município de Juazeiro do Norte;

- Ampliação das ações do Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – BPRAIO, uma no Sertão de Sobral, localizada no município de Sobral e uma no Cariri, localizada no município de Juazeiro do Norte, beneficiando 59 municípios;

- Implantação do Batalhão de Divisas na região do Cariri, município de Penaforte e na Região do Vale do Jaguaribe, município de Limoeiro do Norte;

- Ampliação do sistema de videomonitoramento de Fortaleza, chegando a 130 câmeras instaladas na Capital;

- Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDSs) em diversos bairros de Fortaleza, municípios da Região Metropolitana e Interior totalizando através da realização dos fóruns de integração comunitária, ocorridos no âmbito das Áreas Integradas de Segurança (AIS);

- Mudança no Estatuto dos Militares, possibilitando a promoção, em 2015, de quase 9.000 militares em todo o Estado.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Segurança Pública

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Redução da violência							
1.1. Taxa de homicídios dolosos	por 100 mil hab.	31,59	31,27	41,47	49,65	48,60	43,78
1.2. Taxa de homicídios de jovens de 12 a 24 anos	por 100 mil jovens	55,15	50,70	70,35	85,56	87,98	76,6
1.3. Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes (0 a 17 anos)	por 100 mil crianças e adolescentes	43,26	48,57	52,14	56,93	46,69	47,61
1.4. Taxa de veículos roubados	por 10 mil veículos	23,54	19,27	29,83	41,49	...	...
1.5. Taxa de roubos	por 100 mil hab	490,22	410,78	567,39	585,68	...	...
2. Melhoria do atendimento ao cidadão							
2.1. Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF	min	14,41	14,49	13,56	12,49	16,31	13,04
2.2. Cobertura de municípios com delegacia	Nº	126	129	148	161	...	...
2.3. Nº de solicitações atendidas / Nº de solicitações CIOPS (média mensal)	%	98,53	97,75	94,61	95,73	92,23	95,90
3. Redução do uso de drogas na população jovem							
3.1. Quantidade de crack apreendido	kg			93,20	147,24	168,04	150,90
3.2. Quantidade de cocaína apreendida	kg			368,24	244,30	495,02	365,08
3.3. Percentual de jovens de 12 a 24 anos apreendidos portando drogas	%	11,13	13,79	13,00	13,00	16,12	19,25
4. Melhoria do atendimento de vítimas de afogamentos, incêndios e desastres ambientais							
4.1. Taxa de vítimas fatais em afogamento	Por 100 mil hab	1,78	4,60	1,25	1,88	0,53	0,83
4.2. Percentual de famílias atendidas sobre o total de famílias afetadas em desastres	%					6,99	10,54
4.3. Número de incêndios atendidos em edificações em Fortaleza	Nº	375	392	548	523	826	419

Fonte: SSPDS

Os dados referentes aos itens 1.4 e 1.5 já são do conhecimento dos órgãos de controle que, com a implantação do Programa Em Defesa da Vida em 2014, os indicadores "Taxa de veículos roubados" e "Taxa de Roubos", passaram a ser mensurados como "crimes violentos contra o patrimônio - CVP", e, com a migração da base de dados em virtude da mudança de plataforma do Sistema de Informações Policiais (do antigo "SIP" para o "SIP3W"), somente a partir do segundo semestre de 2015, foi possível obterem-se dados consistentes para esse indicador, havendo o aumento, em relação ao mesmo período de 2015, de 5,6% no registro de ocorrências de CVP, o que prejudica a análise comparativa da evolução destes indicadores. A partir das próximas avaliações, com o acompanhamento deste índice, apesar da implantação do sistema "SIP3W" encontrar-se em sua fase final, esta Secretaria irá envidar esforços para garantir a consistência da base de dados destes índices e a realização dos comparativos necessários para analisar o seu comportamento.

No que se refere ao índice descrito no item 2.2., informa-se que a atual estrutura da Polícia Civil está definida por Decreto datado do ano de 1997, não estando adequada para a atual realidade do Estado. Dentre outras ações, estão inclusas no projeto, a redefinição das jurisdições das Delegacias Regionais, bem como os estudos para definição de

novos polos regionais, dado o grande avanço econômico do Estado, destacando-se o período de 2007 – 2014, foram implantadas Delegacias em 50 novos municípios do Estado.

Some-se a isto o Lançamento do Pacto por Um Ceará Pacífico, em agosto de 2015, onde os esforços estão sendo concentrados para a criação das Unidades Integradas de Segurança – UNISEG´s, motivo pelo qual algumas adequações tiveram que ser realizadas, para que a Polícia Civil passe a atender também as divisões definidas pelas Regiões de Planejamento do Estado, visando a cobertura de todos os municípios pelas unidades da Polícia Civil , fazendo com que todo o cidadão cearense tenha acesso aos serviços de Segurança Pública.

A expectativa é que após a conclusão dos estudos e posterior aprovação do projeto que será apresentado ao poder executivo, a Segurança Pública possa, por meio da Polícia Civil, prestar os serviços de melhor qualidade para todos os cidadãos cearenses, e dessa forma poderá informar com maior precisão e coerência os dados referentes ao indicador em comento.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 012 - SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA

O programa objetiva expandir e aperfeiçoar a atuação comunitária da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, visando fortalecer a sua relação com a comunidade, bem como a preservação da ordem pública.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	53.260.830,20	50.162.317,26	94,18
2013	36.750.791,04	35.335.690,73	96,15
2014	28.278.362,59	26.105.505,26	92,32
2015	28.560.783,13	27.200.947,47	95,24
Total	**146.850.766,96**	**138.804.460,72**	**94,52**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Capacitar 3.700 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	1.000	586	925	586	400	0	2.300	0	1.172
Equipar 15 núcleos de policiamento comunitário.	0	1	15	1	15	15	15	15	32
Expansão do atendimento da identificação civil - Perícia Forense.	0	18	0	2	0	0	1	0	20

Fonte: SSPDS

Avaliação do Programa

O percentual de execução orçamentária acima de 90%, confirma a boa execução do programa durante todo o PPA 2012 - 2015. O menor volume de recursos disponibilizados nos dois últimos anos do planejamento deve-se ao fato de priorização dos investimentos nos demais programas da Segurança Pública, uma vez que a consolidação das ações realizadas no biênio 2012 – 2013 permitiram a obtenção de bons resultados, conforme se constata nos indicadores de resultados que já foram abordados em outro tópico desta avaliação.

O conceito de policiamento comunitário, inserido ainda no PPA anterior (2008 – 2011), foi bem absorvido pela sociedade e pelos profissionais da segurança pública, porém, já no final do ano de 2014, deixava evidente a necessidade de realizar revisão e incremento de novas ações, possibilitando à Segurança Pública a inserção de novas atividades que em 2015

ocorreram de forma mais evidente com a implantação do "Pacto Por Um Ceará Pacífico".

Vale ressaltar que as ações desse Programa contribuíram para a consolidação de uma política de Segurança Pública focada na gestão participativa e, consequentemente, para a obtenção de resultados positivos. Observa-se ainda a necessidade de avançar no campo comunitário a proximidade da Segurança com a sociedade fortalece o desempenho das atividades.

No que se refere à meta que trata da capacitação de pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes, não teve execução em virtude da revisão realizada ao longo da execução do PPA que acabou por extinguir referida meta da principal executora, qual seja a Polícia Civil, bem como a meta estabelecida para a expansão do atendimento da identificação civil, que foi atingida quase que em sua totalidade, ainda no primeiro ano do PPA.

PROGRAMA 015 – SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O programa objetiva desenvolver ações de edificação, modernização, reestruturação, manutenção, apoio às operações da COPA 2014 e produção do conhecimento científico e tecnológico de forma integrada entre os Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	224.608.074,98	193.943.572,36	86,35
2013	262.543.392,42	210.015.499,93	79,99
2014	329.599.359,41	297.625.652,79	90,30
2015	232.160.783,32	199.843.118,87	86,08
Total	**1.048.911.610,13**	**901.427.843,95**	**85,94**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Adquirir 2 helicópteros - SSPDS	0	0	2	3	2	0	0	0	3
Adquirir 250 veículos - SSPDS	50	171	79	80	27	281	30	81	613
Formar e capacitar 1.480 novos policiais civis.	740	0	493	690	40	382	700	0	1.072
Oferecer formação inicial a 4.000 profissionais de segurança pública aprovados em concurso público, seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional - AESP.	1.800	1.733	1.650	1.447	1.100	968	1.700	1.342	5.490
Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	2.000	2.007	1.940	2.432	2.500	1.841	2.000	8.780	15.060
Construir 12 delegacias municipais de Polícia Civil no interior do Estado.	0	12	3	9	1	0	11	0	21
Reformar 43 distritos policiais de Fortaleza e Região Metropolitana - Polícia Civil.	10	10	10	1	10	1	33	0	12
Adquirir 220 viaturas para atender a capital e interior do Estado - Polícia Civil.	64	64	52	33	35	69	121	9	175
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	1.000	0	3.000	1.983	2.000	927	1.000	974	3884
Equipar 42 quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.	0	3	42	1	42	42	42	42	88

Fonte: SSPDS

Avaliação do Programa

Neste contexto, a formação e a capacitação profissional, potencializadas após a aprovação em 2015, da legislação de promoção dos militares do Estado, bem como para a aquisição de equipamentos para a Segurança Pública, ressaltando o investimento feito pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado para garantir o êxito das operações de segurança durante dois grandes eventos ocorridos em 2014, quando as atividades se desenvolveram com eficácia e eficiência, demonstradas na inexistência de registros negativos de grande repercussão, durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e reunião dos BRICS. O sucesso destas operações deve-se em grande parte pelo esforço realizado pelo Governo do Estado, destacando-se também as ações do Governo Federal por meio da Secretária Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE para prover de maneira satisfatória o aparato da segurança pública.

Mesmo havendo uma redução nos recursos, em 2015 a política da segurança pública continuou sendo uma prioridade do Governo. Apesar da recessão econômica vivenciada em todos os estados brasileiros, o Governo do Estado do Ceará permaneceu investindo e priorizando a segurança, conseguindo avanços que impactaram na obtenção de excelentes resultados para o governo. As expansões dos serviços de policiamento ostensivo especializado e do patrulhamento aéreo foram destaque em 2015. Apesar dos avanços, é válido ressaltar que as metas de construção e reforma das Delegacias/Distritos policiais não tiveram a efetividade esperada em virtude do contingenciamento de recursos. Merece destaque também a meta de formação de novos policiais civis, tendo em vista que a não execução em 2015, se deveu às inúmeras demandas judiciais que acabaram por retardar a convocação e realização do Curso de Formação Profissional do Concurso que se encontra em andamento.

PROGRAMA 016 – GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O programa objetiva desenvolver ações de Defesa Civil no enfrentamento de desastres, com vistas à assistência às vítimas, à recuperação e reconstrução de cenários e à preservação do meio ambiente, bem como para o fortalecimento à cultura de prevenção para minimizar a vulnerabilidade social nas situações de desastre natural, humano e socionatural.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	36.344.893,52	14.470.360,91	39,81
2013	62.464.879,62	49.798.883,03	79,72
2014	24.651.488,33	20.357.239,59	82,58
2015	75.910.729,65	58.155.989,18	76,61
Total	**199.371.991,12**	**142.782.472,71**	**71,62**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Auxiliar municípios atingidos por desastres para socorro e assistências às vítimas e reabilitação e recuperação de cenários.	184	1	184	98	184	72	184	77	98

Fonte: SSPDS

Avaliação do Programa

O programa de Gestão de Risco de Desastres tem alcançado seu objetivo de responder às situações de desastre ocorridas no Ceará, tendo realizado importantes ações complementares de assistência à população afetada pela seca, especialmente quanto à manutenção do abastecimento d'água potável nas áreas cujos sistemas normais colapsaram.

Nos anos 2012-2015, caracterizados pelos baixos volumes de precipitação hídrica, não ocorreram desastres com importantes implicações danosas às infraestruturas. Foi executado em 2014, em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, o projeto de capacitação e reequipamento dos órgãos de defesa civil, beneficiando 87 municípios.

O permanente desafio do programa é ampliar o planejamento e execução de ações preventivas e de preparação para desastres, bem como a captação de recursos financeiros para todas as suas ações.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Justiça e Cidadania

Avaliação da Área Temática

A Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), inserida no Eixo Sociedade Justa e Solidária atua na Administração do Sistema Prisional e em Cidadania, sendo suas atribuições, dentre outras: gerar e fortalecer programas de apoio que visem à proteção e promoção dos direitos humanos; propor políticas públicas e ações que possibilitem o exercício da cidadania; a execução da pena, tendo a incumbência de colaborar na elaboração e revisão da Política Criminal e Penitenciária do Estado e defender os direitos do cidadão, atuando como instância de Controle Social de Políticas Públicas na perspectiva da intersetorialidade, objetivando a efetivação dos seus direitos.

Relativamente ao resultado Sistema penitenciário melhorado e aperfeiçoado, no que se refere à Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário adotada para monitorar o funcionamento administrativo e operacional dos estabelecimentos e serviços penais, por meio da construção, reforma e recuperação de penitenciárias e cadeias públicas, importante registrar que considerando a crescente demanda de presos, a Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário que era de 1,55 presos por vagas em 2012 passou para 2,08 presos por vagas (22.631 recolhidos x 10.874 vagas) em 2015, proporcionalmente superior a períodos anteriores, a taxa média de excedente prisional verificada em todo o Brasil é da ordem de 1,66 presos por vagas.

Diante do exposto, verificamos que ainda é crescente o número de presos que adentram no sistema penitenciário, sendo constatado a cada ano um considerável afluxo que resulta em lotação acima das vagas disponibilizadas. Para tanto, o Ceará tem envidado importantes esforços no sentido de buscar soluções para esse cenário através de diversas políticas e ações, reconhecendo na superlotação carcerária o principal óbice à gestão prisional e ao alcance da finalidade da pena. Apesar do quadro que se instala no país de desaceleração da economia, com o aumento da taxa de desemprego e da inflação, para os próximos anos o Estado possui em fase de construção 08 unidades prisionais novas entre cadeias, Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL's) e Unidade de Regime Semiaberto.

No tocante à educação prisional, a Secretaria de Justiça e Cidadania estabelece parceria com a Secretaria da Educação (SEDUC) numa ação que envolve professores no ensino fundamental e ensino médio para o desenvolvimento de atividades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro das unidades prisionais.

O Indicador Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário atingiu, em 2012 a matrícula de 2.824 internos (16,30%). Em 2013, a educação prisional obteve um razoável número de inscritos atingindo 12,89%, onde 2.580 detentos foram matriculados em 62 estabelecimentos prisionais, deste número, 160 presos estavam inseridos no Projovem Prisional, em duas unidades, e 11 presas cursavam ensino superior em Filosofia no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Neste ano, foram inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio Prisional (Enem Prisional) 570 internos de 50 unidades prisionais do Ceará, estes números representam um crescimento de quase 70% em relação à quantidade de candidatos inscritos no ano anterior, quando 337 internos de 32 unidades realizaram o exame. O Enem Prisional é contemplado pela Lei nº 12.433, que abate um dia de pena dos detentos a cada 12 horas-aula comprovadas. No ano de 2014, a educação prisional cearense envolveu 2.384 pessoas em 64 estabelecimentos prisionais, alcançando o índice de 11,56% em continuidade à parceria da SEJUS com a Seduc. Quando ampliadas as instituições municipais, ONGs e instituições privadas, neste ano o número é de 3.139 presos estudando em todo o Estado. As atividades desenvolvidas neste âmbito foram reconhecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. No ano de 2015, a oferta de educação formal nas unidades prisionais cearenses atendeu a 2.348 alunos matriculados, sendo 1.996 no ensino fundamental e 254 no ensino médio. As matrículas estão distribuídas em 58 estabelecimentos prisionais (10 na Região Metropolitana de Fortaleza e 48 no Interior do estado), resultando no percentual de 10,38%, o decréscimo em relação ao ano anterior deve-se ao significativo aumento da população carcerária, onde a estrutura de atendimento a educação prisional continuou a mesma.

No que diz respeito à Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional, verificamos no ano de 2012, 3,57% desta população beneficiada, a secretaria realizou capacitação profissional, através de parcerias com outras instituições, beneficiando 618 presos. Em 2013, houve aumento do número de beneficiados para 957, sendo possível elevar o percentual para 4,94%. No ano de 2014, foram qualificados profissionalmente 1.685 presos e egressos,

que representou o dobro do percentual no ano anterior (8,17%). Em 2015, devido ao quadro econômico nacional, os projetos de qualificação profissional sofreram novamente uma redução, que resultou em 1.092 pessoas beneficiadas (4,83%).

Quanto ao indicador referente à Taxa de internos e/ou egressos empregados, relativo ao Projeto de utilização de mão de obra carcerária nas unidades do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, destinado à contratação de presos em regime fechado, semiaberto, aberto e egressos para exercerem atividades sociolaborativas nas áreas de serviços gerais, cozinha, manutenção e reforma, na sede da Secretaria da Justiça e Cidadania, unidades penitenciárias e cadeias públicas, destacamos a seguir a análise resumida da evolução dos índices alcançados. Em 2012, as atividades realizadas para os internos dos estabelecimentos penais, sede e instituições conveniadas beneficiaram 1.070 assistidos inseridos, equivalente a 6,18% internos e/ou egressos empregados. No ano de 2013, registramos ao final do ano o total de 4.944 presos inseridos em programas de laborterapia, sendo 3.265 envolvidos em trabalhos externos e 1.679 em trabalhos internos, o que resultou na taxa ano de 25,53%, a mais alta de todo o período. Em 2014, foram estabelecidas diversas parcerias que resultaram em oportunidades tais como a celebração de convênios com as construtoras para execução do "Programa Mãos que Constroem", que visa empregar a mão de obra egressa nas grandes obras do Estado, tendo sido empregados no total 933 egressos (4,52%).

No ano de 2015 foram beneficiadas apenas 324 pessoas, embora tenha havido uma baixa no percentual de empregabilidade do preso e egresso resultante do contexto econômico do Estado, no âmbito de projetos houve a execução do Projeto Cadeias Produtivas, projeto de industrialização dos presídios com a implantação de 4 novas empresas no interior dos presídios.

No eixo do resultado Cidadania exercida, quanto ao número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania, o indicador manteve-se satisfatório, atingindo no ano de 2012 o quantitativo de 1.027.859, e fechando o período de análise 2015, com o número de atendimentos de 1.297.903 pessoas , sendo considerados os atendimentos apenas no âmbito da SEJUS (casas, caminhões e unidades Vapt Vupt). Quanto ao atendimento relativo às unidades Vapt Vupt, a iniciativa apresentou um resultado satisfatório no decorrer do ano de 2015, sendo responsável por 842.744 atendimentos nas duas unidades em funcionamento.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Justiça e Cidadania

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Sistema penitenciário melhorado e aperfeiçoado							
1.1. Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário	%	1,44	1,56	1,55	1,83	1,75	2,08
1.2. Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	14,93	15,61	16,30	12,89	11,56	10,38
1.3. Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional	%	12,39	6,44	3,57	4,94	8,17	4,83
1.4. Taxa de internos e/ou egressos empregados	%	8,79	5,42	6,18	25,53	4,52	1,43
2. Cidadania Exercida							
2.1. Número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania	Nº	980.182	977.867	1.027.859	1.006.868	748.291	1.297.903

Fonte: SEJUS

Avaliação de Programas

PROGRAMA 076 - PROTEÇÃO E CIDADANIA

O Programa objetiva promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana por meio da articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais executadas pelo Governo Estadual em parceira com a sociedade civil.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	18.334.204,40	14.088.996,28	76,85
2013	11.072.753,66	6.193.772,02	55,94
2014	17.369.277,17	12.643.265,96	72,79
2015	35.432.159,65	28.300.667,10	79,87
Total	**82.208.394,88**	**61.226.701,36**	**74,48**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão.	98.100	105.000	96.500	44.800	98.500	34.344	197.800	57.862	242.006
Realizar 119 eventos de cidadania.	28	35	28	38	28	119	35	224	416
Atender 20.000 cidadãos nos conselhos e comitês vinculados.	5.000	9.212	3.596	2.842	5.000	8.224	10.000	3.052	23.330
Atender 1.256.000 cidadãos nas Casas do Cidadão.	314.000	377.300	292.900	323.770	314.000	336.210	628.000	321.115	1.358.395
Atender 14.400.000 cidadãos nas centrais de atendimento do Vapt Vupt.	3.600.000	0	0	0	3.600.000	119.972	3.312.000	976.788	1.096.760
Atender a 100% da demanda direcionada à SEJUS dos cidadãos vítimas de violência, do tráfico e da exploração sexual.	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Atender a 100% da demanda direcionada a SEJUS das testemunhas e defensores dos direitos humanos ameaçados.	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEJUS

Avaliação do Programa

A execução orçamentária foi satisfatória sendo efetivada 74,48% dos recursos, ressaltando que as despesas mais significativas ficaram por conta do custeio finalístico, tendo em vista a natureza de infraestrutura logística das atividades. Vale informar ainda que os custos das unidades de atendimento Vapt Vupt são realizados através de Mapp Gestão uma vez que se trata de uma Parceria Pública Privada (PPP).

A atual oferta de serviços de atendimento ao cidadão, através da prestação de serviços nas Casas do Cidadão, Caminhão do Cidadão, Balcão da Cidadania e Unidades de atendimento do Vapt Vupt tem sido significativa. Somados os atendimentos realizados pelos caminhões, conselhos/comitês e casas do cidadão, o "número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania" totalizou 1.623.731, que representa mais de 90% da meta estabelecida para o período. Importa dizer que, no período analisado, a evolução do indicador reflete um considerável crescimento devido à implantação das Unidades de Atendimento Vapt Vupt. O novo modelo consiste na expansão da oferta de serviços públicos e privados de forma integrada, em que a responsabilidade pela implantação, operação, manutenção e gestão das unidades atribuir-se-á à concessionária, dentro das diretrizes, critérios técnicos e indicadores de desempenho estabelecidos pelo Governo do Ceará. A realização de eventos de cidadania superou em muito a meta estabelecida, sendo realizados 416 eventos. Dentre as ações, ressaltamos a realização do projeto "Balcão da Cidadania", possibilitando a promoção da política estadual de direitos humanos com atuação direta nos municípios, facilitando o acesso da sociedade ao serviço público de qualidade.

No que diz respeito aos programas de proteção, a meta de atendimento de 100% da demanda foi cumprida, através da realização de ações de caráter preventivo no enfrentamento à violência, através da realização de apresentações

institucionais, capacitações, palestras, oficinas socioeducativas e rodas de conversas, destinadas aos diversos públicos. Com relação à prevenção e enfrentamento à violência e a proteção à pessoa, citamos o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura que recebe, encaminha e monitora denúncias visando a repressão e responsabilização dos criminosos. No referido período de análise, realizou várias inspeções nas unidades penitenciárias e realizou a divulgação da campanha nacional de combate à tortura em delegacias, unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, unidades prisionais e outros estabelecimentos de privação de liberdade, sendo elaborada a Minuta da Lei que institui o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura no Ceará e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Cabe destacar a necessidade de influir e colaborar na articulação do sistema de proteção. Para tanto, em 2013, foi instituído o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), pelo Decreto nº 31.190, de 15 de abril de 2013, com a finalidade de elaborar diretrizes para implementação do Programa, acompanhar e avaliar a sua execução e decidir sobre providências necessárias ao seu cumprimento. Com a implantação do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), e do PPCAAM.

PROGRAMA 077 – INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA

O programa objetiva gerir e manter o funcionamento do Sistema Penitenciário, por meio da construção, reforma e modernização das unidades prisionais de forma a dotá-las de infraestrutura básica, física e ambiental mínima necessária às condições de abrigo digno aos indivíduos em conflito com a Lei.

Execução Orçamentária 2012-2015 - (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	125.741.243,99	100.984.141,45	80,31
2013	206.400.716,65	137.438.362,29	66,59
2014	230.484.368,66	163.687.067,31	71,02
2015	210.976.416,88	153.553.120,73	72,78
Total	**773.602.746,18**	**555.662.691,78**	**71,83**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Criar 43 novas unidades no Sistema Prisional.	9	4	13	3	12	1	22	1	9
Implantar o Centro de Triagem Criminológica.	1	0	0	0	1	1	0	0	1
Implantar 13 rádios livres nas unidades especializadas.	3	0	5	5	5	1	5	1	7
Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos.	1.300	618	1.527	1.917	1.527	1.685	846	1.092	5.312
Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	2.300	2.824	2.125	3.822	2.125	2.384	2.650	2.348	11.378
Atender as necessidades básicas de saúde dos 21.142 presos e egressos.	21.142	21.142	21.142	26.200	31.500	29.352	31.500	13.121	89.815
Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.	1.000	1.500	833	4.944	1.000	933	1.987	324	7.701
Promover a assistência jurídica para os 38.160 presos e egressos.	10.290	11.500	8.890	6.568	8.900	6.568	10.080	7.748	32.384

Fonte: SEJUS

Avaliação do Programa

Relativamente à execução orçamentária, foi possível executar 71,83% dos recursos, doa quais se destacam as ações de investimento (em especial, obras). As demais realizações tais como a qualificação e capacitação para empregabilidade tem

o suporte de outros programas, como, por exemplo, o Fundo de Defesa Social (FDS), coordenado pela SSPDS.

Na ação de gerenciamento das atividades fins do sistema penitenciário a SEJUS planeja e viabiliza a construção e reformas de unidades prisionais. A meta prevista para os quatro anos foi muito além da capacidade orçamentária e financeira, o que resultou na criação de apenas mais nove unidades. No entanto, apesar do quadro que se instala no país de desaceleração da economia, com o aumento da taxa de desemprego e da inflação, o Estado possui em fase de construção 8 unidades prisionais novas entre cadeias, Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL's) e Unidade de Regime Semiaberto, com capacidade total de 4.325 vagas, sendo 3.735 masculinas e 590 femininas. No que se refere à comunicação, destacamos a Rádio Livre que é um Projeto da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará que consiste em uma radiadora ligada às Unidades Penitenciárias e que tem o intuito de colaborar no processo de reintegração dos apenados. A iniciativa que funciona como radiadora gera diversos conteúdos que chegam à população carcerária por meio de caixas de som instaladas em vivências e corredores dos presídios. Atualmente cerca de cinco mil internos têm acesso à programação da Rádio Livre, através das 7 rádios implantadas.

No período de 2012 – 2015 foram beneficiados com capacitação/qualificação 7.701 presos/egressos em diversos cursos, tais como: eletricista, serigrafia, educação financeira, tapeçaria, bombeiro hidráulico, artífice da construção civil, formação em horticultura e fruticultura e qualificação profissional em ceramista, políticas públicas, curso de administração, artes cênicas, macramê, crochê e costura de bolas.

No tocante a educação prisional, a Secretaria de Justiça e Cidadania estabelece parceria com a Secretaria da Educação (SEDUC) em uma ação que envolve professores no ensino fundamental e ensino médio para o desenvolvimento de atividades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro das unidades prisionais. O projeto visa a formação educacional dos apenados, internos e egressos do sistema penitenciário, associando-a à elevação da escolaridade de forma a prepará-los para o ingresso no mundo do trabalho após o cumprimento da pena. Registramos, no período, a matrícula de 11.378 presos e egressos no sistema penitenciário do Estado.

As ações de atenção básica oferecidas nas UPs alcançam um total de 89.815 atendimentos relativos a procedimentos médicos, odontológicos, enfermagem, psicológicos, terapia ocupacional, psiquiátrico, exames laboratoriais e de fisioterapia. No que diz respeito à promoção da assistência jurídica a presos e egressos, a Secretaria de Justiça e Cidadania vem investindo, com o máximo de empenho possível por entender como prioritário, em uma política de alternativas à prisão, fomentando ações que visam reduzir a população carcerária, como a Audiência de Custódia à qual reputamos medida de alta relevância e impacto na cultura do aprisionamento. Registramos no período de 21.08.2015 a 11.09.2015, a realização de 122 Audiências de Custódia e em 50% delas foi concedido aos autuados em flagrante o direito de responder ao processo em liberdade.

Para propiciar uma maior eficiência no acompanhamento das pessoas contempladas com medidas cautelares diversas da prisão, a SEJUS ampliou e requalificou a Central de Alternativas Penais que desenvolve seu trabalho em parceria com outras instituições e beneficia, além dos presos como medidas cautelares, apenados em regime semiaberto que têm seu recolhimento ao estabelecimento prisional substituído por escolarização em CEJAS e Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos que ampliou suas atividades.

EIXO I

Sociedade Justa e Solidária

Acesso à Justiça

Avaliação da Área Temática

A experiência democrática tem demonstrado que a simples aclamação em códigos legais não se mostra suficiente para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa humana e ao primado do acesso à justiça. Nessa perspectiva adquire grande relevância a atuação da Defensoria Pública como instituição essencial à justiça e ao regime democrático.

O fortalecimento da Defensoria Pública visa assegurar a efetividade de valores que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processos corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub-representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social.

Diante dessas diretrizes e da exigência da sociedade por mais e melhores serviços, o escopo de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE tem se ampliado nos últimos anos. Face à alteração de seu marco normativo, novas atribuições vêm sendo assimiladas ao cotidiano dos Defensores Públicos, impondo novos e crescentes desafios à instituição, a exemplo de investimentos em infraestrutura e equipamentos de informática, desenvolvimento de sistemas, aperfeiçoamento intelectual, implantação de novos núcleos de atuação e incremento da equipe de trabalho. Outrossim, o desafio de viabilizar a prestação de um serviço de assistência jurídica em grau de excelência à população cearense demanda uma atuação de forma planejada, orientada por diretrizes, metas e objetivos estratégicos claros, sempre com vistas a potencializar os resultados obtidos a partir dos projetos e ações institucionais.

O dever de assegurar aos cidadãos menos favorecidos economicamente o acesso à defesa e a garantia de seus direitos e interesses é atribuição da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - DPGE. Para tanto, vêm sendo implementadas diversas ações com vistas a aperfeiçoar os padrões de administração gerencial e fomentar o processo de inserção da DPGE na gestão por excelência.

A política de aperfeiçoamento intelectual, fundamental para a prestação de um serviço de qualidade, teve como destaque a criação da Escola Superior da Defensoria Pública pela Resolução nº 86/2013 do Conselho Superior da DPGE.

No ano de 2014, importante marco normativo para a Defensoria Pública materializou a adequação das normas constitucionais estaduais à Constituição Federal: o reconhecimento no âmbito estadual da autonomia administrativo-financeira do órgão com a aprovação da Emenda à Constituição Estadual nº 80/2014 pela Assembleia Legislativa.

Compreendendo a importância da atuação nesta área temática, a gestão governamental estabeleceu como meta nos últimos anos o alcance de resultados que podem ser evidenciados pela série histórica dos indicadores abaixo discriminada.

Resultado e Indicadores Setoriais 2010 - 2015 - Acesso a Justiça

Resultado e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Assegurar direitos de defesa e acesso à justiça							
Média mensal de procedimentos por defensor público	média	163	153	180	214	228	192
Pessoas beneficiadas diretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	Nº	411.950	524.871	627.569	658.765	646.367	603.009
Pessoas beneficiadas indiretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	Nº	1.483.002	1.889.536	2.259.248	2.371.554	2.463.064	2.170.832

Fonte: DPGE

Por ocasião de problemas na obtenção dos dados de acolhimento apresentadas, nos sistemas SGA, dos núcleos de Pacajus e Barbalha no período de 2015, verifica-se uma queda de 6,7% do número de "Pessoas beneficiadas diretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita", ainda em 2015. Esta falha já foi detectada e está sendo providencianda a correção. Isso impacta diretamente na "Média mensal de procedimentos por defensor público" que embora com um crescimento de 6,67% em 2015 em relação a 2012, apresentou uma queda em 2015 com relação a 2014.

A evolução dos indicadores entre 2012 e 2015 deve-se, sobretudo, ao investimento na melhoria dos processos internos, à modernização da infraestrutura e condições de trabalho e atendimento ao público e à entrega de novas soluções tecnológicas, favorecendo a melhoria da produtividade. Garantir a eficiência do serviço prestado ao cidadão é a ideia central que move as ações da gestão.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 088 - PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

O programa objetiva ampliar e modernizar o serviço de assistência jurídica integral e gratuita no âmbito da Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.230.481,49	379.020,00	30,80
2013	1.394.980,00	331.958,93	23,80
2014	10.737.297,07	673.057,69	6,27
2015	13.166.778,45	2.911.557,11	22,11
Total	**26.529.537,01**	**4.295.593,73**	**16,19**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da DPGE.	408.757	627.569	429.195	658.765	450.654	646.367	473.187	603.009	2.535.710
Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará.	51	50	51	56	54	51	54	56	56
Ampliar e modernizar 4 núcleos descentralizados em Fortaleza.	3	1	1	1	3	3	0	0	5
Implantar, ampliar e/ ou modernizar 10 Núcleos Especializados: do Consumidor, da Igualdade Racial, da Moradia e Habitação, dos Presos Condenados, dos Presos Provisórios, da Pessoa com Deficiência, do Idoso, da Defesa da Mulher, da Criança e Adolescente.	8	4	2	2	4	2	1	1	9

Fonte: DPGE

Avaliação do Programa

Durante o período de 2012 a 2015 a Meta "Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da DPGE" visou o incremento de 5% ao ano do número de pessoas beneficiadas com os serviços da Defensoria Pública, neste período foi programado o atendimento a 1.761.795 pessoas beneficiadas, entretanto a Defensoria Pública conseguiu beneficiar um total de 2.535.710 pessoas superando a meta em 43,93%.

O Estado do Ceará conta com 184 comarcas, os valores programados da Meta "Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará" fazem referência ao atendimento nas comarcas do Estado do Ceará, os valores programados visavam atendimento a 54 comarcas ao longo dos 4 anos, com relação ao total de comarcas contempladas pela Defensoria Pública. Nos anos de 2013 e 2015, o total de comarcas atendidas foi de 56, superando o total programado que era 54 comarcas.

Com referência a Meta "Ampliar e modernizar quatro núcleos descentralizados em Fortaleza", durante o período de 2012 a 2015 foi programada a ampliação e modernização de quatro núcleos descentralizados, sendo que a Defensoria Pública conseguiu ampliar e modernizar um total de cinco núcleos no respectivo período, superando assim a meta descrita em 25%.

Sobre a Meta "Implantar, ampliar e/ou modernizar dez Núcleos Especializados: do Consumidor, da Igualdade Racial, da Moradia e Habitação, dos Presos Condenados, dos Presos Provisórios, da Pessoa com Deficiência, do Idoso, da Defesa da Mulher, da Criança e Adolescente", durante o período de 2012 a 2015 foi programado implantação, ampliação e/ou modernização de 10 núcleos especializados, dos quais a Defensoria Pública conseguiu executar a meta em 9 dos núcleos programados, atingindo 90% da meta.

Com a entrega da obra, a atuação da Defensoria em áreas como família, sucessões, cível, fazenda pública, defesa criminal, registros públicos, curadoria especial e infância e juventude sofrerá impacto positivo face à melhoria das condições de trabalho e atendimento ao cidadão.

Foram adotadas ainda iniciativas visando a agregar mais transparência e democratizar o ambiente institucional, bem como aperfeiçoar a interface de comunicação com a sociedade. Nessa perspectiva, foram disponibilizadas todas as atas de sessões da história do Conselho Superior no Portal da DPGE e criado o "Portal da Transparência" da Defensoria Pública. A comunicação foi aprimorada com a criação dos Boletins Informativos Semanais e o trabalho dos defensores públicos passou a ser divulgado no Projeto "Defensor em Pauta". Foi aprovado ainda o Manual de Identidade Visual e Manual de Identidade Visual Aplicado a Petições e Documentos, além de disponibilizados no Portal da instituição modelos de documentos e criado o Banco de Petições.

Com relação à execução total da "Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça" no exercício de 2014 e 2015, informamos que, do valor total do programa, seriam advindos de um contrato de financiamento com o BNDES para a Defensoria Pública, cuja assinatura estava prevista para o ano de 2014, porém até o fim do ano de 2015 não foi assinado pelo Governo do Estado do Ceará e o BNDES, tendo assim os respectivos recursos financeiros não repassados para a Defensoria Pública, impactando na não possibilidade de execução e refletindo na baixa execução orçamentária desse programa.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Desenvolvimento Econômico

Avaliação da Área Temática

A política de desenvolvimento econômico implementada no Estado do Ceará nos últimos anos busca contribuir para a redução dos desequilíbrios gerados ao longo de décadas, agregando novas tendências, especialmente no que se refere aos princípios de sustentabilidade, de tal forma a produzir efeitos benéficos na qualidade de vida das populações, na sociedade contemporânea e gerações futuras.

Focado nesses objetivos, e em consonância com o Eixo Economia Para Uma Vida Melhor, o Governo do Estado deu continuidade ao incentivo à atração, implantação e ampliação de empreendimentos de médio e grande portes e, ao mesmo tempo, atuou como agente catalisador de demandas de diversas cadeias produtivas, notadamente as de maior valor agregado.

Nesse intuito, o Governo do Estado desenvolveu uma política de atração de investimentos disponibilizando incentivos diferenciados a empreendimentos considerados estratégicos, priorizando aqueles de capital elevado e impactantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, agregando a esses fatores a capacidade de geração de empregos e o fortalecimento da economia do Estado.

Mesmo apresentando resultados abaixo do desempenho verificado nos dois anos que antecederam 2012, no tocante ao número de empresas implantadas, os 110 novos empreendimentos que entraram em funcionamento durante o quadriênio em análise representaram resultado relevante. Essa mensuração é apurada considerando o número de resoluções concessivas de incentivos fiscais às empresas, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI e, em alguns casos, a infraestrutura disponibilizada para implantação dos empreendimentos.

Igual comportamento foi registrado em relação ao número de empregos gerados cujos resultados se mantiveram abaixo dos dois anos anteriores a 2012, entretanto outras variáveis inerentes aos indicadores vinculados aos incentivos fiscais disponibilizados pelo Governo do Estado são compensadores no resultado global, ou seja, alguns empreendimentos que demandam menor capacidade de geração de emprego são impactantes do ponto de vista do volume de investimento realizado, a exemplo da relação entre os empregos gerados em 2012 e 2013, que se mantiveram muito aproximados e, em contrapartida, o volume de investimento realizado em 2013 (R$ 2.002,13 milhões) foi expressivamente superior ao registrado em 2012 (R$ 542,17milhões).

Estabelecer, atualmente, uma relação de desempenho dos indicadores que derivam dos incentivos fiscais, com os resultados que antecederam o ano de 2012, há que se considerar revisões na metodologia de mensuração dos respectivos indicadores, no intuito de estabelecer maior precisão quanto ao status das empresas consideradas efetivamente implantadas.

Outro fator que interferiu substancialmente no desempenho nesse âmbito consistiu nas incertezas geradas pela crise na economia nos últimos anos que fomentaram cautelas nos planos de investimentos do setor produtivo, o que justifica, por exemplo, que enquanto em 2010 e 2011, respectivamente, 46 e 41 projetos de médio e grande portes se instalaram no Ceará, de 2012 a 2015 registrou declínio no número de empreendimentos com essa característica que se fixaram no território cearense.

É fato que um ciclo de incentivos negativos vem atuando na economia: primeiro, a crise fiscal do governo federal que contamina as finanças públicas estaduais, reduzindo sua capacidade de investimento e propulsão de demanda agregada e, segundo, diante da incerteza, a iniciativa privada retrai-se, não favorecendo maior incremento nos investimentos e na geração de emprego.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Desenvolvimento Econômico

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Implantação de novos empreendimentos de médio e grande portes							
1.1. Empregos gerados de empreendimentos implantados	Nº	4.662	4.647	1.352	1.373	2.008	1.394
1.2. Volume de investimento realizado	R$ bilhão	2,61	2,13	0,54	2,00	0,25	0,14
1.3. Número de empreendimentos implantados	Nº	46	41	31	32	25	22
1.4. Exportações totais do Ceará	US$ FOB milhão	1.269,50	1.403,30	1.267,00	1.420,50	1.800,00	1.021,00

Fonte: SDE

Avaliação de Programas

PROGRAMA 078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO

O programa objetiva fomentar o fortalecimento dos setores da indústria, serviços de mineração e agronegócio contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento econômico do Estado, com foco na elevação da renda e na geração de empregos.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	148.702.413,78	106.927.653,91	71,91
2013	95.801.956,47	76.512.441,69	79,87
2014	303.852.917,84	293.097.943,69	96,46
2015	10.434.805,00	3.206.510,94	30,73
Total	**558.792.093,09**	**479.744.550,23**	**85,85**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Apoiar a atração de novos empreendimentos	0	75	50	84	55	58	1	64	281
Implantar 4 empreendimentos de médio e grande porte na Zona de Processamento de Exportação - ZPE.	1	1	0	0	1	2	2	1	4
Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte.	19	31	28	32	27	30	31	22	115
Implantar a Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Pecém.	1	0	1	1	0	0	0	0	1
Disponibilizar 341,0 hectares para implantação de empreendimentos industriais	292	151,8	0	11,2	49	10,5	0	12,8	186,3
Instalar 5 novas câmaras setoriais.	2	4	1	2	1	0	2	3	9
Apoiar a implantação de 10 polos e distritos industriais.	4	2	0	0	4	0	1	0	2

Fonte: SDE

Avaliação do Programa

Com abrangência nos diversos setores, o Programa viabilizou intervenções significativas que permitiram contribuir para o fortalecimento da economia do Estado do Ceará, focado numa dinâmica influenciada por intensiva política de captação de investimentos, orientada no sentido de expandir e fortalecer a base industrial do Estado e consequente incremento da renda e geração de empregos.

No quadriênio em análise, foram atraídos 281 empreendimentos de médio e grande portes, firmados através de Protocolos de Intenções com o Governo do Estado. Diversos fatores favoreceram a competitividade do Estado do Ceará para o alcance desse resultado, notadamente por sua localização estratégica em relação à África, aos Estados Unidos e países europeus, boa infraestrutura portuária e aeroviária, a garantia de água e os investimentos em energias renováveis, diferenciais que colocam o Ceará com ambiência favorável para a atração de novos investimentos.

No âmbito da concessão de incentivos fiscais, que tem o Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI o principal instrumento, cuja legislação estabelece os critérios que favorecem essa linha de ação, o Governo do Estado viabilizou a implantação de 110 empreendimentos, alguns dos quais receberam apoio infraestrutural.

Dentre os projetos estratégicos para a economia do Estado, ressalta-se a implantação da Zona de Processamento de Exportações do Ceará - ZPE, com 4 empreendimentos Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, Vale Pecém, White Martins Pecém Gases Industriais Ltda e Phoenix do Brasil.

No processo de atração de investimentos, a disponibilização de infraestrutura também consistiu em fator relevante no contexto da política de desenvolvimento econômico no Estado.

Desta forma, das áreas disponibilizadas para implantação de empreendimentos industriais, 81,48% destinaram-se a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, no município de São Gonçalo do Amarante-CE.

Durante o quadriênio foram criadas 9 câmaras setoriais, 4 a mais que a meta prevista, quais sejam: Comércio Exterior e Investimentos Estrangeiros, Imobiliária, Ovinocaprinocultura, Audiovisual, Trigo, Eventos, Logística, Tilápia e Vestuário. As câmaras setoriais e temáticas têm por finalidade propor, apoiar e acompanhar projetos e ações, visando o desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas, através das quais, o Governo do Estado mantém um permanente diálogo, buscando identificar gargalos que impedem o pleno desenvolvimento de importantes setores.

A conscientização sobre a necessidade de planejar o desenvolvimento econômico considerando novos conceitos de polos e distritos industriais motivou o Governo do Estado a priorizar 2 projetos, ou seja, o apoio ao processo de implantação do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde - PITS, que tem como objetivo principal desenvolver o segmento farmoquímico do Estado, promover a inovação e a integração entre a academia e o setor privado e fomentar a sinergia entre as indústrias que formam o polo e do Distrito Industrial de Jaguaribe para o qual realizou serviços de terraplenagem, drenagem e arruamento das vias de acesso, para abrigar 12 empresas voltadas para diversos segmentos.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária

Avaliação da Área Temática

O Sistema Estadual da Agricultura, composto pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e suas vinculadas, é responsável pela execução da política de desenvolvimento rural sustentável, no âmbito do Governo do Estado do Ceará, tendo por base a política do Governo Federal, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Voltada à sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar, a política envolve as estratégias: direito e inclusão social, democratização do acesso à terra, apoio à produção, beneficiamento e comercialização.

Com fundamentos nessas estratégias, o Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS 2007 – 2011, revisado com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS 2012 – 2015, orienta as ações desenvolvidas pela SDA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, governos municipais, sociedade civil e movimentos sociais, assegurando ampla participação dos atores sociais, buscando, desta forma, o alcance dos resultados estratégicos setoriais: Ampliação do Acesso a Terra e à Água, Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável, Produtos Agropecuários Seguros e Competitivos e Infraestrutura para a Agricultura Familiar Fortalecida.

A nova abordagem do rural, que extrapola a visão de espaço de produção agrícola, destaca a agricultura familiar e comunidades tradicionais como atores dinâmicos de uma política de desenvolvimento do Brasil no campo. Tal abordagem se traduz num conjunto de medidas integradas, voltadas ao desenvolvimento socioeconômico articulado à justiça e inclusão social, garantia da segurança alimentar e nutricional, respeito ao meio ambiente e preservação do patrimônio cultural.

O período referente ao PPA 2012 a 2015 caracterizou-se por quatro anos de seca e trouxe graves consequências ao meio rural cearense, notadamente aos que militam na agricultura familiar. Apesar desses transtornos, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e suas vinculadas, continuaram implementando os programas e projetos destinados a esse público, liberando recursos e proporcionando assistência técnica.

Os anos de 2012 a 2015, como previstos pela meteorologia mundial, foram influenciados pelas variações climáticas com sucessivos anos de secos e impactos principalmente nos recursos hídricos e na produção agrícola. Diferentemente dos períodos anteriores com anos secos, os impactos no setor rural foram bastante reduzidos. Como indicador deste resultado pode ser citado a não ocorrência de invasões de produtores aos municípios. Isso comprova o acerto de políticas públicas de convivência com o semiárido no aumento da capacidade de resiliência dos nossos produtores pelos consecutivos anos de conhecimentos agroclimáticos disponibilizados pelo Estado por meio da assistência técnica e extensão rural bem como pela implantação de políticas públicas dirigidas ao público mais vulnerável destas variáveis que são impactadas pela seca (ampliação da infraestrutura hídrica, crédito rural, implantação e ampliação de áreas irrigadas, modernização da pecuária entre outras políticas de fortalecimento do setor agropecuário). Os resultados destas ações foram frutos da concepção e implantação de dois grandes programas governamentais para o período: o programa de desenvolvimento agropecuário e o programa de enfrentamento à pobreza rural. Em um Estado onde a incidência de estiagem é um fenômeno periódico, sobressai-se o trabalho desenvolvido de convivência com o semiárido, cujas práticas permitem a exploração das culturas, minimizando a insuficiência hídrica, permitindo o cultivo com redução de perdas na produção.

Diante das intempéries climáticas citadas, a política de desenvolvimento agrário, agricultura e pecuária redirecionou as estratégias no sentido de conferir maior peso às culturas potencialmente mais resistentes à seca. Consoante com essa decisão voltou-se, também, ao fortalecimento de projetos pecuários, a exemplo do Leite Fome Zero, Tanques de Resfriamento de Leite, Inseminação Artificial Bovina e Introdução de Reprodutores e Matrizes de Ovinos e Caprinos. No tocante à agroindustrialização rural, teve ênfase o apoio à implantação de agroindústrias de mandioca, modernas e eficientes.

Tendo em vista a avaliar a efetividade da política, o resultado Ampliação do acesso à terra e à água, para o período do PPA 2012-2015, é aferido por quatro indicadores comentados a seguir.

Família beneficiada com o título de propriedade é o indicador que retrata a execução das atividades de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária, como uma importante estratégia de Reordenamento Agrário, que tem como objetivos principais, portanto, a promoção da segurança jurídica do patrimônio fundiário do(a) agricultor(a) familiar e a extinção da grilagem de terras no espaço rural. Neste sentido, o título de propriedade de imóvel rural considerado posse, permite ainda, o acesso a demais benefícios, como às linhas de crédito rural do PRONAF, pelo jovem agricultor, mulher agricultora e agricultor chefe de família, inserindo-os no processo produtivo, além de facilitar a assistência técnica e o atendimento de políticas públicas afins.

No período 2010-2015, o IDACE realizou cadastros e georreferenciamento de móveis rurais em 79.375 imóveis e entregou 47.672 títulos de propriedade às famílias detentoras da posse da terra. Este resultado foi possível pela realização dos convênios firmados entre o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e interveniência do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Esses resultados apresentados no Estado prestam-se como modelo aos demais Estados que também estão executando atividades de titulação, tornando-se o IDACE órgão de referência nesta área. A tendência é de crescimento deste indicador, considerando a importância conferida pelos Governos do Estado e Federal à ampliação do Programa de Ação Fundiária, de forma a contemplar todos os municípios do Estado.

A oscilação do número de famílias assentadas, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, ao longo do período analisado, pode ser atribuída em parte às dificuldades na operacionalização do crédito como: ausência no mercado de terras de imóveis rurais com documentação hábil para atender as normas e regras estabelecidas, a escassez da oferta de imóveis em decorrência das contratações já ocorridas anteriormente e a complexidade do PNCF. Ademais, as mudanças ocorridas nas normas, no ano 2013, acarretaram retardamento na contratação dos projetos em tramitação e consequente diminuição no número de famílias assentadas. Contudo, mesmo com o desempenho abaixo do programado, o total de 653 famílias beneficiadas com acesso à terra pode ser considerado relevante, no intervalo de 2012 a 2015, visto que se somam a esse benefício a possibilidade acessar recursos não reembolsáveis para dotar a propriedade rural de infraestrutura necessária para torná-la produtiva, além da construção das habitações rurais, pressuposto básico para a permanência dessas famílias na terra. Aliam-se ainda, os benefícios de assistência técnica e capacitação para o desenvolvimento de atividades agrícolas selecionadas, resultando no empoderamento desses agricultores, pela capacidade de gerenciarem seus empreendimentos, além da oportunidade de parceria com os órgãos estaduais, que permite acessar outras políticas públicas, para o desenvolvimento da unidade produtiva e consequente melhoria nas condições de vida dessas famílias.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido e universalizar o acesso à água para consumo humano e produtivo vem desenvolvendo ações no âmbito do Programa Água paraTodos por meio de tecnologias como: implantação de cisternas de placas, cisternas de polietileno, tecnologias para manutenção de quintais produtivos e sistemas simplificados de abastecimento de água.

No período 2012 a 2015, foram implantadas um total de 107.202 cisternas. Com o melhor desempenho nos anos 2013 e 2014, a meta avançou e registrou-se o alcance de quase 100% da meta programada para o quadriênio. É importante frisar que o Estado do Ceará é líder na construção de cisternas de placas.

No que se refere ao indicador Número de famílias beneficiadas com projeto d'água, trata-se de famílias atendidas com sistemas de abastecimento de água, em comunidades rurais de até 50 famílias, por meio do Projeto São José. A implantação dos sistemas consta de captação, adução, tratamento e distribuição domiciliar. O grande desafio que se apresenta para o indicador é alcançar a universalização do acesso à água, contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional da família rural cearense. No período analisado, o número de novas famílias atendidas com esses sistemas foi 35.639 famílias.

O Resultado Estratégico Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável tem como indicador que sintetiza a ação do Governo, o Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio, que são desenvolvidas pela EMATERCE. Durante o quadriênio 2012-2015 foram respaldadas no enfoque participativo e voltadas à melhoria de renda e qualidade de vida, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção agropecuária, dos mecanismos de acesso a recursos, serviços, de forma sustentável.

No quadriênio 2012 – 2015, observa-se um incremento significativo na prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER aos agricultores familiares, evoluindo de 51,46 %, no ano de 2011, para 83,85 % no ano de 2015, em relação ao total de agricultores familiares do Estado do Ceará. A evolução dos percentuais do número de agricultores atendidos se deve à celebração de convênios e contratos firmados com Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - MAPA e outros órgãos, no âmbito dos programas, destacando-se entre esses, o Programa Brasil Sem Miséria, Pacto Federativo, ATER Sustentável, Plano de Sustentabilidade e Convivência com o Semiárido e Assistência aos Médios Produtores Rurais.

O combate e erradicação da febre aftosa no Estado vêm demonstrando o compromisso do produtor rural com essa ação de governo quando se analisa o indicador referente ao comportamento crescente do índice de vacinação dos animais, bem como, o resultado do trabalho dos fiscais e agentes no campo. O percentual de animais vacinados evoluiu de 87,5% em 2010 para 95,47% em 2014 com 2.471.908 animais vacinados. Com essa ação, neste ano, o Estado recebeu o Título de Estado Livre de Febre Aftosa com Vacinação, em nível internacional, reconhecido pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal.

Quanto às atividades de abastecimento alimentar do Estado do Ceará, desenvolvidas por intermédio da Central de Abastecimento do Ceará - Ceasa/CE, tiveram destaque as ações de fortalecimento da comercialização dos produtos da horticultura do Ceará que, apesar das secas, registraram aumento no último ano do período analisado, em função da alta dos custos dos produtos. O volume acumulado do ano de 2015, do Entreposto de Maracanaú juntamente com a Ceasa Cariri e o Mercado do Produtor da Ibiapaba, fechou em 658.639,7 toneladas e o valor gerado em R$ 1.409.667.430,06. Os produtos hortigranjeiros oriundos do Estado do Ceará tiveram, em média, 49,92% do volume comercializado, injetando na economia recursos na ordem de R$ 2 milhões.

De acordo com o quadro a seguir, observa-se que o Percentual de Produtos de Origem Vegetal Classificados para Comercialização, oriundos do Estado do Ceará teve, na série estudada, uma retração acentuada, especialmente, no ano de 2013, sendo retomado no ano de 2014.

Os projetos desenvolvidos pela SDA - Garantia-Safra, distribuição de sementes, crédito fundiário, construção de cisternas, aproveitamento hidroagrícola do Castanhão - foram os que mais contribuíram para a ampliação do total de recursos investidos em estruturação produtiva da agricultura familiar. Nos anos de 2014 e 2015, os investimentos foram de cerca de R$ 119,0 milhões.

No que se refere às culturas irrigadas pela agricultura familiar ocorreu uma redução gradual na área assistida entre 2010 e 2015, consequência da escassez de chuvas, cujo efeito acentuou-se em 2013, comprometendo a recarga dos açudes e outros mananciais, limitando significativamente, a utilização da água para irrigação. A redução da área irrigada pela agricultura familiar foi de 17,2% nos seis anos.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 – Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Ampliação do acesso à terra e à água							
1.1. Famílias beneficiadas com o título de propriedade	%	24,89	34,95	51,52	57,94	70,48	41,15
1.2. Número de famílias assentadas	Nº	291	190	298	81	74	200
1.3. Número de famílias beneficiadas com cisternas	Nº	2.040	23.722	17.771	29.500	42.847	17.021
1.4. Número de famílias beneficiadas com projeto d'água	Nº	...	9.685	2.025	1.485	24.641	7488
2. Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável							
2.1. Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ação de apoio	%	39,9	51,46	57,6	70,46	75	83,85
3. Produtos agropecuários seguros e competitivos							
3.1. Percentual de animais vacinados contra febre aftosa	%	87,51	92,2	93,14	95,47	95,44	93,67
3.2. Percentual de produtos hortigranjeiros oriundos do Estado do Ceará	%	51,7	49,9	49,7	51,5	49,4	49,1
3.3. Percentual de produtos de origem vegetal classificados para comercialização, oriundos do Estado do Ceará	%	10,42	9,84	10,17	4,43	17,53	10,45
4. Infraestrutura para a agricultura familiar fortalecida							
4.1. Valor total investido em estruturação produtiva da agricultura familiar	R$ mil	88.666,88	117.503,56	5357,60	41.493,76	62.616,60	56.459,30
4.2. Área irrigada pela agricultura familiar	hectare	6.745	6.403	5.714	4.354	4.532	5.536

Fonte: SDA

Avaliação de Programas

PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

O programa teve por objetivo atender principalmente o produtor rural de base familiar por ainda ser o público mais vulnerável na convivência com o semiárido. Pelas previsões dos órgãos da meteorologia mundial de anos secos para o período e garantir maior qualidade de vida aos agricultores da agricultura familiar destacaram-se as políticas públicas compensatórias como o seguro safra e convivência com o semiárido visando garantir a segurança de eventuais perdas de produção agrícola em anos secos bem como esforços direcionados à redução dos riscos de perdas agrícolas pela introdução de práticas mais adequadas à realidade das diversas localidades, principalmente em anos com previsão de estiagem.

Também foram estimuladas e incentivadas políticas públicas dirigidas ao aumento de infraestrutura hídrica para o abastecimento da população bem como para assegurar a segurança alimentar através de irrigação, em áreas com tais potenciais.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	264.820.432,11	161.000.541,79	60,80
2013	277.970.667,27	143.205.632,51	51,52
2014	275.989.537,31	171.061.584,12	61,98
2015	213.664.190,76	162.912.737,02	76,25
Total	**1.032.444.827,45**	**638.180.495,44**	**61,81**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia-Safra.	300.000	239.982	300.000	303.887	300.000	334.119	300.000	320.304	334.119
Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas.	126.000	196.726	239.057	240.635	138.601	256.133	7.078	280.375	280.375
Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias.	83.991	111.549	127.484	112.039	99.391	108.793	109.331	58.275	112.039
Implantar 17.964 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	4.464	4.079	650	362	5.802	13.540	3.000	7.049	25.030
Beneficiar 13.945 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	3.445	3.505	800	362	4.564	12.532	3.000	6.231	22.630
Beneficiar 1.026 famílias com o projeto Mandalla.	126	126	266	266	240	141	305	50	583
Beneficiar 2.800 agricultores(as) familiares do setor da mandiocultura.	1.000	490	506	506	750	923	532	1156	3.075
Beneficiar 3.340 agricultores(as) familiares do setor da cajucultura.	780	590	650	477	1.449	562	1.111	723	2.352
Apoiar a Implantação de 130.881 hectares de oleaginosas.	32.592	28.579	14.794	10.573	19.097	9927	14.120	6.623	55.702
Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura.	5.700	5.645	6.200	3.900	2.582	3.600	2.780	2.778	15.923
Beneficiar 870 produtores da ovinocultura.	190	300	730	318	295	200	200	200	1.018
Beneficiar 8.040 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação.	480	24	2.511	2.502	5.142	524	2.010	516	3.566
Implantar 1.152 hectares de fruticultura irrigada nos perímetros Alagamar, Curupatí e Mandacaru.	555	557	390	352	579	0	18	0	909
Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal.	960.632	1.524.316	1.024.152	1.226.043		941.600		653.297	4.345.256
Vacinar 90% do total dos rebanhos bovinos e bulbalinos contra a febre aftosa.	2.784.350	2.448.942	2.784.350	2.471.908	2.784.350	2.440.118	2.784.350	2.353.800	2.471.908
Fiscalizar 384.000 trânsito de animais e vegetais.	96.000	97.933	96.000	61.616	96.000	72.958	96.000	73286	305.793
Inspecionar 560 estabelecimentos.	140	237	140	179	0	384	0	472	1.272

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Comercializar 2.456.000 toneladas de produtos hortigranjeiros.	614.000	572.000	614.000	581.488	614.000	652.405	675.400	658.640	2.464.533
Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	19.999	28.276	24.192	30.082	21.999	18.649	24.250	5.135	30.082
Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindustrias rurais de beneficiamento e processamento.	8.537	9.091	10.228	2.937	9.391	3.857	10.330	3.695	19.580
Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	25.200	13.240	38.755	15.562	27.721	5.744	30.495	2.752	37.298
Beneficiar 986 agricultores(as) familiares com crédito Fedaf.	395	361	491	437	591	190	495	455	1.443
Recuperar 23.000 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa.	5.400	4.079	4.500	5.049	11.900	4,024	4.600	3.847	12.979
Adquirir e distribuir 14.800 toneladas de sementes.	3.700	3.931	3.700	3.093	3.700	3.883	3.769	3.333	14.240
Beneficiar 130.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	130.000	125.810	130.000	108.042	130.000	138.247	130.000	130.853	138.247
Implantar 13.200 quintais produtivos.	2.000	913	646	2.140	4.686	1.699	8.892	0	4.752
Beneficiar 384 famílias reassentadas.	384	199	384	384	193	193	191	191	384

Fonte: SDA

Avaliação do Programa

O Programa buscou desenvolver ações que apontassem resultados dentro das diretrizes do eixo da política Economia Para Uma Vida Melhor. Priorizando estratégias que permitissem o avanço no crescimento econômico com diversificação da produção agrícola, inserção dos produtos da agricultura familiar, na preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento territorial e a redução da vulnerabilidade do homem no semiárido, tendo como fim a geração de emprego de qualidade e o bem-estar social.

Na agricultura do Estado, os projetos são implementados, tanto em áreas de sequeiro, como em áreas irrigadas. Na área de sequeiro destaca-se o Projeto Hora de Plantar que tem apoiado tanto o incremento da produção e produtividade das lavouras, com introdução de sementes e mudas de alto valor genético. Nos anos de 2012 a 2015 atendeu em média 138.247 agricultores (as) familiares/ano e distribuiu 14.239,5 toneladas de sementes fiscalizadas de alto potencial genético, 19 milhões de raquetes de palma forrageira, 1.044.786 mudas enxertadas de cajueiro anão precoce, 21.157 metros cúbicos de manivas sementes, tendo sido investidos mais de R$ 68 milhões com recursos do FECOP. No ano de 2015, iniciou a distribuição de essências florestais nativas e exóticas, colocando para os beneficiários do projeto 105.140 mudas com o objetivo de contribuir para a recuperação das matas ciliares, restaurar áreas degradadas, além de dar suporte a produção de madeira para as suas atividades e fins comerciais.

Merece também destaque o apoio dado pelo Programa, que em função do quadro climático de seca registrado nesses 4 anos, deu prioridade no redirecionamento e apoio para culturas fundamentais para a produção de reserva estratégica de alimentação animal enfatizando uma maior distribuição de sementes de sorgo forrageiro para a produção de silagem, guandu forrageiro e grande incentivo a palma forrageira que, se constitui, no momento uma das maiores demandas para os que desenvolvem atividade pecuária no Estado. Essa contribuição pode ser medida quando se verifica que o Estado do Ceará se constituiu o único da região Nordeste no aumento da produção de leite nesse período e que menos sofreu com a redução dos rebanhos bovino, ovino e caprino nessa região.

Destaca-se ainda a atividade desempenhada pelo Laboratório de Análise de Sementes de Produção – LASP que realiza análise de amostras de sementes que estão sendo adquiridas pela SDA para o Projeto Hora de Plantar bem como para diversas outras instituições, dentre as quais se destaca a Embrapa. Essa atividade é fundamental para que as sementes adquiridas apresentem altos padrões fisiológicos de forma a garantir aos beneficiários, agricultores (as) familiares, a elevação da produção e produtividade de suas lavouras. No período 2012 a 2015 foram realizadas 2.822 análises de amostras de sementes pelo LASP.

A SDA presta importante suporte à agropecuária com o trabalho de seus laboratórios de classificação vegetal, análises químicas e análises de sementes. O Núcleo de Classificação Vegetal da SDA – NUCLA tem como atribuições a classificação vegetal que objetiva a proteção dos consumidores para o consumo de alimentos padronizados, saudáveis. No período de 2012 a 2015 foram classificados 4.345.256 toneladas de alimentos do Estado e importados.

Com referência à pequena irrigação familiar, destacam-se o Projeto de Produção Integrada Mandalla e Quintais produtivos, além da construção de barragens subterrâneas, Medidor Horosazonal, revitalização dos Perímetros Públicos e Agrovilas. Cabe enfatizar que esses projetos, contribuem para uma utilização mais racional da água de irrigação, produção de alimentos mais saudáveis, redução de desmatamentos, das queimadas e assoreamentos dos mananciais.

O Fundo Estadual do Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FEDAF, criado para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado, tem contribuído significativamente para esse fim, com destaque para financiamentos em energia alternativa, implantação de quintais produtivos e crédito emergencial para alimentação de rebanhos nesses repetidos anos de estiagem

O FEDAF financiou, atividades produtivas voltadas para a transição agroecológica e convivência com o semiárido, apoiando 858 famílias de agricultores familiares, com cerca de 5 milhões de reais investidos, priorizando as atividades crédito emergencial em virtude dos períodos de seca.

Foram beneficiados no quadriênio 583 agricultores com a implantação de 114 projetos Mandallas, enquanto que 3.053 quintais produtivos foram implantados, beneficiando o mesmo numero de agricultores assentados. Estes projetos, além de contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias, nas comunidades e assentamentos tem se constituído importante fonte de renda pela comercialização através dos mercados institucionais, notadamente os Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, além do abastecimento das feiras agroecológicas municipais. Também, 06 projetos de cultivo protegido de hortaliças e 04 projetos de irrigação sustentáveis de aluviões foram implantados no período de 2012 a 2015. Além disso, realizou-se a distribuição de 1.171 medidores horosazonais que contribuíram de forma decisiva para a redução dos custos de produção.

O Projeto Biodiesel no Ceará apoiou os agricultores familiares neste período, com o plantio de sementes de oleaginosas e subsídios financeiros, além da implantação de fábricas de biocompostagem orgânica para a recuperação dos solos já exauridos. Faz-se necessário registrar que o projeto sofreu muito em consequência das secas já citadas, mesmo assim houve uma seleção natural de municípios, produtores e áreas com vocação mais adequada a exploração das culturas oleaginosas, com grande destaque para a mamona. Nesse período foram implantados 55.702 hectares beneficiando 26.113 agricultores(as) familiares. Vale salientar que essa cultura, por apresentar maior resistência as irregularidades das chuvas no semiárido se constituiu, com certeza, a cultura temporária que deu melhor retorno financeiro, no sequeiro aos

agricultores(as) familiares, mesmo registrando a queda drástica da produção esperada. O Governo do Estado, através da SDA e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce, em parceria com a Petrobras Biocombustível – PBIO, deram apoio tecnológico e financeiro necessários aos agricultores.

No setor da cajucultura, o Projeto de substituição de copas em cajueiros gigantes improdutivos registrou um grande avanço nesta tecnologia com a implantação de 16.999 hectares de plantas substituídas, beneficiando 1910 agricultores(as) familiares o que vem repercutindo significativamente na melhoria da produção produtividade, geração de renda, e ocupação de mão de obra para os que exploram a cajucultura, principalmente porque permitiu a esse(as) agricultores(as) familiares a produção e comercialização do pedúnculo e castanhas padronizadas, além de incentivar e viabilizar o processo de agroindustrialização em suas unidades produtivas.

Já no setor da Mandiocultura o Projeto de Modernização do Setor da Mandiocultura vem ao longo dos anos distribuindo manivas sementes e implantando agroindústrias modernas de farinha em associações de agricultores que trabalham com essa cultura. Nesse período foram beneficiados 1.052 agricultores e implantadas 32 agroindústrias modernas de fabricação de farinha e outros produtos. Essas ações têm repercutido significativamente na melhoria da produção, produtividade e principalmente na melhoria da qualidade dos produtos processados desta cultura, fatos que vem assegurando a esses agricultores a conquista de mercado local e estadual, antes de difícil acesso, pela má qualidade dos produtos, e permitindo melhor remuneração da atividade.

Em relação ao Projeto Hidroagrícola do Castanhão, no período de 2012 – 2015 destaca-se o investimento do Estado na ordem de R$ 7 milhões (sete milhões de reais), além dos investimentos, com igual valor, através de empréstimos junto ao BNDES para implantação, execução e acompanhamento de ações nos perímetros irrigados, Curupati, Mandacaru e Alagamar, no entorno do Açude Castanhão, distribuídos em 909 ha.

No segmento da pecuária, a assistência técnica aos produtores do setor bovinocultura e ovinocultura foi direcionada para as temáticas de reserva alimentar, melhoramento genético e qualidade do leite, através de Dias de Campo, missões técnicas e seminários, dando continuidade no acompanhamento e a implantação de tanques de resfriamento de leite, fundamental para a sustentabilidade do produtor familiar na atividade leiteira. Como resultado dessas ações, foram beneficiadas 15.923 famílias do segmento da bovinocultura e das 1.018 famílias da ovinocultura, com a implantação de projetos produtivos e de infraestrutura, como a distribuição de kit's de higienização de ordenha, ensiladeiras e kit's de inseminação artificial, aumentando a produção com competitividade, gerando emprego e renda na zona rural contribuindo, assim, para o desenvolvimento agropecuário do Ceará.

O Programa Garantia-Safra tornou-se neste período uma ação de extrema importância nas politicas compensatórias, devido aos sucessivos anos de estiagem com o comprometimento da safra agrícola, adotando uma abordagem cidadã em que potenciais beneficiários contribuem, juntamente com os entes federativos – União, Estados e Municípios, para a formação do Fundo Garantia-Safra, responsável pelo pagamento dos benefícios. O Ceará tem sido exitoso na implementação deste programa, onde se registrou uma adesão no total de 334.119 agricultores na safra 2014.

Ao longo dos anos de 2012 a 2015, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – Adagri alcançou uma evolução significativa em sua Missão Institucional, na qual consiste em proteger a saúde dos animais e vegetais e propiciar a qualidade sanitária dos produtos industriais derivados, promovendo a sustentabilidade desses setores e provendo alimento seguro à população. No cumprimento dessa missão, a Adagri obteve avanços que resultaram na elevação da segurança e competitividade dos produtos agropecuários cearenses com base no desenvolvimento de ações integradas desde a fazenda até a mesa do consumidor. Foram atingidos índices crescentes de vacinação do rebanho contra a Febre Aftosa - 95,47% dos rebanhos bovino e bubalino vacinados, equivalentes a 2.471.908 cabeças - maior eficiência nas fiscalizações do trânsito de animais e vegetais e na inspeção de estabelecimentos comerciais.

No que concerne à comercialização de produtos hortigranjeiros pela CEASA, nos seus três postos, sejam eles: Maracanaú, Ibiapaba e Cariri, houve impacto no aumento dos valores da comercialização pela alta do custo dos produtos, nos anos

de 2012 a 2015. Foram comercializadas no período 2.464.533 toneladas de alimentos.

Foi disponibilizado o Ceasa nos Bairros com o objetivo de atender à população da Grande Fortaleza e Região Metropolitana do Cariri (Crato, Barbalha e Juazeiro), a oportunidade de consumo de hortigranjeiro, resultando no atendimento no próprio bairro, com preços mais atrativos que o comércio local, além de se contar com a melhor qualidade dos produtos comercializados.

A assistência técnica e extensão rural aos agricultores (as) familiares, que tem a EMATERCE como sua principal executora, é condição necessária para o desenvolvimento das cadeias produtivas das culturas e criações. No entanto, mesmo com a efetiva ação de ATER, as previsões climáticas observadas para o período de 2012-2015 afetaram significativamente o setor primário com efeito em todas as cadeias produtivas da agropecuária. Os anos consecutivos de secas impactaram principalmente os recursos hídricos em todo o Estado com maiores consequências em comunidades carentes de infraestrutura para estocagem de água para consumo humano e animal, com uma média de 74,20% de perdas na agropecuária durante o período.

Nesse período apesar da amplitude e severidade dos consecutivos anos de secas, varias ações tiveram resultados positivos, como: o acesso de 37.836 famílias a água pela implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água permanente e com ligações diretas em cada residência, evitando significativo impacto no êxito rural. Nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas foram atendidos no período um total de 280.375 agricultores familiares.

Para o setor produtivo várias ações foram desenvolvidas nos diversos segmentos das várias cadeias produtivas, entre essas se destacaram a distribuição de sementes e mudas selecionadas, capacitação na convivência com o semiárido principalmente com técnicas de captação de água da chuva pelo manejo do solo, a adesão de agricultores ao seguro safra para mais de 300.000 agricultores, crédito rural para áreas com potencial para irrigação, políticas de comercialização com garantia de melhores preços e outras que de certa forma contribuíram para redução dos riscos e perdas de safra no período. Nas cadeias produtivas irrigadas, a assistência se deu a 30.082 agricultores no período de 2012 a 2015, numa área total de 5.714 ha.

As Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, de manejo e conservação de água e solo com ênfase na difusão, para reduzir os riscos advindos das vulnerabilidades climáticas tiveram, no período de 2012-2015, 25.030 hectares implantados, beneficiando 22.630 agricultores(as) familiares.

Foram beneficiados com ações de apoio da EMATERCE, cerca de 83,85% dos agricultores familiares do Estado. Fica implícito nessas ações o conhecimento tecnológico adquirido pelos agricultores familiares e suas famílias assistidos na gestão e execução dos sistemas produtivos para anos de futuras variações climáticas na redução dos riscos de suas atividades agrícolas.

PROGRAMA 029 - ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

Esse programa foi concebido para atender ao público em condições de extrema pobreza. Para isso, projetos de acesso à terra e água de qualidade através da implantação de cisternas conseguiram êxitos assegurando que muitos agricultores permanecessem em suas localidades sem que ocorressem seus deslocamentos para os centros urbanos. O acesso à moradia para esses produtores fez parte das políticas complementares da inclusão social a essa parcela vulnerável da sociedade que reside no meio rural. Outra política complementar foi a assistência técnica e extensão rural no sentido de dotar com conhecimento a gestão da propriedade agrícola e desenvolvimento das atividades rurais, incluindo aqui toda uma assistência à unidade familiar. Essas ações podem ser verificadas pelo quadro a seguir.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	216.664.669,10	78.848.264,38	36,39
2013	337.438.718,24	129.566.643,36	38,40
2014	303.825.335,00	256.537.019,04	84,44
2015	217.197.610,12	191.240.806,09	88,05
Total	**1.075.126.332,46**	**656.192.732,87**	**61,03**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Construir 2.000 habitações nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	500	181	659	82	500	0	500	0	263
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite.	100.000	80.239	100.000	51.464	100.000	52.241	100.000	55.077	80.239
Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.	180	174	180	136	180	98	180	91	174
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	35.910	125.081	23.940	124.704	38.237	124.332	23.940	169.079	169.079
Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	2.756	1.509	1.837	2.025	2.756	1.852	1.936	2.352	2.025
Apoiar a implantação de projetos produtivos em 24 assentamentos e comunidades tradicionais.	8	10	10	9	7	7	9	7	33
Implantar 1.280 bibliotecas rurais.	320	59	320	250	320	0	320	0	250
Capacitar 1.280 agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.	320	59	320	250	320	0	320	0	250
Implantar 320 casas digitais.	80	70	80	23	80	0	80	0	70
Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF.	600	298	662	81	600	74	583	200	653
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.	10.000	3.200	16.400	26.400	36.000	26.400	40.000	26.400	26.400
Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	83.991	4927	127.484	106622	99.391	108.793	159.356	58.275	108.793
Reformar 1.200 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	300	351	300	0	900	595	300	154	1100
Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais.	46.861	17.771	20.360	29.500	32.285	42.910	53.803	17.021	107.202
Implantar 1.543 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	164	45	12	33	1.035	197	856	106	327
Construir 12.000 kits sanitários.	3.000	87	380	19	2.153	383	1.525	3.934	4.423

Fonte: SDA

Avaliação do Programa

Durante os anos 2012 a 2015, a SDA desenvolveu ações de forma intensiva, na busca do enfrentamento da pobreza rural, focadas principalmente nas famílias de pequenos agricultores, e em especial, naquelas cuja renda familiar encontrava-se abaixo da linha de pobreza. Neste contexto a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará e suas vinculadas

pautaram suas atuações no conjunto de políticas públicas voltadas para a inclusão social dos agricultores familiares ao adotar o acolhimento e fortalecimento da ação pública, assumiram o compromisso e garantidora de direitos sociais. Junte-se a isso, a preocupação em ampliar o acesso aos bens e serviços, à renda e ao trabalho, em parcerias com os governos municipais e a esfera federal, com as entidades, organizações e segmentos avançando no reconhecimento dessas lutas, fortalecendo as estruturas de participação existentes na sociedade.

O Programa Água para todos, no período de 2012 a 2015 contribuiu para ampliação do acesso à água para o consumo humano, produção agrícola e alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade social em nosso Estado, através da implantação de 107.202 cisternas com capacidade de 16.000 litros para captação de água pluvial. A implantação de cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais, é executada através de duas tecnologias: cisternas de placa (convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e cisternas de polietileno (convênios com o Ministério da Integração). Ressalta-se que apesar das dificuldades encontradas, os resultados alcançados com as cisternas foram satisfatórios, pois 99% das cisternas programadas foram implantadas cumprindo assim, o cronograma previsto.

Em relação aos sistemas de abastecimento, a principal dificuldade encontrada foi o atraso do cronograma de desembolso da União, prejudicando o atingimento do valor programado. Foram implantados 327 sistemas de abastecimento de água, que são sistemas coletivos de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água oriunda de corpos d'água, com a contribuição do Projeto São José III.

Durante os anos de 2014 e 2015 o Projeto implantou, em sua totalidade, 54 sistemas de abastecimento de água em oito (08) territórios rurais do Estado do Ceará. O quantitativo entregue durante o biênio 2014 - 2015 beneficiou diretamente 5.449 famílias com ligações domiciliares de água encanada. Quanto aos serviços de esgotamento sanitário, no mesmo período citado, o Projeto instalou 4.423 kits sanitários em domicílios rurais, somando aproximadamente 20.289 pessoas beneficiadas com as melhorias de higiene e saúde promovidas pelo uso de banheiro devidamente construído.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF apresentou no quadriênio um resultado efetivo bem abaixo do programado, com relação ao número de famílias beneficiadas devido às mudanças ocorridas nas normas do Programa, retardando a contratação dos projetos em tramitação nos anos de 2013 e 2014, e a consequente diminuição no número de famílias beneficiadas com habitação rural. A meta era para beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais porém, apenas 653 famílias foram beneficiadas.

O PNCF é um instrumento de forte inclusão social, por permitir a aquisição da terra a agricultores familiares sem ou com pouca terra em longo prazo e a juros baixos, recursos não reembolsáveis para a implantação de infraestrutura produtiva conforme a linha de financiamento e moradia pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Minha Casa Minha Vida Rural. O PNCF experimentou muitas mudanças em seus normativos de 2012 a 2015, resultando em significativas paralisações na tramitação dos processos de financiamento com consequente impacto no seu desempenho.

Já com relação à construção de habitações nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, ressaltamos que, a partir de 2014 e seguindo orientação do DCF/MDA, as construções das habitações rurais do PNCF deveriam ser atendidas pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (Minha Casa Minha Vida Rural – MCMVR), cuja viabilização das primeiras construções só está acontecendo agora, em maio de 2016.

Apesar dos resultados não terem sido satisfatórios, foram beneficiadas 653 famílias, no intervalo de 2012 - 2015, com acesso à terra, e construídas 263 habitações rurais.

No que se refere aos projetos produtivos em assentamentos e comunidades tradicionais, o objetivo proposto de implantar 33 projetos produtivos foi atingido, superando a expectativa em relação às metas previstas para 2012 a 2015, e facilitando a inserção de políticas públicas em áreas que até então não haviam sido contempladas. Os projetos produtivos são orientados por planos de negócios dos quais devem constar análise de mercado, plano de comercialização, plano financeiro, plano de serviço e plano de gestão e implantados atendendo as vocações identificadas e com participação

direta das entidades associativas para melhoria na qualidade de vida dos contemplados.

O Programa de Aquisição de Alimentos, com compra com doação simultânea, que tem por diretrizes principais colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Ceará, alcançou resultados positivos no Estado com a distribuição de alimentos para 169.079 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio-assistencial local, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos) e da rede pública e filantrópica de ensino ao longo dos anos. Atuou também fortemente na aquisição da produção de 7.738 agricultores familiares no período de 2012 a 2015, sendo implantado em 112 municípios.

O Leite Fome Zero, hoje chamado de PAA Leite, é um incentivo do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual para garantir a compra da produção leiteira do agricultor familiar, por um preço justo e estável. Nos anos de 2012 a 2015, houve uma redução na quantidade do leite comercializado para o Programa, motivada pela continuidade da estiagem que afetou a produção. Como consequência, o atendimento pelo Programa que, em 2012 se deu em 174, foi reduzido, em 2015, para 91 municípios.

Vale informar que apesar de todas as atividades realizadas, o Programa também enfrentou alguns entraves que impediram a SDA no alcance das metas programadas, como: dificuldade em contratar empresas e cooperativas interessadas em prestar serviços ao Programa; queda da produção devido a estiagem; número insuficiente de produtores pronafianos a fornecerem leite ao Programa e atraso nos repasses dos recursos por parte do MDS, acarretando também atraso nos pagamentos dos produtores e na saída de muitos do Programa.

A implantação de bibliotecas rurais, no número de 250 e de capacitações, em número correspondente, de Agentes de Leitura (no âmbito do Arca das Letras), entre os anos de 2012 e 2015, foram inferiores ao esperado. Os anos de 2014 e 2015 o Projeto sofreu com a não liberação de recursos por parte do Governo Federal. A quantidade realizada foi possível pela aplicação dos recursos transferidos de 2011. No ano de 2013, além da implantação de 250 Arcas das Letras (78% da meta), foram promovidos encontros de formação e integração entre essas unidades implantadas, como qualificação para o bom funcionamento do Programa. Foi a maior implantação anual ocorrida no Ceará, o que valeu a recuperação da posição de primeiro lugar em nível nacional do número de Bibliotecas Arca das Letras em funcionamento.

Por meio do Projeto Casa Digital do Campo, foram implantadas entre 2012 e 2015, 93 unidades e realizadas capacitações de 4.120 agentes. A execução do Projeto se deu durante os anos de 2012 e 2013. Já em 2013 a entrega dos computadores pelo Governo Federal passou por uma descontinuidade, resultando em apenas 23 casas digitais implantadas (enquanto a meta era 80), totalizando 93 Casas Digitais, e foram capacitados 920 novos agentes comunitários de Inclusão Digital e Leitura, totalizando 4.120 Agentes. O projeto foi premiado pela SEPLAG como o melhor projeto de inclusão digital do Estado. Em 2014 e 2015 o Projeto também sofreu com a falta de recurso do Governo Federal.

A estratégia de ATER objetivou propiciar às famílias, a oportunidade de se beneficiarem das políticas públicas para a pequena produção, colocando os agricultores como protagonistas do seu próprio desenvolvimento. A concretização dos objetivos pressupõe assistência tecnológica no trato das cadeias produtivas de agricultura e pecuária, crédito rural, práticas de convivência com o semiárido, educação alimentar, dentre outras, aliados ao cuidado com o meio ambiente, em ações de transição agroecológicas. No período 2012-2015, foram beneficadas 26.400 famílias de agricultores/as familiares tradicionais, em situação de extrema pobreza, através de acompanhamento continuado e individualizado por equipes de ATER, para estruturação produtiva de suas unidades, utilizando recursos não reembolsáveis, do PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – PBSM, que visa à implantação, modernização e ampliação de atividades produtivas, possibilitando a geração de emprego e renda e o acesso aos mercados, fatores que assegurarão a segurança alimentar e nutricional destas famílias.

PROGRAMA 067 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

O programa tem por objetivo apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados, a mobilização de movimentos sociais e do Poder Público no âmbito dos territórios rurais e implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento dos 13 territórios rurais do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	33.256.196,86	18.471.271,50	55,54
2013	25.197.256,04	7.528.915,02	29,88
2014	34.890.210,55	9.458.075,11	27,11
2015	27.727.853,44	10.147.244,55	36,60
Total	**121.071.516,89**	**45.605.506,18**	**37,67**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

Principais Metas 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.	26	13	26	26	21	12	8	5	56
Realizar 104 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.	7	30	26	27	25	28	26	26	111
Reassentar 780 famílias atingidas por obras públicas.	250	250	312	0	468	0	62	0	250
Cadastrar, georreferenciar e regularizar 57060 imóveis rurais.	12.898	43.077	12.800	16.679	19.200	9.666	24.962	9.953	79.375
Titular 51.809 posses de imóveis rurais.	20.727	26.113	20.683	8.022	18.622	8.385	12.190	5.152	47.672

Fonte: SDA

Avaliação do Programa

O Desenvolvimento Territorial ancorado no desenvolvimento sustentável, busca entre outras estratégias, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, para, a partir de instâncias colegiadas, exercerem o controle e a gestão das políticas públicas. Nesse sentido, o monitoramento e a avaliação dessas políticas assumiram grande importância nas últimas décadas, em virtude da reforma gerencial implantada em vários países no período. Foi garantida neste período de 2012 a 2015, a participação das representações sociedade civil e do poder público, de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, jovens e mulheres, que debateram no espaço dos colegiados os mais diversos temas com enfoque do desenvolvimento.

O Programa tem por objetivo apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados, a mobilização de movimentos sociais e do Poder Público no âmbito dos territórios rurais e implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento dos 13 territórios rurais do Estado do Ceará. Em setembro de 2015 o Estado passou a adotar o recorte territorial de 14 territórios.

Dentre as ações desenvolvidas destaca-se, no quadriênio 2012 e 2015, a realização de 111 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Entre os eventos realizados, destacam-se as conferências territoriais de desenvolvimento territorial e as conferências de Assistência técnica, preparatórias para Conferência Nacional de ATER. Nos anos de 2014 a 2015 foram realizadas 26 plenárias territoriais para aprovação de projetos produtivos a serem atendidos pelo PROINF, o que demonstra uma participação efetiva das representações territoriais nas diversas discussões propostas.

Referente à implantação de projetos de infraestrutura nos territórios rurais, alcançou-se a execução de 54% do previsto no período de 2012 a 2015. Alguns entraves dificultaram uma maior alcance de execução, tais como: cancelamento de metas devido pendências documentais, cancelamentos de contratos em virtude de decretos federais, fracasso de licitações, entre outros.

No quadriênio 2012 a 2015, O Projeto de Regularização Fundiária realizou a titulação de posses de 47.672 imóveis, atingindo 92% da meta, apesar de ter se verificado um decréscimo no quantitativo realizado nos anos de 2013 a 2015. Os números apresentados referem-se aos títulos expedidos e consequentemente entregues aos beneficiários, enquanto a quantidade de documentos produzidos foi bem maior que o mencionado. A entrega definitiva está condicionada a questões referentes ao IDACE. As metas são realizadas a partir da liberação dos recursos com aplicação das metodologias pelo IDACE.

O IDACE vem adotando uma metodologia de intervenção de controle social das ações de regularização fundiária, que evidenciam mensalmente as atividades desenvolvidas no campo e em escritório no que diz respeito aos imóveis cadastrados e georreferenciados, bem como a emissão do Título de Domínio da Terra. Para definir o quantitativo de imóveis rurais identificados deve-se observar 04 elementos, a saber: imóveis medidos, imóveis cadastrados, posses e composses, e imóveis titulados. Para a realização do acompanhamento dos serviços, definiu-se metodologicamente que o número de imóveis cadastrados e georreferenciados, e os titulados seriam os elementos integrantes observados e apresentados na Mensagem Anual no total para o quadriênio de 79.375 imóveis. Assim, faz-se necessário evidenciar que este procedimento foi adotado para facilitar a compreensão das informações apresentadas para a sociedade, bem como os parceiros institucionais.

Por fim, destacamos que os serviços de Regularização Fundiária no Estado do Ceará vêm sendo trabalhados em 137 municípios, em fases distintas de execução. Tendo 02 municípios com definição de área somente urbana, e restando assim 45 municípios a iniciar os serviços de identificação, medição e cadastro georreferenciado dos imóveis rurais. A execução do Programa envolveu recursos orçamentários,em 2012 a 2015, acumulados de R$ 45,6 milhões, correspondentes a um valor empenhado em relação ao programado de 37,67%.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Aquicultura e Pesca

Avaliação da Área Temática

A política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará era, até o ano de 2015, implementada pela Secretaria da Pesca e Aquicultura – SPA e estava articulada com a política nacional executada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Neste mesmo ano, a SPA sofreu uma alteração de denominação e de objetivos, passando a denominar-se Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA. Ainda em 2015, com a extinção do MPA, os assuntos relacionados ao setor pesqueiro no Governo Federal passou para a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio da Secretaria de Aquicultura.

Direcionada para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade, esta política tem o propósito de desenvolver e fomentar a produção pesqueira e aquícola, com vistas a melhorar a renda dos produtores, bem como elevar a qualidade do produto ofertado à população.

A produção de pescado do Estado do Ceará compreende o somatório da produção da pesca extrativa marinha e continental e da aquicultura marinha e continental e apresentou um incremento no período 2010 – 2015, principalmente pelo aumento da produção da aquicultura, pois a produção da pesca extrativa marinha manteve-se estável e a pesca extrativa de águas continentais apresentou uma diminuição drástica causada por fatores climáticos. Embora sejam dados de produção estimados, coletadas pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, as projeções feitas pelas entidades ligadas à aquicultura apontam para esse incremento. Portanto, no período 2010 - 2015, a produção de pescado do Ceará alcançou a marca de 100.000 toneladas, apresentando um crescimento de 7,18% em relação à produção do ano de 2010, aumento verificado principalmente com a produção da aquicultura, embora tenha registrado em 2015 uma queda de 7,48% em relação a 2014. Essa queda se deveu, sobretudo, ao agravamento da situação hídrica que afeta o volume de água armezenada em nossas coleções d'água, acarretando uma diminuição considerável na produção oriunda da pesca extrativa e da piscicultura continental. Em contrapartida, a carcinicultura apresentou em 2015 um crescimento de 15% em relação a 2014. Contribuindo diretamente com esse incremento, a SEAPA implantou 04 projetos de piscicultura no Açude Castanhão e tem procurado apoiar e implantar novos projetos da mesma natureza. Na pesca extrativa continental tem sido executado sistematicamente o projeto "Repovoamento de Açudes", que tem como objetivo a introdução de alevinos de peixes nos açudes do Estado, beneficiando milhares de pescadores artesanais. Para a pesca extrativa marinha, embora não tenha sido concretizada no período analisado, existe uma proposta a ser apreciada pelo Governo de um projeto de introdução da pesca oceânica em nosso Estado, que proporcionará um aumento de produção com a exploração de novas áreas de pesca.

O consumo per capita de pescado do Estado no período 2010 – 2015 tem-se mantido praticamente inalterado, isto devido às variações observadas na produção pesqueira. A contribuição para o incremento desse indicador deu-se com a formação de uma parceria da SEAPA com o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, adotando diversas estratégias: levar o pescado aos bairros a preços mais acessíveis por meio do "Caminhão do Peixe" e veiculação de campanhas de marketing em diversos eventos técnicos e gastronômicos, o que se somou às ações programáticas destinadas ao aumento de produção de pescado. Nesse contexto, o consumo per capita de pescado (peixes, camarões, lagostas e outros) no Estado de Ceará, embora tenha registrado um ligeiro aumento de 2010 a 2014, apresentou um pequeno decréscimo devido a diminuição da produção em 2015, ocasionada pela seca prolongada que ocorre em nosso Estado.

Até o ano de 2009, o valor das exportações de pescado no Estado do Ceará, se concentrava em três itens principais: lagosta, camarão e peixes. A partir desse ano, por conta de ter sofrido à época uma ação de dumping por parte de importadores, as exportações cearenses de camarão foram afetadas de maneira negativa, fazendo com que apenas dois itens respondam hoje pelas exportações de pescado do Estado: lagosta e peixes. Por outro lado, a produção de camarão, foi perfeitamente absorvida pelo mercado interno. Observando-se o comportamento do indicador "Valor das exportações de pescado no Estado do Ceará", expresso em dólares americanos (US$), ao longo do período de 2010 a 2015 foi verificada uma tendência de queda devido à redução da produção da pesca da lagosta e da saída do camarão como pauta de exportação de pescado do Estado, ocorrendo uma estabilização nos três últimos anos.

A SEAPA tem dado apoio e participado de eventos ligados à carcinicultura empresarial, e também atua no apoio e implantação de projetos de carcinicultura familiar, contribuindo direta e indiretamente para a recuperação das exportações do segmento pesqueiro e aquícola do Estado. Quanto ao número de ocupações geradas na pesca e aqüicultura, apresentou um decréscimo de 2012 a 2014, devido, em parte, às precipitações pluviométricas influenciando principalmente os projetos de aquicultura, quase inteiramente de cultivo de tilápias, implementados no interior do Estado. Para 2015, com a extinção do Ministério da Pesca, não foi possível fazer uma estimativa para esse ano, incorrendo no problema de falta de informações estatísticas oficiais e atualizadas.

No tocante à qualidade do produto ofertado à população, a SEAPA intensificou a fiscalização e a inspeção de pescados e seus derivados, passando a controlar e a rastrear a produção nas indústrias e a comercialização dos produtos por meio da implantação do Selo do Serviço de Inspeção Estadual - SIE do pescado e seus derivados. Referidas ações permitiram a criação do Certificado de Rastreamento para Transporte Intermunicipal - CRTI do pescado. Além disso, técnicos da SPA tem realizado permanentemente visitas técnicas para acompanhar e orientar os estabelecimentos de pescado, as apreensões de pescado ilegal e o cadastramento de embarcações e veículos que transportam pescados no Estado do Ceará procedentes de outros Estados.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Pesca e Aquicultura

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Aumento da produção da pesca e aqüicultura							
1.1. Produção de pescado no Estado do Ceará	t	93.295,30	95.200,60	103.169,64	108.328,00	108.095,00	100.000,00
1.2. Consumo per capita de pescado	Kg/hab	11,4	12	12,20	12,20	12	11,23
1.3. Valor das exportações de pescado no Estado	U$ FOB mil	60.350,00	54.239,00	31.842,04	47.209,48	46.726,70	47.366
2. Empregos gerados na pesca e aquicultura							
2.1. Número de ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura	Nº	20.000	20.000	19.500	18.500	17.950	-

Fonte: SEAPA

Avaliação de Programas

PROGRAMA 036 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O programa objetiva fortalecer o segmento pesqueiro e aquícola em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos através do incremento da produção pesqueira extrativa e da aquicultura marinha e continental, visando o aumento da geração de emprego e da renda de pescadores e aquicultores.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	24.396.236,58	4.812.215,20	19,73
2013	26.126.218,17	2.065.005,77	7,90
2014	29.478.204,20	2.375.584,20	8,06
2015	16.820.926,12	5.426.721,33	32,26
Total	**96.821.585,07**	**14.679.526,50**	**15,16**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar Censo Pesqueiro e Aquícola do Estado do Ceará	0	0	2	0	0	0	1	0	0

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	6.500.000	6.500.000	7.000.000	2.059.000	4.000.000	4000000	4.000.000	2.400.000	14.959.000
Beneficiar 1.400 pescadores marinhos.	400	0	466	720	250	7.500	750	240	8.460
Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	1.300	1.900	1.200	1.463	710	630	3.320	2.200	6.193
Implantar 50 infraestruturas de apoio a conservação, higienização e beneficiamento visando o aproveitamento integral do pescado.	6	0	6	0	9	0	14	0	0
Criar e manter o cadastro único da pesca e da aquicultura no Estado.	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Capacitar 4915 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	340	600	1.437	425	730	600	900	0	1.625
Capacitar 2.760 aquicultores.	760	369	797	120	350	100	665	40	629
Participar de 40 feiras e eventos.	10	8	18	9	5	6	5	10	33
Aumentar a produção total de pescado do Ceará em 33.000 toneladas.	7.546	2.800	10.066	5.158	3.000	1.000	3.000	-	8.985

Fonte: SEAPA

Avaliação do Programa

Para a execução das metas de seu programa, a SEAPA enfrentou uma série de obstáculos que influenciaram de maneira significativa no desempenho de sua missão. Sua limitada estrutura funcional, a passagem de quatro titulares na pasta no período 2012-2015, uma disponibilidade financeira insuficiente e as condições climáticas decorrentes da seca, contribuíram para uma baixa execução orçamentária nesse período. Para atender aos objetivos estabelecidos no programa foram definidas metas prioritárias, cujos resultados obtidos são mostrados na tabela acima.

As ações foram direcionadas à introdução de novas zonas de atuação da pesca extrativa marítima, em águas profundas e oceânicas, visto que a excessiva exploração da pesca em nossa zona costeira, de águas rasas, está resultando em produção praticamente estagnada. A aquicultura marinha e continental constitui-se também em outra vertente que contribui para o aumento da produção pesqueira do Estado. Como ações de suporte a essas duas vertentes de produção, estão a capacitação e assistência técnica a pescadores e aquicultores e a fiscalização de sanidade do pescado.

Analisando no período 2012 – 2015 as dez metas escolhidas como as principais, observamos que tivemos três com nenhuma execução, relativas à realização do censo pesqueiro, à implantação de infraestruturas de apoio e à criação do cadastro da pesca e aquicultura. Podemos considerar que as principais razões que levaram a esse resultado, foram a demora na aprovação de propostas de projetos e dificuldades no atendimento às diversas condicionantes exigidas em projetos conveniados com o Governo Federal, ligadas principalmente às questões ambientais. Para as demais metas, apenas duas chegaram a superar o previsto para o período que foram: beneficiar pescadores artesanais, marinhos e continentais, beneficiados principalmente com ação de repovoamento de açudes e a distribuição de material de pesca. A meta relacionada à distribuição de alevinos em açudes foi influenciada pelas condições climáticas decorrentes da seca, não tendo sido alcançada, pois diminuiu o número de coleções d'água em condições de serem repovoadas. Assim mesmo

contribuiu para beneficiar milhares de pescadores e suas famílias, com um índice de execução de 51,58%.

Quanto às duas metas referentes à capacitação de pescadores e aquicultores, o realizado acumulado ficou abaixo do programado, influenciado pela falta de um quadro técnico próprio de servidores, dependendo sempre de pessoal contratado, renovados a cada ano e recursos reduzidos. A meta "participar de eventos e feiras", mesmo não alcançando a meta prevista, teve um índice satisfatório de execução que foi de 82,5%.

A meta de aumentar a produção pesqueira total do Estado teve um índice de execução de apenas 27,22%. As razões para a obtenção desse resultado foram, em primeiro lugar, a não aprovação de proposta das ações previstas direcionadas à introdução de novas zonas de atuação da pesca extrativa marítima em águas profundas e oceânicas; em segundo lugar, o desempenho da aquicultura marinha e continental, onde à medida que a carcinicultura apresentou resultados sempre crescentes no período, a piscicultura sofreu as consequências do período prolongado da seca, registrando uma queda considerável de produção no ano de 2015.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Turismo

Avaliação da Área Temática

O turismo encontra-se inserido no setor terciário ou de serviços, e atualmente é considerada a atividade de maior e mais rápido crescimento na economia mundial, por ser o principal polo de geração de emprego e renda, com retorno imediato, ao impactar direta e indiretamente 52 segmentos da economia.

No Estado do Ceará as políticas públicas voltadas à promoção do turismo, são desenvolvidas pela Secretaria do Turismo – SETUR, por meio de ações estratégicas destinadas ao fortalecimento do segmento, cujos programas e resultados foram inseridos no eixo "Economia para uma vida melhor" (Lei 15.109 de 02 de janeiro de 2012) e correspondem à promoção da melhoria da infraestrutura e da qualidade dos serviços prestados, o fomento à atividade turística que visa projetar a imagem do estado no âmbito Nacional e Internacional, consolidando assim o Ceará como um dos principais destinos turísticos do País, bem como possibilitando a geração de novos empregos, melhor distribuição da renda e desenvolvimento sustentável do Estado.

Com esse pensamento o Ceará, nos últimos 9 anos, vem galgando uma posição no mercado nacional, sendo atualmente um dos principais destinos turísticos brasileiros, com uma demanda significativa de fluxo oriunda de outros países, o que torna esta atividade extremamente estratégica na economia cearense, por representar uma das mais completas que a cadeia produtiva do Estado pode oferecer, impactando consideravelmente o Produto Interno Bruto - PIB cearense, equivalente aos níveis de participação do turismo no PIB mundial e com oportunidades de maior crescimento.

A valorização dos destinos vocacionados para o turismo, parte da necessidade de criar um desenvolvimento sustentável para as localidades turísticas. Dessa forma o governo investe em obras de infraestrutura local tais como: saneamento básico, iluminação temática, acessos a localidades e urbanização de pontos de convivência de moradores/visitantes (orlas, lagoas, rios, centros históricos) tudo de forma compatível com as macroestruturas, além de capacitação/treinamento voltados à população que trabalha neste segmento e, por último, fomenta o Estado nos eventos e feiras nacionais e internacionais os quais participa ou promove.

Baseado nessas premissas, o turismo no Ceará experimentou um crescimento significativo nos últimos anos, contribuindo para a geração de emprego e do nível de renda da população.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Turismo

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Expansão do fluxo turístico nacional e internacional							
1.1. Fluxo turístico via Fortaleza	Nº	2.726.092	2.863.300	2.995.024	3.141.406	3.262.259	3.343.815
1.2. Taxa de ocupação hoteleira	%	66,5	67,6	69,9	70,2	72,0	72,4
1.3. Tempo médio de permanência (dias)	dia	10,5	10,6	10,9	11,0	11,1	10,2
2. Melhoria da infraestrutura e qualidade dos serviços turísticos							
2.1. Índice de satisfação do turista com infra-estrutura, atrativos e serviços turísticos	%	74,4	75,0	76,1	77,3	77,9	78,1
3. Interiorização do turismo							
3.1. Índice de Interiorização do turismo via Fortaleza	%	64,6	66,1	68,3	69,1	71,5	72,0
4. Aumento do emprego com base no turismo							
4.1. Número de empregos nas atividades características do turismo	Nº	47.419	51.342	54.929	58.789	63.174	65.069

Fonte: SETUR
Nota: Dados preliminares para 2015

No período 2012-2015, o fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2.995.024 para 3.343.815 visitantes, cuja variação no período foi de 11,65%. Coadunando-se com o comportamento desse indicador, a participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia - PIB passou de 10,6% para 11,6% no referido período.

A elevação continuada do fluxo turístico refletiu-se na taxa de ocupação hoteleira, que mostrou um crescimento de 3,58%, se comparado 2012 em relação a 2015. As informações sobre a taxa de ocupação em Fortaleza são fornecidas pela rede hoteleira, através do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH e pela Ficha de Acompanhamento Mensal - FAM, com o envio mensal à SETUR. Outro importante destaque é que a oferta hoteleira em termo de UHs (apartamentos) no Ceará saltou de 26.114 para 32.646 que representou um crescimento de 25,01%.

A permanência média dos turistas passou de 10,9 dias em 2012 para 10,2 dias em 2015, significando uma redução de -6,42% no período. É importante destacar que a redução na permanência média (dias) dos turistas é justificada pela mudança de comportamento do fluxo turfístico que visita ao Ceará, ou seja, com a implantação do Centro de Eventos do Ceará em 2012 o perfil da demanda mudou significativamente, ou seja, atualmente aproximadamente 30% de visitantes vem ao nosso estado motivado por negócios, congressos e eventos. Portanto, foi um salto porque esse turista tem uma permanência menor daqueles que vem a lazer e visita a parentes e amigos, contudo, tem um poder de impacto maior na economia porque fica em média 4 a 5 dias e utiliza a rede hoteleira, táxis, alimenta em restaurantes e realiza compras, desta forma gerando maior impacto econômico em toda cadeia produtiva do turismo. Essa informação é obtida através do BOH mensal enviado pelos hotéis e pelas quatro pesquisas de demanda turística realizadas nos principais portões de saída do Ceará (aeroporto, rodoviárias, BR´s e CE´s).

A evolução desses três indicadores demonstra o alcance da expansão do fluxo turístico no Ceará, no período 2012/15, como resultado da busca pela capacitação e qualificação dos destinos turísticos do Ceará. A melhoria da infraestrutura turística, atrativos naturais e qualidade dos serviços prestados são observadas a partir do índice de satisfação revelado pelos turistas que visitaram o Ceará, via Fortaleza, o qual saltou de 76,1 para 78,1% no período 2012/15, representando um crescimento de 2,63%. O índice é calculado com base na avaliação do turista revelada em pesquisa, por meio da relação (ótimo + bom) - (ruim + péssimo), e refere-se à satisfação do turista com disponibilidade de infraestrutura, atrativos e serviços turísticos.

No período analisado 2012/15, o índice de interiorização do turismo via Fortaleza apresentou contínuo crescimento anual como reflexo de importantes investimentos realizados no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Assim como programas de capacitação profissional e qualificação dos destinos e produtos turísticos e sinalização turísticas.

O aumento do emprego com base no turismo é um resultado aferido pelo indicador Número de empregos nas atividades características do turismo, o qual, para efeitos de mensuração, considera somente os empregos dos setores de alojamento, alimentação, agências de viagens, locadoras de veículos, lazer e entretenimento. O nível de empregos no Estado registrou um aumento de 18,46% no período analisado. As estatísticas oficiais sobre o emprego, são disponibilizadas através do Registro Anual de Informações Sociais - RAIS, onde são contabilizados os empregos formais.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 075 – CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"

O programa tem por objetivo construir um destino turístico sustentável através da implantação e/ou melhoramento da infraestrutura viária, aeroportuária, saneamento básico, energia, telecomunicações, implantação de microestruturas, da requalificação e urbanização das localidades de pontos de convivência de moradores e visitantes como orlas, lagoas, rios, centros históricos e de capacitação e treinamento de jovens e adultos de forma compatível para gerar renda e tornar o Ceará pleno de oportunidades no setor turístico e melhor para todos.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	492.781.357,95	245.528.489,43	49,83
2013	339.679.728,79	143.061.720,22	42,12
2014	429.166.892,93	162.311.504,60	37,82
2015	269.023.167,73	94.522.847,59	35,14
Total	**1.530.651.147,40**	**645.424.561,84**	**42,17**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Realizar ações de gestão para implantar 03 Programas de Financiamento para a melhoria da prestação de serviços no setor turístico.	0	0	1	1	3	0	1	0	1
Duplicar 203 quilômetros de estrada.	35,00	10,00	68,00	28,00	139,00	50,54	29,00	53,40	141,94
Beneficiar 04 localidades com saneamento básico.	1	0	0	0	4	0	2	0	0
Beneficiar 29 municípios com obras de urbanização em localidades turísticas.	2	0	5	0	23	0	2	4	4
Capacitar 15.000 pessoas.	2.100	1.227	290	1.586	4.900	4.956	6.039	4.222	11.991
Participar de 200 eventos.	40	16	20	19	50	33	55	27	95
Realizar 120 eventos.	60	196	20	2	30	0	30	7	205
Apoiar 240 eventos.	60	6	40	37	60	42	60	5	90
Realizar 1.200 eventos de negócios.	180	196	200	148	180	103	376	0	447
Recepcionar público visitante de 5,8 milhões de pessoas por ano nos equipamentos turísticos.	3.300.000	3.297.100	500.000	3.600.000	3.600.000	1.500.003	2.200.000	1.987.000	10.384.103

Fonte: SETUR

Avaliação do Programa

O programa teve uma execução inferior a 50% no período, motivada inicialmente pela implantação dos Programas financiados por organismos internacionais e, em sequência, pela necessidade de prever recursos do empréstimo com o Export-Import Bank of the United States – Ex-Im Bank. Ocorre que, por motivo de negociações, o contrato não foi concluído em tempo hábil para sua execução ainda no referido PPA.

Durante a execução do referido PPA (2012-2015) foi implantado o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR, financiado pela Corporação Andina de Fomento - CAF, com o objetivo de promover e impulsionar a estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico na zona de influência dos municípios localizados no Litoral Oeste do Estado do Ceará.

No quadriênio em análise, foram duplicados 69,9% da meta "Duplicar 203 quilômetros de estrada", ou seja, 141,94 quilômetros de estrada, por intermédio das ações contempladas nos programas PRODETUR NACIONAL (Litoral Leste, Maciço de Baturité e Ibiapaba) e PROINFTUR (Litoral Oeste), melhorando o tráfego de veículos e a infraestrutura das localidades turísticas, possibilitando conforto e tranquilidade aos turistas e cearenses. Após a duplicação e ampliação das estradas foi possível mensurar um aumento no fluxo de turistas e a competitividade entre as regiões.

Já em relação ao saneamento básico que é considerado ponto essencial para assegurar uma boa qualidade de vida da população, por esse motivo deve ser muito bem planejado e/ou projetado. Dessa forma, podemos informar que as ações de implantação do saneamento básico nas localidades turísticas não foram concluídas, por exigir estudos de Impacto Ambiental, arqueológico, aprovações específicas em órgãos de controle, desapropriações, ajuste de projetos pelo lapso temporal, entre outros que estão em tramitação na SETUR-CE, logo que todas as etapas forem concluídas as obras serão entregues a população.

As obras de urbanização prevista pela SETUR-CE no PPA 2012-2015 tiveram atrasados motivados inicialmente pela assinatura do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR, que só foi firmado em 28 de agosto de 2013, sendo o referido programa responsável por 23 (vinte três) das 29 (vinte nove) obras de urbanização programadas.

Após a conclusão do processo de contratação do empréstimo, a SETUR-CE iniciou a elaboração dos estudos de viabilidade técnica para implantação dos projetos, estudos de impacto ambiental, estudos de áreas a serem desapropriadas, solicitações junto ao SPU e aprovação dos projetos no DAE, para posteriormente licitar as obras, as obras previstas não foram executadas em tempo hábil, tendo sido finalizada apenas 04 obras que já se encontra inauguradas e entregues a sociedades, tais obra trouxeram benefícios sociais e econômicos para a comunidade e desenvolvimento para o estado.

O Programa de Qualificação Profissional foi realizado através do PRONATEC Turismo via Ministério do Turismo, onde a SETUR era a demandante e o SENAC, UNIFOR, FIC e outras instituições de ensino os ofertantes dos cursos. Para esta ação foram disponibilizadas mais de 15.000 mil vagas, com a finalidade de capacitar profissionais engajados no segmento. Ao final dos cursos ofertados tivemos 11.991 pessoas capacitadas às quais beneficiaram efetivamente os segmentos dos quais fazem parte na cadeia produtiva do turismo, tais como: Resort, Hotéis, Pousadas, Flats, Albergues, Restaurantes, Barracas de Praia, Bares, Sorveterias, Padarias, Parques Aquáticos, Agencias de Viagem, Bugueiros, Operadoras, Empresas de Eventos, Locadoras de veículos, artesãos, comercio de artesanato, e demais atividades vinculadas direta ou indiretamente ao turismo.

A Secretaria do Turismo do Estado do Ceará têm a função de promover diversas atividades ligadas ao setor turístico, essa promoção se dá através de ações de marketing promocional e organização de eventos. Tais ações objetivam a disseminação da imagem turística do destino Ceará, bem como ampliar, diversificar, renovar as ofertas turísticas e consolidar os produtos através da articulação de parcerias com o trade, para assim gerar negócios para a atividade turística do Estado.

Buscando uma ampla promoção do estado a SETUR-CE focou em ações que atingiram dois diferentes públicos: profissionais do Setor Turístico e público final. Desta forma, as ações de promoção e eventos se dividiram em iniciativas que ativaram o contato com os profissionais especializados, tais como: agentes de viagens, operadores de turismo, jornalistas e formadores de opinião. Já em relação ao público final (aqueles que efetivamente visitarão o Estado) a SETUR-CE atingiu sua meta através de ações diretas de captação em feiras e eventos do segmento turístico, com que despertaram o interesse desse público através da apresentação da cultura, natureza, atividades esportivas.

No quadriênio 2012-2015, a operacionalização das atividades realizada pela SETUR-CE abrangeu os mercados classificados como prioritários, na esfera local, nacional e internacional. Destacando, que grande parte das ações realizadas está vinculada ao calendário turístico do setor que a EMBRATUR e o Ministério do Turismo participam e/ou realizam com parceiros. Vale destacar que, apesar de ter promovido e participado de um menor número de feiras, congressos e eventos turísticos a SETUR-CE não só atingiu a meta anteriormente proposta de aumentar o fluxo turístico no Estado, como também o tornou um dos principais destinos turísticos do Brasil, possibilitando a geração de novos empregos, melhorando a distribuição da renda e desenvolvimento sustentável do Estado.

O Ceará nos últimos anos tem investido em infraestrutura local e ações de promoção do turismo em feiras, Workshop, eventos de negócios, nos mercados prioritários em todas as esferas, apresentando as belezas naturais, o povo hospitaleiro, a gastronomia e os variados segmentos do turismo no Estado. Estas ações fizeram com que o Estado quase que duplicasse o número de visitantes nos diversos equipamentos turísticos espalhados no estado.

Para custear as ações deste Programa, a SETUR recebeu recursos do Governo do Estado e de dois contratos de financiamento internacional, abaixo um resumo dos principais projetos desta Secretaria no período de 2012 a 2015:

- Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL, celebrado no dia 25 de novembro de 2010, financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, tem o objetivo de promover e consolidar a imagem de destinos turísticos e aumentar a competitividade dessas regiões. O Programa aborda uma gama de ações que perpassam, dentre outras intervenções: planejamento e fortalecimento estadual e municipal, infraestrutura básica, infraestrutura turística, preservação de patrimônio histórico, zoneamento e proteção ambiental, promoção turística, qualificação da mão de obra laboral e empresarial, entre outras ações relevantes;

- Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR, firmado em 28 de agosto de 2013, financiado pela Corporação Andina de Fomento - CAF, visa promover e impulsionar a estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico na zona de influência dos 12 (doze) municípios localizados no Litoral Oeste do Estado do Ceará. No ano de 2015, desenvolveu ações estratégicas de diversas naturezas.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Recursos Hídricos

Avaliação da Área Temática

A Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará no exercício de 2012 - 2015 teve suas ações e atividades executadas orientadas pelo Plano Plurianual -PPA 2012-2015 através do qual, foram planejados e executados, investimentos em infraestrutura hídrica e ações na área de gestão dos recursos hídricos, visando atender a demanda e compromissos para a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental do Estado.

A Política Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará é disciplinada pela Lei Estadual dos Recursos Hídricos Nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010, desenvolvida pela Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH e suas vinculadas, Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Pacto das Águas, implementada através de uma gestão participativa, integrada e descentralizada.

Com base na Lei, consciente da importância da água na vida de todos e conhecedor das restrições da região semiárida que está inserido, o Governo do Estado Ceará vem implantando um complexo sistema de integração de recursos hídricos composto por barragens, adutoras e eixos de integração, visando a ampliação da garantia de oferta hídrica de qualidade para o abastecimento humano e desenvolvimento social e econômico, com o objetivo de alcançar os seguintes resultados setoriais: Ampliação da Capacidade de Transferência Hídrica; Garantia do Abastecimento de Água da População Rural Difusa e Aumento da Participação da Sociedade Organizada na gestão dos Recursos Hídricos.

No que se refere à Acumulação Hídrica, o Estado atualmente possui uma capacidade de 3,16 bilhões de m³, considerando apenas os açudes estaduais. O incremento foi de 106 milhões de m³ de água com a conclusão de seis barragens no período de 2012 a 2015, contribuindo significativamente com a evolução deste indicador. Estima-se que 800.000 pessoas sejam beneficiadas direta e indiretamente com água para consumo humano e animal, irrigação e lazer, bem como a perenização dos vales dos rios correspondentes.

Em relação à Transferência Hídrica e Suprimento de Água do Estado, a SRH vem realizando nos últimos anos, ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, visando a integração de bacias, abastecimento de água aos municípios e comunidades rurais. A atual capacidade de transferência hídrica do Estado do Ceará é de 30,47 m³/s. Destaca-se, como ação estratégica do Estado, a construção do Eixo de Integração, responsável pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza e Porto do Pecém, interligando as bacias do Jaguaribe e Metropolitana, perfazendo uma extensão total de 257,60 km. Encontram-se concluídos cinco trechos, já abastecendo a Grande Fortaleza e Porto do Pecém. Ainda contribuindo para o aumento da capacidade de transferência hídrica do Estado, no período de 2012 a 2015 foram concluídas 44 adutoras, sendo 26 emergenciais (engate rápido) e 18 adutoras convencionais, que resultou em um aumento de 18 m³/s na capacidade de transferência hídrica do Estado, beneficiando direta e indiretamente cerca de 890.000 pessoas com água bruta de qualidade para múltiplos usos.

Com ênfase no suprimento hídrico para a população rural e ações desenvolvidas no âmbito do programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água, foram implementadas inúmeras obras difusas, beneficiando diretamente mais de 150 mil famílias no período de 2012 a 2015 com a construção de 2.338 poços, instalação de 629 sistemas simplificados de abastecimento de água, incluindo algumas ações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010 - 2015 - Recursos Hídricos

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Acumulação hídrica ampliada							
1.1. Capacidade hídrica dos açudes estaduais	milhão de m³	2.896	3.063	3.063	3.147	3.164	3.164
2. Capacidade de transferência hídrica ampliada							
2.1. Capacidade de transferência hídrica	m³/seg.	12,22	12,37	24,40	25,04	29,68	30,47
3. Aumento do controle dos recursos hídricos							

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
3.1. Média de eficiência no faturamento da água bruta	%	27,00	35,54	39,48	43,19	44,59	51,52
4. Famílias Rurais beneficiadas com Abastecimento d'água							
4.1. Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	Nº	36.177	39.410	30.070	26.286	22.645	75.777
5. Participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos							
5.1. Percentual de membros presentes nas reuniões ordinárias de CBH's	%	40,9	52,7	50,1	61,4	68,39	64,00
5.2. Participantes presentes nos seminários e/ ou na Alocação de Água	Nº	2.097	2.084	3.788	2.467	2.575	2.744
5.3. Número de pessoas capacitadas em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Nº	1.784	5.135	4.594	2.877	1.904	2.478

Fonte: SRH

Avaliação de Programas

PROGRAMA 039 – TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA

O programa propõe atender às necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	421.090.267,86	85.036.296,34	20,19
2013	469.947.341,22	117.874.754,37	25,08
2014	581.609.011,58	397.102.276,19	68,28
2015	596.375.767,52	256.925.243,82	43,08
Total	**2.069.022.388,18**	**856.938.570,72**	**41,42**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Construir 407 Km de adutoras.	89	52,04	0	292,73	88	112,10	88	439,82	896,69
Concluir 13,0 Km do Eixo de Integração.	12	12	1	1	1	0	0	0	13,00
Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	170	105	180	46	158	39	230	520	710
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	200	261	230	335	220	592	290	1150	2.338
Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimentos d'água em todo o Estado do Ceará.	150	235	150	354	182	0	150	0	589
Realizar a fiscalização de 100% das obras de infraestrutura de transferência hídrica no Estado do Ceará (574 km).	187	131,4	0	292,73	120	112,10	147	439,82	976

Fonte: SRH

Avaliação do Programa

Com o objetivo de aumentar a capacidade de transferência hídrica do Estado do Ceará, No período de 2012 a 2015 foram construídos um total de 896,69 km de adutoras, superando a meta de 407 km estabelecida para o período, ampliando a capacidade de transferência hídrica em 18 m³/s, beneficiando aproximadamente 890.000 pessoas.

Na área de captação de água subterrânea, destaca-se no período de 2012 a 2015, a construção de 1.833 poços, superando a meta de 970 poços prevista no PPA. Observa-se que a quantidade realizada apresentou crescimento significativo ao longo desses últimos quatro anos, saindo de 261 poços construídos em 2012 para 1.074 em 2015. Este aumento foi motivado, essencialmente, pelo prolongado período de seca, onde o Estado intensificou a construção poços, não apenas em comunidades difusas, mas também em importantes centros urbanos. Destaca-se em 2015, a construção de 542 poços em áreas urbanas, com injeção da água captada na rede de distribuição existente e/ou disponibilizada através da construção de chafarizes, evitando o colapso no abastecimento de água em muitos centros urbanos.

O desempenho físico satisfatório deste programa contrasta com a execução orçamentária baixa, principalmente nos anos de 2012 e 2013, com percentual empenhado em torno de 20% e 25%. Alguns fatos justificam esse comportamento, destacando as ações de construção de adutoras de montagem rápida, que foram executadas, em sua maioria, diretamente pela COGERH, empresa de economia mista, que não têm sua execução demonstrada no orçamento do Estado; outro fator importante foi a previsão orçamentária do Cinturão das Águas – CAC, que só foi se efetivando ao longo dos anos e, cita-se por último, os projetos conveniados com Governo Federal, que, após concluída a licitação, ainda permanecem sob análise da Caixa Econômica Federal, impactando negativamente na execução.

PROGRAMA 040 – ACUMULAÇÃO HÍDRICA

O programa objetiva ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, por meio da construção de barramentos ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	119.895.063,04	77.501.212,00	64,64
2013	45.191.878,03	18.841.487,59	41,69
2014	41.627.044,25	12.437.371,78	29,88
2015	125.387.495,51	11.516.393,23	9,18
Total	**332.101.480,83**	**120.296.464,60**	**36,22**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m³.	4	1	0	4	3	1	4	1	6
Realizar a fiscalização de 100% das obras de barragem do Estado do Ceará.	4	1	0	3	2	1	2	1	6

Fonte: SRH

Avaliação do Programa

No período de 2012 a 2015, o Sistema de Recursos Hídricos construiu um total de 6 barragens, ampliando a acumulação hídrica do Estado em 106 milhões de m³, contribuindo para o acesso à água de qualidade, das populações as margens das barragens e de rios e riachos perenizados localizados abaixo dos empreendimentos, bem como servindo de fonte hídrica para adutoras. As barragens Amarelas, Germinal, Melancia, Riacho do Meio e Anil (projeto) que foram planejadas no PPA 2012 - 2015, mas não concluídas no período em análise, foram incorporadas no PPA 2016-2019.

Em 2012, destaca-se a conclusão da Barragem do Ipu em Itapajé (4,85 milhões de m³), em 2013 as barragens Gameleira em Itapipoca (56,642 milhões de m³), Jatobá em Ipueiras (6,240 milhões de m³) e Mamoeiro em Antonina do Norte (20,680 milhões de m³). No ano de 2014 foi construída a Barragem Diamantino II (17 milhões de m³) e em 2015, apenas a Barragem do Brum em Jaguaribe (600 mil m³), contribuindo para a meta "Construir e recuperar pequenas barragens no interior do Estado".

Quanto ao desempenho orçamentário, observa-se que a execução do programa foi abaixo de 40% e que houve uma variação do percentual empenhado muito grande entre os anos. Em 2012 e 2013, a execução foi satisfatória, motivada, principalmente, pela conclusão das barragens do PROGERIRH. Para o ano de 2014 foram programados convênios com Governo Federal e realizados seus processos licitatórios, sem início efetivo, refletindo, portanto, na baixa execução do programa. A menor execução orçamentária do período, aconteceu em 2015, motivada, ainda, pelos projetos conveniados com Governo Federal, que, depois de concluída a licitação, permaneceram sob análise da Caixa Econômica Federal durante todo o ano e não tiveram sua execução iniciada, excetuando a Barragem Germinal.

PROGRAMA 041 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O programa busca alcançar a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade através do monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos e da operação e manutenção das estruturas existentes. Visa também garantir a participação da sociedade organizada nas decisões relativas à água no Estado do Ceará e ainda efetivar a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	10.552.757,09	473.833,86	4,49
2013	3.250.231,44	363.597,90	11,19
2014	4.277.423,00	469.500,00	10,98
2015	49.279.714,98	61.790,40	0,13
Total	**67.360.126,51**	**1.368.722,16**	**2,03**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Elaborar 3 Planos de Monitoramento de Aquíferos.	1	0	0	0	0	0	3	3	4
Criar 20 Comissões Gestoras.	20	7	0	4	0	5	5	2	18
Apoiar os 12 Comitês de Bacias implantados.	12	12	0	12	0	12	5	12	12
Realizar 1200 vistorias.	300	895	300	1637	1.300	1.360	900	457	4.349
Realizar 40 inventários ambientais.	18	1	7	1	4	0	18	0	2
Monitorar 136 açudes públicos e 02 aquíferos.	136	136	0	144	36	148	100	153	153

Fonte: SRH

Avaliação do Programa

Efetivando o envolvimento da sociedade organizada na implementação dos instrumentos de gestão, quanto à gestão participativa, o Estado do Ceará, possui atualmente 12 Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em todas as suas Bacias Hidrográficas e 61 Comissões Gestoras gerenciados pelo Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Ceará □ SIGERH, sendo 18 delas criadas entre 2012 e 2015. No que se refere à Operação e Manutenção da Infraestrutura Hídrica, foi alcançado um total de 153 açudes públicos gerenciados no Estado. Quanto à implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos, a SRH concedeu e/ou renovou no período de 2012 a 2015, cerca de 6.500 outorgas de uso de água bruta, tendo como finalidade o uso racional da água. Também foram realizadas 4.349 vistorias.

Outra ação importante desenvolvida pela COGERH no âmbito na área do monitoramento, foi a realização de Estudos e Projetos nas diversas Bacias Hidrográficas do Estado, englobando estudos hidrológicos, hidrogeológicos, hidráulicos e ambientais, contemplando águas superficiais e subterrâneas, com destaque para o monitoramento quantitativo e qualitativo dos aquíferos da Bacia Potiguar (localizado nas bacias do Médio e Baixo Jaguaribe na divisa do estado com o Rio Grande do Norte) e Sistema Médio da Bacia do Araripe (localizado no Cariri cearense), Fonte Guaribas no Município de Poranga e iniciado o monitoramento das Lagoas Costeiras do Ceará.

Quanto aos inventários ambientais, foram realizados apenas os referentes aos açudes Curral velho em 2012 e Várzea da Volta em 2013. Em 2015, iniciou-se o processo licitatório para a contratação de inventários ambientais em 15 açudes nas Bacias Metropolitanas, Salgado e Acaraú.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Infraestrutura e Logística

Avaliação da Área Temática

Responsável institucionalmente pela implementação da política pública de infraestrutura e logística no âmbito do Governo Estadual, a Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, conjuntamente com seus órgãos e empresas vinculadas, tem utilizado todos os meios disponíveis para a consecução do seu objetivo de garantir ao Estado do Ceará a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia, aumento da produtividade e da competitividade e consequente superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais.

Para a consecução desses objetivos, vêm sendo utilizados instrumentos de planejamento e análise para dar suporte às intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes, com destaques para o desenvolvimento do Plano Diretor Rodoviário, a cargo do Departamento Estadual de Rodovias – DER, e, a partir dele, com uma visão mais ampliada e abrangente, o Plano Estadual de Logística e Transporte, sob a coordenação da SEINFRA.

Esses instrumentos de planejamento estão permitindo a definição de indicadores econômicos, de produtividade e de eficiência operacional, bem como a avaliação dos custos operacionais e de logística, capazes de refletir os resultados conseguidos a partir dos investimentos em infraestrutura, propiciando, dessa maneira, o balizamento das ações relacionadas à gestão do sistema de transporte estadual e da rede logística em geral.

Das políticas implementadas na infraestrutura de transportes, na área energética e na mobilidade urbana resultaram os avanços e conquistas apresentados no quadro a seguir.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015- Infraestrutura e Logística

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Melhoria da Logística de Transporte elevando a competitividade econômica do Estado							
1.1. Movimentação de containeres no Terminal	TEU´s/ano	167.224	199.595	153.141	149.979	195.350	109.510
1.2. Movimentação da Carga no Terminal (exceto granel líquido)	mil ton / ano	2.413,00	3.027,20	4.095,00	6.327,29	8.500,00	7.295,00
1.3. Extensão da malha rodoviária pavimentada na condição "BOA"	km	4.996,00	5.261,00	5.685,00	5.484,00	5.315,80	5.620,14
1.4. Número de passageiros que transitaram nos aeroportos/ aeródromos	N°	289.681	313.142	80.000*	98.040	212.632	350.000
1.5. Participação do número de passageiros transportados por sistema Metro-ferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	1,20	0,80	0,70	0,70	1,49	1,58
*Em 2012, o Aeroporto de Juazeiro do Norte passou a ser administrado pela INFRAERO							
2. Diversificação da Matriz Energética do Estado							
2.1. Participação do gás natural na matriz energética do Estado	%			27	23	22	18
2.2. Participação de energia alternativa na matriz energética do Estado	%			29	25	39	39
3. Ampliação da oferta de energia elétrica no Estado.							
3.1. Participação de domicílios rurais beneficiados com energia elétrica	%	97,00	97,20	97,72	98,00	98,00	99,78
4. Melhoria das condições de segurança no trânsito e transporte							
4.1. Número de Vítimas Fatais no transito por 10.000 veículos	por 10mil veículos	9,98	10,76	11,13	11,70	11,82	9,47
4.2. Número de Vítimas Fatais no trânsito por 100.000 habitantes	por 100mil habitantes	19,50	24,51	27,92	30,55	34,54	29,21
4.3. Número de acidentes no trânsito por 100.000 habitantes	100 mil habitantes	303,51	310,96	298,67	314,66	328,07	341,26

Fonte: SEINFRA

Resultado de uma política de gestão portuária focada no aumento da produtividade e da eficiência operacional, o Terminal Portuário do Pecém possui uma movimentação de cargas da ordem de 7,3 milhões de toneladas, graças, em parte, ao aumento da sua capacidade operacional, proporcionado pela construção do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT e pela instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de graneis sólidos.

No período vigente do PPA 2012-2015, destaca-se os investimentos realizados, com vistas à otimização das instalações e equipamentos do Terminal, constando de scanner, estação de tratamento de esgoto, novo pátio de cargas perigosas, ampliação do prédio administrativo, ampliação do pátio de contêineres vazios, ampliação de grupo de geradores, aquisição e instalação de equipamentos de descarregamento de minério de ferro, carvão mineral e outros graneis sólidos, dentre outras melhorias.

Entretanto, considerando-se a dinâmica do processo de melhoria da produtividade e da eficiência operacional e a adequação do terminal para as crescentes demandas decorrentes da implantação de indústrias de grande porte no CIPP, os investimentos em melhorias têm de obedecer a um processo continuado de ações com planejamento de longo prazo e constante adequação a novas situações. Assim é que, foi iniciada a segunda etapa de ampliação do porto, obra de grande porte, e de sensível repercussão na produtividade e eficiência operacional, destaca-se a construção de 3 berços de atracação e a construção de nova ponte. Ressalta-se que já iniciaram as negociações para a implantação e ampliação da terceira etapa, que trará mais capacidade operacional ao Terminal Portuário do Pecém.

No transporte rodoviário teve sequência o processo de ampliação, renovação e adequação da malha rodoviária, sem descuidar da manutenção, tendo em vista integrá-la definitivamente à rede logística estadual. Com esse objetivo já estão sendo desenvolvidos projetos de engenharia prevendo duplicações, melhorias na geometria, principalmente na largura da plataforma, e contornos de zonas urbanas, contemplando rodovias de integração de polos regionais, ligações aos corredores logísticos principais, bem como acessos às instalações portuárias do Pecém e de Fortaleza.

Mesmo num período de transição de programas de investimentos, a política de manutenção e conservação da malha rodoviária estadual, vem permitindo manter-se, nos últimos anos, um estado de conservação da malha pavimentada estadual, sempre apresentando um "bom" índice. Trata-se de um excelente indicador, representando uma economia substancial tanto em termos de custo operacional dos veículos quanto na redução dos custos de manutenção.

Dando continuidade aos investimentos na área, foi iniciado o Programa Viário de Integração e Logística do Estado do Ceará - Ceará IV, mediante financiamento parcial pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o qual deverá acrescentar cerca de 480 km de estradas pavimentadas ao Sistema Rodoviário Estadual e restaurar mais de 1300 km de rodovias ao longo dos próximos cinco anos. Investimentos estão sendo feitos, também, através do Programa PRODETUR, em duplicações de rodovias no litoral e na região da Ibiapaba.

No sistema aeroportuário o Governo do Estado prosseguiu na ampliação e melhoria da Rede Estadual de Aeródromos, tendo concluído o aeroporto de São Benedito e o de Jericoacoara, ambos de ampla relevância comercial e turística. Esses investimentos, baseados no Plano Aeroviário estadual – PAECE e no Plano de Investimento em Logística – PIL, do Governo Federal, proporcionarão que se encontre um aeroporto / aeródromo homologado a uma distância máxima de 100 km a partir de qualquer ponto do território cearense.

Paralelamente às ações concernentes ao transporte de cargas e à logística, importantes avanços foram alcançados nos projetos metroferroviários, com melhorias significativas na qualidade do transporte e na mobilidade urbana da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como no Cariri, contemplando diretamente as cidades de Juazeiro do Norte e Crato, e em Sobral, contribuindo para a requalificação dos centros urbanos dessas cidades e possibilitando a formulação de mudanças do sistema de transporte urbano.

Complementando os investimentos em transporte metroferroviário, a Linha Leste, com percurso totalmente subterrâneo de cerca de 12,4 quilômetros, ligando o centro de Fortaleza ao bairro Edson Queiroz, com máquinas tuneladoras adquiridas e obras contratadas, e o VLT Parangaba – Mucuripe, em fase de obras bastante adiantadas.

No trânsito, com foco na segurança e na redução do índice de acidentes, prosseguiram as ações voltadas para a educação, através de frequentes campanhas publicitárias, institucionais e educativas, utilizando-se diferentes meios de comunicação, bem como de cursos, palestras, blitze educativas, peças teatrais, eventos esses que foram intensificados após a abertura

da Escola de Educação no Trânsito, na Sede da Maraponga. Intensificaram-se, também, as ações fiscalizatórias, contando, inclusive, com equipamentos de suporte para melhoria nas atividades de fiscalização de trânsito (bafômetros, etilômetros, cones, etc.), assim como os investimentos em implantação, recuperação e manutenção de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança nas rodovias estaduais.

Paralelamente a essas ações institucionais, foram feitos investimentos para o fortalecimento da estrutura administrativo-operacional e descentralização do atendimento aos usuários dos serviços de trânsito, destacando-se a construção de Postos de Fiscalização Rodoviária da PRE, de Sedes Regionais de Trânsito, de Áreas de Exames de Prática de Direção nas cidades de Crateús, Sobral, Juazeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Tauá e Tianguá, além de Escolas de Educação para o Trânsito em Sobral e Juazeiro do Norte.

Convém ressaltar o desempenho do CNH POPULAR (Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores), o qual já beneficiou 149 municípios, selecionando cerca de 170 mil candidatos aptos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e habilitando, até o final de 2013, mais de 71 mil condutores. Soma-se a esse, como de boa repercussão social, o recém-criado Programa de Educação e Defesa da Vida dos Condutores de Motocicletas e Motonetas – PROMOTOS -, que, ao longo do último ano, ofereceu vários cursos gratuitos aos profissionais que utilizam esses veículos como atividade remunerada.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 003 – TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo o fortalecimento da infraestrutura de transporte, compreendendo todos os modais, com ações em infraestrutura metroferroviária, portuária, aeroportuária e rodoviária, em consonância com o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.187.519.589,33	730.308.602,79	61,50
2013	1.968.646.855,50	953.017.554,78	48,41
2014	2.983.133.573,32	1.359.363.529,39	45,57
2015	2.760.624.466,55	1.368.660.705,00	49,58
Total	**8.899.924.484,70**	**4.411.350.391,96**	**49,57**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física das Principais Metas – 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Atender 506.000 usuarios/dia útil ao final de 2015 na RMF.	65.000	19.100	26.000	23.000	95.000	12.634	175.000	23.000	77.734
Transportar 9.452 ton/dia de carga de granéis líquidos.	2.192	1.428	2.285	4.770	2.169	4.682	5.091	2.081	12.961
Transportar 115.014 ton/dia de carga de granéis sólidos.	2.466	3.957	30.410	5.154	7.941	9.920	7.296	10.320	29.351
Transportar 3.726 TEUS/dia conteiners por dia.	767	420	858	411	700	535	418	494	1.810
Conservar 11.323,34 km de rodovias.	11.000	11.325	11.323	11.419	11.323	11.410,90	11.323	11.437,55	11.437,55
Restaurar 1.248,1km de rodovias.	50	82	40	8	-	135,74	1.248	167,66	393,40
Implantar 5 aeroportos regionais/aeródromos.	2	2	2	0	3	1	0	0	3
Habilitar 424.340 novos condutores de veiculos automotores até 2015 no Estado do Ceará.	94.170	113.946	125.000	129.384	136.000	140.239	150.000	147.248	530.817

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 790.650 condutores de veículos automotores, até 2015, no Estado do Ceará.	175.460	210.645	231.700	247.810	254.880	249.430	280.300	285.829	993.714
Pavimentar (Implantar) 602,58Km de rodovias.	140	207	170	144	365	127,76	244	197,35	676,11
Adquirir 25 Trens Unidade Elétrica - TUEs para atender a Linha Sul do Metrô de Fortaleza.	12	12	8	8	5	4	0	0	24
Implantar 95,70Km de linha metro - ferroviária ao final de 2015 na RMF.	-	-	24	24	9	2,1	9	1,5	27,5
Sinalizar 3.460km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará.	865	905	995	1.968	865	2.303	865	1.336	6.512

Fonte: SEINFRA

Avaliação do Programa

A execução das obras de restauração e pavimentação ficaram aquém do planejado devido a fatores externos, tais como: grande precipitação de chuvas, redução no aporte de recursos e atraso nas licitações, dentre outros problemas, impossibilitando a realização do programado.

A execução dos serviços de conservação vem mantendo-se dentro do que foi programado para a sua realização.

Os índices executados resultaram em importantes avanços na infraestrutura de transporte e na logística, considerando as várias áreas de atuação, ou seja, na abrangência de todos os componentes do sistema de transportes. Alguns ajustes e redefinição de metas foram feitos, para adequá-los às novas situações delineadas, como consequência das novas demandas do processo de crescimento da economia.

No sistema portuário, observa-se um crescimento significativo no índice de movimentação de cargas, embora ocorrendo alternância da predominância de cargas conteinerizadas e não conteinerizadas. Contudo, deve-se considerar a influência de fatores externos, bastante frequentes nessa área e muitas vezes imprevisíveis. Importante mesmo é constatar-se o acerto dos investimentos e das ações desenvolvidas, sempre buscando acompanhar a dinâmica da demanda, com melhoria da eficiência e da produtividade e alcance da meta estabelecida.

No transporte rodoviário verificamos o alcance das metas, contabilizando-se relevantes melhorias, como o aumento da extensão da malha pavimentada e a manutenção de um padrão de trafegabilidade elevado, graças à adoção de uma política responsável de conservação da malha rodoviária estadual, pela qual se fez sempre a alocação anual de recursos suficientes, aliada ao emprego de técnicas modernas de recuperação funcional dos pavimentos, que contribuíram de forma substancial para a economia do processo de manutenção das rodovias pavimentadas.

No sistema aeroportuário foram realizadas algumas reformas e implantação de aeroportos/aeródromos, porém, não atingindo, a partir de 2013, as metas programadas. Mas prosseguiram os investimentos, baseados no Plano Aeroviário estadual – PAECE e no Plano de Investimento em Logística – PIL, do Governo Federal, com o objetivo de proporcionar que se encontre um aeroporto a uma distância máxima de 100 km a partir de qualquer ponto do território cearense.

No transporte metroferroviário também verificam-se avanços significativos, com destaque para a conclusão da Linha Sul, da consolidação do Metrô do Cariri e da conclusão das obras do Metrô de Sobral.

A Linha Sul do metrô de Fortaleza oferece transporte ágil e seguro interligando o centro da cidade (Estação Chico da Silva) ao município de Pacatuba (Estação Carlito Benevides), na região metropolitana da capital cearense. São 16,5 mil pessoas transportadas por dia, em média. Em outubro (2015), o sistema completou 1 ano de operação comercial, e atingiu o transporte de 4,7 milhões de pessoas. A Linha Sul possui 24,1 km de extensão, passando por 18 estações, estando as Estação Padre Cícero e Juscelino Kubitschek ainda em obras civis.

O Metrô de Fortaleza dispôs de 24 TUEs para operar na Linha Sul, até 2015, seguindo a programação de 2ª Feira à Sábado, das 7h00 até 19h00, no percurso que interliga as estações: Carlito Benevides a Chico da Silva. No entanto, somente 04 (quatro) composições no máximo operam o percurso que interliga as estações devido aos Sistemas de Sinalização e Telecomunicação que estão em processo de implantação.

Os TUEs operam de segunda à sábado de 7h às 19h, e o embarque e desembarque nas estações ocorre em média a cada 20 minutos (tempo médio sujeito a variações).

No trânsito, as metas previstas em geral foram superadas, como fruto de ações institucionais e investimentos no fortalecimento da estrutura administrativo-operacional, conseguindo-se notável desempenho do CNH POPULAR (Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores), o qual já beneficiou 149 municípios, selecionando cerca de 170 mil candidatos aptos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e habilitando, até o final de 2013, mais de 71 mil condutores.. Soma-se a esse, como de boa repercussão social, o Programa de Educação e Defesa da Vida dos Condutores de Motocicletas e Motonetas – PROMOTOS -, que, ao longo do último ano, ofereceu vários cursos gratuitos aos profissionais que utilizam esses veículos como atividade remunerada.

Importantes investimentos foram feitos para o fortalecimento e descentralização do atendimento aos usuários dos serviços de trânsito, assim como em implantação, recuperação e manutenção de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança nas rodovias estaduais, melhorando e ultrapassando as metas estabelecidas.

PROGRAMA 004 – MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivos disponibilizar energia elétrica no meio rural, elaborar estudos, planos e projetos para o desenvolvimento da área de energia do Estado do Ceará, dotar os grandes empreendimentos do Estado de sistemas de cogeração, de maneira a proporcionar redução significativa nos custos com energia e ampliar a oferta de gás natural através da expansão da rede e da introdução de novos modais de transporte, visando a proporcionar ao Estado do Ceará a utilização de um combustível ecologicamente correto.

Execução Orçamentária 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	27.483.924,00	0,00	0,00
2013	31.699.353,33	8.567.330,08	27,03
2014	65.807.876,35	18.929.115,13	28,76
2015	34.827.031,00	4.175.030,09	11,99
Total	**159.818.184,68**	**31.671.475,30**	**19,82**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física das Principais Metas – 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar 200 ligações de energia elétrica em residências do meio rural.	100	200	100	0	0	0	100	100	300
Implantar e operacionalizar três sistemas de cogeração.	-	-	1	0	1	0	2	0	0
Implantar 02 estações de regaseificação.	-	-	0	0	0	0	2	0	0
Expandir em 193 Km a rede de distribuição de gás natural.	47	24	32	0	47	46	63	0	70

Fonte: SEINFRA

Avaliação do Programa

No caso dos domicílios rurais atendidos com energia elétrica, a meta expressa o número de unidades residenciais ativas, no meio rural, que se encontram atendidas pela rede de distribuição da concessionária de energia elétrica, neste caso a Companhia Energética do Ceará – COELCE. Este programa, desde 2012, foi considerado universalizado, restando um residual de instalações esporádicas sob a responsabilidade da COELCE, que resultaram na meta alcançada de 2015, mas sem recursos do Estado.

No período de 2012 a 2015 a CEGÁS investiu na expansão da rede de gasodutos, para atendimento a seus clientes, suprindo os municípios de Fortaleza, Maracanaú, Euzébio, Aquiraz, Pacajus, Horizonte, Caucaia, São Gonçalo (Pecém) e Aracati, porém ainda ficando aquém da meta programada. A meta não foi alcançada devido aos desafios do crescimento e da consolidação do gás natural na matriz energética do Estado do Ceará, pois estes são constantes e vultosos.

PROGRAMA 005 – INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva prover a oferta de telefonia pública para comunidades rurais do Estado não contempladas pelo Plano Geral de Metas da União, atender demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses(construção, ampliação, reforma e recuperação de obras e equipamentos urbanos de interesse social) e realizar serviços de gerenciamento e apoio técnico às atividades da SEINFRA.

Execução Orçamentária 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	15.530.310,93	12.768.241,42	82,21
2013	35.989.079,98	32.915.039,57	91,46
2014	60.885.893,96	45.030.313,89	73,96
2015	42.986.306,80	15.193.529,45	35,35
Total	**155.391.591,67**	**105.907.124,33**	**68,15**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física das Principais Metas – 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Atender com telefonia pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará.	50	50	50	33	75	75	60	14	172
Construir, ampliar, reformar e recuperar 20 equipamentos urbanos, prédios públicos e edificações de interesse social, em atendimento a demandas.	10	7	7	0	3	0	1	0	7

Fonte: SEINFRA

Avaliação do Programa

O Programa de telefonia pública foi realizada e aguardou recebimento de demanda que justificasse a realização de sua continuidade. Devido a expansão do serviço de telefonia móvel celular, esta demanda foi quase inexistente.

A meta de engenharia em atendimento às demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses, direcionadas à construção, ampliação, reforma e recuperação de prédios públicos, de edificações de interesse social e de equipamentos urbanos, se mostrou abaixo do programado, devido a baixos investimentos.

PROGRAMA 054 – EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva elaborar e analisar estudos e projetos arquitetônicos e de engenharia em atendimento às demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses direcionadas à construção, ampliação, reforma e recuperação de prédios públicos, de edificações de interesse social e de equipamentos urbanos; realizar avaliações de imóveis para fins de desapropriação; construir, ampliar e reformar edificações públicas e obras de infraestrutura física para descentralização e melhorias do sistema de trânsito e transporte do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	19.317.000,28	16.201.694,32	83,87
2013	33.895.564,51	17.375.216,63	51,26
2014	75.489.768,96	30.296.529,45	40,13
2015	16.904.403,87	10.988.618,11	65,00
Total	**145.606.737,62**	**74.862.058,51**	**51,41**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física das Principais Metas – 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-201
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas.	187	269	150	179	103	399	56	209	1.056
Construir, ampliar e reformar 900 abrigos rodoviarios de passageiros.	150	0	150	150	300	0	255	200	350
Reformar e recuperar 15 terminais rodoviários de passageiros intermunicipais.	2	2	4	1	5	1	13	3	7

Fonte: SEINFRA

Avaliação do Programa

As metas do programa, o qual tem enfoque nos projetos e execução de obras públicas, foram atendidas no aspecto "fiscalização e gerenciamento", devido ao alto investimento ocorrido entre o período de 2012 a 2014, ficando, no entanto, a dever no que tange ao provimento de equipamentos de apoio ao transporte público de passageiros, item no qual se percebe a necessidade de redefinição das metas.

Ressalte-se neste programa a agilidade que vem sendo dada na elaboração dos projetos e na execução das obras em geral, o que tem contribuído de modo significativo para o cumprimento das políticas públicas, elevando os níveis de eficiência e de eficácia da gestão governamental.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Desenvolvimento Urbano e Integração Regional

Avaliação da Área Temática

As políticas Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento Ambiental no Ceará são executadas pela Secretaria das Cidades, em conformidade com as diretrizes do Ministério das Cidades.

Os desafios são enfrentados por meio de parcerias celebradas com a União, Municípios, Entidades da Sociedade Civil, Consórcios Públicos, Agentes do Setor da Construção Civil e Organismos financiadores nacionais e internacionais e acompanhados por meio dos seguintes resultados e indicadores estratégicos setoriais:

Resultados e Indicadores Setoriais 2010 – 2015 - Desenvolvimento Urbano e Integração Regional

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas							
1.1. Percentual de atendimento a demanda identificada e programada de moradias	%	40,04	84,39	74,08	77,91	69,12	19,77
2. Ampliação dos serviços de água e esgotamento sanitário							
2.1. População de Fortaleza beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela CAGECE	%	98,29	98,43	98,48	98,56	98,59	98,64
2.2. População urbana do interior beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela CAGECE	%	96,98	97,07	97,27	97,43	97,63	97,77
2.3. População de Fortaleza beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela CAGECE	%	53,60	53,45	53,71	54,74	54,77	57,10
2.4. População urbana do interior beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela CAGECE	%	22,78	22,84	24,28	25,04	25,51	26,20
3. Melhoria da estrutura urbana das cidades e regiões							
3.1. Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana	Nº	113	96	74	71	62	50
3.2. População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	94,44	96,26	91,39	92,67	88,90	88,80
3.3. População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	6,43	6,88	6,11	7,15	6,30	6,70
4. Expansão das economias locais							
4.1. Produtores beneficiados com ações de apoio aos APLs	Nº	3.893	3.893	2.674	800	74	-

Fonte: CIDADES

No Resultado Estratégico Expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas, o Estado executa a Política Habitacional principalmente por meio do apoio à produção de unidades e beneficia prioritariamente famílias de baixa renda.

O indicador de resultado "Percentual de atendimento a demanda identificada e programada de moradias" considera a razão entre as unidades habitacionais entregues e a programação de entrega de unidades do PPA 2012-2015.

As principais causas da oscilação do indicador no período do PPA podem ser atribuídas a atrasos nos cronogramas de execução dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, motivados ou por atrasos no repasse de recursos da União, que até hoje tem passivo de recursos com construtoras em todo o país, ou por greves no setor da construção civil. Além disso, o contingenciamento de recursos da União no PMCMV ao final do PPA e a programação da meta que foi superestimada considerando a expectativa à época, de entrega de unidades por meio do PMCMV. Todos esses fatores ocasionaram a redução do número de unidades entregues ao longo do período do PPA 2012-2015, sobretudo em 2015. A viabilização da entrega dos empreendimentos contratados e em execução fica como meta para o PPA 2016 – 2019.

No Resultado Estratégico Ampliação dos serviços de água e esgotamento sanitário o Governo do Estado, representado pela Secretaria das Cidades, executa a política de saneamento por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

O indicador "População de Fortaleza beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela Cagece (%)" apresentou evolução de 98,48% em 2012 para 98,64% em 2015, encontrando-se próximo à universalização do serviço. Essa evolução foi decorrente da execução de obras no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Saneamento Para Todos, ambos do Governo Federal.

O indicador "População urbana do interior beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela Cagece (%)" registrou o acréscimo de 97,27% em 2012 para 97,77% em 2015 na cobertura da população com esse serviço. Essa evolução foi resultado da execução de obras de ampliação e/ou melhorias nos sistemas de abastecimento de água em alguns municípios do Interior do Estado, realizadas com recursos do PAC.

O indicador "População de Fortaleza beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela Cagece (%)" apresentou evolução de 53,71% em 2012 para 57,10% em 2015. Esse aumento deveu-se principalmente a execução de obras de ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES e a Implantação do Macro Sistema do SES (Cocó/Interceptor).

Nas áreas urbanas do Interior o indicador "População urbana do interior beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela Cagece (%)" registrou o acréscimo de 24,28% em 2012 para 26,20% em 2015, impulsionado pela execução de obras de implantação e ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em municípios do Interior, sendo nas áreas urbanas financiadas com recursos do PAC, Sanear II e nas áreas rurais pelo Programa KfW II.

O desafio da Companhia é a universalização dos serviços de abastecimento de água nas localidades das áreas urbanas de 151 municípios e dos serviços de esgotamento sanitário em 73 municípios nos quais opera.

No Resultado Estratégico Melhoria da estrutura urbana das cidades e regiões são consideradas as ações voltadas para a melhoria de espaços públicos, edificações e sistema viário urbano, onde o Estado executa projeto de desenvolvimento econômico, na Região do Cariri, e projeto de desenvolvimento urbano de polos regionais, nas Regiões dos Vales do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

O indicador "Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana" apresentou no período de 2012-2015 variação de -32,43%. Essa variação foi decorrente do refreamento dos investimentos no último ano da gestão estadual 2011-2014, que apresentou reflexos em 2015, bem como da redução das despesas no primeiro ano da nova gestão estadual 2015-2018. Não obstante, ressalte-se haver municípios com mais de uma obra urbana executada.

No tocante a destinação final adequada de resíduos sólidos produzidos pela atividade humana, são acompanhados através dos indicadores "População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)" e "População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)".

No período 2012-2015 as variações desses dois indicadores foram resultados do crescimento vegetativo da população da RMF, da variação da conformação dessa região, de 13 municípios em 2009 para 19 municípios em 2014, conforme a Lei Complementar Nº144/2014, e da perda do status de aterro sanitário de algumas estruturas que passaram a operar inadequadamente. No caso do Interior, a evolução registrada foi decorrente do uso compartilhado de aterros já existentes.

Os esforços no período em análise foram direcionados à elaboração de projetos de Centrais de Tratamento de Resíduos e Ecopontos, fomentando a gestão integrada dos resíduos sólidos através das infraestruturas de apoio e da reestruturação dos consórcios. E a cadeia da reciclagem fomentada através do apoio às cooperativas de catadores, contribuindo para sua inclusão social.

O Resultado Estratégico Expansão das Economias Locais, que considerou no período do PPA 2012-2015 o apoio aos pequenos produtores e os grupos acompanhados pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APLs foi descontinuado pela Secretaria das Cidades, em decorrência da alteração da missão institucional do órgão no modelo de gestão do poder executivo para o período 2015-2018.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 031 – DESENVOLVIMENTO URBANO

O programa objetiva melhorar a estrutura urbana das cidades cearenses e requalificá-las de modo a contribuir com os municípios para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	174.040.678,97	89.791.624,55	51,59
2013	240.246.131,08	84.067.082,90	34,99
2014	212.994.625,43	164.743.816,24	77,35
2015	167.061.740,07	120.655.036,74	72,22
Total	**794.343.175,55**	**459.257.560,43**	**57,82**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Executar 3 intervenções urbanas estruturantes de carater socio-ambiental.	0	0	0	0	1	0	2	0	0
Executar 635 intervenções urbanas (drenagem implantada, praça construída, praça reformada, edificação pública construída, edificação pública reformada, via pavimentada, margem de recursos hídricos urbanizada, e obras urbanas diversas implantadas - pórticos, calçadões, canteiros centrais, escadarias etc).	144	144	150	161	230	113	132	83	501

Fonte: CIDADES

Avaliação do Programa

O Programa Desenvolvimento Urbano apresentou no período do PPA 2012-2015 metas relacionadas a execução de intervenções de melhoria urbana e ambiental (Projeto Rio Maranguapinho, Projeto Rio Cocó e Projeto Dendê), ainda em execução, bem como metas referentes a intervenções urbanas nos municípios cearenses.

As 3 intervenções estruturantes (Projeto Rio Maranguapinho, Projeto Rio Cocó e Projeto Dendê) não foram concluídas no período do PPA 2012-2015.

Além da complexidade que envolvem esses projetos, com obras de urbanização, componentes de habitação, e obras hídricas, como é o caso do Maranguapinho e Cocó, entre os principais desafios enfrentados no período do PPA cita-se a elaboração e readequações de projetos básicos e projetos complementares; aprovação de projetos junto aos órgãos competentes nas esferas estadual, municipal e eventualmente federal; obtenção de licenças; aprovação dos projetos junto aos patrocinadores e financiadores (Ministério, CAIXA); realização dos certames licitatórios; negociações de imóveis, terrenos e benfeitorias com as famílias residentes nas áreas impactadas pelas intervenções, suportadas pelo intenso trabalho social realizado junto as comunidades.

Embora não tenham sido concluídas no período do PPA 2012-2015, as 3 intervenções urbanas estruturantes apresentaram evolução.

No Projeto Rio Maranguapinho foram concluídas, em 2012, a Barragem Maranguapinho bem como a as obras do Trecho I – Margem Direta, entre a Av. Mister Hull e a Av. Fernandes Távora, com 1,7km de extensão (2012). Ao final do PPA 2012-2015 encontravam-se em execução no referido Projeto o Trecho II, entre Av. Fernandes Távora e Osório de Paiva (38,01% executado); o Trecho III-A, entre Av. Osório de Paiva e Av. Jardim Fluminense (94,83% executado); o Trecho III-B, entre Av. Jardim Fluminense e Anel Viário (55,73% executado) e o Trecho IV, entre Anel Viário e a Barragem Maranguapinho (13,04% executada).

No Projeto Cocó registrou-se no período do PPA 2012-2015 o avanço da obra de urbanização do Trecho III – margem direita, entre a Av. BR 116 e Av. Paulino Rocha (67% executado) e a Barragem Cocó (57,46% executada).

No Projeto Dendê, registrou-se no período do PPA 2012-2015 a aprovação dos projetos executivos.

Merece destaque o Trabalho Social realizado por meio do Programa no período 2012-2015, que é de vital importância para a execução dos projetos. Foram capacitadas 60.283 pessoas de áreas de reassentamento, bem como de áreas de urbanização, em 1.278 atividades (mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de emprego e renda) no Projeto Rio Maranguapinho e Projeto Rio Cocó.

A meta de intervenções urbanas nos municípios do Interior (CE exceto Fortaleza) registrou 78,90% em relação ao programado. No período do PPA 2012-2015 foram entregues 501 obras urbanas que beneficiaram as populações de 137 municípios cearenses.

Essas entregas incluíram 313 Pavimentações, com 19.813.873,37m² em 115 municípios; 92 Praças Públicas / Parques Urbanos (61 construções e 31 reformas) que beneficiaram as populações de 47 municípios; 48 Prédios Públicos (27 construções e 21 reformas) beneficiando 33 municípios; 3 Urbanizações de Margens de Recursos Hídricos, beneficiando as populações de 3 municípios; 8 Drenagens que beneficiaram 2 municípios e outras 37 obras urbanas sem tipologia específica, que beneficiaram 28 municípios.

PROGRAMA 032 – SANEAMENTO AMBIENTAL

O Programa tem como objetivo a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a destinação final adequada dos resíduos sólidos, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	333.923.274,81	37.363.415,33	11,19
2013	256.402.149,35	22.156.681,14	8,64
2014	218.225.663,43	35.426.822,24	16,23
2015	97.684.561,18	38.566.981,21	39,48
Total	**906.235.648,77**	**133.513.899,92**	**14,73**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Executar 13.404 ligações domiciliares de água.	5.575	28.422	2.354	20.330	2.351	31	2.779	827	49.610

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Executar 89.027 ligações domiciliares de esgoto.	25.964	35.337	40.877	11.332	33.863	10.193	1.970	8.575	65.437
Beneficiar 90 municipios com instalações operacionais para destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.	0	0	0	0	14	0	76	0	0
Executar 38.442 ligações domiciliares de água.	10.522	52.783	10.116	51.188	8.892	8.121	8.902	4.065	116.157
Executar 74.171 ligações domiciliares de esgoto.	8.415	11.159	38.599	28.534	24.883	1.133	3.156	873	41.699
Executar 54.158 ligações intradomiciliares de esgoto em redes coletoras existentes.	0	0	17.928	59	0	18.776	16.772	5.516	24.351

Fonte: CIDADES

Avaliação do Programa

As ações de implantação, ampliação e melhoria da rede de distribuição de água viabilizaram, no período 2012-2015, o número de 165.767 ligações domiciliares de água em 151 municípios do Estado, o que representa 320% em relação a programação para o período. Esse aumento deve-se principalmente a execução de obras no âmbito do PAC, além de obras realizadas através de parcerias com prefeituras municipais e esforço da Companhia para execução de ampliações de sistemas através de suas Unidades de Negócio com a utilização de recursos próprios.

No período do PPA 2012-2015 destacam-se as obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água- SAA da RMF com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Pelo programa de investimento Saneamento para Todos cita-se a Ampliação do Macrossistema de Fortaleza (Ampliação do SAA da RMF – Setor Messejana) e a Obra de Construção da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste de Fortaleza - ETA Oeste (96,62% de execução). No Interior, destacam-se as obras de ampliação e/ou melhorias nos sistemas de abastecimento de água dos municípios de Aracati, Crateús, Itapipoca, Pacatuba, Russas, Tauá e Tianguá, executadas com recursos do PAC.

No tocante à implantação e ampliação da rede coletora de esgoto, registra-se no período 2012-2015 a execução de 107.136 ligações domiciliares de esgoto, o que representa 65,65% em relação ao programado para no PPA. A meta não foi alcançada em decorrência de várias obras que estavam previstas não terem sido concluídas ou estarem com relevantes atrasos em sua execução. Outro fator importante é que no PPA havia a programação de execução de várias obras que estavam em processo de captação de recursos e estes não obtiveram sucesso.

Foram executadas 44,96% das ligações intradomiciliares de esgoto em redes. O não atingimento da meta deveu-se a resistência, por parte da população, pelo baixo nível de consciência das consequências advindas da poluição ao meio ambiente, especialmente quanto ao manancial que abastece a região, tendo sido de fundamental importância as ações sociais voltadas para a educação ambiental e visitas de sensibilização.

Os Projetos Socioambientais desenvolvidos por meio da Cagece beneficiaram no período do PPA em análise, 1.547.824 pessoas em 460.368 ações de educação sanitária e ambiental.

No período 2012-2015, as ações voltadas para a destinação final adequada de resíduos sólidos resultaram na elaboração de 07 estudos técnicos, ambientais e projetos de engenharia para a implantação de aterros sanitários consorciados e suas unidades correlatas referentes aos consórcios públicos sediados nos municípios de Paracuru, Caririaçu, Icó, Milagres, Camocim, São Benedito e Sobral. Além disso, foram iniciados os contratos para elaboração de estudos e projetos também para os consórcios sediados em Assaré, Tauá, Itapipoca e Acaraú.

Desenvolveu-se, neste último ano do PPA, um modelo padrão para Centrais Municipais de Reciclagem que são ecopontos multifuncionais a serem instalados nos municípios de forma a concentrarem as ações de gerenciamento de resíduos sólidos, em especial servindo de apoio à coleta seletiva e à reciclagem. Também em 2015 foram iniciadas as ações para

consolidar um modelo de gestão integrada e regionalizada de resíduos sólidos nos consórcios de Sobral (COMDERES) e de Limoeiro do Norte (COMARES-UL), ampliando o foco da destinação final para tratamento e processamento de resíduos, não apenas em aterros sanitários.

No Programa Saneamento Ambiental, a desproporção entre a execução orçamentária no período do PPA 2012-2015 e a quantidade de metas executadas nesse período pode ser atribuída a obtenção de parte das metas físicas por meio da aplicação de recursos próprios da Cagece, na operação das suas unidades de negócio; e da execução, pela Companhia, de metas cujos recursos foram provenientes de outros programas e projetos, a exemplo da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área do Projeto Rio Maranguapinho.

PROGRAMA 033 – HABITACIONAL

O objetivo do Programa Habitacional é oferecer às famílias que ocupam áreas de risco ambientalmente degradadas e as que são excluídas dos mecanismos de mercado oportunidades de acesso à casa própria, com moradia digna, acesso às redes de água e esgoto, e à segurança. Complementarmente, o programa oferece ações de melhorias habitacionais de interesse social, entre as quais se destaca a entrega de fogões ecoeficientes e a orientação às famílias por meio do trabalho técnico social.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	223.652.393,27	42.231.675,37	18,88
2013	327.767.999,26	38.767.004,81	11,83
2014	227.816.058,45	152.799.798,47	67,07
2015	87.127.491,01	65.762.175,23	75,48
Total	**866.363.941,99**	**299.560.653,88**	**34,58**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Beneficiar 8.256 famílias com unidades habitacionais, através dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	1.605	1.650	0	0	2.312	0	4.257	612	2.217
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais.	4.560	3.440	4.000	2.727	2.244	3.149	17.000	3.591	12.907
Beneficiar 20.000 famílias com fogões ecoeficientes.	2.500	0	7.000	600	5.114	2.901	5.252	273	3.774

Fonte: CIDADES

Avaliação do Programa

As metas realizadas no período 2012-2015 do Programa Habitacional foram decorrentes da execução de projetos de melhoria urbana e ambiental (Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê), da oferta de unidades por meio do PMCMV e outros projetos (Operações Coletivas, Leilão e FNHIS) e provenientes da execução de melhorias habitacionais, representadas pela oferta de fogões com eficiência energética.

Na meta de "Beneficiar 8.256 famílias com unidades habitacionais, através dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.", realizou-se 26,85% do programado.

Entre as principais causas do não alcance dessa meta no Projeto Maranguapinho reporta-se o atraso na aprovação dos projetos executivos dos residenciais e obtenção das licenças necessárias junto aos órgãos federais, estaduais e municipais competentes. Essa mesma explicação aplica-se ao Projeto Cocó, no entanto cita-se também o atraso na obra

do Residencial Cidade Jardim, do PMCMV, pois em 2015 havia previsão de reassentar 1.280 famílias oriundas de áreas do Cocó, em unidades daquele empreendimento habitacional. No projeto Dendê registrou-se o atraso na elaboração e na aprovação dos projetos, retardando o início da execução do Residencial Dendê, que registrou 9,52% de execução em 2015.

As entregas do projeto Rio Maranguapinho, no período do PPA em análise, perfizeram um total de 2.217 unidades habitacionais, sendo em Fortaleza (2.148 UH) e em Maranguape (69 UH), beneficiando aproximadamente 9.200 pessoas.

Na meta de unidades habitacionais, por meio do PMCMV e outros projetos realizou-se 129,07% do programado (10.000 UH). Foram entregues no período do PPA 12.907 unidades habitacionais, beneficiando aproximadamente 53.564 pessoas por meio dos projetos Operações Coletivas (1.680 UH), Leilão Habitacional (989 UH), FNHIS (79 UH) e PMCMV (10.159 UH).

Ressalte-se que também foram entregues por meio do PMCMV-PNHU FAR no período 2012-2015 outras 10.300 UHs do PMCMV-PNHU/FAR de empreendimentos sem aporte financeiro do Estado do Ceará. Embora não inclusas na meta do PPA essas unidades também são parte do esforço do Estado de articular os agentes operadores do PMCMV (CAIXA e Banco do Brasil) e as entidades do setor da construção civil para viabilizar a contratação de empreendimentos. Este quantitativo de entregas está sujeito a alterações em função do envio, a qualquer tempo, de informações dos bancos, cuja contabilização pode referir-se ao ano corrente ou anos anteriores de vigência do PMCMV.

A meta proveniente da execução de melhorias habitacionais, representada pela oferta de fogões com eficiência energética realizou 18,99% do programado. No período 2012-2015, foram entregues 3.774 fogões em 39 municípios, o que representou 18,87% do programado (20.000 fogões) no PPA 2012-2015. Foram beneficiadas aproximadamente 15.662 pessoas.

As principais dificuldades enfrentadas no período estiveram relacionadas à necessidade de reformulação do projeto de oferta de fogões sustentáveis, assim como a mudança do fornecedor do equipamento fogão, justificada pela necessidade de adquirir um produto de melhor eficiência energética para entrega aos beneficiários.

Por fim, ressalte-se no Programa a realização do Trabalho Social no período 2012-2015, com destaque para a orientação e o acompanhamento para elaboração de projetos sociais de 149 municípios contemplados no PMCMV-Sub50; o acompanhamento da execução do trabalho social junto a 25 municípios do PMCMV2-Sub50; a elaboração do Projeto de Trabalho Social dos empreendimentos Independência II e José Lino da Silveira II; e o apoio à CAIXA no sorteio dos empreendimentos Independência II e Cidade Jardim, em Fortaleza, e José Lino da Silveira, em Caucaia.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O programa objetiva reduzir as desigualdades regionais por meio de ações de ampliação da infraestrutura urbana, do estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas endógenas e do fortalecimento institucional dos municípios beneficiados, tendo em vista a ampliação da capacidade de atração de investimentos para as regiões, promovendo, dessa forma, a desconcentração do desenvolvimento no Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	73.841.189,68	25.344.438,98	34,32
2013	127.041.057,88	13.836.354,57	10,89
2014	58.333.999,93	39.157.340,66	67,13
2015	76.483.820,92	67.561.814,08	88,33
Total	**335.700.068,41**	**145.899.948,29**	**43,46**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Executar 10 projetos de melhoria da infraestrutura física das cidades polo no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais: Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.	0	0	2	0	3	0	3	3	3
Financiar 14 projetos de infraestrutura física no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	4	2	5	3	10	7	2	5	17
Executar 15 projetos econômicos relacionados aos Arranjos Produtivos Locais de calçados e turismo no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	4	3	2	2	6	1	4	2	8
Implementar 06 ações de desenvolvimento institucional, incluindo capacitações, equipamentos, consultorias, seminários e missões técnicas no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	0	0	2	1	4	2	2	2	5
Implementar 79 ações de desenvolvimento Institucionais, incluindo planejamento da gestão urbana, fiscal e tributária, transparência e participação popular e gestão de projetos: Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.	0	0	0	0	12	0	3	3	3

Fonte: CIDADES

Avaliação do Programa

No enfrentamento do problema do desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e as demais regiões do Estado do Ceará, o Governo investiu no quadriênio 2012-2015 na execução de projetos de desenvolvimento econômico na região do Cariri Central e de desenvolvimento urbano em pólos estratégicos das regiões do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

No Projeto Desenvolvimento Econômico Regional - Cidades do Ceará - Cariri Central foram realizadas entregas por meio dos componentes de infraestrutura urbana, apoio aos arranjos produtivos locais e desenvolvimento institucional.

O componente Qualificação Territorial, por meio do qual foram realizadas 17 intervenções físicas, registrou execução de 121,43%. Ainda existem algumas obras que não foram concluídas no período do PPA, mas têm previsão de conclusão em 2016.

Foram ofertadas à população da Região do Cariri, em 2012, a Requalificação das Praças Centrais, no Crato; o Roteiro da Fé - Trecho I, em Juazeiro do Norte; em 2013, a Requalificação urbana da área central, em Farias Brito; a Sinalização e pavimentação de vias do Centro Histórico de Barbalha; o Roteiro da Fé - Trecho II, em Juazeiro do Norte; em 2014, a Urbanização da Av. Pericentral Sul, em Nova Olinda; a Av. do Contorno, em Barbalha; a Urbanização Av. Patativa do Assaré e Entorno, em Santana do Cariri; a Pavimentação Asfáltica da Estrada Vicinal Crato-Bela Vista, no Crato; a Urbanização da Vila do Caldas-Paisagismo Rua Daniel Cordeiro, em Barbalha; o Acesso a Cachoeira de Missão Velha; a Execução da Obra de Complementação do Centro Multifuncional de Serviços; e em 2015, a Urbanização dos Passeios do Centro do Crato; a Urbanização dos Passeios do Centro de Barbalha; a Construção da Vila da Música, no Crato; o Pórtico e Defensas Metálicas, em Farias Brito e o Complemento da Urbanização da Via de Acesso ao Parque de Eventos, em Missão Velha.

No componente Inovação e apoio aos arranjos produtivos locais foi executado 53% do programado. A meta não foi executada na totalidade, pois o órgão financiador excluiu do escopo do projeto o componente de Apoio ao Arranjo Produtivo dos calçados.

As 8 entregas realizadas foram, em 2012, a confecção e instalação das placas de sinalização turística do Geopark Araripe; a elaboração do Plano de Gestão para o Centro Multifuncional de Serviços em Juazeiro; e a contratação de empresa para a publicação do livro de divulgação do Geopark Araripe: Histórias da Terra, da Cultura e do Meio Ambiente; em 2013, a elaboração dos Projetos Executivos Complementares e Revisão do Anteprojeto de Arquitetura de Melhorias e Infraestrutura para o Geopark Araripe no âmbito do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central; e a Assessoria Técnica em Planejamento e Implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Geopark Araripe; em 2014, a execução da obra de complementação do Centro Multifuncional de Serviços; e em 2015 as obras de infraestrutura e melhorias dos Geossítios; e a conclusão da obra de implementação do gradil no Centro Multifuncional do Cariri.

Pelo componente Desenvolvimento Institucional foi executado 83,33% do programado no PPA. A mudança de foco do componente, que passou do desenvolvimento institucional dos municípios para o trabalho social, dando suporte à execução das obras de infraestrutura urbana, foi a principal causa do não atingimento da meta.

As ações realizadas no período foram, em 2013, a assessoria para a implementação da Região Metropolitana do Cariri; em 2014, a elaboração de Planos de Reassentamento Involuntário na Região do Cariri Central e a aquisição serviços de informática para a Secretaria das Cidades; em 2015, o serviço de apoio logístico para a realização de capacitações para municípios da região metropolitana do Cariri e a aquisição de equipamentos de informática para a Secretaria das Cidades.

O Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais Cidades do Ceará / Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, cujo contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi assinado em 2013, efetuou as primeiras entregas no período do PPA 2012-2015.

O componente de Melhoria de Infraestrutura Urbana, que executou 30% do programado, realizou 3 entregas na Região do Vale do Acaraú, notadamente em Sobral, com a Requalificação da Praça do Patrocínio (2015), Praça Duque de Caxias - Praça do Bosque (2015) e Praça Clodoveu Arruda - Praça do Amor (2015). O não atingimento da meta deveu-se a demora dos municípios em apresentar os projetos executivos.

No componente de Modernização da Gestão Municipal e Fortalecimento da Secretaria das Cidades, foi executado 20% do programado para o período do PPA 2012-2015. Foram adquiridos equipamentos de tecnologia da informação para a Secretaria das Cidades; realizada a consultoria individual para modernização municipal nas cidades do projeto e ministrado curso de capacitação em elaboração de plano municipal de saneamento básico para os municípios do Programa. O não atingimento da meta foi atribuído a demora na reestruturação da equipe referente ao componente.

PROGRAMA 091 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES

As ações deste programa visam contribuir para a qualificação da gestão pública dos municípios cearenses, a oferta de apoio técnico e instrumental tendo em vista o planejamento e a gestão dos municípios e a regularização fundiária urbana objetivando o ordenamento do espaço urbano dos municípios no Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	2.490.413,36	0,00	0,00
2013	969.633,51	740.883,51	76,41
2014	739.234,43	244.734,43	33,11
2015	245.366,49	0,00	0,00
Total	**4.444.647,79**	**985.617,94**	**22,18**

Fonte: SEPLAG-SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015*
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Beneficiar 100 municípios com a execução de projetos de melhoria da gestão.	0	0	30	114	36	77	30	44	140
Beneficiar 80 municípios com instrumentos de planejamento urbano	0	0	0	0	32	68	44	33	88

Fonte: CIDADES
* O total não corresponde a soma dos realizados, pois são eliminadas as repetições de municípios beneficiados.

Avaliação do Programa

No sentido da melhoria da gestão institucional dos municípios cearenses, a Secretaria das Cidades desenvolve ações por meio do Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará – Ideci, que visam promover uma maior qualificação da gestão pública municipal, no apoio técnico ao planejamento urbano dos municípios.

No quadriênio 2012-2015 ressalta-se quanto aos projetos de melhoria da gestão a execução de 140% da meta programada, com a realização de 19 capacitações que beneficiaram 1.089 servidores de 140 municípios do Ceará, colaborando para a qualificação da gestão municipal.

No fortalecimento do planejamento urbano municipal, que executou 110% do programado para o PPA 2012-2015, destaca-se a oferta do projeto modelo de unidade habitacional para 88 municípios, tendo em vista a participação desses no Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, incluídos os orçamentos e demais peças técnicas necessárias à aprovação dos projetos junto à CAIXA.

Apesar da baixa execução orçamentária e financeira do período do PPA, a superação das metas nos projetos de melhoria da gestão é atribuída às parcerias realizadas com o Ministério das Cidades, Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE e Escola de Gestão Pública – EGP. No fortalecimento do planejamento urbano municipal é conferida a elaboração dos instrumentos pela própria equipe técnica do Ideci.

Por fim, registra-se que o Sistema de Inteligência em Gestão Georeferenciado – Ideci Gestor – encontra-se à disposição dos municípios como um importante banco de dados dos 184 municípios cearenses.

EIXO II

Economia para uma Vida Melhor

Meio Ambiente

Avaliação da Área Temática

Na perspectiva da implementação de uma Política Ambiental no Estado apoiada segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, busca desenvolver com excelência as ações que visam apoiar e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no Ceará, cumprindo assim sua missão, que é proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, com vistas a promover a qualidade ambiental que propicia à vida. A Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, realiza o monitoramento, a fiscalização e o licenciamento ambiental, sendo também responsável pela proteção da fauna e flora do Estado.

A Política Ambiental do Estado do Ceará passou, no período relativo ao PPA 2012-2015, por um processo de transformação que, ao mesmo tempo em que procurou consolidar as conquistas do período anterior, visou também lançar as bases para o novo paradigma de desenvolvimento que se pretende implantar no Estado nos próximos anos. Um balanço dos resultados do período deve olhar os indicadores da Gestão Pública por Resultados-GPR para verificar que, excetuando-se o indicador relativo ao Índice de balneabilidade das praias, os demais indicadores de resultados mostraram comportamento satisfatório, em conformidade com as metas da política estadual.

Como decorrência dos avanços e conquistas observados nesses indicadores evidenciam os alcances da política no que tange ao fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e das ações de controle ambiental que, somados aos diagnósticos produzidos pelas equipes do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente- CONPAM, Secretaria do Meio Ambiente- SEMA e da Superintendência Estadual de Meio Ambiente- SEMACE, serviram de ponto de partida para os novos desafios da política ambiental.

Nesse contexto, e como parte da discussão das propostas contidas no PPA 2012/2015, foram definidos os objetivos estratégicos da política estadual, que passou a ser orientada considerando a melhoria da qualidade dos recursos ambientais; a proteção dos recursos naturais e a promoção da biodiversidade; a promoção do desenvolvimento sustentado dos territórios; a promoção da educação ambiental, o fortalecimento institucional das organizações ambientais e o estímulo à participação da sociedade na gestão da política ambiental.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Meio Ambiente

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais							
1.1. Índice de balneabilidade das praias	Índice	74,95	59,97	77,14	75, 95	74,63	66,24
1.2. Índice de qualidade da água (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA)	Índice	85,54	87,79	83,79	84,37	81,81	82,23
1.3. Percentual de veículos inspecionados dentro do padrão	%	95,65	96,39	96,28	97,08	97,25	97,43
1.4. Número de focos de calor e queimadas	Nº	4.258	3.440	3.440	3.222	1.225	2.173
1.5. Municípios com sistema de gestão integrada de resíduos sólidos implantados	Nº	95,50	96,20	96,20	96,20	96,20	96,20
1.6. Índice de melhoria da qualidade do ar na região metropolitana de Fortaleza (Padrão CONAMA)	Índice	95,65	96,39	96,28	97,08	97,25	97,43
2. Promoção da Biodiversidade, Combate à Desertificação e mudanças Climáticas							
2.1. Índice de desmatamento	%	39,86	39,86	39,86	39,86	39,86	39,86
2.2. Índice de desertificação	%	10,02	10,02	10,02	10,02	10,02	10,02
2.3. Áreas estaduais protegidas com UC´s	%	22,06	22,06	22,06	22,08	22,08	22,08
3. Fortalecimento da Gestão Ambiental, Participação Cidadã e Educação Ambiental							
3.1. Número de municípios com sistema de gestão ambiental implantada	Nº	6	6	6	6	15	15
3.2. Numero de municípios com Certificação Ambiental	Nº	37	39	37	39	9	0
4. Desenvolvimento Sustentado dos territórios							
4.1. Percentual do território cearense com zoneamento ecológico econômico	%	-	-	-	-	-	-

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
4.2. Municípios com Plano de Gestão Integrado da Orla marítima	Nº	-	-	-	5	3	-

Fonte: SEMA

O resultado do desempenho desses indicadores é materializado pelo aprimoramento dos normativos existentes e proposição e edição de novos de modo a contribuir para desenvolvimento do Ceará em bases ambientalmente sustentáveis, confirmado nas metas, ações e projetos socioambientais executados e em execução na SEMA. Com destaque o resultado Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais que demonstra comportamento satisfatório, tendo como indicadores os Índices de qualidade da água (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA), balneabilidade das praias, melhoria da qualidade do ar na Região Metropolitana de Fortaleza (Padrão CONAMA), percentual de veículos inspecionados dentro do padrão, dentre outros, que com a realização das metas de implantação do sistema de monitoramento da poluição/contaminação dos 65 pontos do litoral cearense, que por meio do trabalho de gerenciamento e controle da balneabilidade das Praias foi otimizado a ampliação de 21 pontos de coleta, em Fortaleza, para 65, em todo o litoral do Estado; a implantação do sistema de monitoramento da poluição/contaminação dos recursos hídricos em 101 pontos nas bacias hidrográficas, possibilitando subsidiar o controle da qualidade das águas de superfície em recursos hídricos continentais, contemplando as 11(onze) Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará, com vista a realização de coletas nos 101 pontos; revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico- ZEE, cujo projeto teve início em 2013, executado 84,99% em 2015, e finalizado em 2016. Por fim, destaca-se a elaboração de um estudo do Inventário Florestal Nacional do Estado do Ceará; implantação de um sistema de monitoramento e controle de recursos naturais de origem florestal; Implantação de um sistema de monitoramento da qualidade do ar no Estado do Ceará (11 Estações); e, implantação do plano de controle da poluição veicular no Estado do Ceará, que possibilitaram alcances satisfatórios do resultado de Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais.

No que se refere ao resultado Promoção da Biodiversidade, Combate à Desertificação e mudanças Climáticas, medido pelo Índice de desmatamento, Índice de desertificação e Áreas estaduais protegidas com UC´s, observa-se que tiveram comportamento favorável, com destaque para as metas e ações de Florestamento e Reflorestamento em Áreas de Preservação Permanentes, Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas, Eficiência Energética, Gestão das Unidades de Conservação, dentre outras.

Os avanços também são observados nos indicadores que evidenciam os alcances da política ambiental no que tange ao Fortalecimento da Gestão Ambiental, Participação Cidadã e Educação Ambiental e das ações de controle ambiental que, somados aos diagnósticos produzidos pelas equipes do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente -CONPAM e da Superintendência Estadual de Meio Ambiente-SEMACE, e da atual Secretaria do Meio Ambiente-SEMA, serviram de ponto de partida para os novos desafios da política ambiental.

Nesse aspecto, os indicadores "Número de municípios com sistema de gestão ambiental implantada e "Numero de municípios com Certificação Ambiental" foram satisfatórios, com destaque para as campanhas e eventos de educação ambiental realizados, o sistema de gestão ambiental implantada, excetuando o número de certificação ambiental dos municípios, que não apresentou desempenho no indicador "Municípios certificados com Selo Verde", no ano de 2015, tendo em vista alteração na Lei Estadual nº 13.304, de 19 de maio de 2003 e regulamentado pelos Decretos nº 27.073 e 27.074 que institui o Programa que passou a adotar a certificação a cada 2 (dois) anos, ou seja, bianual.

No âmbito do resultado Desenvolvimento Sustentado dos Territórios, representado pelo Percentual do território cearense com Zoneamento Ecológico-Econômico e o Número de municípios com Plano de Gestão Integrado da Orla Marítima, não apresentaram desempenho satisfatório. No tocante ao indicador "Percentual do Território Cearense com Zoneamento Ecológico -Econômico", as metas e ações foram transferidas para o PPA vigente, já o indicador "Municípios com Plano de Gestão Integrado da Orla Marítima" não teve um desempenho satisfatório ao longo do período, porém merece destaque as oficinas I e II de Capacitação de gestores locais visando a elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI da Orla Marítima, realizadas nos municípios de Caucaia, Fortim, Itarema, Paracuru, Paraipaba e Aracati em 2013/2014.

Enfim, no âmbito da Política Estadual do Meio Ambiente, a busca contínua pela eficiência, excelência, otimização de processos, inovação e aperfeiçoamento tecnológico tem sido atividades e tarefas prioritárias, embora desafiadoras, desenvolvidas pela Secretaria do Meio Ambiente. Nesse enfoque as Unidades de Conservação são exemplos disso, além da manutenção das 23 Unidades existentes, a SEMA, iniciou em 2015 a restruturação e aperfeiçoamento das UC's com destaque para Estruturação dos Conselhos Gestores, cuja finalidade visa promover a gestão participativa; elaboração dos planos de ação possibilitando um planejamento estratégico da unidade; reforma das Unidades do Parque do Cocó e Botânico possibilitando melhor atendimento aos usuários, Implementação de espaço físico para apoio da gestão das unidades que não dispõe de sede, assegurando a presença do gestor em cada unidade de conservação.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 082 – GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS

O programa objetiva a proteção dos recursos naturais, por meio da implementação de uma política de prevenção, controle e monitoramento do uso desses recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável no Ceará.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	52.529.401,97	20.216.135,75	38,49
2013	25.144.160,33	10.962.441,60	43,60
2014	38.434.717,30	8.215.742,87	21,38
2015	45.453.307,00	11.129.567,89	24,49
Total	**161.561.586,60**	**50.523.888,11**	**31,27**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos 65 pontos do litoral cearense.	65	65	65	65	65	65	65	65	65
Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos recursos hídricos em 101 pontos nas bacias hidrográficas.	101	92	101	101	101	94	101	82	101
Revisar e Atualizar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	0	0	1	0	1	0	1	0	0
Elaborar um estudo do Inventário Florestal Nacional do Estado do Ceará	0	0	1	0	1	1	0	0	1
Implantar um sistema de monitoramento e controle de recursos naturais de origem florestal.	0	0	0	0	3	0	3	0	0
Implantar um sistema de monitoramento da qualidade do ar no Estado do Ceará (11 Estações).	0	0	0	0	10	0	7	0	0
Implantar o plano de controle da poluição veicular no Estado do Ceará.	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Fiscalizar e monitorar as 23 Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Ceará.	23	23	23	23	23	23	23	23	23
Elaborar 14 Planos Regionais de Resíduos Sólidos abrangendo todo o Estado do Ceará.	3	0	3	3	11	0	11	0	3

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Elaborar o Plano Estadual de Gestão Integrada de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.	1	0	1	0	1	0	1	1	1
Implantar a Gestão Regionalizada de Resíduos Sólidos nas macrorregiões administrativas do território cearense.	1	0	1	0	1	0	1	1	1
Reduzir em 20% os focos de calor no estado.	4.300	3.440	3.440	3.222	3.440	1.225	3.440	2.173	10.060
Elaborar o Plano Estadual de Ação em Prevenção, Controle e Atendimento a Emergências Ambientais.	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Elaborar três planos para emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE.	0	0	2	1	1	0	3	0	1
Elaborar o inventário de Gases de Efeito Estufa - GEE com foco na Copa 2014.	0	0	0	0	1	1	0	0	1
Implementar 5 Unidades de Conservação para inclusão no projeto Parques Estaduais da Copa 2014.	0	0	2	2	4	3	4	0	5
Criar 3 Unidades de Conservação no Ceará (Unidades Estaduais).	0	0	0	0	1	1	2	2	3
Implementar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação.	0	0	0	0	1	0	1	1	1

Fonte: SEMA

Avaliação do Programa

A política de proteção dos recursos naturais, por meio da implementação de uma política de prevenção, controle e monitoramento do uso desses recursos é um dos elementos centrais do objetivo estratégico da Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais e trata igualmente das ações voltadas para o monitoramento da qualidade do ar, dos recursos hídricos e das praias, mas que também cuida das questões relacionadas com a política de resíduos sólidos, da emissão de gases e do manejo de defensivos agrícolas e agrotóxicos.

Neste campo de ação, os órgãos estaduais de meio ambiente têm dedicado especial atenção às metas impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja exigência, dentre outras, a elaboração de um plano estadual de gestão integrada de resíduos sólidos, com o fechamento de lixões, o apoio à coleta seletiva, a adoção da logística reversa e a inclusão social dos catadores.

No que se refere às ações e metas contempladas nesse Programa, executadas no periodo 2012-2015,ressaltam-se a elaboração do Plano de Regionalização da Política de Resíduos Sólidos, beneficiando 184 municípios do Estado, a Lei Estadual de Resíduos Sólidos; desenvolvimento dos Planos de Gestão Integrada -PGIS da orla marítima, nos 20 municípios costeiros do Ceará; capacitação de técnicos e agricultores, para o uso sustentável de agrotóxicos; elaboração do inventário de gases de efeito estufa com foco na Copa das Confederações e Copa do Mundo FIFA 2014; realização de estudos para a criação de UC's na região do Sertão Central e Inhamuns, inseridas no bioma caatinga.

Merece também destaque as ações: criação do Plano Emergencial de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação Estaduais e capacitação de funcionários das UC's por meio da formação de brigadas de incêndios; elaboração da Instrução Normativa n° 01/2014 que norteia a criação de unidades de conservação; reativação e criação de Conselhos Gestores das Unidades de Conservação; publicação do Termo de Cooperação Técnica N° 004/2014 celebrado entre o CONPAM e a SETUR, publicado no DOE do dia 15/09/2014, onde a SETUR, por meio

do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR, contempla dentre suas ações do Componente de Gestão Ambiental, a elaboração e implementação dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação dos destinos turísticos nos três polos do programa (Maciço de Baturité, Chapada de Ibiapaba e Litoral Leste); elaboração, revisão e atualização dos planos de Manejo de 20 unidades de conservação estaduais; realização da Oficina de Criação e Gestão de Reserva Particular do Patrimônio Natural; requalificação e reabertura do Parque Botânico; realização do Encontro de Gestores de Unidades de Conservação Estaduais – Ceará e Reflorestamento do Parque Botânico.

Ressalta-se ainda a intensificação das ações de gestão da qualidade dos recursos naturais e fiscalização ambiental no Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará no âmbito do Programa para Resultados-*PforR* do Ceará com o Banco Mundial, sendo imprescindíveis para o alcance das metas pactuadas e, desta forma, possibilitando o percebimento por parte do Estado de parcelas significativas do acordo de empréstimo.

No que se refere a baixa execução do Programa, cabe ressaltar que houve atraso na aprovação de recursos assim como problemas de rescisão de Convênio celebrado com o Ministério do Meio Ambiente.

PROGRAMA 084 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O programa objetiva contribuir para a elaboração e suporte de políticas de gestão ambiental no Estado, incentivando os municípios a implementarem políticas internas, que favoreçam a conscientização ambiental, para as presentes e futuras gerações.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.295.000,00	50.911,76	3,93
2013	334.000,00	259.809,09	77,79
2014	311.000,00	0,00	0,00
2015	4.225.600,00	272.841,80	6,46
Total	**6.165.600,00**	**583.562,65**	**9,46**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Adotar A3P modelo de gestão socioambiental nas secretarias municipais de 70 municípios do Estado do Ceará.	25	25	20	20	25	25	34	0	70
Implementar a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nas sedes das 19 setoriais do estado e 2 Universidades (URCA E UVA) (RMF, Sobral/Ibiapaba, Cariri/SUL).	21	21	0	0	0	0	0	0	21
Realizar a IV Conferencia Estadual de Meio Ambiente.	0	0	1	1	0	0	0	0	1
Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz, etc) com a temática ambiental.	145	145	150	153	26	36	30	30	364
Realizar 14 eventos recreativos e educativos por ano no Parque do Cocó e Parque Botânico.	14	14	14	14	14	14	14	14	56
Capacitar 3.500 atores sociais em Educação Ambiental para as Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	550	550	1.200	813	550	439	1.200	2.297	4.099
Realizar 20 cursos de Formação em Educação Ambiental.	12	12	6	6	5	5	4	8	31

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Capacitar 1.200 pessoas (professores e gestores municipais) em Educação Ambiental.	300	300	300	321	200	169	200	176	966

Fonte: SEMA

Dando suporte a todas essas iniciativas encontram-se as ações voltadas à Educação Ambiental e ao Fortalecimento Institucional. Destaca-se a implementação de ações educativas para os projetos Selo Município Verde, Agenda Ambiental da Administração Pública -A3P, Agenda 21 Local e na formação de agentes ambientais nas Unidades de Conservação e gestores municipais. Participaram dos processos de capacitação promovidos pelo CONPAM e SEMA nesse período mais de 5.000 pessoas, sem falar daquelas que participaram de mutirões, campanhas, eventos e iniciativas de mobilização.

Destaque ainda para aprovação da Política Estadual de Educação Ambiental pela Assembléia Legislativa em 2011, que estabeleceu o compartilhamento dessas ações pela SEDUC e o CONPAM e contribuiu para dinamizar, ainda mais, a atuação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental-CIEA.

O baixo desempenho do programa em termos de execução orçamentária, deu-se por problemas de gestão e atraso na conclusão do processo licitatório.

PROGRAMA 090 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS

O programa objetiva criar e implantar instrumentos de gestão para o fortalecimento da Política Ambiental, com foco na descentralização e na sustentabilidade ambiental das atividades econômicas no território cearense, incentivando os municípios na implementação de suas políticas ambientais.

Execução Orçamentária - 2012-2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	7.832.934,00	79.578,65	1,02
2013	5.009.135,60	1.160.831,49	23,17
2014	4.536.825,06	308.372,23	6,80
2015	1.148.486,84	518.499,75	45,15
Total	**18.527.381,50**	**2.067.282,12**	**11,16**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012-2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Reduzir a utilização da lenha como matriz energética em 30% nas empresas do polo gesseiro e ceramista.	10	00	10	60	10	10	10	13	83
Capacitar 1.500 pequenos produtores rurais na utilização de base ecológica/ orgânica.	600	0	700	700	300	300	300	428	1.428
Implementar o monitoramento Ambiental compartilhado em cinco açudes no Estado do Ceará.	5	0	5	0	5	0	0	0	0
Implantar manejo agroflorestal em 5000ha.	1.000	0	1.300	0	4.000	0	4.000	7.023	7.023
Elaborar um pacto com os ceramistas para produção sustentável.	1	0	0	0	1	0	1	0	0
Elaborar plano participativo de negócio.	1	0	0	0	1	0	1	17	17

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar uma unidade produtiva demonstrativa com melhorias tecnológicas.	1	0	0	0	1	0	1	0	0
Implantar o manejo sustentável em duas unidades demonstrativas com a implementação de cinquenta projetos para cada unidade.	1	0	0	0	1	0	1	0	0

Fonte: SEMA

Avaliação do Programa

O Desenvolvimento Sustentado dos Territórios, que engloba todo um conjunto de programas e iniciativas que dão sustentabilidade ambiental às atividades econômicas no território cearense, apresentou no período, iniciativas e metas de fundamental importância para o semi-árido cearense. Por meio da ação modelar para a estratégia da economia verde, destaca-se o projeto de conservação e gestão sustentável da Caatinga, Mata Branca. Executado com recursos do Banco Mundial/GEF, visa o fortalecimento das políticas de meio ambiente em uma das Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD do Estado e apoia a execução de projetos de manejo e conservação de solo e da água, de uso sustentável da biodiversidade, de empoderamento social e cultural, adoção de alternativas tecnológicas adequadas à realidade da caatinga, promovendo a melhoria de renda da população residente nos municípios de Tauá, Crateús, Independência, Quiterianópolis, Novo Oriente, Catarina, Parambu e Aiuaba. Ao todo foram capacitados 1.428 pequenos produtores rurais na utilização de base ecológica/orgânica e implantados 17 planos de negócio.

Os resultados do projeto, assim como sua importância na articulação de iniciativas de vários órgãos governamentais no território – SEMACE, FUNCEME, IDACE, EMATER, IBAMA, ICMBio, prefeituras e de ONGs dos mais variados portes e orientações – levaram à proposição, no PPA 2012/2015, de expandi-lo para as demais ASD do Estado: Irauçuba e Médio Jaguaribe.

Sob essa perspectiva, merece destaque a redução no consumo da lenha em 23% das empresas do polo ceramista do Baixo Jaguaribe por meio das ações de redução no volume de fumaça em 18 cerâmicas, redução de 10 horas de queima em 20 cerâmicas, melhoria na qualidade do produto queimado em 15 cerâmicas, acarretando melhoria da qualidade do ar e redução na quantidade de vegetação extraída.

No âmbito da política de Manejo Florestal Sustentável na Região do Baixo Jaguaribe foram elaborados 17 Planos de Manejo, 17 Planos de Negócios e 17 Diagnósticos Rurais Participativos, totalizando 7.023 hectares de manejo florestal implantados na Região do Baixo Jaguaribe.

Nesse sentido, foram capacitados 780 agricultores e técnicos da Assistência Rural em Manejo Sustentável da Produção Agropecuária durante 26 oficinas, adequando-os à legislação federal/estadual vigente para o uso correto de agrotóxicos e de alternativas sustentáveis de controle de pragas e doenças das plantas e animais.

O baixo desempenho do programa em termos de execução orçamentária deu-se em razão de problemas de atraso no início do projeto bem como devido a rescisão de Convênio celebrado com o Ministério da Pesca.

EIXO III

Governo Participativo, Ético
e Competente

EIXO III

Governo Participativo, Ético e Competente

Planejamento e Gestão

Avaliação da Área Temática

A área temática relacionada ao planejamento e à gestão estadual, no âmbito do Governo do Estado, é de competência institucional da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujos resultados e programas se inserem no Eixo de Governo Participativo, Ético e Competente.

Uma das premissas do planejamento estadual é estabelecer estratégias de participação cidadã, que possam contribuir para a definição, execução e acompanhamento das ações governamentais. Nesse âmbito, foi estabelecido como resultado estratégico setorial a ser alcançado o "Planejamento elaborado de forma participativa e regionalizada", que em última instância, impacta em um melhor direcionamento dos recursos orçamentários à luz das necessidades das populações regionais do Estado.

Esse resultado estratégico é mensurado a partir dos indicadores Investimento público finalístico na RMF e Investimento público finalístico no Interior, que dimensionam a distribuição dos recursos orçamentários em termos regionais. Esses indicadores refletem a participação da aplicação dos investimentos governamentais na RMF e interior do Estado, considerando apenas os recursos efetivamente regionalizados, ou seja, os recursos classificados orçamentariamente como Estado do Ceará (região 22) não foram considerados na composição de tais indicadores.

Observando-se o comportamento do indicador Investimento público finalístico na RMF, verifica-se que, apesar de ter havido maior concentração de aplicação de recursos neste grupo de natureza de despesa no ano de 2013, ao final do período de vigência do PPA, observou-se uma redução de 15,5%. Ainda assim, esse percentual de concentração manteve-se superior a 50%, o pode ser explicado pelos grandes investimentos que foram executados na RMF ao longo desse período, tais como a reforma e modernização do Estádio Castelão e a construção do Centro de Eventos do Ceará, que reforçam a vocação do Estado em atrair não só o turismo de lazer, mas também o de eventos. A isto soma-se o grande volume de recursos aplicados na infraestrutura rodoviária para a melhoria do acesso aos destinos turísticos da região. Outros importantes investimentos que influenciaram no crescimento do indicador em análise foram a implantação do Terminal de Múltiplo Uso - TMUT e demais obras do Complexo Portuário e Industrial do Pecém, associada à melhoria da infraestrutura logística para transporte dos produtos ali gerados, bem como os investimentos direcionados ao setor ferroviário: obras para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba-Mucuripe e da Linha Leste do metrô de Fortaleza.

Entretanto, pode-se dizer que parte dos investimentos aplicados na RMF também influencia o desenvolvimento econômico no restante do estado. Dentre esses, citam-se os já mencionados investimentos em infraestrutura turística e melhoria no acesso aos destinos turísticos.

Por outro lado, ressalta-se que os investimentos nas demais macrorregiões do Estado do Ceará têm evoluído nos últimos dois anos, tendo sido alocados em áreas como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura logística e hídrica, saneamento básico, dentre outras. Entre os projetos de destaque, vale mencionar: na área da saúde, o Hospital Regional do Cariri e o Hospital Regional de Sobral, as Policlínicas, os Centros Especializados em Odontologia e as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs; na área da educação, destacam-se as escolas de ensino profissional; na área de segurança pública, novas delegacias e Núcleo de Ciências Forense da Região dos Inhamuns; na infraestrutura logística, cita-se a ampliação e renovação da malha rodoviária; e na infraestrutura hídrica, destaca-se o Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Outra premissa do planejamento é utilizar os recursos públicos disponíveis de forma eficiente. Nesse âmbito, o Governo vem perseguindo o objetivo de realizá-lo pautado nos seguintes requisitos: controle, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos; qualidade do gasto público associada às prioridades e ao planejamento de curto e médio prazo do governo; e manutenção da estabilidade econômica, por meio dos ajustes fiscais.

A execução orçamentária com recursos provenientes do Tesouro Estadual apresentou nos quatro anos de vigência

do Plano um percentual médio de 94%. Isso se deve basicamente à previsibilidade das despesas que utilizam esta fonte de recursos, as quais são: despesas com pessoal, manutenção da máquina e manutenção dos serviços ofertados à sociedade. Juntas, estas despesas ditas correntes utilizaram quase 90% do orçamento disponível do Tesouro nos exercícios analisados. Por estas características o nível de execução sempre se mostrará elevado.

Programação e Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa – Acumuladas no PPA 2012-2015 – Fonte Tesouro (R$)

Grupo de Despesa	Programado (Lei + Cred.) (A)	Empenhado (B)	(B/A) %
Pessoal e Encargos Sociais	32.015.607.164,71	31.156.820.586,68	97,32
Outras Despesas Correntes	26.287.506.097,98	24.082.200.180,55	91,61
Investimentos	4.381.066.402,27	3.573.685.270,29	81,57
Amortização da Dívida	2.315.893.919,63	2.249.119.531,09	97,12
Juros e Encargos da Dívida	1.231.617.400,18	1.205.797.403,22	97,90
Inversões Financeiras	750.703.037,79	708.377.745,33	94,36
Reserva de Contingência	20.040.180,65	-	-
Total	**67.002.434.203,21**	**62.976.000.717,16**	**93,99**

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

A articulação e operacionalização de ações pertinentes à captação de recursos provenientes de operações de crédito, de convênios, de cooperação técnico-financeira e de parcerias público-privadas tem proporcionado um crescimento substancial na captação de recursos por meio de empréstimos junto às instituições financeiras nacionais e internacionais, finalizando 2012-2015 com a contratação acumulada de 38 operações de crédito, correspondendo ao valor de R$ 6.110.623.000,00. Por outro lado, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), coordenado e monitorado pela SEPLAG atuando como Secretaria Executiva do Conselho Gestor, possui em sua carteira 12 projetos, contratados entre 2012 e 2015.

A área de Gestão de Pessoas, por sua vez, constitui-se num elemento essencial para o alcance dos resultados do Governo. Nesse sentido, foram realizadas ações de capacitação, com o fim de desenvolver as competências essenciais ao alcance dos objetivos estratégicos do Governo, bem como melhoria dos serviços voltados para a saúde do servidor.

O indicador "Aprendizagem do conteúdo avaliada pelo cursista (% de muito bom e ótimo)" registrou um percentual de 67,38% em 2013, ano em que começou a ser avaliado. No entanto, no ano de 2015, sofreu um decréscimo, passando a apresentar um percentual de 58,16%.

Já os percentuais de "Satisfação dos beneficiários assistidos pelo ISSEC (% de ótimo ou bom)" estão acima de 45% desde 2011, quando o indicador começou a ser medido, atingindo no ano de 2015 53% de satisfação.

Na área de Gestão de Compras o indicador "Valor Total de Ordem de Compras Governamentais por Registro de Preços", teve evolução significativa, notadamente, devido às aquisições de veículos. Os órgãos e entidades emitiram ordens de compras para aquisição por registro de preços que totalizaram R$ 975.376.385,00, no período de 2012 a 2015.

No que se refere à pesquisa estratégica, a disponibilização de informações geográficas e cartográficas, elaboração e divulgação de indicadores socioeconômicos, estes têm despertado o interesse da sociedade em geral, conforme demonstram os números de acessos ao site do IPECE, que vai de 564.349 em 2012, chegando a 575.849, em 2013, apesar do decréscimo nos acessos em 2014 e 2015, os quais baixaram para 510.697 e 493.647 acessos, respectivamente.

Os resultados alcançados, pela SEPLAG, ao longo dos anos de 2012 a 2015, a partir dos indicadores setoriais fixados, demonstram uma evolução satisfatória, o que pode ser aferido pelos números abaixo relacionados.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Planejamento e Gestão

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Planejamento elaborado de forma participativa e regionalizada							
1.1.Investimento público finalístico na RMF	%	39,60	56,80	49,60	66,60	59,50	56,28
1.2. Investimento público finalístico no Interior	%	60,40	40,20	50,40	33,40	40,50	43,72
2. Eficiência no uso dos recursos orçamentários							
2.1. Despesa executada / despesa autorizada (fonte Tesouro)	%	90,90	90,90	88,40	94,50	97,98	95,03
2.2. Despesa finalística empenhada / despesa total (fonte Tesouro)	%	30,40	28,70	23,90	22,50	25,54	19,68
3. Captação de recursos financeiros para investimentos							
3.1.Valor das operações de crédito contratadas	R$ mil	1.538.120	-	1.178.417	3.054.901	1.877.305	-
4. Informações disponibilizadas à sociedade							
4.1. Número de acessos externos aos serviços e informações do governo pela Internet	Nº	2.871.515	3.409.460	18.283.719	19.845.423	26.488.423	23.064.048
4.2. Número de acessos ao site do IPECE	Nº		509.649	564.349	575.849	510.697	493.647
5. Eficiência da gestão corporativa							
5.1 Valor total de ordem de compras governamentais por registro de preços	R$ milhão	205,02	112,34	161,679	312,692	297,958	203,044
6. Elevação da qualidade do atendimento ao servidor público							
6.3. Aprendizagem do conteúdo avaliada pelo cursista (% de muito bom e otimo)	%	-	-	-	67,38	67,45	58,16
6.4. Satisfação dos beneficiários assistidos pelo ISSEC (% de ótimo ou bom)	%	-	58,00	46,00	45,00	56,00	53,00

Fonte: SEPLAG

Avaliação de Programas

PROGRAMA 001 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar e modernizar o Sistema de Gestão de Pessoas com foco na valorização da carreira e distinção do Servidor Público do Estado do Ceará, envolvendo ações de perícia médica, assistência médica, capacitação/ formação, melhoria da qualidade de vida, e, ainda, ações socioeducativas e culturais para integração e socialização do aposentado e de preparação para aposentadoria.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	89.931.033,23	86.901.360,46	96,63
2013	92.925.248,76	90.704.675,88	97,61
2014	114.439.788,92	103.284.039,85	90,25
2015	102.984.001,45	93.699.042,60	90,98
Total	**400.280.072,36**	**374.589.118,79**	**93,58**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Prestar atendimento a 252 portadores de necessidades especiais	218	227	218	220	218	240	218	204	- (*)
Realizar 365.184 atendimentos de assistência médico hospitalar	78.686	101602	78.686	97927	85.767	110.838	94.343	65.198	375.565
Assistir 1.144.425 pessoas com assistência médica (consulta)	246.590	224922	246.590	245380	250.328	239.587	250.328	210.532	920.421
Garantir a ampliação e a fidedignidade das informações dos 66.000 servidores ativos e 68.000 aposentados e pensionistas.	66.000	66.000	66.000	66.000	134.000	134.000	134.000	134.000	- (*)
Realizar 566.055 procedimentos odontológicos.	121.968	54.338	121.968	71.274	89.956	91.110	89.956	66.529	283.251
Realizar 2.963.326 exames especializados.	638.510	513.509	638.510	573.914	648.812	673.992	648.812	557.394	2.318.809
Realizar 847.856 procedimentos(sessão) de fisioterápia.	182.688	79.207	182.688	109640	91.172	100.399	91.172	74.807	364.053
Realizar 85.340 procedimentos (sessão) de psicologia	18.388	11.768	18.388	12548	13.321	15.584	13.321	12.108	52.008
Realizar 120.628 procedimentos (sessão) de fonoaudiologia	25.991	18.248	25.991	30343	12.947	14.107	12.947	7.988	70.686
Oferecer 1600 oportunidades de participação em seminários e/ou cursos de preparação para a aposentadoria.	400	457	400	0	400	588	400	172	1.217
Ofertar 84.000 oportunidades de participação em eventos sócio-educativos e culturais.	21.000	32.851	21.000	35.351	21.000	38294	21.000	39184	145.680
Capacitar/formar 23.560 servidores dos diversos Órgãos do Estado.	5.890	7.440	7.440	13655	5.374	15018	5.374	9.659	45.772
Realizar 10 eventos anuais de qualidade de vida para servidores da Administração Pública Direta e Indireta.	10	10	10	12	10	14	10	10	46
Garantir o processamento, com plena segurança, da folha mensal de 100% dos Servidores do Estado.	66.000	66.000	66.000	66.000	71.953	71.953	71.953	71.953	- (*)

Fonte: SEPLAG
(*) Meta com valores não cumulativos

Avaliação do Programa

O Programa tem como público alvo os servidores e empregados públicos estaduais e aposentados, envolvendo ações voltadas para a melhoria da gestão de pessoas, que tem entre seus objetivos a valorização do servidor e a elevação dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Com esse foco, a Escola de Gestão Pública, em mais um trabalho intersetorial, atendendo as demandas de todas as instituições que elaboraram o Plano de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas – PTDEP, no qual estão apontadas as competências em gestão pública (conhecimentos, habilidades e atitudes) a serem desenvolvidas entre os servidores, capacitou no período 2012-2015 um total de 45.772 servidores.

No âmbito do Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI, cuja missão é Integrar e Socializar o Aposentado da Administração Publica Estadual, no período 2012-2015 foram proporcionadas aos servidores 1.217 oportunidades de participação em seminários e/ou cursos de preparação para aposentadoria, ressaltando que parte das ações dessa meta foram redirecionadas para a oferta de oportunidades de participação dos aposentados em eventos socioeducativos, chegando o acumulado do período a 145.680 oportunidades ofertadas, bem acima do programado para o quadriênio.

Para alcançar os objetivos estratégicos traçados para o quadriênio 2012-2015, no tocante à assistência à saúde, a meta de atendimento de assistência médico hospitalar prevista para o período, no total de 365.184, foi superada, chegando a 375.565 atendimentos; foram assistidas 920.421 pessoas com consulta das 1.144.425 previstas para o período; realizados 2.318.809 exames especializados de um total de 2.963.326 programados, dentre outros atendimentos realizados em diversas áreas.

Relevante destacar que o benefício de assistência à saúde, concedido pelo Governo do Estado provém exclusivamente de recursos do Tesouro Estadual, uma vez que os 11% descontados no salário do servidor são destinados integralmente para o custeio da previdência do Estado.

Pela evolução dos resultados alcançados no cumprimento das metas estabelecidas, apesar da diminuição do percentual da execução do orçamento no biênio 2014-2015, a média do período atingiu o percentual de 93,58%, constatando-se que o Programa obteve um bom desempenho no quadriênio 2012-2015.

PROGRAMA 018 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA ESTADUAL

O programa objetiva definir e executar estratégias de TIC visando a melhoria da Gestão Pública, otimizar as aquisições de bens e serviços de TIC e fortalecer a Governança do Estado na prestação de serviços de TIC para Órgãos e Entidades Estaduais.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	12.441.264,08	9.926.396,13	79,79
2013	20.013.992,44	10.557.158,43	52,75
2014	19.414.650,07	13.151.806,74	67,74
2015	19.215.257,46	17.531.606,93	91,24
Total	**71.085.164,05**	**51.166.968,23**	**71,98**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Disponibilizar, em média, 98% das horas diárias dos serviços prestados pela ETICE.	23h:32m	23h:38m	23h:32m	24h	23h:32m	24h	23h:32m	23h:56m	- (*)
Prover cobertura do Cinturão Digital nos 184 municípios.	92	99	88	105	3	114	66	114	- (*)

Fonte: SEPLAG
(*) Meta com valores não cumulativos

Avaliação de Programas

O Programa tem como público alvo os órgãos e entidades estaduais, bem como os municípios cearenses e a sociedade como um todo.

Considerando que a Tecnologia da Informação e Comunicação permeia a vida dos cidadãos, e reconhecendo a importância da universalização dos serviços digitais, com sustentabilidade financeira, o Governo do Estado do Ceará, tem realizado esforços no desenvolvimento de projetos que fomentam a inclusão digital da população do Estado do Ceará.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o lançamento de uma infraestrutura de alta tecnologia - o Cinturão Digital do Ceará – CDC - que permitiu a universalização da banda larga no Estado do Ceará, democratizando o acesso à informação digital e apoiando projetos do governo em diversas áreas.

Da meta estabelecida para prover a cobertura do Cinturão Digital nos 184 municípios do Estado, 114 municípios já contam com infraestrutura, dos quais 42 foram interligados entre 2012-2015. Atualmente o CDC abrange uma população urbana de mais de 4 milhões de pessoas, bem como atende a mais de 1.200 sedes e unidades descentralizadas dos órgãos e entidades estaduais (Escolas, Hospitais, Delegacias...), possibilitando acesso aos serviços de internet banda larga. Esta rede de transmissão de dados, pioneira no país, permite a conectividade dos cidadãos em alta velocidade, possibilitando o acesso a serviços digitais, visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado, a modernização da gestão pública e a ampliação da prestação de serviços à população, deixando assim um legado para o desenvolvimento social e econômico da sociedade cearense. O não atingimento da meta estabelecida deve-se, em parte, à crise econômica ocorrida em 2015 e a não liberação de recursos do Governo Federal previstos para o projeto.

Também contribuiu para o alcance dos resultados do programa a meta prioritária que prevê disponibilizar em média, 98% das horas diárias dos serviços prestados pela ETICE, a qual foi integralmente atendida, tendo em vista que os serviços prestados pela ETICE estão disponíveis 24 horas por dia, para atender a todos os órgãos e entidades estaduais. Durante o quadriênio estes serviços sofreram pouquíssimas paralisações, ficando acima da meta estabelecida.

Por outro lado, para atender a qualidade dos serviços, é feito o monitoramento sistemático do cumprimento das normas estabelecidas para a área, pelos órgãos e entidades estaduais, visando dar harmonia à execução dos projetos no âmbito da TIC estadual, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados.

No tocante à execução orçamentária do Programa no período 2012-2015, verifica-se um percentual médio acima de 70%, considerado compatível com a execução física das metas previstas.

PROGRAMA 019 – COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

O programa objetiva coordenar as atividades do Sistema Estadual de Planejamento orientado para resultados, disponibilizar informações para contribuir com as políticas e programas relacionados à redução da pobreza no Estado e assessorar os órgãos e entidades na Captação de Recursos por meio de Operações de Crédito e na contratação de Parcerias Público-Privadas e de Serviços Públicos mediante Contratos de Gestão.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	13.524.489,51	2.261.156,58	16,72
2013	181.554.333,54	2.664.646,83	1,47
2014	10.162.886,02	2.024.901,97	19,92
2015	14.838.248,00	525.698,56	3,54
Total	**220.079.957,07**	**7.476.403,94**	**3,40**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Elaborar 8 estudos de Avaliação de Impactos Econômicos e Sociais de ações no Estado do Ceará.	2	25	2	20	2	15	2	15	69
Disponibilizar a base cartográfica do Estado do Ceará atualizada na escala de 1:25.000.	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Assessorar 100% dos Órgãos e Entidades dos Poderes do Estado na definição de resultados e diretrizes e na aplicação das orientações técnico-metodológicas para a elaboração e gestão dos Instrumentos de Planejamento.	64	64	64	64	64	64	64	64	64
Reconhecer 40 municípios do estado que mais avançaram no alcance de Indicadores Sociais.	20	0	20	20	-	-	-	-	-
Viabilizar a contratação de 14 Operações de Crédito.	11	13	9	7	8	11	8	7	38
Viabilizar a contratação e o monitoramento de 12 Parcerias Público-Privadas.	12	12	12	12	12	12	12	12	12

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

Ressalta-se, ainda, no âmbito do Programa, as ações do FECOP, cujos recursos vêm sendo aplicados desde 2004, ano de início de sua atuação, em projetos assistenciais, que priorizam os pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre, e em projetos estruturantes, que objetivam acumular meios físico, humano e social, que possibilitem essa migração.

No âmbito do FECOP, foram empenhados, no período 2012-2015, recursos na ordem de R$ 1.616.166.335,58 em 640 projetos de 11 secretarias setoriais do Estado, atendendo, prioritariamente, investimentos em projetos estruturantes, os quais abrangem ações de inclusão produtiva (ocupação e renda), educação, infraestrutura domiciliar e comunitária, aplicados nos seguintes programas de governo: Desenvolvimento Agropecuário, Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, Aprendizagem das Crianças na Idade Certa, Enfrentamento à Pobreza Rural, Assistência Social, Promoção da Juventude e Habitacional.

Ressalte-se também o resultado da articulação e negociação do Governo, por meio da SEPLAG, com várias instituições financeiras, tais como Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e outros, com a realização, no período de 2012-2015, de 38 operações de crédito, envolvendo recursos da ordem R$ 6.110.623.000,00.

Por outro lado, o Programa Estadual de PPP, coordenado pela SEPLAG, possui em sua carteira 12 projetos, consolidando, assim, o Projeto, destacando-se: o Estádio Castelão, Unidade de Atendimento ao Cidadão – Vapt Vupt, Hospital, Terminal Intermodal de Cargas do Complexo Industrial do Porto do Pecém, Complexo Penitenciário de Alta Segurança, dentre outras.

No período em análise, foram elaborados 69 estudos contemplando análises técnicas sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado, servindo também de fonte de informação para diversos estudos realizados por pesquisadores de outras instituições, cujo foco de análise era voltado para o Estado, superando em muito o total de oito estudos previstos nas metas estabelecidas para o período 2012-2015.

PROGRAMA 020 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar, monitorar e controlar atividades voltadas à modernização da gestão, com ênfase na melhoria do atendimento ao cidadão, e incentivar os órgãos/entidades da Administração Pública a buscarem a melhoria da gestão. Visa, também, implementar diretrizes relacionadas ao sistema de compras governamentais e à gestão do patrimônio público estadual.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	2.900.000,00	1.047.285,07	36,11
2013	11.755.502,35	10.411.654,41	88,57
2014	12.521.959,70	9.247.908,14	73,85
2015	4.801.903,00	1.163.956,69	24,24
Total	**31.979.365,05**	**21.870.804,31**	**68,39**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Capacitar 2.000 fornecedores para contratar com o Governo do Estado.	500	2.907	500	895	500	390	500	100	4.292
Capacitar 1.000 servidores envolvidos no Processo de Compras do Estado.	250	474	250	300	250	725	250	1.700	3.199
Ampliar em 40% o número total de itens adquiridos por registro de preços.	18.500	19.574	20.114	21.490	21.879	23.926	23.799	17.212	82.202
Ampliar em 40% o valor total das compras e contratações por registro de preços.	138.000.000	161.679.702	150.266.407	312.692.873	163.452.285	297.958.947	177.795.223	203.044.863	975.376.385
Realizar 02 leilões para alienação de bens imóveis inservíveis e/ou antieconômicos.	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Realizar atualização e cadastramento de 6782 imóveis.	121	0	4.025	2.048	1.524	4734	-	-	6.782
Realizar a regularização fundiária de 75 conjuntos habitacionais edificados pelo SFH e Mutirões Habitacionais, com um total de 28.628 imóveis.	6.630	0	1.476	0	1.466	3.520	19.046	1.710	7.911

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Realizar a regularização fundiária de 249 equipamentos comunitários edificados nos conjuntos habitacionais do SFH e mutirões.	29	0	0	0	199	0	220	0	0

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

No contexto da modernização organizacional da gestão estadual, a SEPLAG vem desenvolvendo esforço contínuo de otimização dos processos de trabalho e adequação dos modelos estruturais de órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, visando aprimorar a máquina administrativa, tornando-a mais ágil, eficiente e compatível com as políticas e diretrizes da ação governamental e com os interesses da sociedade.

O patrimônio público, uma das áreas de atuação do Programa, vivencia um cenário favorável à modernização e consolidação da sua relevância na gestão pública para os municípios, estados e União.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará vem implementando a modernização da gestão patrimonial, desenvolvendo ações para o levantamento, identificação e cadastro de todos os bens do Estado em sistema que atenda ao melhor gerenciamento, em todos os órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Para tanto, realizou o inventário e avaliação dos imóveis pertencentes ao Estado, por meio do qual, no período de 2012 a 2015, foram averiguados e cadastrados 6.782 imóveis.

No que se refere à realização dos leilões de bens imóveis, a meta prevista para o período sob análise não foi cumprida, devido às dificuldades enfrentadas no processo da contratação de especialistas.

Quanto às metas estabelecidas para o período, referentes à regularização fundiária dos conjuntos habitacionais, edificados pelo SFH, e dos equipamentos comunitários, em que pese os esforços envidados, não foram cumpridas no prazo estabelecido, o que pode ser justificado pelas características e especificidades dos trabalhos, que envolvem uma vasta documentação, como elaboração de plantas, projetos e memoriais descritivos para parcelamento do solo, que possibilitam a regularização da posse dos mutirantes que ainda não possuem a propriedade de seus imóveis, estando os trabalhos ainda em andamento.

Entretanto, merece destaque, o "Projeto Papel da Casa", que tem por objetivo a entrega de títulos de propriedade aos mutuários que adquiriram unidades habitacionais nos conjuntos construídos pela COHAB-CE, através de financiamento para famílias de baixa renda, junto ao extinto Banco Nacional de Habitação/Sistema Financeiro de Habitação.

Nos trabalhos realizados no período de 2013 a 2015 foram registrados uma média mensal de 2.458 atendimentos realizados, que resultaram em 4.723 escrituras públicas lavradas, das quais 1.362 encontram-se aguardando registro e 3.361 foram registradas e entregues aos mutuários.

Todas as metas relacionadas ao sistema de compras do Governo do Estado, que tem a SEPLAG como órgão gestor, superaram a programação, contribuindo assim para o alcance dos objetivos do Programa. No período de 2012 a 2015 foram capacitados, respectivamente, 4.292 e 3.199 fornecedores e servidores, quando o previsto era de 2.000 fornecedores e 1.000 servidores capacitados.

Quanto à meta de ampliar em 40% o número de itens adquiridos por registro de preços, a previsão para o período era de 84.292 itens, sendo adquiridos 82.202. Desta forma, o total de compras e contratações por registro de preços totalizou R$ 975.376.385,00, ou seja, 54,94% acima do valor previsto.

A execução orçamentária do Programa obteve desempenho razoável no quadriênio em análise. O ano de 2012, apresentou baixa execução, mas, superadas as dificuldades, em 2013, alcançou um percentual de 88% de execução. No entanto, houve nova redução da execução nos anos de 2014 e 2015, mantendo uma média de execução de 68,39%.

PROGRAMA 074 – GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

O Programa objetiva aprimorar a gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Ceará, bem como assegurar o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos civis, dos agentes públicos e membros de Poder do Estado, dos subsídios dos militares estaduais transferidos para a reserva remunerada e reforma, bem como das pensões por morte aos respectivos dependentes do segurado falecido.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	2.100.233.603,59	1.955.166.561,62	93,09
2013	2.319.904.677,10	2.188.548.251,22	94,34
2014	2.482.844.702,08	2.414.205.403,61	97,24
2015	2.805.417.755,05	2.706.063.331,38	96,46
Total	**9.708.400.737,82**	**9.263.983.547,83**	**95,42**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Equacionar o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social Estadual (RPPS/SUPSEC) e garantir a sua sustentabilidade	0	0	1	1	0	0	0	0	1

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

O Programa assegura o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos civis, dos agentes públicos e membros de Poder do Estado, dos subsídios dos militares estaduais transferidos para a reserva remunerada e reforma, bem como das pensões por morte aos respectivos dependentes do segurado falecido, observadas as suas metas e respectivas iniciativas, quais sejam, (i) reestruturação da Coordenadoria de Gestão Previdenciária; e (ii) desenvolvimento de melhorias no sistema de recursos humanos pertinentes à área previdenciária.

O programa tem como meta prioritária equacionar o déficit atuarial do Regime Próprio da Previdência e garantir a sua sustentabilidade. Para cumprir a meta relacionada ao Regime Próprio de Previdência Social Estadual, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, foi aprovada a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013, publicada no DOE de 19/09/2013, que institucionaliza três planos de custeio previdenciário, a saber: a) Plano de Custeio Militar, operacionalizado através do fundo "PREVMILITAR"; b) Plano de Custeio Financeiro, operacionalizado através do fundo "FUNAPREV"; e c) Plano de Custeio Previdenciário, operacionalizado através do fundo "PREVID".

A referida lei, aplicável a todos os beneficiários do Sistema, dispõe, também, sobre o equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC, por meio da modalidade de segregação da massa de segurados, prevista na legislação previdenciária nacional,

adequando-se, deste modo, a Previdenciária Nacional corrente e ao equilíbrio financeiro e atuarial esculpido pela Constituição Federal em seu art. 40, caput; pela Lei Federal nº 9.717/1998, art. 1º, caput; bem como pela Constituição Estadual, em seu art. 330, caput.

Ademais, também foi instituído o Regime de Previdência Complementar – RPC no âmbito do Estado do Ceará, contribuindo também, no longo prazo, para minimizar a pressão das despesas previdenciárias sobre o orçamento público estadual. No entanto, esse é de caráter facultativo e destinado aos futuros servidores civis do Estado, admitidos a partir da autorização de seu funcionamento no órgão federal competente e que vierem a perceber remuneração acima do teto de contribuição e benefício aplicado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Por fim, foi realizada a alteração dos artigos 168, 330 e 331 da Constituição do Estado do Ceará, por meio da Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015, que trouxe a base para novos regramentos acerca de pensão previdenciária.

EIXO III

Governo Participativo, Ético e Competente

Gestão Fiscal

Avaliação da Área Temática

O contexto em que se insere o PPA 2012 – 2015 tem com pano de fundo a crise econômica mundial, que ainda mostra claros sinais de força, e a piora dos principais índices macroeconômicos brasileiros que continuam interferindo negativamente nos índices econômicos. O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional.

O cenário econômico para 2015 era pessimista, com a queda dos investimentos privados e públicos, e nem as políticas econômicas expansionistas possibilitaram à economia cearense se manter numa trajetória de crescimento sustentável, nem manter o crescimento de sua renda superior a média nacional. Assim, a economia cearense não conseguiu manter sua trajetória de aumento no PIB.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Gestão Fiscal

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Incremento na receita tributária							
1.1. Crescimento nominal do ICMS	%	19,76	10,50	12,53	13,85	8,62	4,27
2. Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas							
2.1. Capacidade de investimento do Tesouro	R$ milhão	952,40	1.503,70	1.857,07	1.191,73	622,19	445,31
2.2. Nível de endividamento (Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida)	proporção	0,28	0,29	0,28	0,29	0,42	0,61
3. Melhoria da satisfação cliente no atendimento							
3.1. Índice de satisfação do cliente(*)	%			69,35		87,0	

Fonte: SEFAZ
(*) Nos Exercício de 2013 e 2015 não foram realizadas pesquisa de satisfação.

Evolução do PIB Brasil x PIB Ceará – 2008 a 2015

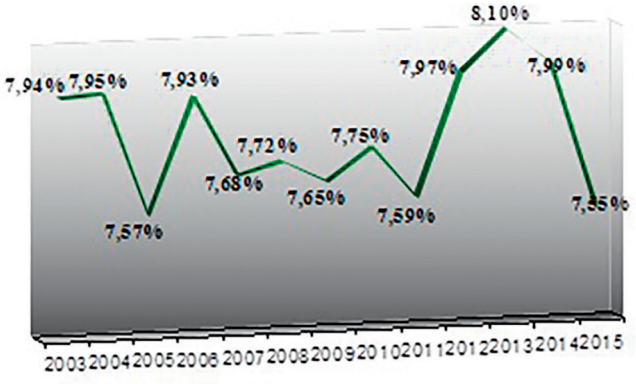
Fonte: IBGE

De modo a continuar a garantir o equilíbrio das contas públicas do Estado do Ceará, no âmbito da receita, buscou-se, no período, aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para manter seu programa vigoroso

de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

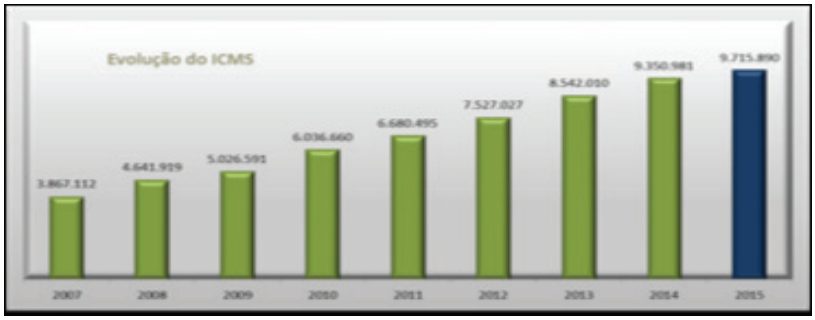
Um indicador interessante para análise do comportamento das finanças estaduais é a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território - Produto Interno Bruto - PIB.

Comparativo ICMS e PIB do Ceará



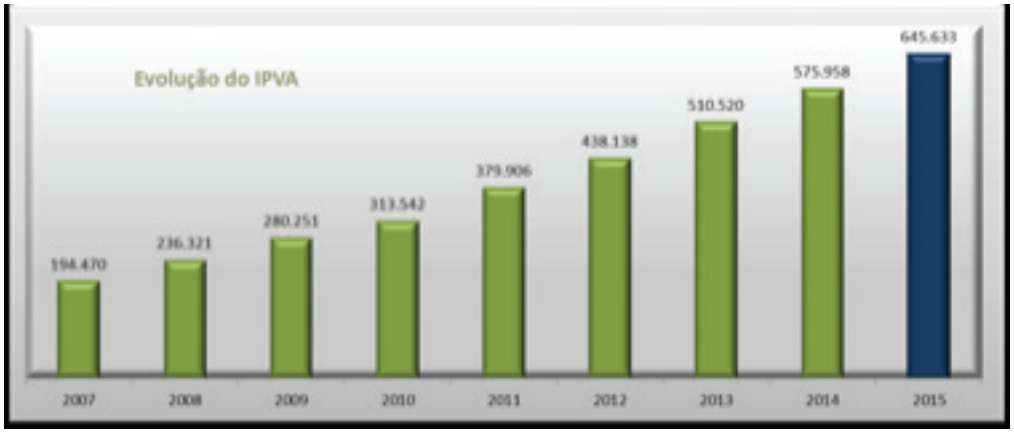
Apresentamos a seguir o comportamento dos valores nominais das principais receitas do Estado do Ceará, em R$ mil, de modo a ilustrar sua trajetória em período que engloba o PPA 2012 – 2015.

ICMS no período de 2007 a 2015



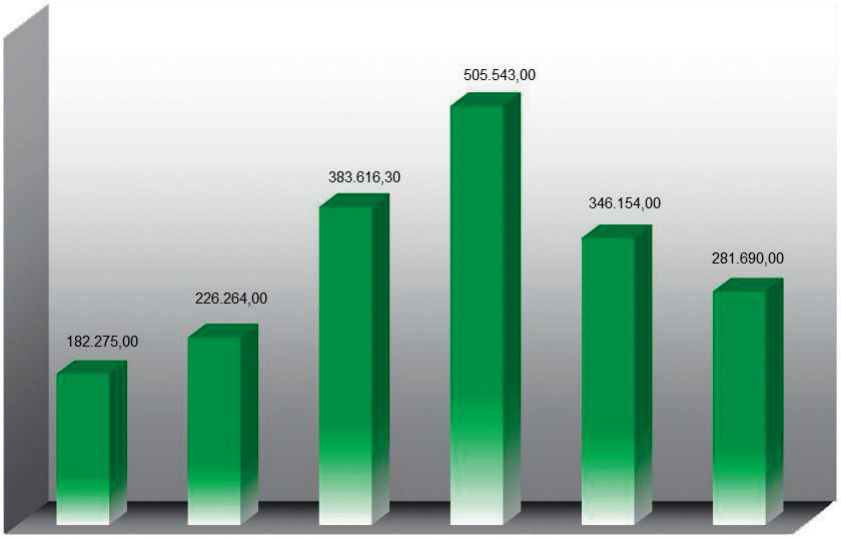
Fonte:Sefaz-S2GPR/Smart

IPVA no período de 2007 a 2015



Fonte:Sefaz-S2GPR/Smart

Receita Patrimonial no período de 2010 a 2015



Fonte:Sefaz-S2GPR/Smart

Merece especial destaque, porém, o fato de que, ao avaliarmos o comportamento destas receitas no exercício de 2015, em relação a 2014, tendo por base valores da série atualizados, identificamos queda real de 3,32% nas receitas próprias, representando uma reversão da tendência de crescimento, em decorrência dos cenários adversos recorrentes e queda de 3,32% nas receitas de transferências constitucionais.

Este comportamento das receitas indica a necessidade de um ajuste fiscal efetivo a fim de manter o equilíbrio das finanças do Estado do Ceará, principalmente quando se verifica o comportamento das despesas com pessoal e com a dívida pública.

No caso da Despesa com Pessoal e Encargos, fica evidenciada a trajetória de crescimento em relação à Receita Corrente Líquida - RCL.

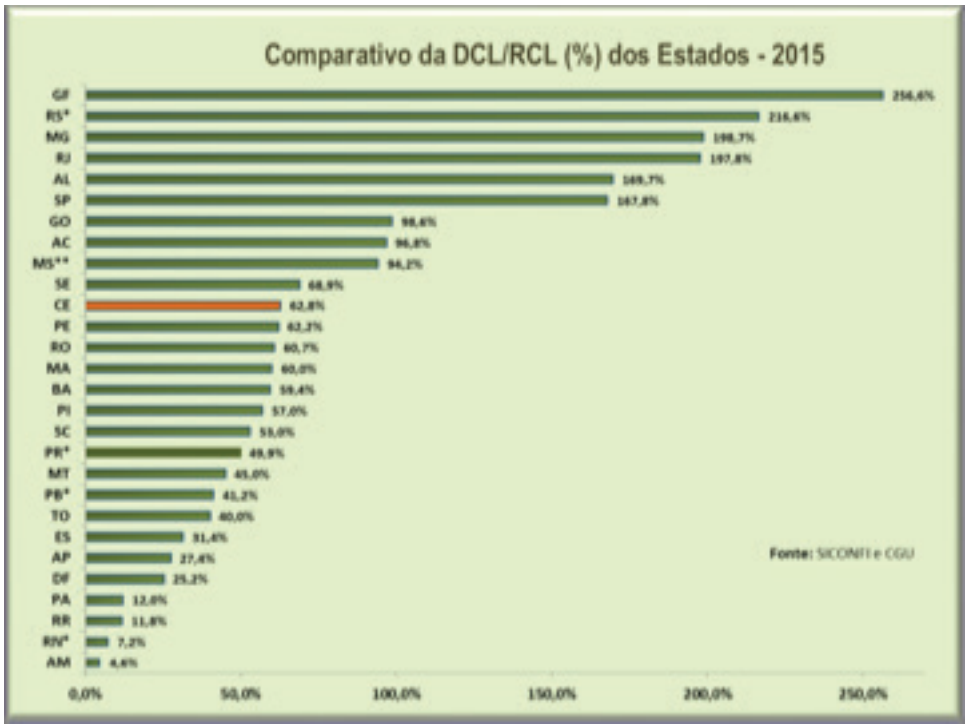
Receita Corrente Líquida x Despesa com Pessoal

	2007	2008	2009	2010*	2011	2012	2013	2014	2015 (1)
RCL	6.560.09	7.886.59	8.400.94	9.664.27	10.966.4	12.130.6	13.379.8	14.150.0	15.176.4
PESSOAL	3.257.67	3.715.41	4.193.79	4.773.25	5.332.74	6.151.78	7.002.31	7.526.91	8.499.59
% DA RCL	49,66%	47,11%	49,92%	49,39%	48,63%	50,71%	52,33%	53,19%	56,01%

Fonte:Sefaz-S2GPR/Smart

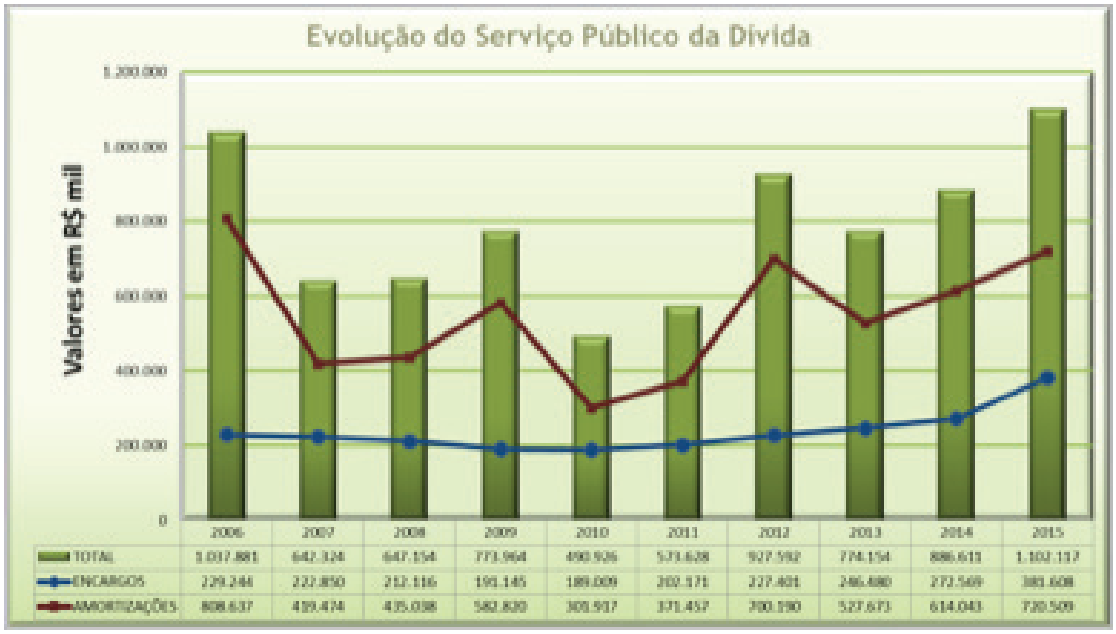
Em relação ao endividamento, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de redução de seu passivo, baseada no efetivo pagamento de juros e amortizações e na realização de amortizações extraordinárias. Com relação a esse indicador, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados, demonstrado abaixo:

Comparativo da Relação DCL/RCL entre os Estados



A despeito do seu baixo nível de endividamento, o Estado tem mostrado um pesado compromisso com o pagamento do serviço da dívida, por conta de um cronograma de amortizações concentrado no curto prazo. No Ceará, as amortizações representaram em 2015, aproximadamente 65,4% do total do serviço da dívida.

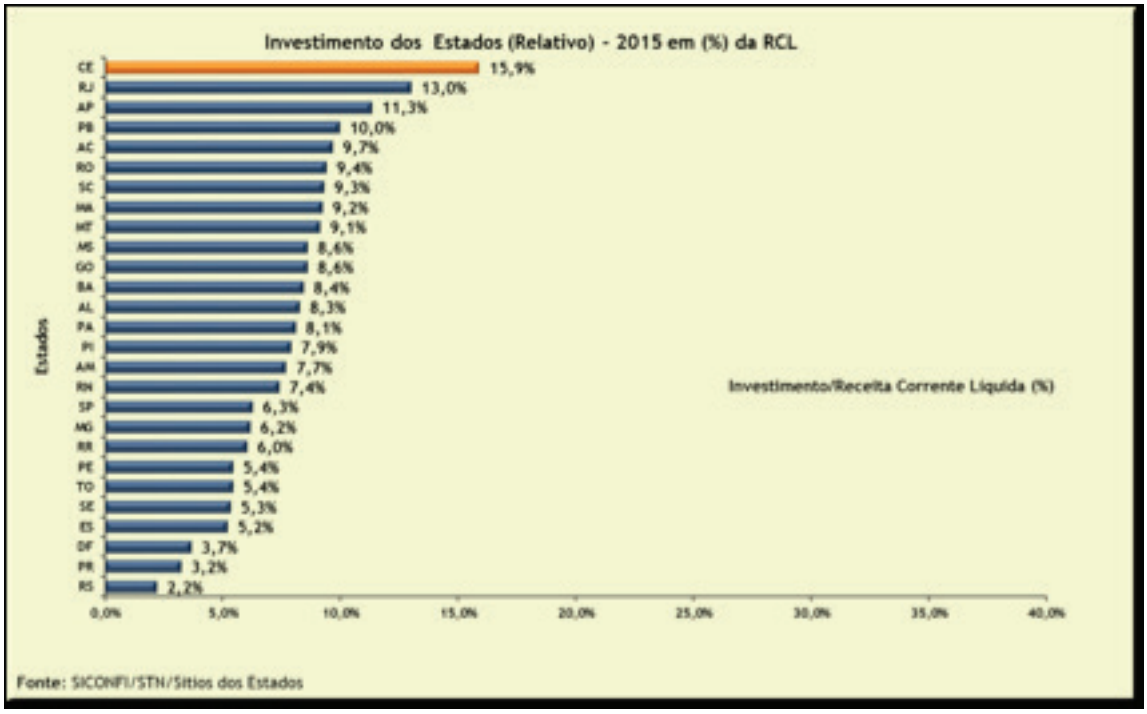
Serviço da Dívida Pública Estadual



Fonte:Sefaz-Sic/Smart

Apesar de indicativos desfavoráveis como queda real de receitas e concentração no curto prazo de amortizações da dívida, o Estado do Ceará desponta como líder absoluto segundo o indicador que compara o volume de investimentos com a Receita Corrente Líquida.

Comparativo dos Investimentos Estaduais– Relativo



Ao contrário do que esperado quando se trata de grandes volumes de investimento ao longo do tempo, as Outras Despesas Correntes apresentaram queda real de 11,7% em 2015, reduzindo para 33,60% da RCL.

Complementam esse breve relato acerca da área da Gestão Fiscal, a análise dos indicadores de gastos com educação e saúde apresentados a seguir em que fica demonstrado o aporte do Estado do Ceará além do limite exigido ao longo de todos os exercícios.

Gastos com Educação

R$ 1.000

DEMONSTRATIVO DE GASTO COM EDUCAÇÃO			
Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa Com Educação	Realização %
2007	6.151.441	1.672.745	27,19%
2008	7.494.850	1.950.882	26,03%
2009	7.714.449	2.259.209	29,29%
2010	8.863.217	2.619.061	29,55%
2011	10.306.733	2.766.203	26,84%
2012	11.242.658	3.090.732	27,49%
2013	12.527.321	3.479.088	27,77%
2014	13.638.613	3.765.224	27,61%
2015	14.403.057	3.857.488	26,78%
25% da Receita Líquida de Impostos		3.600.764	
Diferença entre o Realizado e a Meta 2014		256.724	

Fonte: SEFAZ-SIGPR/SIHART
(*) Período de JAN/DEZ

Gastos com Saúde

R$ 1.000

DEMONSTRATIVO DE GASTO COM SAÚDE			
Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa Com Saúde	Realização %
2007	5.589.276	751.979	13,45%
2008	6.809.318	942.088	13,84%
2009	7.085.424	1.221.661	17,24%
2010	7.870.406	1.434.214	18,22%
2011	9.163.687	1.600.158	17,46%
2012	11.242.657	1.541.150	13,71%
2013	12.527.320	1.795.136	14,33%
2014	13.638.612	2.239.936	16,42%
2015*	14.403.057	2.053.018	14,25%
12% da Receita Líquida de Impostos		1.636.633	
Diferença entre o Realizado e a Meta 2014		603.303	

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART
(*) Período de JAN/DEZ

Nota: Da Receita Líquida de Impostos para o cálculo do comprometimento com saúde está deduzido o valor da perda do Fundeb.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 009 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O programa tem como objetivo a implementação de estratégias de modernização da infraestrutura tecnológica da SEFAZ com foco na automação e virtualização dos processos fazendários e no desenvolvimento de tecnologias gerenciais a fim de otimizar os resultados das ações do fisco e garantir a prestação de serviço de excelência ao cidadão.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	43.961.071,32	4.737.560,26	10,78
2013	39.473.549,51	3.189.068,55	8,08
2014	64.684.395,13	43.273.716,03	66,90
2015	53.222.239,00	21.962.947,53	41,27
Total	**201.341.254,96**	**73.163.292,37**	**36,34**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Modernizar 80% das Unidades Fazendárias da capital e do interior.	10,00	13,00	11,0	24,00	11,00	51	11,00	33	121
Aumentar em 40% os serviços oferecidos no ambiente Web da Sefaz.	378,00	367,00	372,00	370,00	375,00	449	378,00	451	451
Alcançar índice de satisfação de 95% nas unidades de atendimento presencial.	90,00	69,35	75,00	(*)	70,00	87,00	95,00	(*)	87
Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas.	80,00	82,00	85,00	85,51	87	91,83	90,0	89,18	89,18

Fonte: SEFAZ
(*) Nos Exercício de 2013 e 2015 não foram realizadas pesquisa de satisfação

Avaliação do Programa

As metas relativas a esse programa envolveram a realização das seguintes iniciativas: Automação dos Postos Fiscais, aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, implantação de sistemas informatizados, implantação da Gestão dos Processos de Negócio, virtualização dos processos de cadastro sincronizado e escrituração digital, implantação da Gestão do Conhecimento, modernização das Unidades Fazendárias, realização de pesquisa de satisfação.

As principais ações realizadas envolveram a aquisição de 4 Equipamentos de Raios-X de Carga, visando combater a sonegação fiscal e o contrabando nos postos de fiscalização no trânsito de mercadorias, aquisição de equipamentos e soluções tecnológicas, atualização de banco de dados, solução de backup e recuperação de dados, sistema de precatórios, solução de Módulos Fiscais Eletrônicos, solução de Integração das bases de dados fiscais da SEFAZ, solução de gestão de processos, instalação de elevador para a SEDE III da SEFAZ.

As iniciativas adotadas promoveram efetiva modernização das atividades fazendárias alcançando o objetivo do Programa, garantindo ganho de eficiência do Fisco estadual. Cabe destacar que, diante dos avanços tecnológicos, das imensas bases de dados e da complexidade das operações, a implantação de novas soluções torna um mister para que a SEFAZ mantenha-se hábil para cumprir sua missão com eficiência.

PROGRAMA 010 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O programa objetiva aprimorar os processos fiscais, aparelhar e instrumentalizar as Unidades da SEFAZ, de forma a aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros do Estado, garantindo o equilíbrio fiscal e a eficiência do sistema de arrecadação.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	59.589.395,63	43.710.123,58	73,35
2013	28.927.376,15	24.765.044,00	85,61
2014	46.942.014,25	27.870.711,76	59,37
2015	49.975.122,44	27.692.510,78	55,41
Total	**185.433.908,47**	**124.038.390,12**	**66,89**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Aparelhar 80% das Unidades da SEFAZ.	10	11	11	13	11	13	11	4	41
Aprimorar 03 processos fiscais.	1	-	1	3 (*)	1	0	1	0	03

Fonte: SEFAZ
(*) Meta 100% cumprida em 2013: 03 (três) processos fiscais aprimorados

Avaliação do Programa

A realização das metas relativas a esse programa envolveu as seguintes iniciativas: criação de regras de negócio nos Sistemas Corporativos do Estado, ampliação da frota de veículos, aparelhamento e manutenção dos Postos Fiscais e Células de Execução Tributária, implantação da Escrituração Digital e Gestão do Cadastro Sincronizado, implantação de Ferramentas de Gestão.

As principais ações envolveram o desenvolvimento de soluções no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital

– SPED, Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, Manifesto Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDF-e.

Também foram realizadas ações de Monitoramento Fiscal, que consistem na verificação do cumprimento das obrigações tributárias e confere ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos, ações de fiscalização, ações de gestão do comércio exterior e substituição tributária (Sistema de Controle do Comércio Exterior – SISCOEX, Cadastro Eletrônico de Contribuintes Substitutos), consolidação do controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta, programa de incentivo à conciliação de débitos fiscais, ações da Coordenadoria de Pesquisa e Análise Fiscal.

Complementarmente às ações de modernização tecnológica desenvolvidas, a SEFAZ atuou fortemente no aprimoramento dos processos de monitoramento e fiscalização, além de adequar-se a procedimentos nacionais como o SPED e a NFe, garantindo o êxito do Programa. Além disso, como demonstrado, foram, também, equipadas unidades da SEFAZ de modo a garantir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

PROGRAMA 011 - CIDADANIA FISCAL

O programa tem como objetivo disseminar no âmbito da sociedade a consciência da importância da função socioeconômica do tributo por meio de ações de educação fiscal e da capacitação continuada de agentes multiplicadores.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	195.000,00	66.485,00	34,09
2013	600.000,00	584.500,63	97,42
2014	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00
Total	**795.000,00**	**650.985,63**	**81,88**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Sensibilizar, anualmente, 3.500 pessoas através das ações de Educação Fiscal.	3.500	5.610	3.500	9.450	3.500	13.882	3.500	7.530	36.472
Capacitar, anualmente, 1.500 servidores públicos.	1.500	1.497	1.500	1.599	1.500	395	1.500	895	4.386
Realizar, anualmente, 5 eventos educativos.	5	70	5	79	5	27	5	40	216

Fonte: SEFAZ

Avaliação do Programa

No âmbito deste programa foram realizadas as seguintes ações: palestras ministradas para professores e alunos do ensino médio, fundamental e profissionalizante na capital e interior do Estado e para unidades de ensino superior; cursos de "Disseminadores de Educação Fiscal (DEF)" e de "Atualização de Conteúdo - DEF II", em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) do Ministério da Fazenda; Cidadania Fiscal para Universitários; Cidadania Fiscal para Agentes do Fisco (servidores da SEFAZ); e Educação Fiscal e Cidadania, em parceria com CENTRESAF-CE, Receita Federal 3ª Região Fiscal, Secretaria de Finanças e da Educação de Fortaleza.

Podemos destacar os Projetos: Educação Fiscal nas Escolas, Cidadania Ativa, em parceria com a Universidade de Fortaleza, em escolas de Fortaleza, Instalação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) no Centro Universitário Estácio de Sá, Unidade Moreira Campos, em Fortaleza em parceria com a Receita Federal 3ª Região Fiscal, Secretaria

de Finanças do Município de Fortaleza e Conselho Regional de Contabilidade, Educação Fiscal Itinerante, Universidade no Fisco.

Foram realizados seminários sobre Cidadania Fiscal, nova Lei das Taxas e Cidadania Fiscal, seminário "Cidadania Fiscal como alternativa para a Crise Financeira", 1° Fórum de Educação Fiscal e Cidadania, concurso de Redação sobre Educação Fiscal em escolas, participação no Mutirão de Conciliação Fiscal, iniciativa do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, alinhado ao Programa de Conciliação Fiscal promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Programa de Responsabilidade Socioambiental, que engloba cursos em parcerias com a Fundação Sindicato dos Fazendários do Ceará - SINTAF e Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

A estratégia adotada de buscar parcerias com outras entidades públicas e privadas para realizar as metas deste programa criou uma rede de atores que dão capilaridade a suas ações. Isto fortalece a educação fiscal e garantiu o cumprimento do objetivo do Programa.

EIXO III

Governo Participativo, Ético e Competente

Tranparência, Controle e Participação Social

Avaliação da Área Temática

A contínua e crescente cobrança social sobre a aplicação dos recursos disponíveis pelo Estado, e sua consequente efetividade em termos de benefícios gerados à população, leva à necessidade de maior controle e avaliação da legitimidade, efetividade, economicidade, eficiência e eficácia das ações da Administração Pública.

Com a missão de assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta dos serviços públicos com qualidade, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE direciona sua atuação à consolidação do controle interno preventivo, à aplicação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como ao fortalecimento da gestão democrática participativa.

No âmbito do controle interno preventivo, que tem como foco a racionalização e o monitoramento de processos organizacionais, contribuindo para otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais, várias ações vem sendo desenvolvidas. A implantação do controle interno preventivo promove maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, à medida que reduz a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos, a eficácia na disponibilização de bens e serviços e a conformidade legal dos atos administrativos, além de possibilitar a identificação e a disseminação de boas práticas de gestão.

Para a consolidação do controle interno preventivo ainda contribuem as ações de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, as quais são focadas na avaliação dos controles internos e na gestão de riscos. A contribuição de tais auditorias se efetiva na medida em que aferem a eficácia dos controles implantados, propondo ações necessárias ao seu aprimoramento, em relação a processos específicos, programas de governo e áreas especializadas (obras públicas e tecnologia da informação e comunicação), agregando valor às abordagens tradicionais de auditoria interna.

A gestão democrática participativa envolve a participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo. A adoção desse modelo de gestão contribui para o fortalecimento das práticas de governança democrática e transparente, além de permitir alcançar níveis satisfatórios de legitimidade e qualidade na oferta de bens e serviços, assegurando o atendimento das demandas sociais.

Assim, de forma a adequar o modelo de atuação da CGE às modificações promovidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 75/2012 e Lei Complementar nº 119/2012 e alterações, as quais compõem o arcabouço jurídico do atual macroprocesso de transferência de recursos, foi publicada a Lei nº 15.360/2013, a qual alterou os dispositivos da Lei nº 13.875/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo Estadual.

Nesse sentido, registre-se que a Emenda nº 75/2012 visa ao fortalecimento das atividades de controle interno. Ela atribui às atividades de controle o caráter de função essencial ao funcionamento da administração pública estadual, contemplando no seu âmbito de atuação as macrofunções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição. Quanto à Lei Complementar nº 119/2012 e alterações, dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Com a publicação da Lei nº 15.360/2013, foi modificada a estrutura da CGE e foram criados 39 cargos de articuladores do controle interno preventivo, para atuar de forma descentralizada nos órgãos e entidades estaduais, no monitoramento do processo de contratos, convênios e congêneres. Desse total, 19 cargos se encontravam preenchidos ao final de 2015.

Ainda em relação ao controle interno preventivo, foram desenvolvidas ações no sentido de disseminar, junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, parceiros públicos e privados, os conhecimentos acerca do atual macroprocesso de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Os avanços da área temática Controladoria e Ouvidoria podem ser observados a partir dos resultados e indicadores

setoriais a seguir destacados.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Controladoria e Ouvidoria

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Segurança administrativa na tomada de decisão							
1.1. Recomendações reincidentes de auditoria [1]	%	49,00	58,00	0	0	0	0
1.2. Inadimplência de convênios de despesa e congêneres	%	11,97	11,59	16,50	15,80	53,01	23,06
1.3. Percentual de dias no ano de inscrição do Estado no CAUC	%	88,00	89,61	83,48	97,54	65,57	66,53
2. Participação efetiva do cidadão							
2.1. Atendimento das recomendações da Ouvidoria [2]	%	0	0	52,94	95,00	90,50	43,75
2.2. Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo	%	0	94,96	92,27	89,15	91,39	89,13
2.3. Satisfação do usuário com as ferramentas de Ouvidoria	%	0	73,00	85,89	83,00	82,00	78,66
2.4. Satisfação do usuário com as ferramentas de Transparência	%	65,00	60,00	60,00	28,00	35,00	41,76

Fonte: CGE

[1] No período de 2012 a 2015 não foi realizada atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), inicialmente por conta do reduzido quadro de auditores e posteriormente em função da adaptação dessa atividade para o âmbito do Controle Interno Preventivo.

[2] Em 2015, o percentual referente ao atendimento de recomendações foi o constante no Relatório Semestral de Ouvidoria 2014.2. A partir de 2015, os relatórios de ouvidoria passaram a ter periodicidade anual, passando as respectivas recomendações a serem apuradas em 2016.

O indicador "Recomendações Reincidentes de Auditoria" expressa em que medida as ações implementadas pelos órgãos e entidades para sanar fragilidades detectadas na realização de atividades de auditoria foram eficazes, sendo seu desempenho aferido pelo nível de redução. Em função do reduzido quadro de auditores e posteriormente por conta da adaptação da atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF para o âmbito do Controle Interno Preventivo, o resultado desse indicador teve sua aferição comprometida no período avaliado.

O indicador "Inadimplência de Convênios de Despesa e Congêneres" representa o nível de inadimplência financeira dos municípios e das entidades privadas sem fins lucrativos com o Estado do Ceará, relativamente aos valores pagos de convênios de despesa e instrumentos congêneres firmados. O aumento observado entre o resultado 15,80% de 2013 e o percentual de 53,01% obtido em 2014 foi resultante da inclusão das transferências para municípios relativas ao financiamento do transporte escolar, anteriormente não considerada pela legislação de convênios. Com o redesenho do processo de transferências voluntárias, esse tipo de repasse foi incluído no rol de instrumentos congêneres, passando a ser monitorado e acompanhado pelo Controle Interno Preventivo, o que, em um primeiro momento, possibilitou a detecção de fragilidades na apresentação de prestações de contas, que logo foram trabalhadas e corrigidas, reduzindo o resultado de 2015 a patamares próximos aos apresentados em anos anteriores. Nesse sentido, com a implantação do Controle Interno Preventivo, a CGE espera contribuir de maneira significativa para a redução do nível dessa inadimplência.

O indicador "Percentual de dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC" expressa a quantidade de dias em que os órgãos da Administração Direta do Estado do Ceará estiveram com o CNPJ inscrito no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, em relação à quantidade de dias úteis do ano. O CAUC, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta os registros de informações disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, relativamente aos estados e municípios brasileiros. Entre os anos de 2012 e 2015, esse indicador apresentou um decréscimo significativo, saindo de 83,48% para 66,53%, evidenciando que embora ainda haja espaço para que os órgãos estaduais adotem medidas preventivas em relação a essa situação, o esforço empreendido pela CGE e pelos demais órgãos da Administração Direta do Estado do Ceará vem contribuindo para a melhoria do indicador.

Importante mencionar que a inscrição dos órgãos no CAUC impede a formalização de convênios de receita com a União, bem como prejudica a realização de contratos de financiamento com aval do Governo Federal. Assim, a redução de incidência dos CNPJs da Administração Direta do Estado no CAUC representa maior capacidade potencial do Estado para a captação de recursos financeiros.

A evolução desses três indicadores demonstra a necessidade de continuar desenvolvendo ações com o objetivo de aumentar a segurança administrativa na tomada de decisão.

O indicador "Atendimento das Recomendações da Ouvidoria", que representa o nível de atendimento (eficácia) das recomendações de ouvidoria por parte dos órgãos e entidades estaduais, registrou significativo decréscimo, alcançando nível de 43,75% em 2015, bem abaixo da média verificada no período de 2012 a 2014. Tal resultado pode estar associado à mudança na periodicidade de emissão dos relatórios de ouvidoria, que em 2015 passou a ser anual, o que impacta a apuração do total de recomendações atendidas no período.

O indicador "Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo", que representa a quantidade de respostas, positivas ou negativas, que a ouvidoria encaminha ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, dentro do prazo definido legalmente, apresentou percentual de 89,13% em 2015, pouco menor que o registrado entre 2012 e 2014. Registre-se o entendimento de que, apesar de esse indicador ter demonstrado certa redução no valor apurado ao final do período, resta caracterizada a atuação tempestiva da CGE para atendimento às demandas de ouvidoria, as quais têm se situado em torno de 90% dentro do prazo legal.

O indicador "Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria", que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria disponibilizadas para fomentar sua participação na elaboração e condução das políticas públicas, apresentou resultado de 78,66% em 2015, um pouco inferior à média alcançada no período de 2012 a 2014. Registre-se que o indicador em questão é fruto de avaliação facultativa realizada com o cidadão após a conclusão de sua manifestação, opinando ele sobre 3 (três) pontos: presteza no atendimento, qualidade da informação e se recomendaria a ouvidoria para outras pessoas.

Da análise da referida avaliação, percebe-se que os usuários se mostram menos satisfeitos com o teor da resposta encaminhada que, por vezes, não corresponde às suas expectativas, tendo em vista, muitas vezes, a qualidade dessa resposta depender da informação repassada pela ouvidoria setorial ou até mesmo de ações de iniciativa do Governo. Por outro lado, o índice de usuários que recomendariam a ouvidoria para outras pessoas é o mais bem avaliado dentre as três perguntas da pesquisa, fato que demonstra a confiabilidade do cidadão em relação à ouvidoria. Além disso, a CGE tem buscado nas reuniões com a Rede de Ouvidorias fomentar o aperfeiçoamento do conteúdo das respostas, para que sejam claras, fundamentadas e objetivas.

O indicador "Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Transparência", que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com o Portal da Transparência disponibilizado para fomentar o controle social, apresentou resultado de 41,76% em 2015, indicando uma reversão na tendência verificada em 2013. Esse acréscimo pode estar associado à melhoria implementada na ferramenta, relativamente à disponibilização de consulta individualizada aos salários dos servidores estaduais, haja vista ser esta uma demanda sempre suscitada pelos usuários do Portal.

Registre-se que houve uma mudança na metodologia e na operacionalização da aplicação da pesquisa, a partir de 2013, coincidindo com a alteração no resultado apurado. A partir de então, a quantidade de avaliações mensais cresceu de 10 para cerca de 150, refletindo acréscimo significativo de usuários da ferramenta. Entende-se que passou a haver um feedback mais acurado dos usuários, o que implicou o aperfeiçoamento das consultas mais demandadas e pior avaliadas. Dessa forma, a partir de 2014, percebe-se melhoria na satisfação dos usuários do Portal.

Diante do exposto, no que se refere a esses quatro últimos indicadores no período de 2011 a 2015, verifica-se um aumento da participação efetiva do cidadão, principalmente a partir da atividade de Ouvidoria, devendo ser destacado que podem ser desenvolvidas outras ações ou intensificadas as já realizadas com o objetivo de ampliar ainda mais essa participação.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 063 - CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O programa tem como objetivo a implantação de ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como a implantação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.087.681,89	1.076.920,00	99,01
2013	519.840,00	70.915,48	13,64
2014	2.430.003,87	951.903,87	39,17
2015	2.799.020,30	1.272.721,88	45,47
Total	**6.836.546,06**	**3.372.461,23**	**49,33**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar o controle interno preventivo em 64 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual.	0	0	0	0	64	16	64	17	33
Realizar 28 auditorias especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual	0	0	6	2	10	2	16	8	12

Fonte: CGE

Avaliação do Programa

Com o objetivo de implantar ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, foram desenvolvidas diversas ações com essa finalidade.

Relativamente à área de controle interno preventivo, foi realizado o mapeamento, a modelagem e a validação dos processos de aquisições (contratos) e de transferência de recursos (convênios e congêneres), e, na sequência, foi elaborada a regulamentação da legislação do processo de transferência de recursos por meio de convênios e congêneres por meio da promulgação da Emenda Constitucional nº 75/2012, Lei Complementar nº 119/2012 e Decretos Estaduais nº 31.406/2014 e nº 31.621/2014.

Além disso, outra ação desenvolvida diz respeito à criação de 39 cargos de Articuladores de Controle Interno Preventivo, dos quais 19 estavam preenchidos, até o final de 2015, por servidores estaduais selecionados e capacitados para atuarem em atividades inerentes ao Sistema de Controle Interno Preventivo, na CGE e em outros órgãos e entidades do Governo, sob a supervisão do órgão central de controle interno.

Relativamente à área de Auditoria Governamental, que tem como principal meta a realização de auditorias especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual, estavam programadas 32 atividades para o período de 2012 a 2015, tendo sido realizadas 12 auditorias de desempenho em processos, programas de governo e áreas especializadas, destacando-se: Ronda do Quarteirão e Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, Portal da Transparência e Sistema de Convênios e Congêneres do Estado do Ceará – SICONV-CE. O desempenho orçamentário do Programa, com média de execução de aproximadamente 49,33% no período de 2012 a 2015, apresentou um resultado pouco satisfatório, o que impactou negativamente o desempenho físico de suas metas mais representativas. Tal fato esteve associado, em 2013, ao distrato entre a CGE e a empresa contratada para desenvolver o software que daria suporte à implantação do Controle Interno Preventivo.

A baixa execução do programa decorreu também da realização apenas parcial de 04 (quatro) Projetos de Assistência Técnica voltados ao fortalecimento da gestão do setor público, a serem realizados pela CGE no âmbito do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR), com recursos da fonte 48. São eles: i) Desenvolvimento do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC); ii) Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção; iii) Auditoria técnica dos indicadores; e iv) Apoio à adoção de normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público.

Nesse sentido, a meta "Realizar o controle interno preventivo em 64 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual" foi remanejada para o exercício 2014, tendo sido destinados recursos para desenvolvimento do referido software no âmbito da própria CGE. No desenvolvimento das atividades durante o referido período, 33 órgãos e entidades foram monitorados, recebendo orientação e suporte técnico sobre o processo, além da disponibilização da ferramenta telefônica que dá suporte à execução das parcerias celebradas por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Por outro lado, dentre as atividades realizadas no âmbito do Programa 063, destaca-se a elaboração do Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, realizado em conjunto com a Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA e o Departamento de Engenharia e Arquitetura – DAE, que traz orientações básicas sobre os procedimentos a serem adotados na contratação, execução e fiscalização de obras realizadas no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará.

PROGRAMA 064 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo a disseminação de conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, contribuindo para a Educação Social e exercício da Cidadania.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.959.846,93	1.914.037,87	97,66
2013	1.408.051,76	1.121.229,80	79,63
2014	1.558.521,14	855.681,28	54,90
2015	1.866.591,05	1.143.793,40	61,28
Total	**6.793.010,88**	**5.034.742,35**	**74,12**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar 192 Ações Educativas em Educação Social	56	56	120	170	16	182	0	0	408

Fonte: CGE

Avaliação do Programa

Com o objetivo de disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, bem como contribuir para a educação social e o exercício da cidadania, foram desenvolvidas diversas ações no âmbito do programa. Em 2013, foi implantado o Projeto de Educação Social, em parceria com a Secretaria da Educação, com a realização de 170 palestras "Caminhos da Cidadania", para 10.481 alunos do ensino médio, abordando temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação; combate à corrupção; Portal da Transparência; Ouvidoria; conselhos de políticas públicas; conferências; processo eleitoral; além de informar quais são os órgãos de controle e onde e como se pode ter acesso a informações e exercer o controle da gestão pública.

Em 2014, a CGE dispunha de recursos orçamentários e financeiros que lhe permitiram realizar quantidade de ações

de educação social bem superior à prevista. Assim, foram ministradas 182 palestras para 10.040 alunos. Já em 2015, embora se pretendesse dar continuidade à execução do Projeto em escolas estaduais localizadas no interior do Estado, circunstâncias restritivas do ponto de vista orçamentário e financeiro inviabilizaram a própria definição da meta. De forma geral, no âmbito do período avaliado, o desempenho da meta apresentou resultado bastante satisfatório.

Além disso, outras ações desenvolvidas no âmbito do programa contribuíram para o alcance dos seus objetivos. Nesse sentido, foi instituído o Código de Conduta e Ética do Servidor Público Civil, por meio do Decreto nº 31.198, de 30 de abril de 2013. Também em 30 de abril, foi publicado o Decreto nº 31.199, que regulamentou o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e o Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI.

Relevante destacar que, relativamente à Transparência e Ética, foi publicado o Decreto nº 31.487, de 04 de junho de 2014, que dispõe sobre a divulgação de remuneração de servidores ativos do Poder Executivo Estadual.

Por outro lado, foi instituída por meio da Portaria CGE nº 107, de 21 de agosto de 2014, a Comissão Permanente de Apuração de Denúncias, à qual compete apurar denúncias recebidas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, por meio dos canais de acesso disponibilizados ao cidadão, provenientes de outros Poderes e de órgãos que compõem a Governadoria, bem como aquelas contra titulares ou ouvidores dos órgãos ou entidades do Poder Executivo, as quais serão apuradas, em caráter definitivo, pela Comissão.

O desempenho do Programa em termos orçamentários apresentou execução de 74,12% no período de 2012 a 2015, o que permitiu o bom desempenho físico de suas metas mais impactantes, indicando uma tendência de alcance do objetivo maior de disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública.

EIXO III

Governo Participativo, Ético e Competente

Governo e Sociedade

Avaliação da Área Temática

Com o intuito de fortalecer a governança democrática, a transparência e a transversalidade das políticas públicas, o Governo do Estado vem intensificando a articulação intersetorial, principalmente no que diz respeito à realização de políticas integradas e a ampliação do diálogo com a sociedade.

Para tanto,o Governo tem estimulado a atuação integrada entre os órgãos que desempenham atividades de sustentação e apoio, incluindo-se o Gabinete do Governador – GABGOV, a Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado – PGE que vêm atuando em seus respectivos setores, promovendo ações de gestão, articulação política e institucional, e apoio jurídico na defesa dos interesses do Estado. Assim, a sociedade, destinatária principal das ações de governo, terá alcançado ganhos de efetividade nas relações do diálogo, participação e transparência sobre as ações e investimentos públicos.

O Gabinete do Governador, com o propósito de proporcionar maior garantia dos direitos da população cearense e reduzir desigualdades sociais, coordena a execução das políticas transversais no Estado do Ceará, de forma compartilhada com as demais secretarias de governo, possibilitando o atendimento das demandas sociais específicas dos diferentes grupos sociais. Para tanto, o GABGOV incorporou em sua estrutura organizacional, coordenadorias especiais.

Inicialmente, foi estruturada a coordenadoria de políticas públicas relacionadas à juventude e, posteriormente, com base nas necessidades e vulnerabilidades de outros segmentos da sociedade, foram sendo implantadas as coordenadorias especiais encarregadas de políticas transversais voltadas para as mulheres, idosos, pessoas com deficiência, para proteção e promoção dos direitos humanos e prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química e em atenção ao segmento das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais- LGBT.

Neste sentido, vem realizando a gestão intersetorial das políticas públicas em todo o Estado, promovendo a participação social, reforçando o diálogo com a sociedade e os municípios para, aliado aos demais órgãos governamentais, oferecer ações e projetos para inclusão social, fortalecimento do exercício da cidadania, redução das desigualdades e discriminações e melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Por sua vez, a Casa Civil, em cumprimento a sua missão institucional atua no fortalecimento das relações político-institucionais, articulando entre as esferas de poder no âmbito do Estado do Ceará com o objetivo de viabilizar a efetivação das políticas públicas. Nesse contexto, manteve os serviços de comunicação legal e institucional necessários à garantia dos princípios constitucionais, em especial o da legalidade, publicidade e eficiência, contribuindo assim com a inclusão social de seus cidadãos e com a transparência de suas ações.

A PGE é o órgão responsável pela representação judicial do Estado, defesa do patrimônio e da fazenda pública estadual, representação dos interesses junto ao contencioso administrativo e exercício das funções de consultoria jurídica do Executivo e da Administração Direta além do sistema de licitações do Estado. Para cumprir com as atividades de normatização, fiscalização, reajustamento e revisões de tarifas e atendimento ao usuário dos serviços delegados no Estado do Ceará, a PGE conta com uma autarquia vinculada, a Agência Regulada de Serviços Delegados do Estado do Ceará -ARCE, a qual tem como objetivo equilibrar os interesses dos usuários do poder concedente e dos prestadores de serviços públicos delegados, na busca da transparência e da garantia da excelência destes serviços, atuando nos setores de energia elétrica, gás canalizado, transporte intermunicipal de passageiros e saneamento básico.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 021 – PROMOÇÃO DA JUVENTUDE

O Programa tem como objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas ao segmento da juventude no Estado do Ceará, por meio da implementação, manutenção e monitoramento de políticas públicas de Estado nas áreas de cultura, esporte, lazer, segurança, trabalho e empreendedorismo, garantindo, desta forma, também por intermédio

de normatizações, a estabilidade dos direitos e deveres dos jovens na faixa de 15 a 29 anos.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	74.556.995,10	54.016.782,80	72,45
2013	73.944.564,96	55.368.968,25	74,88
2014	83.287.271,67	43.987.324,78	52,81
2015	58.279.599,67	39.648.250,25	68,03
Total	**290.068.431,40**	**193.021.326,08**	**66,54**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
GABGOV									
Ofertar 5400 vagas, em 27 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens de 18 a 29 anos, residentes no meio urbano, que não concluíram o ensino fundamental.	5.400	5.400	5.400	13.200	13.400	13.400*	13.400	13.400	13.400
Ofertar 6000 vagas, em 67 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	7.200**	7.200	7.200**	7.200
Implantar 03 Centros de Referência de Juventude até 2015.	0	0	3	0	3	0	3	0	0
Realizar 16 eventos trimestrais, sendo 1 em 2012 e 15 entre 2013 a 2015, para estimular a implementação de Políticas Públicas de Juventude.	1	2	15	11	15	10***	2	15****	38
Estimular a ampliação de 26 para 100 o número de Conselhos Municipais de Juventude.	4	74	60	18	31	30	27	33*****	33
Elaborar 03 instrumentos legais referentes à temática de política da Juventude.	1	0	2	3	1	0	0	1******	4
SEDUC									
Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	184	105	106	105	184	74	67	77	105
Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares.	100	100	100	100	100	100	100	100	100
SECULT									
Apoiar 40 projetos em todo o Estado.	10	10	10	10	10	5	10	**0**	25
Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura - IFAL.	290	267	290	258	290	209	290	102	836
STDS									
Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	19.480	10.909	19.570	18.170	15.714	5.958	20.120	7.994	55.522
Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	9.859	7.309	7.500	10.804	2.987	2.732	7.037	4.332	27.692

Fonte: GABGOV, SEDUC, SECULT, STDS
* Projovem Urbano.
** Projovem Campo (6.200 do Campo 2 e 1.200 do Campo 3).
*** Uma Audiência Pública do Juventude Viva, uma Formação sobre Drogas em Aurora, oito Formações de Gestores Municipais de Juventude.
**** Uma Conferência Estadual, nove Conferências Regionais, duas Conferências Livres e três Conferências Territoriais.
***** Número total de Conselhos Municipais de Juventude atualmente ativos no Ceará.
****** Decreto da 3ª Conferência de Juventude do Ceará.

Avaliação do Programa

A promoção da juventude é realizada por meio de articulação com órgãos e entidades estaduais, prefeituras e sociedade civil, visando à execução de projetos e programas para o público jovem e sua inserção na construção das políticas públicas como eixos norteadores do desenho institucional do Governo do Ceará.

As conquistas do público cearense jovem vêm sendo garantidas com a construção de uma Política de Estado com marcos institucionais que fortalecem a pauta da juventude no âmbito estadual. O Conselho Estadual de Juventude, a discussão do Estatuto Estadual de Juventude e a realização de Conferências Estaduais de Juventude constituem uma estratégia de garantia dos direitos do segmento juvenil, articulando diálogo intersetorial, controle social e execução de ações e projetos para os jovens.

Em 2015, a Presidenta Dilma Rousseff convocou a 3ª Conferência Nacional de Juventude, convidando todos os entes federados a discutir a realidade da juventude brasileira. No Ceará, o debate teve como tema norteador "A juventude quer viver" e, como lema, "Me poupa do vexame de morrer tão moço", realizando um diagnóstico sobre os problemas que incidem sobre a juventude, discutindo alternativas para superar os desafios e pactuando prioridades para o governo.

No Ceará, foram realizadas 65 etapas da 3ª Conferência Estadual de Juventude, com a participação de 16 mil jovens no processo de debate e construção de propostas para as políticas públicas para a juventude municipais, estadual e nacional, sendo uma Etapa Estadual, nove Etapas Regionais, 50 Etapas Municipais (em parceria com as prefeituras e a sociedade civil), duas Etapas Livres (em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB) e três Etapas Territoriais (em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e movimentos sociais).

A 3ª Conferência Estadual de Juventude do Ceará contou com a participação de 800 jovens de 76 municípios, onde foram eleitos 54 delegados da sociedade civil e do poder público, além de 21 delegados eleitos na Etapa Digital, realizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). No total, 75 delegados(as) representaram o Ceará na Etapa Nacional, em Brasília.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens conseguiu ampliar o acesso à educação e à qualificação profissional para jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Neste Programa, os jovens tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental, ter uma iniciação profissional, ter inclusão digital e intervir na sua comunidade de forma cidadã. Nesta perspectiva, o ProJovem busca atender a parcela da sociedade historicamente excluída do processo educacional, com o objetivo de oportunizar novas possibilidades de trabalho e de continuação dos estudos.

Neste sentido, o Programa de Promoção da Juventude proporcionou uma série de ações que tiveram o objetivo de fortalecer as políticas públicas de juventude nas esferas municipais e estadual, considerando a necessidade de ampliação do acesso à educação e à qualificação profissional, através do ProJovem, que, atualmente, está atendendo jovens de 43 municípios. O Programa de Promoção da Juventude reconhece a necessidade de articulação com os gestores municipais para o fortalecimento de políticas de juventude nos municípios, através do estímulo à criação de Conselhos Municipais de Juventude e de Órgãos Gestores de Juventude, à realização de Conferências Municipais de Juventude e Fóruns Regionais de Juventude, estes últimos programados para o ano de 2016.

O programa E-Jovem, executado pela SEDUC, atendeu 105 municípios e apoiou 100% das escolas que demandaram

projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares. Aproximadamente 4.000 jovens concluíram os Módulos I e II, no período de 2012-2015, sendo que a iniciativa mais impactante desse programa refere-se à formação complementar dos jovens em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e em línguas estrangeiras. No que diz respeito às escolas que demandaram projetos de empreendedorismo estudantil, foram matriculados 7.000 alunos compondo 370 turmas em 226 escolas.

A SECULT objetiva realizar a formação sócio cultural de crianças, adolescentes e jovens nas diversas linguagens artísticas desenvolvendo por meio de apoio às entidades privadas sem fins lucrativos que atuam nesta área e apoio a atuação dos agentes comunitários de leitura. Considerando as diversas dificuldades de execução que os projetos apresentaram no decorrer de 2012 a 2015, pode-se considerar que o desempenho das metas foi favorável.

A meta "Apoiar 40 projetos em todo o Estado", foi executada pelo projeto Subvenção Sociais, em parceria da Secretaria da Cultura - SECULT e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS. No período de 2012 a 2015, essa parceria apoiou 25 projetos em 8 municípios (Aquiraz, Aracati, Assaré, Fortaleza, Hidrolândia, Iguatu Itapipoca e Missão Velha), atendendo cerca de 3.848 mil pessoas entre crianças e jovens.

A meta "Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL" foi executada através do Projeto Agentes de Leitura, uma ação da Secretaria da Cultura do Estado - SECULT apoiada pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza -FECOP e com parceria do Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará – IPECE. O IPECE criou o Índice de Focalização dos Agentes de Leitura – IFAL, apresentando à Secretaria da Cultura os 60 municípios com necessidade de foco na leitura. Referido projeto tem a missão de promover a democratização do acesso ao livro e aos meios da leitura, como ação cultural estratégica de inclusão social e de desenvolvimento humano, através de atividades de socialização de acervo bibliográfico e de experiências de leituras compartilhadas como exercícios de cidadania, de compreensão de mundo e de ação alfabetizadora. Inicialmente, em 2012, a meta foi beneficiar 41 municípios, mas a disponibilidade de recursos permitiu a inclusão de 37 municípios. Assim, entre os anos de 2012 e 2015, foram concedidas 836 bolsas, com atendimento de 24.300 famílias e contabilizando 83.400 pessoas, contemplando crianças, jovens, adultos e idosos.

Com relação às metas da STDS, analisando a meta "Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores", deve-se atentar que para o período 2012-2015 previa-se o repasse contínuo de recursos do Governo Federal, principalmente dos projetos PLANTEQ (projeto de qualificação social e profissional de trabalhadores/as cearenses com foco na inserção no mercado de trabalho formal) e PROJOVEM (projeto que possibilita a inserção do jovem no mercado de trabalho e capacita-o para atuar como agente de mudança em sua comunidade), o que não ocorreu. Isso ocasionou nos anos de 2012 e 2013 um resultado em termos percentuais de 74% em relação à meta, e nos anos de 2014 e 2015 a redução foi ainda mais significante, 39%. Esse resultado se deve ao fato do PROJOVEM, um dos projetos que integram o Programa em análise, ter sido suspenso. Porém, considerando as metas dos demais projetos relacionados ao cumprimento dessa meta (Primeiro Passo e CE-Jovem) para os anos de 2014 e 2015, a meta alcançada foi de aproximadamente 70%, representando um bom desempenho para o objetivo definido para o Programa. Com base no resultado alcançado para a meta "Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho", podemos constatar que houve desempenho satisfatório, pois o percentual de inserção foi de 98,37% sobre o programado para os anos de 2012 a 2015.

PROGRAMA 022 – EQUIDADE DE GÊNERO

O Programa visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção e enfrentamento das diversas violências contra a mulher, por meio da criação e fortalecimento de equipamentos sociais, ampliação da rede de atendimento e capacitação profissional para as mulheres.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	676.057,00	402.862,15	59,59
2013	745.029,58	497.811,57	66,82
2014	854.619,97	600.412,99	70,25
2015	1.065.961,00	456.983,50	42,87
Total	**3.341.667,55**	**1.958.070,21**	**58,60**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
GABGOV									
Estimular a ampliação do número de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres, no Estado do Ceará, de 65 para 80, até dezembro de 2012, e de 80 para 110, até dezembro de 2015.	80	72	10	6	83	7	110	2	87
Estimular a ampliação do número de Órgãos Gestores Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres, de 7 para 10, nas Prefeituras do Estado do Ceará, até 2015.	7	0	1	2	3	2	11	1	5
Desenvolver 2 ações de humanização por ano nos equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.	2	0	2	0	2	2	1	1	3
Estimular a implantação de equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em 2 municípios cearenses com mais de 60 mil habitantes, até 2015.	0	0	2	2	2	0	0	0	2
STDS									
Acolher, proteger e manter 240 mulheres e sua prole vítimas de violência doméstica.	60	71	60	65	60	57	60	70	263

Fonte: GABGOV, STDS

Avaliação do Programa

Em cumprimento às diretrizes nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a política de gênero vem sendo implantada baseada na transversalidade, o que deu capilaridade e consistência para executar projetos e ações, entre eles: ampliação e fortalecimento de 65 para 87 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher; ampliação de sete para doze Órgãos Gestores Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres, tais como secretarias e coordenadorias de mulheres; articulação para a criação de duas Delegacias de Defesa da Mulher, totalizando nove DDM's; realização de oito Cursos de Formação para Gestoras, Parlamentares e Conselheiras dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, totalizando 240 mulheres capacitadas; implementação das Unidades Móveis de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Campo, da Floresta e das Águas; execução de convênio para construção e manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Ceará; parcerias com órgãos públicos municipais e organizações da sociedade civil; reestruturação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher; acordos de cooperação técnica com diversos órgãos estaduais, como Secretaria da Saúde – SESA, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE e Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS; publicação e distribuição de materiais informativos, a exemplo de manuais de como criar Conselho da Mulher e Coordenadoria/Secretaria, cartilha da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Lei Maria da Penha e Manual de Mulheres em Situação de Prisão; além da realização de palestras, rodas de conversa, reuniões institucionais, seminários, articulações e campanhas. Nesta perspectiva, estão sendo executadas suas metas com vistas à transversalidade e ao empoderamento, auxiliando e capacitando a mulher cearense para que ela seja protagonista de sua própria história.

No período 2012-2015, a STDS ultrapassou a meta de acolher; proteger e manter 240 famílias vítimas de violência doméstica ao beneficiar 263 famílias.

PROGRAMA 023 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Programa tem como principal objetivo a implementação de políticas públicas que visam à promoção da igualdade étnico-racial, em atendimento às demandas dos grupos étnicos historicamente discriminados: população negra, indígenas, quilombolas, povos de terreiro de legiões de matriz africana e afro-brasileira, assim como ações de enfrentamento às diversas maneiras de manifestação do racismo.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	1.661.377,47	1.218.521,83	73,34
2013	1.389.803,79	938.592,47	67,53
2014	1.575.324,12	1.170.882,00	74,33
2015	352.989,15	255.883,03	72,49
Total	**4.979.494,53**	**3.583.879,33**	**71,97**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
GABGOV									
Titular 03 comunidades quilombolas e tradicionais.	0	0	3	0	1	0	3	0	0
Reelaborar o Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial, até 2015.	0	0	1	1	1	0	1	0	1
Criar o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial e estimular a criação de 26 Conselhos Municipais, até 2015.	0	0	1	0	7	26	19	5	31
Promover ações institucionais nos 25 municípios que aderiram ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), visando à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo das escolas da rede pública estadual de ensino.	1	82	24	127	7	0	17	0	209
SEDUC									
Atender, até 2015, a 100% das comunidades indígenas com construção, ampliação e reforma das unidades escolares.	4	17	6	0	16	4	5	7	28
Atender, até 2015, a 100% dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades dessa modalidade de ensino.	154	120	154	216	154	300	154	*	300
Garantir as condições básicas para a efetividade do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena nas 665 escolas da rede estadual.	665	690	690	688	688	77	688	510	688
SDA									
Beneficiar 9.440 famílias em comunidades tradicionais	2.360	202	3.426	2.695	7.089	3.654	731	731	3.654

Fonte: GABGOV, SEDUC, SDA
* A meta foi atingida em 2014

Avaliação do Programa

A promoção da igualdade étnico-racial no período de 2012-2015 ocorreu por meio de realização de eventos, capacitações e articulação com movimentos sociais, movimento negro, órgãos e entidades estaduais e municipais para fortalecer a implementação de políticas públicas e o enfrentamento ao racismo e à discriminação social.

Entre as ações protagonistas voltadas para promoção da igualdade racial, destaca-se a criação e o fortalecimento institucional de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial, tanto em âmbito estadual quanto municipal, por meio da realização do projeto Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial no Estado do Ceará.

A meta para criação do Conselho Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial e o estímulo à criação de 26 Conselhos Municipais foi executada por meio do Convênio nº 769412/2012, com ações que tiveram início no ano de 2012, a partir da realização de capacitações, em oito macrorregiões do Estado, de 650 gestores e atores sociais, sendo estes de representantes de mais de 26 municípios cearenses, encerradas em 2014.

Em 2015, ocorreram também cinco reuniões técnicas nos municípios de Tamboril, Aracati, Maracanaú, Acaraú e Crato, com a participação de gestores de políticas públicas municipais, prefeitos, representantes de movimentos sociais e demais interessados, somando, aproximadamente, 100 participantes e superando a meta de estímulo para criação de conselhos municipais, pois no período de 2012 a 2014 foram estimulados 26 municípios e, em 2015, mais cinco.

Em relação ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, em 2015, sua lei de criação foi enviada para aprovação na Assembleia Legislativa, o que ocorreu por meio da Lei nº 15.953, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de janeiro do mesmo ano. Está prevista para o mês de junho de 2016 a posse dos conselheiros.

Com a realização dessas ações, vários atores sociais foram envolvidos nas discussões pertinentes à igualdade racial, despertando o interesse para o desenvolvimento destas políticas e a criação de novas coordenadorias e/ou núcleos de políticas de igualdade racial, nos municípios de Redenção, Maracanaú, Novo Oriente e Tamboril, bem como a institucionalização, em 2015, do Conselho Municipal de Horizonte.

Quanto à reelaboração do Plano de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial- PEPPIR, foram realizados oito encontros nas macrorregiões do Estado com a participação da sociedade civil, representantes do público prioritário desta política e órgãos governamentais interessados, estando em fase de análise para envio à Assembleia Legislativa.

Para execução da meta estabelecida para o período 2012-2015, no que tange à titulação de três comunidades quilombolas e tradicionais, foi articulada, junto à Comissão Nacional de Quilombolas e à Comissão Estadual de Quilombolas Rurais do Ceará, a criação de um Grupo de Trabalho para discutir os processos de titulação das terras quilombolas no Ceará. Entretanto, não foi possível se obter êxito, visto que titulação de comunidades quilombolas é de competência da esfera federal.

Quanto à meta relacionada com a promoção de ações institucionais em 25 municípios que aderiram ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial -FIPIR, visando à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo das escolas da rede pública estadual de ensino, foram realizados vários encontros nas macrorregiões, tendo sido perceptível o interesse de novos municípios no desenvolvimento das políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

Verifica-se que o Gabinete do Governador assumiu o desafio de buscar o envolvimento de atores sociais para a discussão sobre as políticas públicas para a promoção da igualdade racial, utilizando métodos participativos, tendo o desenvolvimento destas ações propiciado novos conhecimentos no tocante às políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos dos grupos étnico-raciais.

O resultado alcançado apresenta-se como um avanço devido ao caráter inovador e gerador de mudanças, fazendo com que as antigas práticas discriminatórias tenham sido combatidas em função de novas práticas moldadas através dos determinantes legais, fundamentados no desenvolvimento de uma política transversal.

As ações relacionadas ao Programa sob responsabilidade da SEDUC indicam que suas metas foram cumpridas e superadas no período 2012-2015 por meio de encontros sistemáticos do Comitê Interinstitucional da Educação Escolar Indígena; construção/reforma de 28 escolas nas comunidades indígenas; e, formação inicial e continuada de 300 professores e gestores indígenas.

A implantação do Programa, no âmbito da SDA possibilitou o apoio no desenvolvimento das comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores e indígenas) no que tange o acesso às políticas públicas, até então inexistentes, desenvolvidas no âmbito dos seus territórios, melhorando a sua qualidade de vida, através da geração de emprego e renda, quando da implantação de projetos produtivos, apoio técnico, capacitação de produtores, entre outros. O programa está inserido na política setorial do governo, que integra os demais programas que fazem parte da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável do Governo do Estado. Todas as ações previstas no programa vão ao encontro do compromisso do governo de reduzir as desigualdades, o fortalecimento do seu protagonismo, além da sintonia com os eixos previstos no programa Brasil Quilombolas e outras comunidades tradicionais e nas políticas de ações afirmativas. No período em análise, a liberação de recursos para o Programa ficou comprometida, marcado pelos esforços governamentais na diminuição dos impactos negativos impostos pela seca, o que prejudicou o atingimento da meta no atendimento das famílias em comunidades tradicionais.

PROGRAMA 024 – PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como principal propósito a formulação de políticas públicas de direitos humanos para a promoção dos direitos dos cidadãos, da criança, do adolescente, das pessoas em situação de rua, em situação de trabalho indecente e degradante, das minorias e de sua integração à vida comunitária e à educação e defesa dos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	56.114.211,36	38.552.279,77	68,70
2013	55.353.319,42	35.967.899,29	64,98
2014	64.163.015,63	50.220.418,57	78,27
2015	77.073.625,95	60.496.086,14	78,49
Total	**252.704.172,36**	**185.236.683,77**	**73,30**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
GABGOV									
Implantar 3 Centros de Referência em Direitos Humanos, até 2015.	0	0	1	1	2	0	2	0	1
Fomentar a criação de 8 Conselhos Municipais de Direitos Humanos nas 8 macrorregiões do Estado, até 2015.	0	0	8	0	6	0	7	8	8

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Implantar o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (PAIR) em 20 (vinte) municípios do Estado do Ceará, até 2015.	0	0	20	0	20	0	20	0	0
SEJUS									
Realizar 106 eventos em cidadania dentre seminários, campanhas de divulgação, conferências estaduais e cursos voltados à temática de Direitos Humanos nos municípios cearenses.	41	11	32	17	32	29	1	1	58
SEDUC									
Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	200	148	331	342	35	519	149	351	519
STDS									
Realizar 4 conferências visando fortalecer os Conselhos Estaduais da Assistência Social, da Criança e do Adolescente e do Idoso.	0	1	2	2	0	0	4	3	6
Atender 4.324 adolescentes em conflito com a lei nas unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade.	1.234	6.268	5.107	6001	1.035	6.028	1.035	4.280	6.268
Construir 3 unidades regionalizadas de internação em Juazeiro do Norte, Sobral e Fortaleza.	2	0	1	0	1	0	1	1	1
Realizar 4 capacitações para os profissionais das unidades de atendimento das medidas socioeducativas.	0	0	4	3	3	0	4	2	5

Fonte: GABGOV, SEJUS, SEDUC, STDS

Avaliação do Programa

O Gabinete do Governador, para fortalecer a proteção e a promoção dos direitos humanos, implantou o Centro de Referência em Direitos Humanos, que funciona na antiga estação da Parangaba, atuando como uma Casa de Direitos que promove mecanismos de defesa e acesso à justiça, estimulando o debate sobre a cidadania e influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos das comunidades.

O Centro de Referência em Direitos Humanos se firmou na comunidade local atendendo aos mais diversos públicos, não se limitando a um perfil específico de assistidos, mas acolhendo qualquer vítima de preconceito, discriminação, intolerância, desrespeito, abusos e maus tratos, negligência e abandono, ou seja, atendendo a toda e qualquer demanda de violação de direitos humanos dentro do Estado do Ceará.

Em relação ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil - PAIR, em 20 municípios do Estado do Ceará, o Gabinete do Governador vem empreendendo esforços no sentido de viabilizar a sua execução. Obteve junto à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente a prorrogação do Convênio nº 761365/2011, até 30 de novembro de 2016, conforme publicação no DOU – Seção 3, Edição nº 228, de 30 de novembro de 2015. Realizou mobilização e articulação com as prefeituras contempladas pelo projeto, objetivando obter apoio logístico para a promoção das atividades e demonstrar para o poder de governança

dessas localidades as metas e etapas de trabalho que o projeto deverá realizar. Além disso, aguarda a análise das justificativas de alteração e aprovação do Plano de Trabalho, com o fito de se adequar às necessidades reais do projeto.

Vale destacar também como ação importante para o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos a promoção das Conferências Regionais de Direitos Humanos, que tiveram como missão precípua estreitar o diálogo com movimentos sociais e municípios, visando à elaboração de um Plano Estadual de Direitos Humanos, bem como o fomento à criação de oito Conselhos Municipais de Direitos Humanos, nas oito macrorregiões do Estado do Ceará.

No âmbito da SEJUS, nos dois primeiros anos do Programa, foram desenvolvidas ações no sentido de reaparelhar o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos com vistas à ampliar sua capacidade de atendimento, ao tempo em que realizar ações de promoção e difusão dos Direitos Humanos de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas no Estado do Ceará, como uma das formas de promover o reconhecimento público do Conselho junto à sociedade cearense, através da elaboração de projeto de investimento. No ano de 2014, vale destacar as principais ações realizadas: Realização do I Fórum "População em Situação de Rua" (dentre o público participante os catadores de materiais recicláveis, Agentes da Segurança Pública, Instituições Públicas e Privadas atuantes na Temática). Outra realização relevante foi o Lançamento da campanha sobre o Centro de Referência e Apoio à Vítimas de Violência (CRAVV). Dentre as ações realizadas em 2015, merecem destaque: retomada da atividade do Conselho, que se encontrava desativado, com lançamento de edital para eleição das entidades da sociedade civil, gestão da eleição e posse dos conselheiros eleitos, Registro de 24 denúncias individuais e 31 coletivas; Atendimento a 10 pessoas na ação de Cidadania no Complexo Penitenciário. O número de Pessoas beneficiadas com atendimento em cidadania do CRAVV foi de 1.616.

As ações da SEDUC contam com a cooperação internacional da UNESCO e previa o atendimento em 200 escolas públicas de nível médio, contemplando cerca de 2.000 professores e 100.000 alunos de todas as 14 regiões de planejamento. No período 2012-2015 a meta foi superada, sendo beneficiadas 519 escolas.

As ações da STDS vão ao encontro das orientações da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Na análise das metas do programa, no período 2012-2015, observa-se que no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, houve avanços na adequação da infraestrutura física e ampliação das unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade que contribuíram para a elevação do número de vagas para atendimento aos adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais de natureza grave, que resultam em medida socioeducativa privativa de liberdade. Entretanto, o aumento no número de sentenças judiciais que levam ao ingresso de adolescentes nos centros socioeducativos implicaram diretamente na extrapolação da meta programada de atendimento, bem como potencializaram as limitações do trabalho desenvolvido nessas unidades. A superlotação também interferiu no desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas, o que resultou em Ações Civis Públicas por parte do Ministério Público e Defensoria Pública, com recomendações a serem cumpridas pelo Estado. Estas questões vem demandando do Governo novas estratégias para a superação das atuais dificuldades, a partir de investimentos de natureza diversa, tais como: construções e reformas, ampliação do quadro de profissionais, capacitação, aquisição de materiais e equipamentos, parcerias com diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos, entre outras.

Quanto à meta de construção de três novas unidades regionalizadas de internação, ampliando as vagas para atender os adolescentes em conflito com a lei, em atenção ao art. 124 inciso VI do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2015 foi inaugurado o Centro Socioeducativo Canindezinho com capacidade para atender 90 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 16 anos, o que contribuiu para a descompressão do atendimento nos demais centros da capital em 2015. As outras unidades encontram-se em fase final de construção, com previsão de inauguração no segundo semestre de 2016.

A meta de realizar quatro capacitações foi priorizada por ser um eixo relevante do trabalho socioeducativo, razão pela qual a STDS mantém uma programação sistemática de capacitação, envolvendo os diferentes operadores do sistema. Para tanto, contou com apoio financeiro do PROARES para a realização de oficinas em temáticas relacionadas ao trabalho, as quais foram executadas no período de 2012 a 2015, envolvendo 480 profissionais.

Durante o quadriênio foram realizadas seis conferências, onde foram deliberadas propostas para subsidiar os Conselhos Estaduais da Assistência Social, da Criança e do Adolescente e do Idoso. A conferência da Política da Assistência Social teve como tema efetivar o SUAS rumo a 2026 e contou com a participação de 552 delegados, onde foram deliberadas 20 propostas para subsidiar a Política dentro do Estado do Ceará. O principal foco desta conferência, dentre outros, foi a avaliação dos últimos dez anos do Sistema Único de Assistência Social e as proposições para os próximos dez anos do sistema.

PROGRAMA 025 – ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

O Programa tem como propósito implementar políticas de prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como favorecer aos assistidos em cumprimento de pena, com ações voltadas para o enfrentamento da drogadicção e promoção da saúde mental.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	843.807,54	465.211,60	55,13
2013	1.805.404,29	722.916,83	40,04
2014	4.341.810,99	3.419.465,44	78,76
2015	5.924.716,34	4.810.789,79	81,20
Total	**12.915.739,16**	**9.418.383,66**	**72,92**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
SPD									
Realizar 4 campanhas para disseminação de informações qualificadas relativas ao crack e outras drogas nas escolas da Rede Pública Estadual até 2015	0	0	4	8	2	0	2	2	10
Capacitar 2.000 pessoas envolvidas em ações de enfrentamento a drogas até 2015	0	0	1.100	5.890	1.000	0	100	5.590	11.480
Realizar a 1ª Conferência Estadual sobre Drogas no Estado do Ceará até 2015	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Elaborar e implementar o Plano Estadual de Enfrentamento às Drogas até 2015	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Criar Fundo Especial para apoiar as entidades da sociedade civil no tratamento dos usuários de crack e outras drogas até 2015	0	0	0	0	1	0	0	1	1
SEJUS									
Manter as unidades de recuperação de drogadictos.	0	1	1	1	1	1	1	1	1
SESA									
Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/implementações de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.	184	112	184	181	184	184	184	184	184
Capacitar 2.300 trabalhadores de saúde no enfrentamento da dependência do crack e outras drogas.	300	420	480	276	560	440	550	385	1.521

Fonte: SPD, SEJUS, SESA

Avaliação do Programa

No cumprimento da meta "Realização de campanhas para disseminação de informações qualificadas relativas ao crack e outras drogas" foram implantados 02 projetos (Juventude do futuro e Juventude em Ação) de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em 20 Escolas de Ensino Fundamental e em 20 Escolas de Ensino Médio em 10 municípios do estado, beneficiando mais de 10.000 jovens e adolescentes. No total foram 10 campanhas realizadas no período, superando a meta programada em 250%.

Com a implantação da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) foi possível no final de 2015 criar o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas (FEPAD) para apoiar as entidades da sociedade civil no tratamento dos usuários de crack e outras drogas. Esse Fundo Especial será responsável pela implementação de um conjunto de ações nas áreas de prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional de usuários de álcool e outras drogas.

Relativamente à "Capacitação de atores sociais para disseminação de ações de enfrentamento às drogas", ao longo do período foram capacitadas 11.480 pessoas envolvidas em ações de enfrentamento a drogas (574% acima do programado), contribuindo com o alcance dos objetivos do programa.

As metas não realizadas decorreram da falta de aprovação de projetos específicos para a sua execução dada a carência e necessidade de priorização de ações em decorrência da escassez de recursos, afetando, no caso, a realização da 1ª Conferência Estadual sobre Drogas e a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento às Drogas.

Diante das dificuldades enfrentadas, percebeu-se a necessidade de uma maior integração entre setoriais na promoção de ações conjuntas. Nessa perspectiva foram implementadas as seguintes ações: disponibilização para a sociedade, por meio da parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, de 1.512 vagas conveniadas com 22 Comunidades Terapêuticas na Região Metropolitana de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral para o tratamento e acolhimento de usuários de substâncias psicoativas; implantação de um projeto de fortalecimento de iniciativas comunitárias que desenvolvem ações voltadas para promoção da cidadania e prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas no interior do estado, onde foram desenvolvidas 38 iniciativas/projetos comunitários em 19 municípios, beneficiando 7.200 pessoas; implantação de uma Unidade de Acolhimento e Apoio Psicossocial aos usuários de drogas lícitas e ilícitas para atendimento de pessoas em situação de rua, via de regra usuários de drogas, através da oferta de um espaço de acolhimento e apoio psicossocial, atingindo até o momento 453 atendimentos a pessoas moradoras de rua, 151 ações de abordagem de campo e 77 entidades articuladas; realização de um fórum com representantes de diversas entidades para discussão sobre as linhas de atuação destas entidades e demandas para o Sistema Estadual de políticas sobre Drogas (SISED); criação de 08 Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas nos municípios de Barbalha, Horizonte, Quixeré, Quiterianópolis, Aquiraz, Viçosa do Ceará, Ararendá e Campos Sales; reativação de 04 Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas nos municípios: Aracoiaba, Cariús, Arneiróz e Maranguape; mapeamento e identificação de 150 comunidades terapêuticas nos 184 municípios; realização de 11 turmas de formação profissional nas Comunidades Terapêuticas e usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), beneficiando 225 pessoas; realização de 10 Caravanas da Cidadania em 10 micorregiões do Estado para divulgação e a sensibilização da população sobre os serviços prestados no âmbito da prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional; e lançamento do Aplicativo POSSOAJUDAR, com o objetivo de oferecer informações sobre prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas (lícitas e ilícitas).

As ações da SEJUS são realizadas por uma equipe itinerante que presta atendimento nas unidades prisionais onde se destaca a implementação do Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos no âmbito do Sistema Prisional – PACAD. No entanto, as carências nos serviços públicos voltados a assistência as pessoas em uso nocivo ou dependente de drogas, findam por comprometer uma maior efetividade na ação, uma vez que apesar de Fortaleza contar com seis CAPS-AD, número expressivo quando comparado a outras capitais, a demanda seria para quatorze e somente consta uma única unidade de acolhimento adulto. Tal deficiência deixa lacunas na rede de retaguarda voltada aos egressos, assim como a possibilidade de se dar continuidade a assistência aos usuários dos serviços de CAPS- AD quando os

mesmos venham a ser presos. Importante destacar que as ações do PACAD estão integradas as demais atividades de reinserção social, saúde e educação protagonizadas pela SEJUS. Foram realizadas atividades de apoio as ações continuadas de assistência aos drogadictos - Projeto de Interiorização do PACAD com o objetivo de assistir direta ou indiretamente em relação ao uso nocivo ou dependente de drogas, sendo 75% dos cumpridores de penas restritivas de liberdade da RMF e 25% do interior do estado, realizando encaminhamentos às instituições de tratamento e rede de apoio. Foram realizadas 2.715 avaliações, encaminhamentos, apoio e orientações aos presos nos regimes semi-aberto e aberto e seus familiares, superando inclusive a meta inicial de 2.166 avaliações. Realizadas ainda, 101 atividades dentre cursos, eventos, campanhas e ações de divulgação.

A SESA realizou ações de apoio aos 184 municípios quanto as atividades para enfrentamento a dependência de álcool, crack e outras drogas no sentido de melhorar inclusive os serviços oferecidos pelas Centrais de Atenção Psicossocial. Destaca-se porém, ações de capacitação para trabalhadores e profissionais que desenvolve atividades desses serviços, onde 63,13% do contingente programado, tem repercussão significativa na melhoria dos serviços prestados, principalmente no âmbito municipal. Destaca-se ainda a realização de convênios com 15 Comunidades Terapêuticas para a prestação de serviços de acolhimento voluntário em regime de residência, manutenção e ampliação das centrais regionais de referência.

PROGRAMA 026 – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Programa tem como principal propósito a articulação, junto aos governos federal e municipais, para adesão e implantação, no Estado do Ceará, do Plano Nacional Viver Sem Limite e, ainda, o fortalecimento da Política Pública e da Rede de Atendimento voltada para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	15.006.354,04	11.848.013,78	78,95
2013	15.032.156,52	12.556.166,60	83,53
2014	15.571.858,30	13.633.847,15	87,55
2015	14.944.368,45	12.019.829,10	80,43
Total	**60.554.737,31**	**50.057.856,63**	**82,67**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
GABGOV									
Aderir ao Plano Nacional Viver sem Limite, até 2015.	1	1	0	0	1	0	1	0	1
Difundir nos 184 municípios a Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência no Ceará.	20	50	134	92	184	184	184	0	184
Estimular a ampliação, de 27 para 184, da quantidade de municípios cearenses com Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	27	5	152	10	15	2	124	28	45
SESPORTE									
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais através da realização do Projeto Paraolímpico com atenção para 8.000 pessoas	2.000	500	2.000	0	2.000	0	1.000	0	500

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Proporcionar a participação de 8.000 pessoas com deficiência à prática esportiva e de lazer - FUNDEJ	8.000	600	8.000	0	600	0	600	0	600
SEJUS									
Assessorar 100% das organizações governamentais e não governamentais na elaboração, execução e avaliação das políticas de garantia dos direitos da pessoa com deficiência.	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 8 macrorregiões.	37	16	44	16	44	19	23	0	51
Fortalecer os 27 conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência, em cada ano.	27	15	22	6	20	20	9	0	41
Assessorar na implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	20	12	21	8	21	48	13	0	68
SEDUC									
Garantir acessibilidade aos alunos de 665 escolas estaduais, de acordo com as normas da ABNT, até 2015. *	665	21	690	07	665	80	688	27	135
Promover formação em serviço para 1.531 professores que atuam na educação especial.	381	569	381	2021	381	689	381	1.254	2.021
SESA									
Habilitar três serviços de reabilitação física nível intermediário como Centro de Referência em Medicina Física e Reabilitação para atendimento à pessoa com deficiência.	3	1	1	1	0	1	0	-	2
Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializado a pessoa com deficiência.	31	31	31	31	31	31	31	31	31

Fonte: GABGOV, SESPORTE, SEJUS, SEDUC, SESA
*As metas foram construídas para o atendimento de todas as escolas, com reformas iniciais. Posteriormente foi tomado como referência o atendimento segundo as normas da ABNT, por isso a diminuição das escolas contabilizadas com esse benefício.

Avaliação do Programa

No seu papel de facilitar, articular e fomentar o desenvolvimento da política de atenção à pessoa com deficiência, foi feita a adesão ao Plano Nacional Viver Sem Limite, onde se capacitou mais de 500 atores sociais para a criação do Núcleo de Informação e Orientação para as Pessoas com Deficiência nos municípios e selecionou 162 interlocutores municipais, com a finalidade, entre outras, de difundir a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Ceará e de estimular a criação de conselhos municipais para o fortalecimento dessa política. A segunda edição do Plano Nacional Viver Sem Limite não chegou a ser lançada pelo Governo Federal em 2014, nem em 2015.

No que se refere à garantia de direitos de pessoas com deficiência, o primeiro e maior desafio consiste na compreensão de que essa Convenção é transversal a diferentes políticas públicas, e nesta perspectiva, um modelo de gestão capaz de dialogar com o secretariado das diferentes políticas públicas vem sendo fomentado na base municipal, tendo como exemplo o modelo vigente tanto no Governo Federal, cuja Secretaria Nacional vincula-se à Presidência da República, quanto na base da gestão estadual, onde foi criada uma Coordenadoria Especial vinculada ao Gabinete do Governador com a missão maior de articular tais políticas.

Os interlocutores municipais integram hoje a Rede Estadual de Informações e Monitoramento do Núcleo de Informação e Orientação para as Pessoas com Deficiência e buscam o diálogo com gestores municipais para fazer valer os determinantes da Convenção na base, exatamente onde residem essas pessoas, a começar pela criação de instâncias municipais com a capacidade operacional instalada para garantir o pleno funcionamento da institucionalidade

comprometida com os parâmetros legalmente definidos para a garantia de direitos de pessoas com deficiência.

Esse aporte institucional nos municípios cearenses é imprescindível para romper com as históricas barreiras que, ao longo do tempo, impediram pessoas com deficiência de participar das conquistas de cidadania e de manifestar suas demandas por garantias de direitos em todos os espaços por onde a vida possa transitar.

A prática do esporte e lazer deve ter como objetivo o combate a todas as formas de discriminação, aqui incluindo também as questões relativas às pessoas com necessidades especiais e às pessoas com deficiência. Nessa linha, esse Programa assegura o acesso, a participação e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais por meios da realização dos Projetos Paraolímpicos, com a realização das Paraolimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro(CPB) em parceira com a Secretaria do Esporte do Ceará-SESPORTE.

Devido às mudanças ocorridas nos modelos operacionais de diversas ações realizadas pela SESPORTE (Programas PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade, Programa Segundo Tempo, Projeto Mão Amiga, Projeto Viva +, Projeto Lazer e Ação no Cocó, Esporte na Minha Cidade, dentre outros) os quais abrangem os mais diversos públicos, de crianças a idosos, sem a diferenciação das idades/escolaridade na apuração, não foi possível apurar os quantitativos de pessoas com deficiências beneficiadas no decorrer do período em análise, visto que os públicos foram computados pela quantidade total de pessoas atendidas, não havendo, portanto, registro de uma apuração segmentada.

A SEJUS, por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará desenvolve diversas atividades, tais como: assessoramento na criação de novos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; realização e participação em conferências regionais , capacitações, audiências públicas, painéis, palestras, fóruns e encontros estaduais para acompanhar e assessorar o planejamento e avaliar a execução das políticas e programas setoriais para a inclusão da pessoa portadora de deficiência. No quadriênio 2012-2015 destacam-se as seguintes ações: realização de atendimento e encaminhamento de denúncias aos órgãos de assessoramento; capacitação de conselheiros e de pessoas com deficiência, representantes de entidades e gestores nas 8 macrorregiões do Estado, nos segmentos de deficiência intelectual, física, auditiva, visual, orgânica e múltipla; realização da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Ceará - "Um olhar através da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: novas perspectivas e desafios" que contou com a participação de 300 delegados; assessoramento na criação de 68 novos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; acompanhamento a 53 Conferências Municipais, abrangendo as 08 regiões do Estado; dentre outras.

A SEDUC contribui para o atingimento do objetivo do Programa procurando garantir acessibilidade aos alunos com deficiência das escolas estaduais e, promovendo a formação em serviço para professores que atuam na educação especial. No período 2012-2015, foram beneficiadas 135 escolas e formados 2021 professores.

A SESA também contribui para o alcance dos resultados esperados pelo Programa na medida em habilitou dois serviços de reabilitação como Centro de Referência em Medicina Física e Reabilitação além de apoiar 31 municípios que prestam atenção especializada. Ainda nesse período, destaca-se a implantação de 55 serviços de atendimento aos portadores de glaucoma em 36 municípios cearenses.

PROGRAMA 027 – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Programa objetiva assegurar direitos sociais aos idosos, além de fortalecer os vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade por meio da articulação e monitoramento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa − RENADI e apoio técnico à gestão municipal.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	6.865.159,99	5.468.495,04	79,66
2013	5.916.818,20	4.361.613,20	73,72
2014	7.054.884,01	5.907.133,87	83,73
2015	5.195.431,54	3.818.281,92	73,49
Total	**25.032.293,74**	**19.555.524,03**	**78,12**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
GABGOV									
Realizar articulação intersetorial com as 14 instâncias estaduais responsáveis pela execução das políticas de garantia dos direitos da pessoa idosa.	2	2	12	12	14	14	14	0	14
Atender aos 184 municípios cearenses inseridos na Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Idoso – RENADI.	14	16	168	12	13	184	114	184	184
Estimular a ampliação, de 152 para 184, do número de Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa nos municípios cearenses.	152	152	32	8	8	0	14	118	118
SESPORTE									
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas idosas através da realização do Projeto Felizidade com atenção para 3.600 pessoas ao ano.	3.600	600	3.600	0	3.600	0	1.000	0	600
Realização de 4 eventos para promover a acessibilidade das pessoas idosas nas atividades de esporte e lazer.	1	1	1	0	1	0	1	0	1
Proporcionar a participação de 1.200 pessoas idosas à prática esportiva e de lazer - FUNDEJ	1.200	0	1.200	0	500	0	500	0	0
SESA									
Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	184	184	184	184	184	184	184	184	184
Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.	3	3	3	3	4	4	4	4	14
Capacitar 750 cuidadores de pessoas idosas para rede de atenção primária à saúde.	300	300	45	50	0	40	0	0	390

Fonte: GABGOV, SESPORTE, SESA

Avaliação do Programa

O Gabinete do Governador realiza articulação e monitoramento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI, apoiando tecnicamente a gestão municipal com o propósito de criar condições para assegurar direitos sociais aos idosos por meio de ações dos municípios e de órgãos estaduais, num trabalho transversal às políticas públicas de saúde, assistência social, cultura, educação, infraestrutura, esporte e lazer, justiça e cidadania, formação profissional e trabalho.

Para isso, articula instâncias governamentais e sociedade civil organizada estimulando a participação ativa na formulação, implementação e controle social de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de pessoas com deficiência e de pessoas idosas em todo o Estado, disseminando a cultura da gestão transversal, da acessibilidade e autonomia.

Também fomenta e orienta os municípios para criação e manutenção dos seus conselhos de direito, dispondo atualmente de 118 conselhos municipais formados e em funcionamento, de acordo com dados do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI.

Além disso, o Gabinete do Governador, no período de 2012 a 2015, por meio da transversalização da política para o idoso e esforços conjuntos de secretarias estaduais e gestores municipais, conseguiu dar maior efetividade à política pública de Atenção à Pessoa Idosa, predominando a execução junto à Rede de Assistência Social, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, que dispõe de um Fundo e desenvolve para a pessoa idosa as políticas de saúde, abrigamento, inclusão do trabalho intergeracional e qualificação, bem como projetos de resgate do protagonismo.

No âmbito deste programa foram beneficiadas 600 pessoas idosas por meio da realização do projeto Felizidade, criado para incentivar o esporte e a saúde das pessoas da terceira idade, atendendo as comunidades próximas as Vilas Olímpicas, com o objetivo de recuperar a autoestima dos alunos, proporcionando lazer contínuo com atividades recreativas, socioesportivas e culturais.

Devido às mudanças ocorridas nos modelos operacionais de diversas ações realizadas pela SESPORTE (Programas PELC - Programa Esporte e Lazer da Cidade, Programa Segundo Tempo, Projeto Mão Amiga, Projeto Viva +, Projeto Lazer e Ação no Cocó, Esporte na Minha Cidade, dentre outros) os quais abrangem os mais diversos públicos, de crianças a idosos, sem a diferenciação das idades/escolaridade na apuração, não foi possível apurar os quantitativos de idosos beneficiados no decorrer do período em análise, visto que os públicos foram computados pela quantidade total de pessoas atendidas, não havendo, portanto, registro de uma apuração segmentada.

A SESA cumpriu com a meta programada para quadriênio, no que se refere ao apoio aos 184 municípios na atenção à Pessoa Idosa. Quanto a ampliação de atendimento especializado em geriatria e gerontologia no âmbito regional de saúde, apresenta um desempenho de 63,63% visto que quatorze regiões de saúde tiveram esse tipo de atendimento. Ressaltamos ainda a capacitação a 390 cuidadores de pessoas idoso, para a rede de atenção primária à saúde, correspondendo a 52% da meta programada.

PROGRAMA 035 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa objetiva realizar a comunicação e divulgação oficial, legal e institucional do Estado, além de apoiar a implementação de Políticas Públicas em parceria com instituições e organizações da sociedade civil e de outras esferas de governo.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	159.326.000,00	155.908.869,73	97,86
2013	154.286.877,27	147.002.322,55	95,28
2014	135.829.929,12	132.500.641,81	97,55
2015	123.834.583,46	115.451.081,42	93,23
Total	**573.277.389,85**	**550.862.915,51**	**96,09**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Criar, produzir e veicular 120 campanhas /ações publicitárias.	30	30	30	37	30	21	30	50	138
Elaborar 1.056 clippings de notícias.	264	314	264	264	264	365	264	0	943
Apoiar 400 entidades da sociedade civil.	100	77	100	58	60	115	60	122	372
Apoiar 400 entidades de outras esferas de governo.	100	167	100	175	60	63	60	61	466

Fonte: Casa Civil

Avaliação do Programa

O Programa contribui de forma prioritária para a transparência das ações governamentais e o apoio à execução das políticas públicas do Estado. Com o objetivo de realizar a comunicação e a divulgação dos atos e ações de Governo, foram desenvolvidas várias ações direcionadas para a melhoria dos serviços públicos envolvidos, resultando numa execução orçamentária superior à 95%.

No âmbito do programa foram produzidas e veiculadas 138 campanhas/ações publicitárias nos 4 (quatro) anos, atingindo a meta do PPA. Dessa maneira, contribuiu de forma efetiva para a informação necessária à população sobre o status dos serviços públicos mantidos e disponibilizados pelo Governo do Estado, com destaque para as campanhas de combate à Febra Aftosa, Cidade-Sede da Copa das Confederações, Disque Denúncia, Lançamento do Mais PAIC, Enem, prêmio Escola Nota Dez e Plano Safra.

Compõe também o programa, a publicação e veiculação de atos oficiais e legais, tendo sido publicados uma média de 240 edições por ano, atendendo a totalidade da demanda, incluindo as publicações originárias de órgãos e entidades do Governo do Estado, assim como o Tribunal de Contas nos Municípios, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e matérias de interesses de particulares.

É destaque também no programa o suporte às viagens governamentais, incluindo transporte aéreo de órgãos captados e equipe para transplantes, viagens de autoridades do governo para captação de empresas investidoras abrindo a possibilidade de entrada de recursos e geração de empregos, necessidade de deslocamento com maior agilidade para fiscalização ambiental e planejamento de sistemas de abastecimento de águas.

Realizando ainda a missão da Casa Civil, foram viabilizados uma média de 505 eventos oficiais em todo o Estado, dentre esses, assinaturas de ordens de serviços, inaugurações, encontros e outros de interesse do governo do Estado do Ceará.

Por fim, temos o apoio financeiro às entidades da sociedade civil e outras esferas de governo, onde foram realizados 838 convênios nos 4 anos, sendo 372 com representantes da sociedade civil e 466 com representantes de outras esferas de poder, no caso, prefeituras municipais, no âmbito do Estado do Ceará.

PROGRAMA 052 – ATENÇÃO AO SEGMENTO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS

O programa objetiva enfrentar todos os tipos de preconceitos e discriminações à população LGBT cearense, na busca pela efetivação da promoção dos Direitos Humanos.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	300.000,00	300.000,00	100,00
2013	290.000,00	270.000,00	93,10
2014	143.000,00	143.000,00	100,00
2015	4.038,56	0,00	0,00
Total	**737.038,56**	**713.000,00**	**96,74**

Fonte: SEPLAG – SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	
Desenvolver ações de capacitação para o segmento LGBT.	0	4	20	4	0	6	0	19	33
Elaborar o Plano Estadual da Política de LGBT.	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Realizar 64 campanhas educativas de prevenção às DST/HIV/AIDS e enfrentamento à homofobia.	16	25	13	32	0	75	0	40	172

Fonte: GABGOV

Avaliação do Programa

O Gabinete do Governador vem, por meio do Programa de Atenção ao Segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, desenvolvendo projetos, ações e atividades para o combate à homofobia e para a garantia dos direitos da população LGBT em todo território cearense, respeitando as características de cada grupo e região.

Em articulação com prefeituras municipais, órgãos, entidades estaduais e Governo Federal, em particular com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, desenvolve ações estratégicas voltadas para a implementação das políticas públicas de proteção e de enfrentamento às diversas formas de violências e preconceitos contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais.

Neste sentido, em parceria com a sociedade civil e órgãos públicos, em busca da valorização das pessoas LGBT, da criação e fortalecimento de organismos governamentais, da interiorização das políticas de identidade de gênero, com foco no empoderamento, no respeito à diversidade humana e na promoção da cidadania da população LGBT cearense, realizou, no período de 2012 a 2015, capacitações, seminários, campanhas "Ceará de Cidadania Contra a Homofobia", oficinas e rodas de conversa com a temática sobre diversidade sexual, identidade de gênero e prevenção às DST/HIV/AIDS.

Além dessas atividades, através do diálogo e da escuta da população LGBT, vem obtendo subsídios para a elaboração do Plano Estadual de Políticas para LGBT, que deverá ser concluído após a consolidação das propostas que serão obtidas na 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT no Ceará, a ser realizada em 2016.

Com isso, verifica-se o compromisso do Governo do Estado na promoção dos direitos humanos, da cidadania de homossexuais e no combate à homofobia e a todas as formas de discriminação e de violência contra a população LGBT, para a construção de um Ceará que valoriza e respeita igualmente a todos.

PROGRAMA 053 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Os principais objetivos do Programa envolvem a avaliação e a fiscalização dos serviços regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados – ARCE, o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação econômica e o fortalecimento dos instrumentos de ouvidoria e de controle social.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	3.336.431,27	2.914.300,33	87,35
2013	4.673.456,72	2.051.702,50	43,98
2014	2.916.855,49	2.052.450,44	71,37
2015	3.206.166,00	2.303.859,14	71,92
Total	**14.132.909,48**	**9.322.312,41**	**65,96**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012-2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Elaborar 2 pesquisas por ano sobre o sistema de transporte rodoviário intermunicipal e 2 estudos sobre a rede de transportes da RMF.	2	3	2	2	2	0	4	2	7
Realizar fiscalizações em 80 municípios por ano para verificar a qualidade da água e do esgotamento sanitário.	80	75	80	51	60	44	60	43	213
Realizar 44 fiscalizações para verificar a qualidade dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica.	11	9	11	9	11	6	11	9	33
Realizar 93 fiscalizações em campo e efetuar 212 acompanhamentos de escritório para usinas em construção sobre empreendimentos de geração eólica, térmica, hídrica e solar em construção e/ou operação.	59	52	82	61	77	80	77	22	215
Realizar 8 fiscalizações junto à concessionária de distribuição de gás canalizado.	2	2	2	2	2	2	2	2	8

Fonte: ARCE

Avaliação do Programa

O programa de Regulação dos Serviços Públicos Delegados é o reflexo do esforço do Governo do Estado do Ceará para uma ação governamental cada vez mais baseada na intersetorialidade e em rede. A atividade regulação é posta como uma atividade de sustentação e de apoio aos demais programas de áreas temáticas por meio da atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE nos setores de saneamento básico, gás canalizado, transporte de passageiros e energia elétrica.

No setor de saneamento básico, foram realizadas fiscalizações nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de todas as regiões do estado representando, em média, 53 municípios fiscalizados a cada ano onde foram verificadas as condições e qualidade da prestação dos serviços da CAGECE.

Durante o quadriênio de 2012 à 2015, o setor de saneamento básico teve avanços, dentre o mais importante deles, pode-se citar a instituição do sistema de avaliação de desempenho dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, denominado Regulação Sunshine que consiste na determinação, comparação, publicação e divulgação da avaliação de desempenho dos prestadores de serviços, com uso de indicadores de desempenho.

Outro marco do período avaliado foi o apoio técnico oferecido pela ARCE para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB e capacitação dos agentes municipais para o adequado gerenciamento destes instrumentos. Além dessas atividades de preparação e apoio, a ARCE realizou fiscalizações para acompanhamento e verificação do cumprimento dos Planos Municipais implantados.

A ARCE também teve forte atuação para a construção das políticas públicas de resíduos sólidos no estado do Ceará, participando de diversas atividades e contribuindo para a consolidação das Leis Federais nº 11.445/2007 e 12.305/2010,

além da elaboração do marco regulatório e do modelo de regulação dos resíduos sólidos por meio de estudos técnicos, construção de minutas de anteprojetos de leis e outros instrumentos legais.

A Carta do Cariri foi outro grande destaque do quadriênio que tratou da implementação de um projeto piloto de interligação de esgotos no município de Barbalha e Juazeiro do Norte cujo foco é o incentivo à interligação de domicílios à rede coletora de esgoto, a fim de reduzir o número de casos de doenças de veiculação hídrica, diminuindo a quantidade de esgoto que é lançada diariamente a céu aberto e melhorar a qualidade de vida da população.

No setor de distribuição de energia elétrica, a ARCE realizou 33 ações de fiscalizações por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para verificação do cumprimento da legislação e regulamentação técnica e comercial do setor, podendo gerar à distribuidora, determinações de regularização às não-conformidades observadas e, até mesmo, a aplicação de sanções como advertências e multas.

No setor de geração de energia elétrica e durante o período de 2012 a 2015, a ARCE realizou 54 fiscalizações de campo por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANELL para verificação das instalações de agentes do setor e também em usinas em fase de implantação, reestruturação de sua planta ou operação, com o objetivo de inspecionar os procedimentos de operação, manutenção, conservação e segurança operacional à legislação e às normas vigentes. Além das fiscalizações de campo, foram realizados cerca de 40 acompanhamentos de escritório por ano, realizados a partir da análise de relatórios mensais de progresso das obras, enviados à ARCE pelos agentes de geração.

Convém destacar que em ambos os setores correlatos à energia elétrica (geração e distribuição), a atividade de regulação exercida pela ARCE ocorre por meio de contrato de delegação da Aneel, que é o agente competente para a regulação do setor. Tal contrato prevê metas específicas estabelecidas por estimativa com o objetivo de planejar as atividades em suas dimensões físicas e orçamentárias. Assim, os valores das metas originalmente fixadas para o PPA 2012/2015 sofreram ajustes em função de implementação de nova metodologia que conferiu maior eficiência às ações de fiscalização e estabeleceu uma tendência à redução no número de produtos anuais contratados pela ANEEL à ARCE, resultando numa natural repactuação das metas entre as Agências. Embora haja uma relativa distância entre os quantitativos de fiscalizações previstas no PPA e a efetiva realização das fiscalizações, os contratos anuais de delegação dos serviços de regulação de energia com a Aneel estão com a execução dentro dos quantitativos pactuados.

No setor de gás canalizado, foi realizada uma fiscalização a cada semestre durante todo o período do quadriênio, totalizando 08 fiscalizações do cumprimento, por parte da CEGÁS, dos termos do contrato de concessão e dos demais instrumentos normativos vigentes.

No setor de transportes, foram realizadas duas pesquisas, sendo uma delas voltada para a percepção dos usuários acerca da qualidade da prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, avaliando as empresas e áreas de operação. A realização desta primeira pesquisa em 2012 foi fundamental para subsidiar a elaboração de metodologia para cálculo do Índice de Desempenho Operacional. A segunda pesquisa foi realizada em 2013 novamente para avaliar os operadores, sendo, desta vez, o foco no Sistema de Transporte Interurbano de Passageiros.

Além das pesquisas, foram realizados cinco estudos voltados principalmente para modelagem de uma proposta de rede de operação (linhas, programação operacional, custos do sistema, forma de cobrança) e da política tarifária para um novo modelo de sistema de transporte rodoviário metropolitano visando a licitação para prestação dos serviços. Outro destaque nos estudos realizados durante o quadriênio foi o estudo para a modelagem de atuação da ARCE na regulação do sistema de transporte metroviário intermunicipal de passageiros.

Convém destacar que as atividades relacionadas ao setor de transportes sofreram significativos ajustes, resultando numa execução diferente das metas que haviam sido originalmente planejadas. Em função dos contratos de concessão do setor virem a termo durante o quadriênio, os esforços foram concentrados na elaboração dos estudos e dos instrumentos para nova licitação do setor, tendo sido realizadas audiências públicas para a discussão do modelo. Além dos ajustes

decorrentes dessas audiências públicas, os estudos sofreram contribuições do Poder Executivo resultando em novas análises e revisão dos estudos realizados que tiveram que ser priorizados, levando a realização de pesquisas para um plano secundário. Com as mudanças decorrentes das eleições para o Poder Executivo, também houve o surgimento do Bilhete Único Metropolitano pelo governador Camilo Santana, impactando o setor de transporte de passageiros e demandando novos estudos para regulação do setor.

Por todo o exposto, pode-se concluir que em todos os setores regulados ocorreram grandes marcos durante o quadriênio, em alguns deles representando grandes avanços no cenário regulatório como é o caso do setor de saneamento básico, em que temos a implantação dos Planos Municiais de Saneamento Básico, o amadurecimento do processo fiscalizatório e a evolução da discussão do tem de resíduos sólidos no Estado do Ceará; e do setor de transporte que vem desenvolvendo e melhorando o modelo atual do transporte de passageiros em todas as regiões do Ceará. Outros marcos trazem consigo um expressivo desafio para o futuro da regulação e da qualidade dos serviços públicos do Estado do Ceará, como no caso do setor de energia elétrica que enfrenta dificuldades que impactam o ambiente regulatório numa dimensão nacional e os investimentos no setor. Não obstante, a ARCE apresenta-se como uma agência reguladora capacitada para exercer plenamente o seu poder regulatório para o atendimento e defesa do interesse público, zelando pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos no Estado do Ceará.

EIXO III

Governo Participativo, Ético e Competente

Correição e Disciplina

Avaliação da Área Temática

Ao longo dos últimos anos, o Governo do Estado do Ceará expressa constante preocupação em relação ao alcance da eficácia e correição dos serviços de Segurança Pública. Nesse percurso adquire status de relevância o cuidado com a disciplina e com a conduta profissional de seus servidores.

Nesta ótica, a partir de 2011, de forma inédita no País, o Governo Estadual implantou um novo modelo na área disciplinar, ao inserir em sua área temática Correição e Disciplina, a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário – CGD. A partir dessa iniciativa, e rompendo com os antigos modelos de Corregedoria que são praticados nos demais estados da Federação, a Controladoria busca oferecer maior eficiência nos serviços prestados à sociedade, com resposta tempestiva e eficaz aos cidadãos, por meio do incremento da transparência da gestão governamental e do combate à corrupção e ao abuso no exercício da atividade dos servidores que integram o grupo de polícia judiciária (policiais civis e servidores da Perícia Forense), policiais militares e bombeiros militares, acrescentando, também a categoria dos agentes penitenciários.

A Controladoria Geral de Disciplina, criada como órgão de controle externo disciplinar, foi estruturada pela Lei Complementar nº 98/2011 como Secretaria de Estado, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Governador do Estado, com atribuições de realizar, requisitar e avocar sindicâncias e processos administrativos, inclusive os que já se encontravam em andamento junto à antiga Corregedoria de Disciplina. Tem como objetivo aferir a regularidade funcional dos integrantes dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário e, quando necessário, aplicar sanções cabíveis. Ainda vale ressaltar que os atos de instauração e o resultado dos processos disciplinares, a partir da LC 98/2011, passam a ser publicados no Diário Oficial do Estado – DOE, ao qual todos têm acesso, impondo maior transparência à atuação correcional e disciplinar. Desta forma, o Estado do Ceará se antecipou à Lei nº 12.527/2011, que garante o acesso às informações. Anteriormente, o órgão correcional e disciplinar não tinha poder punitivo, apenas sugeria a aplicação de sanções. Por outro lado, pode-se afirmar que investir na criação da Controladoria é um exemplo prático de preocupação do Governo do Estado do Ceará com a melhoria da atuação dos quadros no sistema de segurança pública e penitenciária, traduzidas em ações coerentes com o respeito aos direitos fundamentais das pessoas e das comunidades, gerando, como consequência, mais segurança aos cidadãos cearenses, melhor qualidade de vida da população e pleno acesso à cidadania.

Ao buscar o aperfeiçoamento das instituições de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, a CGD contribui, direta e indiretamente, para a redução da criminalidade e da violência e, nesse sentido, os resultados setoriais refletem o objetivo de reduzir os desvios de conduta dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, por intermédio de processos disciplinares que tramitam na CGD.

Nessa ótica, são acompanhados indicadores setoriais que representam as prioridades no desenvolvimento das políticas da área, cuja evolução pode ser observada a partir dos dados a seguir. Para este resultado e evolução, considerou-se o efetivo de servidores submetidos à Lei nº 98/2011, que abrange integrantes do grupo de atividade de polícia judiciária, policiais militares, bombeiros militares e agentes penitenciários.

Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2015 - Correição e Disciplina

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Desvios de conduta nos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário reduzidos							
1.1. Percentual de servidores denunciados	%	...	2,30	6,00	6,90	8,41	6,05
1.2. Percentual de servidores respondendo a procedimentos disciplinares	%	...	...	14,30	9,69	7,02	11,42
1.3. Percentual de servidores punidos nos procedimentos disciplinares	%	...	0,12	0,90	1,61	1,83	1,08
2. Maior celeridade na resolutividade de processos administrativos							

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.1. Tempo médio de tramitação de processos administrativos disciplinares	dia	-	90	90	90	90	90
2.2. Tempo médio de tramitação de processos de sindicâncias	dia	-	30	30	30	30	30

Fonte: CGD

Nota: Saliente-se que no exercício de 2011, a CGD encontrava-se em fase inicial de implantação e no período esses indicadores não eram monitorados. A presente análise, portanto, tem como parâmetro os resultados dos anos 2012 a 2015 os quais estão em consonância com o que foi estabelecido no Plano Plurianual (PPA) em vigência até 31 de dezembro de 2015.

A análise da série histórica do indicador Percentual de servidores denunciados evidencia que a média anual de servidores denunciados entre 2012 e 2015 é de 6,84%, em relação aos servidores ativos que integram o Sistema de Segurança Pública e Penitenciário do Estado. Por tratar-se de denúncias feitas pela sociedade em geral, ao analisar o resultado deste indicador, observa-se que a credibilidade da população, em relação ao trabalho desenvolvido pela Controladoria, é um dos fatores que sinaliza uma condição de estabilidade.

O indicador, "Servidores respondendo a procedimentos disciplinares", representa o número de servidores que respondem a procedimentos disciplinares que estão em trâmite na Controladoria, independente do ano em que foram instaurados. Considera-se que o decréscimo ocorrido nos percentuais dos anos de 2013 e 2014 pode estar relacionado ao fato de que, por vezes, algumas denúncias não possuem fundamentos suficientes para a instauração de procedimentos disciplinares.

Quanto ao indicador, "Servidores punidos nos procedimentos disciplinares", trata-se de percentual de servidores investigados, entre os ativos constantes no Sistema da Folha de Pagamento, e que tiveram processos instruídos pelas comissões desta Controladoria, com decisões de punição publicadas no Diário Oficial do Estado, porém independente do ano da instauração desses processos. Entre as decisões de punição, temos: suspensão, permanência, repreensão, custódia, reforma disciplinar, cassação de aposentadoria, demissão e expulsão.

Pode-se explicar a variação destes indicadores sobre duas vertentes: efetividade das ações de controle externo disciplinar no âmbito do Estado do Ceará, sobretudo a qualificação do processo de análise técnica para instauração de processos, realização de ações preventivas, o incremento dos mecanismos de transparência da administração pública, que facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para efetuar reclamações, exigindo do Governo respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 096 - CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

O programa objetiva fortalecer a infraestrutura tecnológica, física e logística da CGD, além da capacitação dos seus servidores, visando o desempenho eficaz das atividades preventivas e repressivas de combate aos desvios de conduta dos servidores submetidos à Lei nº 98/2011.

Execução Orçamentária 2012 – 2015 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2012	899.500,91	735.932,55	81,82
2013	747.055,00	298.613,29	39,97
2014	442.910,16	337.231,58	76,14
2015	99.718,00	69.816,09	70,01
Total	**2.189.184,07**	**1.441.593,51**	**65,85**

Fonte: SEPLAG - SIOF

Execução Física – Principais Metas 2012 - 2015

PRINCIPAIS METAS 2012 - 2015	2012		2013		2014		2015		Realizado Acumulado 2012-2015
	Progr.	Realiz.	Progr.	Realiz.	Progr.	Realiz.	Progr.	Realiz.	
Realizar fiscalização operacional em 10% das viaturas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.	0	0	0	29	69	110	128	0	139
Deliberar 80% dos processos de desvios de conduta cadastrados no período 2012 - 2015.	260	953	400	921	260	5.243	260	3.783	10.900
Deliberar 50% dos processos oriundos da Corregedoria Geral.	1.470	2.016	1.269	1.881	380	4.096	380	583	8.576
Instruir 100% dos processos de sindicância no prazo de 60 dias.	13	123	108	736	20	467	20	511	1.837
Instruir 100% dos processos administrativos disciplinares no prazo de 120 dias.	32	130	186	216	30	291	30	189	826
Realizar fiscalização operacional em 10% das unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.	0	0	0	1	7	14	10	2	17
Realizar correição preventiva e repressiva em 10% das delegacias da Polícia Civil.	0	2	3	2	6	0	7	4	8

Fonte: CGD

Avaliação do Programa

No período 2012-2015, considera-se satisfatória a execução das metas que contribuíram para o alcance do objetivo do programa, tendo em vista a superação de valores realizados em relação aos valores programados. Saliente-se que diversas realizações concorreram para esse resultado, principalmente, as atividades de caráter preventivo, realizadas por correições, controle e orientação dentro de penitenciárias e em demais órgãos policiais.

Os quantitativos das metas prioritárias: "Deliberar 80% dos processos de desvios de conduta cadastrados no período 2012-2015" e "Deliberar 50% dos processos oriundos da Corregedoria Geral" representam as manifestações efetivadas pelo Controlador Geral de Disciplina nos procedimentos disciplinares. Saliente-se que cada processo contém no mínimo duas deliberações, a exemplo de determinação para instauração de processo; decisão final para fins de absolvição, de arquivamento; de punição; ou ainda outras diligências que sejam consideradas necessárias para a elucidação dos feitos.

Quanto aos quantitativos relativos aos indicadores: "Instruir 100% dos processos de sindicância no prazo de 60 dias" e "Instruir 100% dos processos administrativos disciplinares no prazo de 120 dias" representam, respectivamente, o número de sindicâncias e o número de processos administrativos disciplinares concluídos pelas Coordenadorias de Disciplina Militar (CODIM) e de Disciplina Civil (CODIC), independente do ano em que foram instaurados. Ressalte-se que os procedimentos não foram concluídos dentro do prazo estipulado no descritor das referidas metas.

Apesar do registro de menor percentual de execução no ano de 2013, comparado aos demais anos em análise, a execução orçamentária pode ser considerada satisfatória, levando em consideração o período de quatro anos. Ela reflete a aplicação de recursos em ações que contribuíram para a consecução das metas do programa.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ